

**CORPO E ALMA
DO BRASIL**

Direção do
Prof. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

III
Agosto 1979



FLORESTAN FERNANDES

**MUDANÇAS
SOCIAIS
NO
BRASIL**

Aspectos do desenvolvimento
da sociedade brasileira

3.ª edição

Apresentação do
Prof. FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO

 **DIFEL**
Divisão Editorial S.A.
São Paulo — Rio de Janeiro



A ANTONIO CANDIDO,
universitário modelar sob todos os aspectos, home-
nagem do amigo, colega e companheiro.

1979

Direitos reservados para a língua portuguesa
DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A.

Av. Vieira de Carvalho, 40 - 5.º andar
CEP 01210 - Tels. 223-4619 e 223-6923

Vendas: Rua Marquês de Itu, 79
CEP 01223 — Telefone: 221-7725

São Paulo — SP

Rua da Proclamação, 226 - CEP 21040
Tel. 270-8088
Rio de Janeiro — RJ

APRESENTAÇÃO

da 1.ª edição

A *Difusão Européia do Livro* encarregou-me de orientar as publicações de sua coleção "Corpo e Alma do Brasil", cujos dois primeiros títulos (*Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*, de Pierre Monbeig, e *Brasil Terra de Contrastes*, de Roger Bastide), tanto êxito alcançaram. Escolhi para inaugurar o novo período da coleção o volume sobre *Mudanças Sociais no Brasil* porque através dele pode-se perceber as características que os editores desejam imprimir a esta coletânea. De fato, o livro de Florestan Fernandes, através dos vários trabalhos que a compõem, distingue-se pela integridade científica e pela atualidade na maneira de tratar os temas discutidos, refletindo a formação especializada do autor, que é um *scholar*.

Pretende-se, pois, acolher nesta coleção trabalhos que traduzam o resultado do esforço de revisão das técnicas de análise e interpretação da realidade brasileira que vem caracterizando o desenvolvimento recente das ciências humanas no Brasil. O antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco, pela radicação no Brasil do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura. Muitos trabalhos de história, economia, etnologia, psicologia social, sociologia ou de geografia humana já exprimem o resultado do esforço metódico de levantamento de problemas e informações, do treinamento na utilização de técnicas rigorosas de análise e sistematização dos dados obtidos, e da familiaridade com os requisitos científicos de explicação da realidade.

É certo, contudo, que este desenvolvimento, sobre ser recente, atinge setores ainda restritos da vida intelectual bra-

silêcia. Sendo assim, parece à *Divisão Europeia do Livro* que é de accentuado interesse cultural publicar trabalhos que, refletindo o progresso alcançado pelas ciências humanas no Brasil, estimulem no público o gosto pela análise científica dos problemas brasileiros.

Boa parte da bibliografia básica sobre o Brasil ainda repousa, exclusivamente, nas informações de textos antigos, sob a forma de memórias, viagens, relatórios, autobiografias e outros trabalhos do mesmo gênero, que não foram submetidos à crítica científica. Por outro lado, os trabalhos mais modernos sobre problemas brasileiros contemporâneos ou passados apresentam-se sob a forma de ensaios, muitos de grande lucidez, mas carecentes dos rigores habituais da análise científica. Por isto, as interpretações apresentadas nestes trabalhos tornam-se, em regra, hipóteses ousadas e felizes, mas de base discutível.

Existem, é certo, os trabalhos de natureza científica a que me referi. Estes, porém, são, em geral, patrocinados e publicados por instituições especializadas e, por isso mesmo, têm circulação restrita. Desta forma o público tem pouco acesso à bibliografia moderna sobre os problemas brasileiros. Deste quadro escapam apenas os trabalhos feitos por um ou outro autor de reputação inquestionavelmente firmada, que, por isto mesmo, encontra facilidades para a publicação.

Há real necessidade, portanto, de divulgar estudos de cunho científico sobre a formação ou as possibilidades de desenvolvimento e mudança social do Brasil. É preciso incentivar a revisão dos cânones intelectuais rotineiros de análise da problemática clássica dos estudos brasileiros. É necessário, também, ampliar os focos de interesse dos estudos sobre o Brasil, incorporando às preocupações intelectuais os novos problemas que o desenvolvimento da sociedade tem criado, e aqueles do passado que as cogitações intelectuais do presente têm ressaltado e que muitas vezes passaram despercebidos pelos intelectuais que os viveram ou pelos estudiosos de épocas posteriores. Quicá possa a coleção "Corpo e Alma do Brasil" propor-se, no futuro, estimular e patrocinar tais estudos.

Vê-se, pois, que não se deseja acrescer às brasileiras existentes — que tão marcados serviços têm prestado para a difusão dos conhecimentos sobre o Brasil — uma coletânea similar. Não se tem a intenção de promover a edição ou a recedição dos textos clássicos sobre o Brasil, sejam eles fontes primárias ou trabalhos de interpretação. Nem se pretende, sem

excluí-los, publicar apenas autores consagrados. O objetivo expresso da coleção será a publicação de estudos sobre o Brasil que reflitam, nas suas cogitações e na técnica de sua elaboração, as preocupações do espírito científico.

Dito, isto, registre-se, contudo, que não se orientará a seleção dos trabalhos a serem publicados por quaisquer prejuízos científicos. Ciência e pesquisa são palavras que se têm empregado de forma abusiva entre nós. Parece que com elas se pretende, através de uma espécie de virtude mágica de que estes vocábulos estão impregnados, dar cunho de seriedade e fazer circular dos setores acadêmicos para o grande público um conjunto de noções informadas por um empirismo grosseiro e revestidas de pretensão à dignidade de um saber definitivo, que toca às raízes do misticismo. Tais pretensões não encontram acolhida, naturalmente, nos círculos universitários conscientes da natureza do conhecimento científico. Nenhum cientista responsável poderia endossar as aspirações de fazer da ciência uma nova religião leiga que substituisse todas as demais formas de conhecimento e propusesse explicações permanentes para todos os problemas.

Entretanto, a assimilação apressada do espírito científico, que se constitui numa elaboração lenta noutros países, tem ocasionado confusões lamentáveis entre nós. Muitos pensam que através de uma caricatura da pesquisa científica será possível, ordenando com certo rigor um conjunto de dados, alcançar o milagre da explicação pela acumulação de evidências. Esquecem-se que o método de indagar a realidade, isto é, a maneira pela qual se propõem, através da razão, alternativas de explicação, é fundamental na ciência. Outros, inspirados por equívocos intelectualistas de outra natureza, acreditam que a formalização dos conhecimentos, sua expressão em termos simbólicos, e as elucubrações da razão, constituem o núcleo do conhecimento científico. Esquecem-se que a aferição das construções do espírito pela experiência ou pela observação da realidade constituem o alfa e o ômega da ciência.

Tem-se chegado até ao exagero extremo de supor uma hierarquia nas ciências do homem, na qual umas seriam "mais ciência" do que outras. A história poderia ser englobada pela sociologia, esta, talvez, pela economia, a psicologia seria psicologia social, a filosofia então, gata borralheira do conhecimento humano, seria uma ciência menor, *ancilla scientiarum*,

espécie de lógica, quando não uma súplica do saber positivo, designada como filosofia da ciência.

Está claro que, ao me referir à necessidade de incentivar os trabalhos científicos sobre os problemas brasileiros e de substituir o espírito bacharelesco pelo espírito científico, não tinha em mente endossar estes preconceitos dos que pouco sabem a respeito da ciência. Não se deseja a modificação dos velhos padrões de análise intuitiva ou mal fundamentada do processo de formação da sociedade e da cultura brasileira por outros que de "modernos" tenham apenas o tom pretensioso e rebuscado de uma pseudolingagem científica ou erudita, ou que não passem de um repostório de fatos, escrupulosamente levantados, mas não devidamente integrados num contexto explicativo.

Uma última palavra é necessária sobre a temática da coleção. Não se desejam definir limites rígidos para os problemas tratados nos livros que serão publicados. Seria prematura, em face da produção intelectual de que se dispõe, selecionar apenas livros de sociologia, de história, de economia, e assim por diante. Nem se imporá a condição de versarem os livros sobre temas gerais ou sobre assuntos de caráter monográfico. A complexa ponderação entre a produção intelectual disponível e os limites de aceitação dos trabalhos pelo público determinará a seleção dos textos. Em regra, não se publicarão trabalhos que, pela técnica de sua exposição, tenham cunho demasiadamente acadêmico, como não se publicará também trabalhos que, por brilhante e de fácil aceitação pelo público que sejam, prescindam da seriedade intelectual no levantamento de dados ou nas formas de interpretação utilizadas.

Os editores e o orientador desta coleção estão convencidos da existência de um público cada vez mais numeroso interessado na leitura de trabalhos sobre o Brasil de boa qualidade intelectual. Oxalá possa a coleção "Corpo e Alma do Brasil" publicar trabalhos deste tipo que permitam, ao mesmo tempo, alargar a compreensão dos problemas brasileiros e alicientar as necessidades de um público cada vez mais rigoroso e mais seguro de entrar em contacto com a produção intelectual de alto padrão científico, o que até agora não tem sido feito na escala do desejável e do possível.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PREFÁCIO

O presente livro reúne estudos de caráter muito variado. Alguns, foram escritos para serem lidos como comunicações e conferências; outros, foram redigidos com vistas para o leitor de jornal ou de revistas especializadas... Há diversidade nos assuntos, modos de discutir as questões e nos objetos centrais das exposições. Entre 1943 e 1959, a evolução intelectual do autor fez com que ele próprio alterasse, aqui ou ali, as suas convicções diante da sociologia e da contribuição que ela pode dar à solução dos problemas sociais no Brasil.⁽¹⁾ Trata-se, pois, de um livro heterogêneo — não só pela diversidade dos temas focalizados, mas, principalmente, pelas variações de estilo, de diretrizes do pensamento e de preocupações intelectuais.

Ao selecionar os estudos que o compõem, no entanto, o autor encarou essa heterogeneidade como um elemento positivo. Como muito bem salientou Emilio Willems, "culturas diversas coexistem, na sociedade brasileira, 'dentro das mesmas fronteiras políticas'"⁽²⁾. A cidade de São Paulo reproduz, na atualidade, o futuro provável de outras comunidades brasileiras em urbanização e em industrialização. Essas mesmas comunidades exprimem, por sua vez, se não histórica, pelo menos estrutural e culturalmente, o passado da nossa cidade. Várias faeses, supostas historicamente extintas, na evolução social do Brasil, persistem e vivem na existência quotidiana de muitas aglomerações humanas brasileiras do presente. Tais graduações e diferenças são perfeitamente visíveis e ofereceram a Jacques Lambert um prêmio para a interpretação de processos histórico-sociais e políticos

(1) Sobre as alterações na composição deste livro, em sua segunda edição, veja-se adiante, nota I do atual capítulo I.

(2) O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico, São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 1944, pág. 9.

em termos das "duas civilizações de idade bem diversas" e das "duas sociedades diferentes", que se entrecrocaram na cena social brasileira. Como escreve, "a estrutura social arcaica subsiste, quase intacta, no campo; a estrutura social evoluída, dos países industrializados da civilização ocidental, já se acha estabelecida em algumas grandes cidades e, sob certos aspectos, penetrou inclusive as zonas rurais do Sul" (3).

Essa situação histórico-social estimula o alargamento do horizonte intelectual do sociólogo. No plano empírico e teórico, porque lhe abre amplas possibilidades de estudo sistemático de fenômenos e processos sociais que precisam, na Europa, ser tratados separadamente, pelos especialistas, ou por meio do recurso à comparação com sociedades diferentes, estrutural e funcionalmente. No plano prático, porque favorece uma visão mais utilitária dos papéis intelectuais dos cientistas sociais, combinada a motivações que põem em evidência a necessidade de se conjugar o pragmatismo, imanente à civilização industrial, ao humanismo e ao relativismo, inerentes à tradição acadêmica e científica europeia.

Quanto ao primeiro plano, a situação brasileira, com suas cambiantes, dá ao investigador possibilidades análogas àquelas que Redfield apontou à observação direta na península de Yucatan (4). Estudando o presente de várias comunidades, simultaneamente, o especialista andalês, de fato, vêtos graus de evolução social e de reação às influências da civilização ocidental. A diferença, a esse respeito, consiste em que, no Brasil, o pólo extremo da "civilização" está muito mais próximo do padrão europeu e norte-americano, enquanto é possível encontrar comunidades tribais mais próximas do padrão arcaico e pouco envolvidas na rede de expansão do sistema econômico e jurídico nacional (5). Dentro lado, a presunção de que se pode "estudar o passado pela investigação do presente" é tão verdadeira e legítima, que pesquisas sobre relações raciais entre negros e

brancos em cidades como Florianópolis, Curitiba ou Porto Alegre trazem evidências que esclarecem vários aspectos da situação do contato de São Paulo, no primeiro quartel do século XX (6). Daí se infere que a comparação se torna útil ao estudo da evolução da sociedade brasileira, sem prejuízo de sua importância na análise lógica dos efeitos dos fatores sociais em diferentes constelações históricos-sociais, em que eles possam ser considerados.

Quanto ao segundo plano, é claro que a situação brasileira lança desafios práticos que só podem ser apropriadamente percebidos e enfrentados, intelectualmente, pelos cientistas sociais. As polarizações de centros de interesses e de valores sociais animam o conhecimento de senso comum de forma tumultuária e contraditória. Isso é perfeitamente compreensível: a escolha de uma direção prática envolve identificações que nem sempre podem ser feitas com clareza. O "antigo regime" ainda não desapareceu; a nova ordem social está em plena emergência e formação. As lealdades morais e as preferências ideológicas prendem-se, confusa e dramaticamente, a forças sociais vivas, que tentam prolongar o passado ou procuram construir o futuro sem se definirem, plenamente, em torno de alvos coletivos explicitos, consistentes e ordenados. Em consequência, o símile brasileiro do "homem de ação" europeu ou norte-americano não conta com um conhecimento de senso comum capaz de orientá-lo, na atuação prática, de modo unívoco e integrado. Incapaz de ter uma visão coerente da situação total e da significação dinâmica de seus próprios interesses e valores sociais imediatos dentro dela, apela para avaliações egotísticas e oportunistas, nas quais se mesclam, estranhamente, identificações com o "antigo regime" e solicitações mais ou menos fortes da economia de mercado, da ordem de classes sociais e da democracia. Sua intervenção prática chega a produzir efeitos perniciosos, por falta de consciência exata da situação e dos fatores que nela operam, agravando em vez de auxiliar, a longo termo, a solução dos graves problemas sociais brasileiros. Ai está a grande importância intelectual da contribuição dos cientistas sociais, que poderão alargar o nosso campo de consciência dos problemas sociais

(3) Le Brésil. *Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, Lib. Armand Colin, 1953, pág. 131.

(4) Cf. Robert Redfield, *Civilização e Cultura de Folk. Estudo de Variações Culturais em Yucatan*, trad. de A. M. Gonçalves, São Paulo, Liv. Martins Editora, 1949.

(5) Sobre as comunidades tribais remanescentes e suas condições de integração ao sistema nacional brasileiro, cf. Darcy Ribeiro, *Línguas e Culturas Indígenas do Brasil*, Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

(6) Essas considerações encontram fundamento em resultados das investigações sobre relações entre negros e brancos em Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas, levadas a efeito pelos Profs. Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni particularmente, *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1960.

brasileiros, sugerindo, além disso, as técnicas mais eficientes de controle social que eles exigem.

Haveria muito a dizer sobre um e outro ponto. Não seria oportuno, porém, fazê-lo no momento. Pensamos que as implicações mencionadas dão ao leitor um sistema de referências para a apreciação, em conjunto, dos ensaios aqui reunidos e das intenções subjettivas que os caracterizam. Eles são heterogêneos porque afetam uma realidade que é variável e complexa; e, em particular, porque tratam de facetas dessa realidade, que não poderiam ser apreendidas senão por meio de sondagens localizadas e confinadas. Sob esse aspecto, o livro reúne pequenos estudos que são de interesse para o leitor brasileiro — para o qual foram redigidos os diversos estudos — e respondem a questões que não apresentariam idêntica significação para o leitor estrangeiro. São questões estritas, mas que nos propomos a nós mesmos, para explicar o nosso passado ou compreender o nosso presente. É verdade que o indígena brasileiro dobrou-se, sem resistências materiais ou morais, ao colonizador branco? O que acontece com o indígena que responde "ao apelo da civilização", nas condições de vida que lhe são asseguradas? Como explicar o sucesso militar da Revolução Constitucionalista, se ela teve êxito na esfera política? Por que os portugueses ocuparam, no Sul, zonas mais ou menos distantes da costa, em contraste com o que fizeram em outras regiões? Quais são as principais fases de desenvolvimento histórico-social de uma cidade como São Paulo? O crescimento urbano e o desenvolvimento industrial de uma cidade como São Paulo trazem um aumento efetivo e gradual do poder de controle dos problemas sociais pelo homem brasileiro? A industrialização é limitada, no Brasil, somente por fatores econômicos? Estamos utilizando, de fato, todos os recursos de que dispomos na luta pela implantação da democracia no Brasil? São questões dessa magnitude que estão, essencialmente, por trás dos debates em cada estudo. São elas que lhes imprimem caráter sociográfico, pois raramente se poderia considerá-los como tais à luz da documentação empírica explicada. São elas, por fim, que ligam as nossas contribuições, ainda que modestamente, à intenção de aumentar o grau de consciência que alcançamos da situação histórico-social brasileira.

Isso não impede que os estudos aqui coligados tenham, também, algum interesse para os especialistas. Ainda que de maneira assistemática, eles situam problemas de certa signifi-

cação teórica. Processos que ocorreram em comunidades urbanas e industriais da Europa e dos Estados Unidos se vêm repetindo no Brasil, em condições psico-sociais e sócio-culturais marcadamente distintas. Essa circunstância oferece duas oportunidades ao sociólogo que estude tais processos na sociedade brasileira: 1.º) a de submeter os referidos processos a investigações baseadas na observação direta e na interpretação sistemática das regularidades descobertas; 2.º) a de explorar a comparação de situações histórico-sociais diversas na interpretação e explicação dos mesmos processos, o que permite verificar como certos fatores sociais se comportam ao variarem as condições em que eles se manifestam e operam, em sociedades que pertencem a um tipo social determinado.

O primeiro resultado merece consideração especial, em virtude de os estudos sociológicos sobre os processos em tela terem sido feitos, no passado, sem recurso sistemático a técnicas rigorosas de pesquisa. Os pioneiros e fundadores da sociologia, como se sabe, consideravam indispensável trabalhar sobre evidências coligadas por meio de técnicas próprias de investigação. Por isso, estudaram a urbanização, a industrialização, a secularização da cultura, a racionalização dos modos de conceber o mundo, a individualização etc., através de evidências tomadas, assistemáticamente, das contribuições contidas em obras de história política, história econômica, história cultural, geografia humana, estatística, economia política, religiões comparadas, direito comparado, filosofia da história etc. O Brasil — e outros países que estão evoluindo, de modo retardado, para os modelos de organização econômica, política e social imperantes, há tempos, especialmente em comunidades urbanas e industriais da Europa — abre aos sociólogos novas vias de investigação empírico-indutiva desses processos.

O segundo resultado, porém, parece mais relevante para a teoria sociológica. A comparação da situação histórico-social brasileira com outras situações histórico-sociais análogas, transcorridas em comunidades que pertencem ao mesmo tipo social, dá margem ao desenvolvimento de duas espécies de considerações interpretativas. Primeiro, à compreensão de que certas explicações, supostamente gerais e universais no âmbito do tipo social em questão, são válidas apenas para as condições de manifestação psico-social e sócio-cultural dos mencionados processos nas sociedades já estudadas. Os esquemas lógicos de interpretação, que elas acarretam ou implicam, precisam ser adequados

das situações empíricas que não correspondem, literalmente, às que estiveram sob os olhos dos cientistas sociais europeus e norte-americanos. Segundo, à manipulação sistemática de informações baseadas em explorações rigorosas do método comparativo. O confronto, no caso, tem importância para entender-se melhor o que se passa na sociedade brasileira, mas também é de grande utilidade para uma apreciação mais positiva dos efeitos atribuídos a determinados fatores sociais. A sociedade brasileira facilita a focalização nesse novo ângulo, pois dirige a atenção dos investigadores para condições nas quais as próprias circunstâncias de manifestação natural dos fenômenos se apresentam como variáveis. Trata-se de uma alternativa de interpretação que cai na categoria da chamada "experimentação indireta", tão valorizada por sociólogos do passado, de Comte e Stuart Mill a Durkheim e Simiand, mas infelizmente inexplorada nas análises sociológicas.

Sabemos muito bem que não aproveitamos como seria desejável ambas as oportunidades. O caráter dos estudos não nos permitiria ir além de uma exploração ocasional de tais perspectivas. Esperamos tirar maior proveito delas no futuro, em trabalhos que estão em elaboração ou em maturação. Parece-nos convenientemente mencioná-las de passagem, entretanto, porque elas revelam implicações teóricas que dão um sentido especial a alguns dos estudos aqui reunidos. Do outro lado, achamos que conviria atrair, como vimos fazendo há algum tempo, a atenção dos sociólogos brasileiros para problemas teóricos desse gênero. A investigação sociológica precisa associar o conhecimento empírico dos fatos focalizados à sua explicação em termos de regularidade e de fórmulas gerais. Parece-nos útil dar certa ênfase a essas possibilidades, não tanto para valorizar cientificamente os nossos estudos, que estão evitados de imperfeições, quanto para estimular novos ramos nas indagações dos nossos colegas, que possam produzir um alargamento de suas contribuições à teoria sociológica propriamente dita.

Em suma, os estudos que formam o presente volume interessam, primordialmente, ao leitor leigo, que pretenda aumentar seus conhecimentos sobre questões debatidas pelo autor. Mas eles também possuem alguma significação para os especialistas, na medida em que colocam certos problemas de mudança social sob um prisma de análise ainda pouco explorado no Brasil. Quer dizer que, apesar da sua heterogeneidade, este livro pode ter alguma utilidade, como fonte de melhor co-

nhecimento de certos aspectos da sociedade brasileira. Nele se colocam questões que desafiam a nossa argúcia e a nossa coragem, como "homens de nossa época", e problemas de interesse específico para os sociólogos. Se não fosse muito brasileiro para um escritor brasileiro, pediríamos aos leitores que colaborassem conosco, tirando numma e noutra direção o que houver de proveitoso em nossas indagações. Assim, seria possível dar um destino produtivo a estudos que estavam condenados à fugacidade e ao esquecimento.

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

AS MUDANÇAS SOCIAIS NO BRASIL

O título deste livro foi escolhido por sugestão do editor, o querido e pranteado amigo Paul-Jean Monteil. Dele também foi a decisão de manter o título no plural, o que correspondia à variedade de facetas dos assuntos abrangidos nas três partes do livro ⁽¹⁾ e permitia fugir à ambigüidade do conceito formalista de "mudança social", tão em voga entre os sociólogos norte-americanos. Todavia, na ocasião não me pareceu necessária uma discussão sociológica global dos problemas de mudança social no Brasil ⁽²⁾. O ensaio, que agora passou para o apêndice, sobre "Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento", parecia-me uma introdução teórica suficiente, aqui e ali adequada à situação histórico-social brasileira, graças ao debate de alguns exemplos típicos.

Hoje, depois de tanto tempo (é preciso não esquecer que os trabalhos que constam desta coletânea foram escritos entre 1946 e 1959), é evidente que se impõe a discussão global do

(1) A terceira parte do livro, "Aspectos da Interação com o Índio e com o Negro" continha cinco ensaios, que foram absorvidos por dois outros livros (*O Negro no Mundo dos Brancos*, publicado no ano passado pela Difusão Europeia do Livro; e outro sobre o índio e a etnologia brasileira, a ser publicado pela mesma editora).

(2) Esses problemas foram retomados, de modo global, em dois ensaios posteriores do autor. Vejam-se, especialmente: "Reflexões sobre os Problemas de Mudança Social no Brasil" (*A Sociologia numa Era de Revolução Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, págs. 201-242); e "A Dinâmica da Mudança Sócio-Cultural no Brasil" (*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968, págs. 107-133). No entanto, todos os trabalhos escritos pelo autor, depois de 1960, propõem-se como objeto a interpretação de fenômenos da mudança social na sociedade brasileira, considerada isoladamente ou no contexto latino-americano.

tópico geral. Não tanto para justificar interpretações ou pontos de vista que então pareciam mais certos; e, ainda menos, para colocá-los em dia. Mas, para levar o próprio tema ao leitor de modo mais direto e ordenado, com a experiência que conseguiu acumular posteriormente, de 1960 a 1974, anos durante os quais a análise histórico-sociológica atingiu o seu apogeu, no Brasil, e nos quais sofreu, em consequência, uma perseguição sem quartel. Tudo isso tem muito a ver com a maneira pela qual os problemas de mudança social se colocaram, pelo menos para os sociólogos brasileiros que viam a realidade de uma perspectiva crítica e participante (3).

(3) A problemática teórica da dependência e do subdesenvolvimento ganha, em meus escritos posteriores, uma importância, que ela ainda não adquirira no ensaio que servia de introdução global a *Mudanças Sociais no Brasil*. Como ela define a tônica desta nova introdução, conviria indicar pelo menos algumas contribuições mais importantes para a discussão dessa problemática com referência à América Latina: F. Henrique Cardoso e E. Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, México, Siglo Veintiuno editores, 1969 (trad. portuguesa: Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970); F. H. Cardoso; F. H. Cardoso, Santiago, ILPES, novembro de 1965); F. H. Cardoso: *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969, e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971; P. González Casanova, *Sociología de la Explotación*, México, Siglo Veintiuno editores, 1969; O. Ianni, *Imperialismo y Cultura de la Violencia en América Latina*, trad. C. Colombani e J. T. Cintra, México, Siglo Veintiuno editores, 1970; L. Pereira: *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971 (esp. caps. 1 a 4), e *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1970 (esp. caps. 2 e 4); A. Gunder Frank: *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque e Londres, Modern Reader, 2.ª ed., 1969, e *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, Nova Iorque e Londres, Modern Reader, 1969; T. dos Santos; *El Nuevo Carácter de la Dependencia*, Santiago, CESCO, 1968, e *Dependencia y Cambio Social*, Santiago, CESCO, 1970; R. Mauro Marini, *Sous-Development et Revolution en Amérique Latine*, Paris, François Maspero, 1972; D. Ribeiro, *El Dilema de América Latina. Estructuras de Poder e Fuerzas Insurgentes*, México, Siglo Veintiuno Editores, 1971; A. Córdova, *América Latina: Integración Económica para el Desarrollo o Subdesarrollo Integrado?* ed. mimeo. da Universidade de Rbedá, 1970; C. Delgado, *A Revolução Peruana*, trad. de M. Urbano Rodrigues, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974; J. I. Ceceña, *México en la Orotia Imperial*, México, Ediciones "El Casallito", 1970. A essa bibliografia cumpre acrescentar pelo menos dois livros, que levam em conta outra problemática, mas são fundamentais para a compreensão sociológica do padrão dependente e subdesenvolvido de capitalismo: R. N. Adams, *The Second Sowing. Power and Secondary Development in*

As razões que explicam essa mudança de atitudes são de natureza psicológica e política. O maior contraste entre a situação do sociólogo em nossos dias e nas décadas de 40 ou de 50 está no nível de expectativas. Então, duas coisas pareciam certas. Primeiro, que ao sociólogo cabia assumir suas responsabilidades intelectuais em um nível puramente profissional. Feita uma descrição ou uma interpretação, suas implicações ou consequências relevantes acabariam sendo percebidas e se concretizando, de uma forma ou de outra. Segundo, que a sociedade brasileira estava caminhando na direção da revolução burguesa segundo o "modelo" francês, sob aceleração constante da autonomia nacional e da democratização da renda, do pres-tígio social e do poder. Havia, portanto, a presunção de que o alargamento do horizonte intelectual médio refluiria na área de trabalho do sociólogo, criando para as investigações sociológicas de cunho crítico uma ampla base de entendimento, tolerância e, mesmo, de utilização prática gradual. Tratava-se de uma "utopia" e, o pior, de uma utopia que se achava redondamente errada.

Tal utopia pode ser facilmente compreendida se se toma em conta sua origem acadêmica (transfêrencia de ideais de trabalho por parte de professores de origem européia e treinados para trabalhar nas universidades européias) e a falta de concomitância entre papéis profissionais e oportunidades de participação dos sociólogos no movimento político-social. Um ideal relativamente complexo de pesquisa sociológica foi tolerado, durante certo tempo; mas, por fim entrou em conflito com as situações de interesses de classes sociais dominantes, que não estavam preparadas para conceder real autonomia aos sociólogos profissionais. Além disso, a inexistência de um movimento político-social relativamente forte deixou os intelectuais mais ou menos "livres" e "independentes" à merce da

Latin America, San Francisco, Ca., Chandler Publishing Co., 1967; A. García, *La Estructura del Atrazo en América Latina*, Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1969; e o pequeno ensaio de O. Sunkel, "Política Nacional de Desarrollo y Dependencia Externa" (ed. mimeo, de uma conferência pronunciada em 17 de novembro de 1966 para o Ciclo de Conferências Inaugurais do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile), o qual exerceu profundo impacto sobre os estudiosos do assunto (reimpresso: *Estudios Internacionales*, Santiago, vol. 1 n.º 1, abril de 1967; e in A Bianchi y otros, *América Latina: Ensaio de Interpretación Económica*, Santiago, Editorial Universitaire, 1969, págs. 245-278).

pressão conservadora. Os mais íntegros protegeram-se através de um radicalismo puramente subjetivo (isto é, sem suporte institucional, já que não se poderiam apoiar na estrutura e no funcionamento da universidade brasileira; e sem suporte de massa, já que não existia qualquer movimento político-social suficientemente forte para servir de contrapeso à pressão conservadora). Os que participavam, simultaneamente, da *vida universitária* e do *movimento socialista* tinham de cindir seus papéis intelectuais, como se esses dois eixos de atividades fossem estanques, exclusivos e só se encontrassem no infinito... Apenas em algumas esferas mais abstratas, quase sempre de elaboração teórica, ou, no extremo, com referência a questões práticas de alcance limitado, se tornava possível alguma comunicação frutífera e íntegra desses dois mundos.

Durante a década de 60 iria-se assistir uma dupla evolução. Nos primeiros anos dessa década, fortaleceu-se o impacto da condição externa do sociólogo sobre seu labor intelectual. Abriu-se, então, novas perspectivas, que acarretaram uma forte polarização política e ideológica dos papéis intelectuais dos sociólogos. Em compensação, produziu-se um aprofundamento qualitativo e quantitativo da sociologia "crítica" e "participante". Todavia, esse processo se desenvolveu tendo como pano de fundo uma situação de crise *nacional* e *internacional* das estruturas internas de dominação de classe. Logo se evidenciou que o grau de secularização da sociedade brasileira como um todo e que os ritmos de democratização das relações de poder eram totalmente insuficientes para absorver tal desenvolvimento da pesquisa científica. Abriu-se um vácuo, que expôs a sociologia às circuralidades do obscurantismo intelectual e da repressão conservadora. A resistência à mudança eclodiu, assim, como uma força especificamente política de alto teor destrutivo, pois ela se desencadeou de fora da universidade para dentro, mas encontrando, dentro da universidade, um sólido ponto de apoio institucional.

Esse rápido bosquejo mostra que não se podem reatar os vínculos com o passado como se nada tivesse acontecido ou como se a evolução tivesse sido outra, mais favorável à expansão da pesquisa científica e das ciências sociais. Os círculos sociais dos quais participo não me proporiã, nos dias que correm, os temas que me foram propostos nas décadas de 40 ou de 50. Doutra lado, os temas que me fossem propostos seriam certamente examinados de um ângulo bem diferente,

como o demonstram os trabalhos que escrevi recentemente ou que estou escrevendo. Essa diferença de expectativas e de orientações impõe, no mínimo, que se considere criticamente certas questões. Por que o sociólogo, numa sociedade como a nossa, volta-se com tanta insistência para os problemas de mudança? Quais são as características da mudança numa sociedade como a brasileira? Por que o controle da mudança é tão importante para o poder político das classes sociais dominantes? Essas questões não apareciam ou ficavam apenas implícitas nos ensaios coligidos neste volume. Em nossos dias, porém, elas não podem ficar encobertas ou meramente pressupostas. Precisam ser consideradas em conjunto e tomadas, não como um "foco de referência", mas como o ponto de partida de qualquer discussão sociológica crítica e realmente explicativa.

Por que Estudamos a Mudança Social?

Há muitas razões — empíricas, teóricas e práticas, a serem consideradas isoladamente ou em conjunto — para que o sociólogo se interesse pelo estudo da mudança social. As sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais "estáveis" ou "estáticas" que elas pareçam ser. Mesmo uma sociedade tida como "estagnada" só pode sobreviver absorvendo pressões do ambiente físico ou de sua composição interna, as quais redundam e requerem adaptações sócio-dinâmicas que significam, sempre, alguma mudança incessante, embora esta seja com frequência pouco visível (quer à análise microsociológica, quer à análise macrosociológica de conjuntura). De modo que um "estado de equilíbrio" só pode ser imaginado e obtido, pelo sociólogo, como recurso heurístico e interpretativo (sob a suposição de que, em dadas condições, podem-se observar melhor e, por conseguinte, interpretar melhor os dinamismos de uma sociedade determinada, tomando-a *como se* o estado real de funcionamento pudesse ser fixado e reído como um estado de equilíbrio aproximado). Doutra lado, o que alguns descrevem como o "estado de equilíbrio perfeito" somente se pode imaginar e construir, sociologicamente, como recurso puramente heurístico e interpretativo, por via exclusivamente abstrata e teórica. Na verdade, o *estado normal* de qualquer sociedade — o único modo pelo qual as sociedades se dão à observação e à interpretação dos sociólogos — é um estado concreto em que ela se revela em funcionamento e, portanto,

sob alguma combinação de tensões estáticas e de mudança sociais. Por sua vez, os padrões e os ritmos de mudança variam de um tipo de civilização para outro (o que quer dizer: variam de um tipo de sociedade para outro). Os limites dentro dos quais *funcionamento, mudança social estática ou dinâmica e equilíbrio relativo instável* podem conjugar-se e confundir-se só são determináveis concretamente, em termos de condições objetivas (inerentes ao tipo de sociedade que se considere) e de condições técnicas (posição a partir da qual o sujeito-investigador irá descrever e interpretar os aspectos "estáticos" e "dinâmicos" de tal tipo de sociedade).

Haveria pouco interesse teórico em investigar-se a mudança social na sociedade de classes brasileiras com o objetivo de esclarecer os aspectos estruturais e dinâmicos do próprio regime de classes. Esses aspectos devem ser naturalmente esclarecidos pela investigação sociológica do regime de classes em sociedades nacionais que combinem certo grau de autonomia do desenvolvimento interno com um mínimo de projeção hegemônica para fora (o que equivale a dizer: com algum controle estratégico direto e crescente das estruturas internacionais de poder, nas-cidas das relações de sociedades nacionais, seminações e neocolônias ou colônias entre si). Os sociólogos da chamada "periferia" do mundo capitalista desenvolvido devem dedicar-se, através da análise monográfica e da investigação comparada, ao estudo do regime de classes: 1.º) ou sob condições tipicamente neocolônias (nas quais apenas emerge um mercado capitalista especificamente moderno e o regime de classes aparece, assim, como uma realidade histórica incipiente); 2.º) ou sob condições tipicamente de dependência econômica, socio-cultural e política (nas quais a dominação externa é mediatizada e em que a revolução burguesa, como uma dimensão histórica interna, não se acelera por via autônoma, mas graças a esquemas de articulação da "iniciativa privada nacional" com o "intervencionismo estatal", com o "capital estrangeiro" ou com ambos). A primeira situação histórico-social existiu no Brasil na época da emancipação nacional e da eclosão interna do capitalismo. A segunda, já aparece claramente configurada nas últimas quatro décadas do século dezanove, exprimindo e servindo de suporte ao ciclo de deslanche da revolução burguesa; mas é sob a aceleração do crescimento econômico, portanto sob a "integração do mercado interno" e o industrialismo, que ela iria mostrar o que significa *dependência* sob o capitalismo monopolista e o imperialismo total. Se o conhecimento sociológico da formação

do regime de classes exige que se estude atentamente a primeira situação, é na segunda e em seus desdobramentos históricos que se pode descobrir uma explicação sociológica para o presente e para o futuro, ou seja, para o que o regime de classes reserva à periferia do mundo capitalista dependente e subdesenvolvido.

Ao adotar uma ótica sociológica semelhante, o sujeito-investigador deixa de operar com a "ordem social competitiva" como se ela fosse o equivalente de um modelo físico-químico, biológico ou matemático, válido da mesma maneira para qualquer subtipo da sociedade de classes. Ao estudar o regime de classes em sociedades nacionais dotadas, ao mesmo tempo, de desenvolvimento capitalista autônomo e de posição hegemônica nas relações capitalistas internacionais, os cientistas sociais puderam operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma homogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social; puderam concentrar a observação, a análise e a interpretação em casos extremos, considerados como "sistema" de uma perspectiva nacional, como se a economia, a sociedade e a cultura, sob o capitalismo, se determinassem apenas a partir de um núcleo interno em expansão; supuseram que os fatores causais e funcionais da transformação capitalista, tanto ao nível histórico quanto ao nível estrutural, atuam a partir de dentro (isto é, a partir do núcleo fundamental da relação capitalista e do conflito das classes sociais), e variam, sempre, de um ponto de menor complexidade para outro de maior complexidade quanto ao grau de diferenciação das relações de classe. Tal ótica sociológica era adequada de um duplo ponto de vista: a) objetivamente, dadas as condições de manifestação e de expansão do regime de classes nos países do "centro" do mundo capitalista; b) subjetivamente, dadas as hipóteses que fundamentavam o próprio estudo sociológico do regime de classes. No que diz respeito à periferia do mundo capitalista, no entanto, impõe-se que se ponha em prática uma verdadeira rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes. Isso não invalida, como muitos supõem, conceitos, métodos e teorias acumulados previamente, pois o regime de classes é o mesmo. Essa herança deve ser aproveitada criticamente e enriquecida. O que varia é o modo pelo qual o regime de classes "nasce" e se "desenvolve", com influências dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas. A diferença entre uma e outra abordagem pode-

ria ser enfatizada da seguinte maneira: em um caso, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo hegemônico da sociedade de classes; no outro, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo heteronômico (ou dependente) da sociedade de classes. O regime de classes "transborda" de um para outro, graças às estruturas de poder criadas no plano internacional pelo capitalismo, porém o primeiro "faz a história", enquanto que, o segundo, "a sofre" (é claro, mantidas as condições de preservação e crescimento do capitalismo). Portanto, para não viciar sua capacidade de observação, de análise e de interpretação, o sujeito investigador precisa, para investigar unidades que caem no segundo caso, ajustar-se criticamente às condições específicas seja do seu objeto de estudo, seja de sua investigação.

Isso implica em romper com o resíduo naturalista implícito na idéia de que o regime de classes surge da mesma maneira, funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele apareça. Para os fins de nossa discussão, isso quer dizer, especialmente, que os sociólogos deixarão de considerar o desenvolvimento capitalista como se ele próprio fosse um cientista de laboratório ou um matemático. Ao estudar o regime de classes em sociedades que se defrontam com o desenvolvimento capitalista induzido e controlado de fora, além disso sujeitas ao impacto negativo das debilidades resultantes de suas posições heteronômicas, os cientistas sociais têm de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social. Eles precisam adaptar seus ângulos de observação, de análise e de interpretação à natureza e à variedade das forças que intervêm, concretamente, na configuração e nos dinamismos do regime de classes das nações capitalistas heteronômicas: umas, procedentes das sociedades hegemônicas externas; outras, provenientes de tendências dominantes na evolução das estruturas internacionais de poder, criadas pela interação e acomodação, ao nível mundial, das impulsões imperialistas das nações capitalistas hegemônicas; e outras, por fim, que nascem "a partir de dentro", das próprias sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas (às vezes "induzidas a partir de fora" mas, com frequência, parte da evolução interna do capitalismo) e que se voltam na direção do "desenvolvimento capitalista para dentro". Ou seja, os cientistas sociais perdem parte de seu arbítrio na abstração do caso nacional do amplo conjunto de forças, que operam simultanea-

mente e com potencialidades sócio-dinâmicas ao mesmo tempo tão variadas e contraditórias. E se têm em vista uma descrição raramente balanceada e uma interpretação rigorosa dos fatos, o caso nacional só pode ser entendido e explicado se não for considerado isoladamente: cumprir reter todas as forças que são relevantes em termos estruturais e dinâmicos, nos três níveis mencionados, pois o regime de classes, em tal situação histórica, exprime a combinação dessas três ordens de influências, tanto nas transições que são tidas como "graduais", como nas que possuem "teor revolucionário".

A principal contribuição do estudo sociológico do regime de classes, em tais condições, é empírica e teórica, embora muitas consequências práticas possam ser derivadas desse conhecimento. Trata-se do regime de classes que se desenvolve em conexão com o capitalismo dependente. A dominação burguesa nele apresenta dois pólos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades "patrióticas" e "democráticas" ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada "comunidade internacional de negócios". O grande erro dos cientistas sociais dos países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos consistiu em considerar a dominação burguesa somente sob o símile fornecido pelos países capitalistas hegemônicos. Esqueceram que o imperialismo, visto a partir do padrão de dominação burguesa existente em seus países, configura um pólo societário específico (mesmo em termos ecológicos, institucionais e humanos, pois as firmas e capitais estrangeiros se deslocam para o interior dos países dependentes, e operam dentro deles com pessoal, tecnologia e política próprios). Ou, em outras palavras, ignoraram que a dominação burguesa nunca poderá ser descrita e interpretada corretamente, no caso de seus países, sem que suas conexões causais e funcionais com as sociedades de classes hegemônicas sejam agregadas às conexões causais e funcionais puramente internas. Além disso, ao contrário do que muitos cientistas sociais supuseram (e continuam a supor), seus países não estão diante de uma ordem feudal

ameaçada e em desagregação. Nestes países (salvo algumas exceções), o que existe é uma ordem colonial em processo de crise e de liquidação (nos casos excepcionais, essa ordem colonial se superpõe à ordem feudal preexistente). O equivalente do processo histórico de desagregação do feudalismo é, pois, a descolonização — e esse fato é de reconhecimento difícil, especialmente na América Latina, onde prevalece a presunção errônea de que a descolonização constitui um episódio do século XIX e das lutas pela emancipação nacional (quando, na verdade, o capitalismo comercial neocolonial e, em seguida, o capitalismo dependente condicionaram, de várias maneiras, a persistência de estruturas econômicas, sociais e políticas coloniais ou neocoloniais e sua coexistência com estruturas econômicas, sociais e políticas criadas pela eclosão de um mercado capitalista moderno e, em seguida, de um sistema de produção capitalista localizado no "setor novo", predominantemente urbano-comercial e, mais tarde, urbano-industrial). Na medida em que a "burguesia nacional" luta pelo desenvolvimento capitalista em termos de uma política de associação dependente, ela se articula, ativa e solidariamente, aos variados interesses externos, mais ou menos empenhados na redução dos ritmos e dos limites da descolonização. Por aí se vê, portanto, que estamos diante de um subtipo de regime de classes, o qual só pode ser descrito e explicado através da investigação sociológica da sociedade de classes que se expandiu sob a égide do capitalismo dependente.

A segunda contribuição importante do estudo sociológico desse regime de classes diz respeito ao esclarecimento do tipo de revolução burguesa a que ele dá origem (ou que ele requer). As classes dominantes internas usam o Estado como uma base de autodefesa e de ataque, impondo assim seus privilégios de classe como "*interesses da Nação como um todo*", e isso tanto de cima para baixo, como de dentro para fora. Elas precisam de um "excedente de poder" (não só econômico, mas especificamente político) para fazer face e, se possível, neutralizar: 1.º) as pressões internas dos setores marginalizados e das classes assalariadas; 2.º) as pressões externas vinculadas aos interesses das nações capitalistas hegemônicas e à atuação da "comunidade internacional de negócios"; 3.º) as pressões de um Estado intervencionista, fortemente burocratizado e tecnocrático, por isso potencialmente perigoso, especialmente se as relações de classes fomentarem deslocamentos políticos no controle societário da maquinaria estatal, transformações nacional-

-populistas ou revoluções socialistas. Em vista disso, o Estado não é, para as classes dominantes e com o controle do poder político, um mero comitê dos interesses privados da burguesia. Ele se torna uma terrível arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma complexa estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socio-culturais e políticos de origem remota (colonial ou neocolonial) ou recente. Na lógica do uso do Estado como instrumento de ditadura de classe, seja ela dissimulada (como ocorria sob o regime imperial e sob o presidencialismo), seja ela aberta (como ocorreu sob o Estado Novo ou no presente), o inimigo principal da burguesia vêm a ser os setores despossuídos, na maioria classificados negativamente em relação ao sistema de classes, embora uma parte deles se classifiquem positivamente, graças à proletarização. Todavia, nessa mesma lógica o "parceiro externo" não passa de um "perigoso companheiro de rota". É a relação política com esse aliado, aliás, que caracteriza a existência do capitalismo dependente e define os rumos da revolução burguesa que ele torna possível. Sem um Estado suficientemente forte e dócil, seria difícil manter a associação com "os interesses externos" em condições de autodefesa dos "interesses privados nacionais"; esse Estado é que engendra o espaço político de que necessita a "burguesia nacional" para ter uma base de barganha com o exterior e, ao mesmo tempo, poder usar a articulação com o "capital externo" como fonte de aceleração do crescimento econômico ou de transição de uma fase para outra do capitalismo. As classes dominantes seriam uma mera "burguesia compradora", destituída de meios políticos para evitar a regressão a uma condição colonial ou neocolonial, se não dispusessem dessa faculdade para criar e utilizar o seu próprio espaço político nas relações com o seu pólo externo. Analisando-se as conexões apontadas, constata-se que o Estado surge, assim, como o instrumento por excelência da dominação burguesa, o que explica as limitações de sua eficácia: seus alvos são egoístas e particularistas; e são raras as coincidências que convertem "o que interessa ao topo" em algo relevante para toda a Nação. Em tais circunstâncias, a dominação burguesa não é útil nem para levar a cabo a revolução nacional (por causa de suas conexões estruturais e dinâmicas com as burguesias das nações capitalistas hegemônicas e com o capitalismo internacional), nem para promover a democratização da riqueza, do prestígio social e do poder (por causa da coexistência de vários modos

de produção pré ou subcapitalistas com o modo de produção capitalista e do temor de que uma liberalização da compressão política pudesse conduzir à "anarquia" e à "revolução popular"). Em consequência, temos aí uma revolução burguesa de tipo especial. Ela tem sido encarada e definida como uma revolução burguesa "frustrada" ou "abortada". Contudo, esse raciocínio interpretativo só se justifica quando ela é pensada em confronto com o modelo nacional-democrático de revolução burguesa (a comparação implícita ou explícita seria com a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos). Nos quadros em que ela ocorre, porém, a sua eficácia para o "poder burguês" e o desenvolvimento depende da contensão tanto da *revolução nacional*, quanto da *revolução democrática*. Nesse sentido, ela não é nem uma revolução frustrada nem uma revolução abortada, pois nem a "democracia burguesa" nem o "nacionalismo revolucionário" burguês se inscrevem entre os seus objetivos reais. O que ela colima, a criação de condições e meios para o aparecimento e a sobrevivência do capitalismo dependente, tem sido atingido, às vezes suscitando até a idéia do "milagre econômico" (já aplicada ao México e ao Brasil quanto à América Latina). Sob outros aspectos, ela cai na categoria das transformações capitalistas conseguidas por vias autocráticas (*).

Por fim, o estudo do regime de classes, em tais condições histórico-sociais, contém outra contribuição empírica e teórica deveras importante. Ele esclarece que muitas transformações ocorridas nas sociedades de classes não são um produto automático da ordem social competitiva. Ao contrário do que se acreditava, através de utopias "democrático-burguesas" ou de hipóteses específicas (5), por si mesma, a ordem social competitiva não cria dinamismos suficientemente fortes para destruir o "antigo regime" ou as estruturas econômicas, sociais e políti-

(4) Os estudiosos costumam citar a Alemanha e o Japão como casos típicos nessa evolução do capitalismo (ver especialmente: B. Moore, Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston, Beacon Press, 1970; R. Bendix, *Nation Building and Citizenship*, Nova Iorque, Anchor Book, 1969; N. Poulantzas, *Poder Político y Classes Sociales en el Estado Capitalista*, trad. F. M. Torner, México, Siglo Veintiuno Editores, 1969). Veja-se, também: F. Fernandes, "Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente" (*Debate e Crítica*, São Paulo, n.º 1, julho-dezembro de 1973, págs. 48-66).

(5) É o caso das hipóteses sugeridas por W. Lloyd Warner e L. Strole (veja-se: *The Social Systems of American Ethnic Groups*, New Haven, Yale University Press, 1960, esp. cap. X).

cas "arcaicas", dele remanescentes, e para construir as estruturas alternativas, autenticamente nacionais e democráticas-típicas de uma sociedade de classes. Sem contar com um sistema-de-produção capitalista autônomo e universalizado tanto em bases nacionais quanto de classes, a ordem social competitiva só é eficiente e aberta para os "mais iguais" (os quais oscilam, nos povos de capitalismo dependente, entre um e cinco por cento, raramente atingindo um quarto da população total). Esse pequeno setor realmente constitui toda a sociedade competitiva da Nação. Não obstante, seria incorreto dizer-se que a ordem social competitiva não exista, em tais casos, ou que ela opere como um "sistema fechado". As influências socio-dinâmicas que ela desencadeia são consideráveis, comandando todo o fluxo da reorganização da economia, da sociedade e da cultura. Além disso, ela se abre "para baixo": há forte mobilidade social vertical, ascendente e descendente, com alguma "circulação das elites" e intensa absorção dos elementos em ascensão social (nacionais ou estrangeiros). Contudo, tudo se passa como um processo típico de socialização pelo topo, o qual promove uma constante redefinição das lealdades dos grupos em mobilidade ascendente e uma permanente acetaliação das classes "baixas" e destruídas. O que explica porque o crescimento quantitativo da ordem social competitiva não acarreta maiores alterações nos padrões de relações de classes ou de consciência de classes: o próprio crescimento da ordem social competitiva tende a favorecer unilateralmente os grupos e classes privilegiados; e, de outro lado, contribui para fortalecer e generalizar expectativas autocrático-conservadoras de utilização e controle do poder. Isso quer dizer que, nas condições apontadas, a ordem social competitiva se esvazia como fator histórico-social, tornando-se rígida ou inerte principalmente para os interesses de classes que não coincidem com os dos "donos do poder" (os da imensa maioria silenciosa e esquecida). Ela não se coloca, através de seus dinamismos espontâneos, na fonte das correções de tendências antidemocráticas e antinacionais, porque ela própria funciona como uma fonte de perpetuação indefinida e de fortalecimento de tais tendências. Correções dessa natureza só poderiam surgir se a ordem social competitiva fosse liberada da tutela de uma burguesia autocrática e ultracconservadora. Ou seja, através de pressões anticonformistas de grupos elitistas (isto é, como uma "revolução dentro da ordem") ou através da rebelião das massas (isto é, como uma "revolução contra a ordem"), alternativas que são especificamente repri-

N T A N V r e s t r a m m a

midas e postas fora da lei pela burguesia, com base em um ideal de "Nação" e de "Democracia" que se conforma ao modelo existente da ordem social competitiva.

Semelhantes contribuições empíricas e teóricas possuem alguma significação prática? É claro que a utilidade prática das descobertas dos sociólogos depende da existência de grupos e de movimentos dispostos a utilizar os resultados da investigação sociológica na esfera da ação. Em países destituídos de forte participação política popular e de "tradições liberais" muito débeis, só existem limitados incentivos para que isso possa ocorrer. Ainda assim, os três pontos assinalados contêm evidente importância para os vários círculos sociais mais ou menos inconfomistas da sociedade brasileira. Não tanto em virtude do "desmascaramento" da revolução burguesa, o qual já se patenteava, de múltiplas maneiras, no terreno da ação (já na década de dez as greves operárias foram tratadas como "questão de polícia", como essa ótica foi reimplantada de forma ampliada, em 1964, deve-se supor que ela define o horizonte político das classes dominantes). A nível prático, só acumulamos experiências que pressupõem as expectativas autocráticas de uma "tirania esclarecida", o que fez com que o desmascaramento da revolução burguesa entrasse para a rotina. Ninguém, hoje, se ilude com os propósitos de "autonomia nacional", de "nacionalismo econômico" ou de "democracia liberal" da burguesia. Esses conceitos sofreram tal desgaste, que perderam qualquer sentido prático (a própria burguesia gravitou para outros conceitos, como o de "segurança nacional", "milagre econômico" e "democracia forte"). Do outro lado, a "revolução institucional" pôs fim ao próprio mascaramento ideológico, deixando a nu que certas compulsões nacionalistas e democráticas são parte do folclore político, mero recurso de ritualização do comportamento de classe. De fato, a dominação burguesa se apresenta como ela é: rígida, monolítica e autocrática, anulando ou suprimindo todo o espaço político que não sirva aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes dominantes. Tudo isso é essencial do ponto de vista prático: os movimentos de oposição ou de inconfomismo militante precisam criar, por seus próprios meios, o seu espaço político. A ordem social competitiva não lhes dá caminho; e a repressão conservadora desapa sobre eles para destruí-los, quaisquer que sejam suas vinculações reais com o nacionalismo, com a democracia ou mesmo com a intensificação da revolução burguesa. Dada essa situação global — e o fato de que a luta contra a repressão conservadora

tem de ser, ao mesmo tempo, uma luta contra a dominação externa — é claro o calibre das exigências práticas, que impõem ao movimento democrático-nacionalista e ao movimento socialista uma ruptura total com a ordem existente. Nessa conjuntura, a contribuição prática do conhecimento sociológico é fundamental, porque ele nos ensina a não termos ilusões. Ou ser-vimos ao Deus do capitalismo dependente; ou nos colocamos contra ele, pelas formas e meios que conseguirmos articular.

Na verdade, onde a revolução burguesa se insere em um contexto histórico-social de apropriação dual do excedente econômico (6), de modo a canalizar-se institucionalmente grande parte da expropriação capitalista para fora, a base material para a formação e a expansão da ordem social competitiva torna-se muito fraca e vacilante. Não se poderia esperar, em tais condições, que a ordem social competitiva, em suas sucessivas transformações históricas, gerasse forças econômicas, sociais e políticas capazes de acelerar e universalizar a descolonização e, por conseguinte, de subverter a orientação dependente e oscilante da revolução burguesa. Nessa situação, a mudança social é comprimida, convertendo-se, extensa e profundamente, em um processo de "modernização dependente" (7), produzido e regulado graças à absorção de dinamismos socio-econômicos e culturais das Nações capitalistas hegemônicas. É claro que este padrão básico de modernização debilita o controle interno da mudança social e do desenvolvimento econômico, de modo permanente (quando declina a hegemonia de uma Nação central, surgem outras que ocupam a mesma posição, como sucedeu com as transições neocoloniais, para o capitalismo competitivo ou para o capitalismo monopolista), e impede que se instaure o padrão alternativo de "modernização autônoma", ainda dentro do capitalismo.

O que importa aqui, do ponto de vista prático, são as consequências socio-dinâmicas e políticas de tal processo secular. Os ritmos históricos e estruturais, a continuidade ou descontinuidade e o grau de aceleração da revolução burguesa passam a depender largamente dos dinamismos imperialistas das Na-

(6) Sobre esse conceito, veja-se F. Fernandes, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, pág. 71 e seguintes.

(7) Quanto ao contraste entre "modernização dependente" e "modernização autônoma", conforme a obra citada, cap. III.

ções capitalistas hegemônicas e do mercado mundial. A falta de correspondência entre poder econômico e poder político faz com que a burguesia nacional, mesmo que desejasse o contrário, seja impotente para realizar, por conta própria, os seus pa-péis históricos e tentar, assim, assumir o controle completo, a partir de dentro (embora com recursos materiais e inovações importados), das grandes transformações econômicas, sócio-culturais e políticas. Isso sugere que a revolução burguesa, à medida que se transita do capitalismo comercial para o capitalismo industrial e financeiro, engendra problemas crescentemente mais complexos e insolúveis na esfera da dependência econômica, cultural e política, aparecendo como inevitável a transferência de decisões vitais para os centros estratégicos das Nações capitalistas hegemônicas. Em consequência, a autonomia nacional e a democracia deixam de ser historicamente concretizáveis, ao nível em que elas se objetivam na consciência conservadora, pela via da revolução burguesa. Só as classes sociais que se opõem a esse tipo de revolução (ou ao caráter que ela assume sob o capitalismo dependente), poderiam romper o impasse. A experiência demonstrou que ainda não chegamos a esse ponto de ruptura e que, de outro lado, o infortúnio das elites (de classes médias e altas) não é bastante sólido para criar uma alternativa histórica dentro e a partir da ordem social competitiva. O que significa que só as classes sociais destituídas e o proletariado poderão forjar essa alternativa, mas fora e contra a ordem existente, o que exige que suplantem a dominação burguesa interna e externa, bem como se mostrem aptos para desencadear uma revolução socialista.

Quais são as Características da Mudança Social no Brasil?

Deixando de lado várias questões fundamentais — algumas já debatidas em outros trabalhos de minha autoria, que cuidam do processo de transplantação cultural propriamente dito e do esforço criativo inerente à preservação de uma herança sócio-cultural que transcendia, de modo inevitável, às exigências das situações históricas vividas — concentrarei a atenção sobre certos aspectos sócio-dinâmicos do fluxo da mudança social e de seu controle societário coercitivo. Impõe-se deixar de lado o período colonial. Contudo, não se deve esquecer que o padrão brasileiro de *gente de prole* se constituiu nesse período, em que se agravaram, por causa da escravidão e da própria ex-

propriedade colonial, as distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa. Há evidente ligação entre esse padrão, que ainda não foi neutralizado pela ordem social competitiva, e a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites das classes dominantes. Por isso, as relações de classe sofrem interferências de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agressivos, lembram mais a simetria "colonizador" versus "colonizado" que a "empresário capitalista" versus "assalariado". Isso evidencia o quanto a ordem civil ainda não atingiu mesmo grupos incorporados ao mercado capitalista de trabalho e ao sistema de relações de classes, demonstrando que a distância social entre as classes nem sempre é uma mera questão quantitativa. Agudele padrão comparbiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possua a mesma *condição social*. O que faz com que aquilo que parece "democrático", na superfície, seja de fato "autoritário" e "autocrático", em sua essência. Esse patamar psicossocial das relações humanas é a nossa herança mais duradoura (e, ao mesmo tempo, mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista. Gostaria que ele fosse mantido na perspectiva crítica de leitores, qualquer que seja sua dificuldade para imaginar como as coisas seriam se o Brasil não tivesse surgido como uma sociedade colonial e escravocrata.

O principal foco dos dinamismos sócio-dinâmicos da mudança social é a organização da sociedade. No caso brasileiro, os modelos de organização social sempre contiveram potencialidades sócio-dinâmicas (de diferenciação estrutural e funcional ou de saturação histórica) que não lograram se concretizar de modo mais ou menos rápido e intenso⁽⁸⁾. O primeiro modelo, que serviu de base para a organização da sociedade colonial, envolvia uma superposição do padrão português do regime estamental (em fase de transição incipiente para o regime de classes) à escravidão de estoques raciais indígenas, africanos e mestiços. Essa superposição representou uma técnica adaptativa

(8) Para uma descrição sintética desses modelos, de acordo com a orientação interpretativa do autor, cf. F. Fernandes (org.), *Comunidade e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional-Editora da Universidade de São Paulo, 1972, págs. 273-283, 309-315, 399-407 e 506-511.

imposta pela exploração colonial e deu origem a um sistema estratificatório misto, cujo duração foi condicionada pela persistência do regime servil e do sistema de produção escravista. Ele possibilitava a classificação dos elementos da *raça dominante* em termos estamentais; a classificação dos elementos das *raças escravizadas* (legal ou ilegalmente) em termos de castas; e uma ampla gravação dos elementos mestiços libertos ou livres em torno dessas categorias. Bastam dois exemplos para se ter uma idéia aproximada de como foi lenta a saturação estrutural-funcional e histórica desse sistema de estratificação. No que diz respeito ao senhor, não é no período colonial, mas graças à emancipação nacional que ocorre a integração vertical dos estamentos senhoriais. Essa transformação operou-se através da integração desses estamentos em uma ordem civil, que detinha o monopólio do poder político, o qual conferiu aos senhores a probabilidade de controlar a máquina do Estado sem qualquer mediação. Enquanto durou o sistema colonial, a Coroa impediu essa evolução, que deslocaria o poder político de suas mãos para os estamentos senhoriais. No que diz respeito ao escravo, somente depois da supressão do tráfico (portanto, depois que o mundo de produção escravista entra em crise estrutural) e para fazer face às pressões da incorporação de novas áreas à economia de plantação, é que a escravidão como "instituição econômica" iria sofrer uma depuração funcional. O *domus* foi separado da *plantação* e, em consequência, muitos fatores de desperdício ou subaproveitamento do trabalho escravo foram reduzidos ou eliminados, com o objetivo de aumentar seja a sua intensidade, seja a sua produtividade (9). O segundo modelo, que se originou, simultaneamente, da desagregação do regime estamental e de castas e do desenvolvimento interno do capitalismo, foi amplamente solapado pela coexistência e concorrência do trabalho servil, do trabalho semilivre e do trabalho livre, provocadas pela coetaneidade de várias idades históricas distintas e pela articulação, no mesmo sistema econômico, de modos de produção pre-capitalistas e capitalistas.

(9) O melhor exemplo, a respeito, é o do Oeste paulista, onde a inovação aparece em conexão com os dois efeitos mencionados (con-sultem-se: S. Buarque de Holanda, prefácio a Thomaz Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil* (1850), São Paulo, Livraria Martins, 1941, págs. 13-14; F. Fernandes, "O Negro em São Paulo" (*O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972, cap. VI; esp. págs. 142-146).

Isso, mais que o seu aparecimento relativamente recente, explica as vicissitudes do regime de classes no Brasil e as dificuldades, tanto estruturais quanto históricas, que vêm embaraçando a eficácia da competição e do conflito na coordenação das relações de classe. Basta um exemplo para se ter uma idéia aproximada do que implica esta afirmação. As greves operárias, enfrentadas como "questão de polícia" na década de dez, foram reiteradamente tratadas de modo repressivo posteriormente e banidas da ordem legal depois de 1964 (10). Uma sociedade de classes que submete o sindicalismo a uma regulamentação corporativista e tolhe as pressões de baixo para cima não está apenas na "infância". É uma sociedade de classes que só funciona como tal para os "*mais ignais*", ou seja, para as classes altas e médias.

O outro foco dos dinamismos sócio-dinâmicos da mudança social é a difusão cultural. No caso brasileiro, cumpre reconhecer, desde logo, esse foco tem uma importância básica, pois a incorporação aos movimentos de "expansão do mundo ocidental moderno" tem operado como *fator de precipitação* tanto de transições históricas, quanto de diferenciações estruturais que explicam transformações capitais da sociedade brasileira (quer sob o regime estamental e de castas, quer sob o regime de classes). Em regra, o desenvolvimento interno da economia, da sociedade e da cultura cria, previamente, um novo parâmetro, o qual condiciona e torna possível a partir de dentro, uma alteração súbita no enlace com os dinamismos econômicos e culturais com as Nações capitalistas hegemônicas e com o mercado mundial. Precipita-se, desse modo, uma fase mais ou menos intensa de modernização, orientada e regulada a partir de fora. Em seguida, a transformação completa-se, através de vários reajustamentos internos simultâneos ou su-

(10) Vejam-se, especialmente: E. Dias, *História das Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Editora Edagiti, 1962; e, para fins de interpretação sociológica: L. Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966; A. Simão, *Sindicato, e Estado*, São Paulo, Dominus Editora-Editora da Universidade de São Paulo, 1966; J. Albertino Rodrigues, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966; F. C. Welfort, *Sindicato e Política*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ed. mimeo, 1972; J. R. Brandão Lopes, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967; F. C. Welfort, *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Orasso*, 1968, São Paulo, CEBRAP, 1972.

cessivos. Quando a transição é substancial, estrutural e historicamente (como ocorreu na época da emancipação nacional, com a passagem do sistema colonial para o neocolonial; do último quartel do século XIX em diante, com a emergência e a expansão do capitalismo competitivo; e, depois da Segunda Guerra Mundial, com a emergência e expansão do capitalismo monopolista), ocorre uma substituição do padrão de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político; alteram-se também os ritmos do desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político, que atingem maior velocidade inicial, para decair gradualmente e, com o tempo, retomar uma velocidade média compatível com a preservação das mudanças ocorridas (sem, no entanto, eliminar hatos e discontinuidades, nascidos da heterogeneidade dos modos de produção articulados no mesmo sistema econômico e da coetaneidade de idades históricas diversas); e, por fim, surge o encadernamento das transformações ocorridas, com a diferenciação da economia, da sociedade e da cultura, estabelecendo um patamar novo, que permite ou uma melhor saturação estrutural-funcional e histórica dos modelos de organização social vigentes, ou outro "salto" estrutural-funcional e histórico. Esse esquema, ultra-simplificado, situa bem a complexidade da vinculação dos dinamismos sócio-dinâmicos internos e externos. A relação não é uma relação de causa e efeito simples. Temos, antes, um modelo dialético de causação, pelo qual podemos localizar múltiplas causas e efeitos em influência recíproca e em tempos sucessivos ou simultâneos, todos regulados, nas relações de concomitância e de sucessão, pelos vários tipos de contradições que jogam o desenvolvimento interno contra a modernização e vice-versa. Procurei reter e pôr em primeiro plano as regularidades que aparecem, aos níveis estrutural-funcional e histórico, como as tendências características do complexo movimento social resultante. Esse esquema comporta duas afirmações complementares: 1.º) em si e por si mesmas, as "transformações internas" não seriam suficientes para promover a diferenciação estrutural-funcional e as transições históricas conhecidas (a desagregação do sistema colonial, a plenitude do sistema de castas e de estamentos, a desagregação desse sistema e a formação do sistema de classes); 2.º) porém, em si e por si mesmos, os fluxos da "modernização dependente" não encontrariam base econômica, sócio-cultural e política para transcorrem e, em particular, para atingirem a eficácia que lograram (seja na dinamização da ordem escrita

vocata e senhorial ou da ordem social competitiva, seja na dinamização do desenvolvimento capitalista interno, nos desdobramentos que vão de uma economia neocolonial dotada de um mercado capitalista moderno ao capitalismo competitivo e ao capitalismo monopolista). Essas duas conclusões também comportam um corolário: a articulação dos dinamismos econômicos, sociais e culturais internos e externos, apesar de tudo, não é suficiente para produzir a emergência e a consolidação de um padrão de desenvolvimento que se pudesse equiparar ao padrão de desenvolvimento auto-sustentado das Nações capitalistas hegemônicas. Isso faz com que a incorporação e a modernização surjam à observação em sua verdadeira natureza, como uma expansão de fronteiras econômicas, sócio-culturais e políticas externas (de fora para dentro: das Nações capitalistas hegemônicas na direção da sociedade brasileira), como uma espécie de "conquista", à qual os dinamismos internos não têm o poder de se oporem e de neutralizar.

O fluxo descrito continha, de fato, dois movimentos de mudança social que se superpunham e, a partir de certo momento, se confundiam e se fundiam. Ambos os movimentos operavam "espontaneamente": um, através de processos de diferenciação da ordem social escravocrata e senhorial (ou, mais tarde, da ordem social competitiva) e da saturação histórica progressiva de potencialidades dinâmicas de *status* e papéis sociais, de relações sociais ou de funções sociais das instituições-chave; outro, através da ampla difusão de novas técnicas, valores e instituições sociais, implantados no "setor novo" graças à eclosão de um mercado capitalista moderno, à reorganização político-administrativa do Estado e à crescente expansão urbano-comercial (ou, mais tarde, urbano-industrial). No conjunto, os dois movimentos é que exprimiriam toda a transformação da economia, da sociedade e da cultura. Todavia, eles não operavam isoladamente. Tanto a partir de dentro, quanto a partir de fora, havia outros movimentos de sentido oposto, que trabalhavam pelo equilíbrio estático da economia, da sociedade e da cultura. O modo de produção escravista, a estrutura estamental e de casta das relações sociais, e a dominação patrimonialista concorriam para preservar, aos níveis estrutural e histórico, as estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do período colonial, mantendo-as quase intatas. Outro lado, a influência externa, autenticamente revolucionária aos níveis estrutural e histórico na fase de desagregação do antigo sistema colonial, pois incorporava a economia in-

terna diretamente ao mercado mundial e fixava os núcleos urbanos que iriam servir de fulcro ao crescimento de um mercado capitalista moderno, também pressupunha um *feedback* negativo. O comércio externo constituía o verdadeiro ponto de apoio seja para a manutenção seja para a ampliação de um esquema de exportação e de importação que iria servir de eixo para a preservação, o desdobramento e a revitalização de estruturas econômicas, sociais e políticas de origem colonial.

É preciso cotejar esses quatro movimentos de estabilidade e de mudança sociais, convergentes em certos aspectos e divergentes em outros, para se avaliar corretamente o resíduo realmente inovador e construtivo dos fluxos internos e externos de transformação econômica, sócio-cultural e política. Os movimentos que promoviam a preservação e o fortalecimento de relações, instituições e estruturas coloniais não eram, pura e simplesmente, antagônicos à modernização, ao crescimento do "setor novo" e à expansão interna do capitalismo comercial. Bem analisados, eles constituíam antes uma pré-condição para que tudo isso fosse possível, dadas as vinculações existentes entre a grande lavoura, a continuidade da incorporação direta ao mercado mundial e o desenvolvimento capitalista no "setor novo", urbano-comercial (e, mais tarde, urbano-industrial). O antagonismo à mudança, portanto, tem de ser interpretado com muito cuidado, porque ele faz parte da autodefesa do setor arcaico, que funcionava como fonte de alimentação indireta das transformações em curso e se beneficiava delas no nível menos visível da reorganização e concentração do poder. Doutra lado, os interesses investidos na modernização ou na expansão interna de um mercado capitalista moderno e do setor urbano-comercial, estratégico para tais fins, não lutavam pelo controle do espaço ecológico, econômico, sócio-cultural e político incorporado às estruturas econômicas, sócio-culturais e políticas de origem colonial. Na verdade, eles se superpunham e se agregavam, aos níveis estrutural e histórico, aos interesses investidos neste setor de origem colonial, produzindo-se uma articulação dinâmica entre ambos. Por isso, não só as relações de produção coloniais podiam subsistir: elas se convertiam, de imediato, em fonte do excedente econômico que iria financiar tanto a incorporação direta ao mercado mundial, com seus desdobramentos econômicos e culturais, quanto a eclosão de um mercado capitalista moderno e a subsequente revolução urbano-comercial. Por aí se verifica quão complexo era o quadro global. E, o que tem maior

importância interpretativa, de que natureza era o fluxo de mudança social descrito. Ele não surgia insipidamente, como uma torrente volumosa e impetuosa, que abria seu caminho de modo inexorável. Mas uma espécie de afluente, que desaguardava em um rio velho, sinuoso e lento. A medida que se formassem novos afluentes e, em particular, à medida que os homens drenassem o velho rio e o retificassem, é que a contrribuição da massa de água adquirida iria revelar todo o seu potencial. Essa imagem não é meramente retórica. Lembremo-nos de que da vinda da família real, em 1808, da abertura dos portos e da Independência, à Abolição, em 1888, à proclamação da República e à "revolução liberal", em 1930, decorrem 122 anos, um processo de longa duração, que atesta claramente como as coisas se passaram.

Esse quadro sugere, desde logo, a resposta à pergunta: "a quem beneficia a mudança social?". Embora transformações tão profundas quanto as que ocorreram graças à desagregação do sistema colonial e à expansão interna do capitalismo comercial afetassem o presente e o futuro de toda a sociedade brasileira, de fato os proventos imediatos dessas transformações convergiam para pequenos grupos de agentes humanos, localizados em posições estratégicas no exterior ou no interior do país. Limitando-nos a estes últimos: os benefícios e os efeitos construtivos a largo prazo da mudança social foram monopolizados pelos estamentos médios e altos, os únicos que se se incorporavam à ordem civil com meios e qualificações para impor sua vontade. A questão não é só, portanto, de "nível de vida" ou de "estilo de vida", como querem crer muitos historiadores e antropólogos. Ela é, também, de "organização da vida". O fluxo da mudança social trazia em seu bojo novas formas de organização institucional das atividades econômicas, sócio-culturais e políticas, as quais foram amplamente absorvidas e controladas pelos setores senhoriais ou quase-senhoriais que compunham a referida ordem civil (no campo e nas cidades). Os dois núcleos mais importantes de fixação dessas mudanças localizavam-se no Estado emergente e nas firmas comerciais. Como a emancipação nacional constituía uma revolução especificamente política, é em torno dessa área que ocorrem as principais transformações. A saturação histórica dos papéis políticos dos senhores deu uma nova importância à sua participação das atividades políticas, em escala provincial e nacional. As famílias senhoriais têm de enfrentar, assim, maiores investimentos humanos e financeiros nos centros de poder político, precisando

deslocar do campo para a cidade, de maneira crescente, sua esfera de atuação burocrática e política crucial. O mesmo processo provoca uma reativação das atividades político-burocráticas dos elementos dos estamentos médios e altos localizados nas cidades, com uma intensificação da solidariedade política estamental acima dos laços de família ou de nobreza (o que constituía um requisito da formação da ordem civil como um sistema de poder "fechado" e do seu funcionamento como um mecanismo de monopolização do poder pelos estamentos altos e médios da "raça dominante"). No outro plano, encontravam-se as novas firmas comerciais, na maioria estrangeiras ou associadas, em torno das quais iria gravitar, inicialmente, o crescimento do mercado moderno e do próprio capitalismo. Malgrado o controle externo direto ou indireto, esse avanço pressupunha o início da desagregação gradual do padrão colonial de mercado (que continuava a existir, a funcionar e a dominar as economias locais), uma nova relação com a economia mundial e as bases necessárias para a organização institucional das atividades econômicas internas segundo padrões especificamente capitalistas. Tal progresso não era de somenos, já que permitia absorver, de imediato, as quotas do excedente econômico que eram abocanhadas pela Coroa e pelas companhias comerciais metropolitanas; e, de outro lado, criava um ponto de partida para o novo funcionamento do esquema exportação-importação, que passou a gravitar também para dentro, fomentando o aparecimento de um pólo dinâmico para o crescimento do mercado interno e, com o tempo, do modo de produção capitalista. Al estavam os germes de uma ordem social competitiva, que abria seus flancos dentro do "antigo regime" em reelaboração e iria se alimentar de sua destruição paulatina.

No que concerne à monopolização dos efeitos constitutivos da mudança social pelos estamentos dominantes da ordem social escravocrata e senhorial há pouco a acrescentar. O "cidadão", na emergente sociedade nacional brasileira, não era apenas um componente da ordem civil: era o "nobre" ou o "burguês" com condição senhorial — gente que desfrutava das garantias civis, do direito de representação e que dispunha de voz nos mecanismos seletivos da "opinião pública", que comandava a democracia restrita imperial. A mudança social não se fazia para a sociedade brasileira, mas para essa gente, ou seja, para o pequeno universo estamental que continua os "homens válidos" da Nação emergente. Esse monopólio não iria desaparecer juntamente com a desagregação da ordem escravocrata e se-

nhorial: a Abolição, a proclamação da República e a "revolução liberal" de 30 apenas assinalam que ele entra em crise. A destruição do modo de produção escravista leva, pela primeira vez, a descolonização ao âmago do sistema econômico, revolucionando as bases da ordem social e do sistema de poder. Ela exige que se elimine, gradualmente, a articulação dinâmica entre estruturas sócio-econômicas arcaicas e modernas. Todavia, a persistência do esquema de exportação-importação e o fato de que a expansão do mercado interno iria revitalizar a grande lavoura, tiveram efeitos especiais. Mantém-se o trabalho servil distarçado e várias formas de trabalho semilivre muito tempo depois da universalização do trabalho livre. Portanto, a ordem social competitiva atinge um climax evolutivo excluindo tanto os brancos pobres, quanto os remanescentes do trabalho escravo; os negros e os mulatos que não lograram proletarizar-se ou classificar-se nos estratos sociais médios e altos. O que surge, muito forte, não é o fim do processo que nos preocupa. Mas a pressão de baixo para cima, que visa impor a "presença" e as "necessidades" da Nação como um todo na esfera da mudança social, visando acabar com o esmagamento e a sufocação elitista da mudança social. Este salto não se dá mais sob compulsão da modernização (inclusive, quando suas potencialidades de conflito se tornam claras, os interesses externos se compõem com a chamada "consciência conservadora" da oligarquia e com as técnicas repressivas que esta adota). Ele se processa sob a pressão das estruturas nacionais de integração da economia, da sociedade e da cultura. Emerge, assim, uma ideologia reformista que empalma, com moderação, os ideais burgueses de uma revolução nacional-democrática. A reação de autodefesa dos setores que defendiam o monopólio elitista dos efeitos constitutivos da mudança social tomou vários rumos, que trazem a desorientação criada nas classes médias e altas por essa primeira irrupção histórica dramática das contradições que operam dentro da ordem social competitiva. Contudo, a consciência conservadora prevaleceu, porque ela reunia os principais trunfos das estruturas de poder: a "velha" e a "nova" oligarquias coincidiam, em seus propósitos de "desenvolvimento com segurança", com os setores ascendentes das classes médias e os parceiros estrangeiros. Há mais de um século e meio depois da Independência e há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada, a qual pode

ser estimada, para efeitos de classificação social efetiva "no sistema", no máximo em quarenta por cento, mas que não passa, na realidade, de dez por cento, em termos de concentração de renda ou de poder e de renda média compatível com o "padrão de vida decente" das elites (11).

(11) Há muita controvérsia quanto às implicações da distribuição da renda. Mas essa é a melhor referência de que dispomos para avaliar a desigualdade econômica, social e cultural na sociedade brasileira. Langoni indica que os 10% do topo dispõem de uma renda média mensal de Cr\$ 1.309,87 (em cruzeiros de 1970) e que a eles correspondem 46,47% de toda a renda. Pode-se estimar o que isso representa quando se considera que os 50% de renda mais baixa só contam com 15% de toda a renda; e que são precisos 80% de toda a população que percebe alguma renda para atingir-se 38,38% de toda a renda! A renda média mensal nos últimos cinco decis oscilava entre Cr\$ 32,69 e Cr\$ 141,54. Enquanto o 1% de maior renda contava com 14,11% de toda a renda e uma renda média mensal de Cr\$ 3.976,11; e os 5% de maior renda contavam com 34,06% de toda a renda e uma renda média mensal de Cr\$ 1.920,17 (ver G. Geraldo Langoni, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura, 1973, tabela 1.1, pág. 21). Para uma análise global crítica do tema, cf. P. Singer, "Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil" (*Debate e Crítica*, n.º 1, julho-dezembro de 1973, págs. 67-94).

São as seguintes as contribuições mais importantes na recente discussão dos problemas de distribuição de renda: M. C. Tavares e J. Serra, *Mas Alla del Estancamiento: Una Discusion sobre el Estilo del Desarrollo Reciente de Brasil*, Santiago, Escuela Latinoamericana de Sociologia, 1971; C. Furrado, *Análise do "Modelo" Brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972 (cap. 1); R. Hoffmann, *Contribuição à Análise da Distribuição de Renda e da Posse da Terra no Brasil*, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", ed. mimeo, 1971; J. C. Duarte, *Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil em 1970*, Piracicaba, ed. mimeo, 1971; L. C. Guedes Pinto, *Contribuição ao Estudo da Distribuição de Renda no Brasil*, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", ed. mimeo, 1972; R. Hoffmann, *Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico*, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", ed. mimeo, 1972; R. Hoffmann e J. C. Duarte, "A Distribuição da Renda no Brasil", *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, V: 12 n.º 2, abril-junho de 1972, págs. 46-66; J. Serra, "A Reconcentração da Renda" (*Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 5 julho-agosto-setembro de 1973, págs. 131-155). A defesa mais flexível da "posição oficial", quanto à presente política de desenvolvimento econômico, aparece no livro acima citado, de G. G. Langoni, e nas seguintes matérias de imprensa: "Renda Cresce Irregular e População Também" (M. H. Simonsen; *O Estado de S. Paulo*, 30-6-72); "Renda Melhorou com Transição do Desenvolvimento" (C. G. Langoni; *O Estado de S. Paulo*, 28-11-1972). A defesa dessa política econômica, quaisquer

Os mesmos estratos sociais que monopolizam os benefícios da mudança social tendem a submetê-la a controles mais ou menos seletivos e coercitivos. Isso ocorreu no Brasil e continua a ocorrer no presente (nem poderia ser de outra maneira). Os controles visavam garantir a transferência de recursos da comunidade nacional para esses estratos, mediante o subterfúgio de aloca-los à solução dos "problemas de mudança", que são estratégicos ou vitais para eles. Desse modo, a Nação como um todo financiou ou financiou vários desenvolvimentos técnicos, econômicos, culturais e políticos que deviam servir, de modo direto ou indireto, a propósitos ou a interesses privados (internos e externos). Muitas "políticas" foram montadas, no passado remoto ou recente e no presente, para dotar o país de uma infra-estrutura econômica, de comunicações, de transportes e de serviços estreitamente moldadas por objetivos privados imediatistas. Nos vários momentos, a questão invariável previamente sempre foi a de criar espaço ecológico, econômico, social, cultural e político para a "iniciativa privada" (ou seja, para expandir a rede de negócios e de poder dos estratos sociais dominantes). Essa prática não é peculiar ao Brasil e aos países de capitalismo dependente. Contudo, ela assume nestes países um caráter típico. O passado colonial converte a separação entre "minorias privilegiadas" e a "grande massa excluída" numa realidade pungente, que não chegou a existir mesmo nas sociedades de classes mais rígidas da Europa, que foram descritas como se fossem "duas nações". A minoria privilegiada encara a si própria e a seus interesses como se a Nação real começasse e terminasse nela. Por isso, seus interesses particulares são confundidos com os "interesses da Nação" e resolvidos desse modo. Enquanto que os interesses da grande massa excluída são simplesmente esquecidos, ignorados ou subestimados. Os assuntos de mudança social entram, assim, na esfera do controle social e da dominação de classe, com uma ótica envezada, que identifica a Nação com os "donos do poder".

Duas conseqüências negativas advêm de tal distorção. A primeira, diz respeito à unilateralidade com que "as exigências

que sejam os argumentos empregados, implica em aceitar que a "saída brasileira" para o desenvolvimento capitalista acelerado encontra-se em práticas de acumulação capitalista que intensificam a concentração da renda no topo e aprofundam as margens de expropriação capitalista dos assalariados, deixando-se para o futuro indeterminado a correção indireta dos mais brutais efeitos da extrema desigualdade na distribuição da renda.

da situação' se elevam à esfera da consciência social, do comportamento social inteligente e da atuação política. Os "problemas" que ganham prioridade são os problemas que afetam os interesses, a segurança ou a rede de poder da minoria privilegiada, insensível aos dramas humanos ou desumanos das massas e pouco sensível às "questões de ordem nacional" que não a ponham em risco visível. A segunda, diz respeito à propensão dessa minoria, instalada nos principais centros estratégicos de decisão e de dominação, a graduar ou a adulterar as mudanças assim "filtradas" de acordo com seu código de conveniências. Um Estado "nacional" e "democrático", por exemplo, pode ser montado para servir aos interesses econômicos e às necessidades de dominação de proprietários de escravos. Ou todo um aparelho policial ou policial-militar, em outros exemplos, pode ser posto a serviço da repressão de greves operárias ou do sufocamento da inquietação popular. Olhando-se tais exemplos pelo reverso da medalha, pode-se constatar que o controle coercitivo da mudança social visa a compatibilizar a ordem social competitiva com privilégios econômicos, sociais e políticos herdados do sistema colonial. Já como se, na França, se pretendesse justapor, durante a "grande revolução", os móveis da dominação feudal aos móveis da dominação burguesa. Isso traz à baila mais uma evidência de que a ordem social competitiva, sob o capitalismo dependente, não produz, por si mesma, as impulsões para a mudança e as impulsões concomitantes para o "controle democrático" da mudança, que são requeridas pelas grandes transformações estruturais e históricas que ela mesma acarreta. Institucionaliza-se a adulteração dessa ordem, o que, por sua vez, engendra a adulteração sistemática do próprio padrão de estabilidade e de mudança da *sociedade competitiva* sob o capitalismo.

Contudo, existem mudanças espontâneas que têm origem estrutural: elas se originam do próprio padrão organizatório da sociedade de classes e não podem ser facilmente adladas, sufocadas ou reprimidas. Elas nascem dos dinamismos do mercado e do sistema de produção sob o capitalismo, das relações e conflitos de classes, ou das impulsões à igualdade civil desencadeadas pelas estruturas de poder de uma sociedade nacional. Tais tipos de mudança constituem o bicho-papão das burguesias das sociedades capitalistas dependentes e subdesenvolvidas (e, também, do que se poderia designar, eufemisticamente, como burguesia internacional). Elas ameaçam (ou parecem ameaçar)

as posições de poder e as bases de dominação política das classes dominantes, que podem perder facilmente, através delas, o "controle da situação". Como as classes que se identificam como tais mudanças nem sempre possuem o que alguns cientistas políticos designam como poder de barganha, acaba sendo uma tentação sedutora e fácil resistir a tais tipos de mudança, já que as retaliações previstas podem ser comodamente controladas ou reprimidas. Aqui, entra-se no capítulo da resistência sociopática à mudança, através da qual as classes sociais dominantes e suas elites destruíram a ordem social competitiva, mas a converterem em uma "ordem fechada" às necessidades e às aspirações das demais classes. É lugar-comum na interpretação sociológica que esse comportamento político das classes dominantes e de suas elites decorre da falta de socialização adequada e da inexistência ou debilidade com que elas compartilham valores coletivos "nacionais" e "democráticos". Por conservatismo, por oportunismo ou por uma combinação de ambos, essas classes e suas elites seriam compelidas a enfrentar os "problemas da mudança" sem a disposição de resolvê-los segundo critérios efetivamente "nacionais" e "democráticos"; isto é, de acordo com as exigências estruturais e dinâmicas da ordem social competitiva em dada fase de seu desenvolvimento histórico. Essa interpretação é, sem dúvida, correta. Mas, implica em um lugar-comum, que além do mais ignora que, na raiz do comportamento das classes dominantes e de suas elites, se acha outro componente de maior influência condicionante e determinante. Não é só a *cegueira*, que conta, mas também a *certeza* (ou quase certeza) de que se pode *manipular* uma ordem social como a competitiva de modo relativamente fácil e impune. Pois uma ordem social que se alicença sobre uma estrutura de poder econômico, social e político desigual tende a conferir peso diverso às diferentes classes. Isso introduz uma vantagem estratégica permanente em benefício das classes "mais iguais", que dispõem de maior poder econômico, social e político, bem como de meios para empregá-los a favor de seus objetivos coletivos específicos (sejam eles particularistas ou não).

A situação global, portanto, permite compreender a resistência sociopática à mudança como algo possível (e por vezes possível de modo recorrente) em uma ordem social que confere a certas classes a probabilidade de desencadear "pressões de cima para baixo" e, ao mesmo tempo, de perverter ou impedir as manifestações compensatórias de "baixo para cima". Isso sugere que não é só a "falta de solidariedade na base" que ex-

plica a inexistência ou a debilidade dos controles sociais reativos (ou contra-reativos), por parte das classes sociais prejudicadas pela resistência sociopática à mudança. É preciso não perder de vista todo este quadro, porque, na verdade, os conflitos entre as classes privilegiadas e as classes destituídas se agravam ainda mais quando entram em jogo opções que envolvem a persistência ou a substituição do padrão vigente de civilização (o que é o caso, quando a alternativa se torna "capitalismo" ou "socialismo"). Nesse contexto, as classes privilegiadas e suas elites agravam, por *medo histórico*, as propensões por ventura atuantes de resistência sociopática à mudança, enxergando em qualquer "abertura da ordem" o início de um cataclisma social. Esse pânico, com frequência também manipulado e exagerado, desloca os conservadores e os liberais de suas posições, polarizando-os no centro ou na direita da reação.

Doutro lado, na situação cultural da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida existe outro elemento dinâmico a considerar. As classes dominantes e suas elites, pouco pensas e assimilar e a pôr em prática técnicas, valores e instituições sociais que poderiam redundar em "maior abertura" e "maior fluidez" da ordem social competitiva, aproveitam com avidez as vantagens de sua incorporação às fronteiras culturais das Nações capitalistas hegemônicas, para modernizarem sua tecnologia de controle repressivo e violento dos conflitos sociais, aumentando, com isso, a eficácia dos *mecanismos de segurança da ordem* ou de opressão policial-militar. Como o que prevalece nas Nações capitalistas hegemônicas é o empenho em "preservar o equilíbrio lá em baixo", mantendo-se a periferia como uma reserva de caça, formam-se nesses países programas de "assistência" e de "ajuda" que facilitam ainda mais a absorção de tal tecnologia e do seu emprego sistemático na adulteração dos dinamismos de funcionamento ou de desenvolvimento da ordem social competitiva. O que importa ressaltar é que o confronto entre classes destituídas e classes privilegiadas torna-se ainda mais desigual, já que, na realidade, as primeiras terão de enfrentar as últimas com um acréscimo de poder a que elas nunca poderão ter acesso. Ou se "conformam", submergindo na apatia e nas dúvidas vantagens do "desenvolvimento com segurança", ou se preparam para movimentos de rebelião altamente complexos e de longa duração. É que o esforço necessário para "abrir" ou "reabrir" a ordem social competitiva é tão alto, que se torna mais fácil e racional substituir a "revolução dentro da ordem" pela "revolução contra a ordem". Nesse

sentido, as orientações egoísticas e particularistas das classes dominantes e das suas elites concorrem, a longo termo, não para "conter" ou "congelar" a história, mas para simplificá-la e acelerá-la. Sua feroz e obstinada resistência às mudanças compatíveis com a *democracia burguesa* e com o capitalismo acaba engendrando seja um agravamento fatal das tensões sociais, seja orientações de comportamento reativas segundo as quais a *única saída* tem de passar pela destruição da ordem existente.

Há Relações entre o Controle de Mudança e o Poder Político?

Os processos de mudança são, com frequência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político). Se isso é verdadeiro em teoria, a regra aplica-se melhor a tipos de sociedades nas quais a continuidade depende largamente do equilíbrio dinâmico da ordem social, como sucede com a sociedade de classes. Com referência a este tipo de sociedade, é impossível conceber-se sociologicamente a continuidade da ordem social competitiva independentemente de várias formas de mudança, simultâneas ou sucessivas e convergentes ou divergentes, através das quais o sistema societário global reajusta-se, continuamente, às condições externas da vida sócio-econômica, bem como à composição e às relações das classes sociais, tudo em perpetua transformação. Nesse caso, o controle social da mudança assume importância equivalente à que possui o controle da estabilidade em sociedades cujo padrão de equilíbrio é estático.

Nas condições peculiares da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida, a mudança e o controle da mudança são, com maior razão, fenômenos especificamente políticos. Da mudança e do controle da mudança não depende, apenas, a *continuidade do sistema de produção capitalista* e da *dominação burguesa*, mas, em especial, a probabilidade de impedir-se a regressão da dependência propriamente dita à heteronomia colonial ou neocolonial. Na verdade, sob o capitalismo dependente a *dominação burguesa* não deve, apenas, consolidar a continuidade da ordem contra as "pressões internas", que se tornam perigosas e até mortais para a burguesia, quando são pressões do proletariado em aliança com os setores rebeldes

das classes médias e das classes destituídas. Ela deve, também, consolidar a continuidade da ordem contra as "pressões externas", das burguesias das Nações capitalistas hegemônicas, de seus governos e de suas associações internacionais. Para garantir-se neste nível, a burguesia dos países capitalistas dependentes e subdesenvolvidos tende para coalizações oligárquicas e com posições autocráticas, o meio mais acessível, ao seu alcance, para forjar e controlar o espaço político necessário a seus ajustamentos com o "sócio maior", a burguesia das Nações capitalistas hegemônicas e seus padrões de dominação imperialista. Tudo isso faz com que a dominação burguesa se converta, muito mais clara e duramente que nas Nações capitalistas hegemônicas, em ditadura de classe. E, de outro lado, tudo isso faz com que o fenômeno central da mudança seja a permanente revitalização da dominação burguesa através do fortalecimento do Estado e de seus mecanismos de atuação direta sobre os dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos da sociedade de classes.

Essa situação não encontra paralelos nas evoluções das Nações capitalistas hegemônicas — nem mesmo quando se consideram as ligações da emergência e da expansão do capitalismo monopolista com o aparecimento do "Estado intervencionista" e com o fascismo⁽¹²⁾. Trata-se de uma forma de dominação burguesa e de articulação da dominação burguesa com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal que é determinada e só pode ser compreendida através dos requisitos políticos do capitalismo dependente⁽¹³⁾. O padrão de desenvol-

(12) Para uma análise sociológica, que toma em conta as várias formas de intervencionismo estatal e a especificidade do fascismo, veja-se N. Poulantzas, *Fascismo e Ditadura: a III Internacional face ao Fascismo*, Porto, tradução de J. G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado, Portucalense Editora, 1972, 2 vols.

(13) Vejam-se, a respeito, do autor: *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, *op. cit.*, 102 e seq., 9, para uma ilustração, "The Meaning of Military Dictatorship in Present Day Latin America" (in *The Latin American in Residence Lectures*, Toronto, Universidade de Toronto, 1969-1970, cap. 2). Com vistas à situação brasileira, especialmente, veja-se: F. H. Cardoso, *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972 (onde são citados outros estudos de ciência política); O. Ianni: *O Colapso do Populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, e *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 e 1970)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971; H. Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2.ª ed., 1969; L. C. Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil entre 1930 e 1967*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968; C.

vimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades, que se reconstituem e se revitalizam de modo permanente, como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento "absoluto" ou "relativo", forçando constantes articulações de setores "arcaicos", "modernos" e "ultramodernos"; intensa exclusão institucional das classes destituídas etc. A razão disso já foi indicada acima. O padrão de desenvolvimento capitalista dependente resulta de combinações de dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos internos e externos que sempre se revelam, aos níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar a modernização dependente em modernização autônoma. Em outras palavras, eles não são suficientemente fortes para promover "a revolução dentro da ordem" em termos capitalistas, criando quer a independência em relação à dominação externa e ao imperialismo, quer real fluidez no funcionamento da ordem social competitiva, com o desencadear de uma torrente democrático-burguesa e nacionalista nas relações de acomodação e de conflito entre as classes. Por paradoxal que pareça, semelhante situação oculta a existência e o constante agravamento de contradições que não chegam a se resolver, tanto nas relações com as Nações capitalistas hegemônicas e com o capitalismo internacional, quanto nas relações das classes sociais dominantes com as classes trabalhadoras e destituídas. Isso congestiona e enrijece as exigências políticas do desenvolvimento capitalista. Para que ele se converta em algo viável e em constante aceleração — apesar das realidades permanentes apontadas — e para que possa existir continuidade seja na absorção das variações em intensidade ou de qualidade dos dinamismos sócio-econômicos e culturais externos, seja na seleção e controle dos dinamismos econômicos, sócio-culturais e políticos internos, impõe-se uma espécie de *gigantismo político* normal das três áreas típicas em que se desdobra a revolução burguesa: 1.º) uma forte polarização polí-

Mendes, "Sistema Político e modelos de poder no Brasil" (*Dados*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1966, págs. 7-41). Doutro lado, para se ter em conta a repercussão política da pressão popular, veja-se esp. F. C. Welfort, *Classes Populares e Política* (Contribuição ao Estudo do "Populismo"), São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., ed. mimeo., 1968.

rica da própria dominação burguesa; 2.º) a formação e a expansão de um Estado de "democracia restrita", que tem como base material a extrema concentração social da riqueza e do poder nas mãos das classes dominantes e "dirigentes", e, como fonte de legitimidade legal e política a quase total liberdade dessas mesmas classes; 3.º) a transferência e a institucionalização de formas autocráticas de dominação econômica, social e política da esfera privada para a órbita do Estado.

O congestionamento e a rigidez dos componentes políticos do desenvolvimento capitalista dependente variam, porém, de acordo com as fases da revolução burguesa. Na fase inicial, de eclosão do capitalismo como realidade histórica, através da emergência e da expansão do mercado capitalista moderno em centros urbano-comerciais mais importantes, os riscos decorrentes das pressões externas e internas contra a ordem foram, de fato, pequenos e fracos. A modernização dependente nunca desencadeou ameaças verdadeiramente sérias à ordem econômica, social e política emergente. E, de outro lado, o principal efeito desse processo, a modernização institucional do Estado, coincidia com a renovação e o reforçamento de técnicas oligárquicas e autocráticas de dominação patrimonialista, elevadas da esfera privada à órbita da ação político-burocrática do Estado. Nesse contexto, as "pressões de baixo para cima" não tinham como transformar-se em processos políticos consistentes, em escala regional ou nacional. Eles se esgotavam, historicamente, no âmbito local e de categorias sociais limitadas ou serviam de suporte de massa a manifestações ambíguas do radicalismo de facções dos estratamentos social e racialmente dominantes. A transição para o capitalismo competitivo, do último quartel do século XIX à terceira década do século XX, começou nos mesmos moldes e segundo os mesmos rumos. No entanto, o envolvimento externo no seio das transformações internas atingiu certa profundidade econômica e cultural, chegando a afetar as bases políticas do poder burguês. A proclamada aliança da "oligarquia tradicional" com os "interesses financeiros externos" não nos deve fazer ignorar os conflitos desses interesses na economia mundial, suas repercussões nos padrões de solidariedade econômica ou política das classes dominantes e, em particular, a oscilação dessas repercussões em termos da eficácia setorial da dominação burguesa⁽¹⁴⁾. O fenômeno político profundo, neste

período, foi a articulação de interesses econômicos internos e externos no mesmo padrão histórico de dominação burguesa, o qual se evidencia tanto na emergência de uma "oligarquia moderna" (extensamente vinculada aos interesses comerciais, industriais e financeiros de "parceiros externos"), quanto no acordo do café (que só se tornou viável e eficiente graças a essa articulação) e na freqüente associação da emergente "burguesia industrial" com interesses externos, principalmente financeiros. Embora os dinamismos do regime de classes fossem inicialmente muito fracos, a universalização do trabalho livre e o aparecimento de um proletariado urbano-industrial introduziram o conflito de classes em bases especificamente políticas na sociedade brasileira. Isto deu maior ressonância às pressões "reformistas", de conteúdo democrático-nacionalista, das classes médias, e serviu como elemento de precipitação da primeira recomposição histórica importante da dominação burguesa. A "velha" e a "nova" oligarquia articularam-se com os "interesses novos" dos industriais e da classes médias, contendo seus antagonismos dentro das opções burguesas e convertendo o Estado numa verdadeira arena de conciliação dos interesses convergentes ou divergentes das classes possuidoras e "dirigentes". O que entrava em jogo, portanto, não era a natureza da transformação política almejada, mas o estilo que essa transformação deveria assumir (segundo uma linha autocrático-burguesa, que vinha das oligarquias; ou a linha alternativa democrático-burguesa e nacionalista, sustentada pelos setores "liberais" da burguesia, pelas classes médias vinculadas ao setor urbano-industrial e ao Estado, a qual contava com maior suporte popular). O desfecho desse pseudodrama histórico foi interrompido pela irrupção dos dinamismos econômicos e culturais externos, que impuseram, com extrema rapidez e inesperada vitalidade, uma nova "idade histórica" ao poder burguês, acelerando de fora para dentro a transição para o capitalismo monopolista. Isso acarretou a "necessidade de ir mais longe" na segunda recomposição histórica importante da dominação burguesa: a aglutinação, dentro dela, de todos os agentes ou categorias de agentes internos e externos; e a limitação, através

(14) Vejam-se, especialmente, B. Fausto: *Pequenos Ensaios de História da República, 1889-1945*, São Paulo, CEBRAP, 1972, e "A

Revolução de 1930" (in C. G. Mota, org., *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, cap. 7); W. Dean, *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, trad. de O. M. Caiado, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1971; J. de Souza Martins, *Conde Mazarzo: O Empresário e a Empresa*, São Paulo, 2.ª ed. HUCITEC, 1973.

do Estado, da esfera de iniciativas e do âmbito de poder político das várias categorias de parceiros e do próprio Estado. Essa segunda recomposição pôs a revolução burguesa sobre seus eixos reais e dentro de sua rota histórica sob o capitalismo dependente (se ele se mostra suficientemente dúctil e forte para enfrentar a transição inerente à revolução urbana e industrial sob a tecnologia atual do "capitalismo avançado"), deixando patente que a modernização intensiva e o crescimento econômico acelerado contém exigências políticas que convertem a "democracia burguesa" e o "nacionalismo burguês" em reíquias do folclore capitalista. A dominação burguesa não só avançou até o controle total e autocrático do Estado. Ela passou a irradiar-se, de "dentro para fora" e de "cima para baixo", através de mecanismos estatais de autoproteção e de auto-realização que conferem ao Estado de *democracia restrita* o caráter de um instrumento de autocracia de classe, com funções específicas na esfera da estabilização forçada das condições políticas do desenvolvimento econômico e de repressão sistemática às forças políticas divergentes (mesmo quando refletem alternativas e interesses de classes pró-burgueses). Nesse sentido, ocorre uma efêvera "revolução dentro da ordem", em termos capitalistas: só que ela transcorre como um aprofundamento e um salto dentro do capitalismo dependente. Pura e simplesmente, deixam de existir, nas condições históricas dessa transição, quer a viabilidade de uma "revolução dentro da ordem" na direção do desenvolvimento capitalista autônomo, quer espaço político para o "nacionalismo revolucionário" e a "democracia burguesa".

Essa seqüência sugere como os desdobramentos da revolução burguesa se refletem na esfera do poder político e de organização do Estado, quando ela é extensa e profundamente dinamizada de "fora para dentro", através dos ritmos e das oscilações do capitalismo mundial. Ela permite constatar que as burguesias "nacionais" das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas não socializam para fora todo o seu poder político e, especialmente, que elas não cedem à dominação externa e à imperialização as posições que são estratégicas para o controle político do desenvolvimento capitalista dependente. Elas aceitam e até incentivam a articulação de interesses burgueses internos e externos, que pareçam refundir o poder burguês ao nível econômico, aumentando, em seqüência, a sua flexibilidade e eficácia como fonte de dinamização da dominação

burguesa em geral. Entretanto, elas procuram resguardar a base estatal de sua dominação de classe, impedindo com o mesmo afã que tanto a articulação com os interesses capitalistas externos, quanto a democratização do poder ou a integração das estruturas nacionais de poder, internamente, funcionem como focos de erosão do seu poder real. Assim, elas levantam um dique que as protege contra a internacionalização ou a imperialização do seu poder político estatal. Ainda se conhecem mal os processos que explicam, sociologicamente, esse comportamento político reativo. Contudo, parece que eles se prendem à necessidade que essas burguesias sentem de manter sob controle as fases e os efeitos do desenvolvimento capitalista induzido, que poderiam anular qualquer autonomia política relativa, e destruir a eficácia do Estado como base do poder político burguês sob o capitalismo dependente. Como elas também não podem "criar a partir de dentro" um desenvolvimento capitalista autônomo, elas necessitam desse espaço político relativamente seguro, através do qual se podem lançar nas transições impostas ou resultantes da incorporação aos ritmos e às oscilações do capitalismo mundial.

Portanto, a capacidade de iniciativa assim adquirida reponta como o verdadeiro eixo político da própria revolução burguesa sob o capitalismo dependente. Uma burguesia que não pode desencadear, a partir de si mesma, nem a revolução agrícola, nem a revolução urbano-industrial, nem a revolução nacional, percorre, não obstante, *todas* as etapas desses processos, *como se*, na realidade, eles fossem produtos de sua atividade histórica. De um lado, ela ganha recursos para manter e intensificar o fluxo de crescimento do capitalismo dependente, continuamente acelerado e por vezes subvertido "a partir de fora". De outro, ela pode aparecer, no panorama interno da "sociedade nacional", como a suposta protagonista final de todas as transformações. O crescimento econômico, o aumento de empregos, a modernização tecnológica, a elevação progressiva da renda ou dos padrões de consumo etc., só se tornam visíveis através de símbolos internos, que são, além disso, manipulados para ofuscar a consciência crítica das classes oprimidas e ganhar a adesão das classes médias. Ela projeta, desse modo, a *condição burguesa* para fora da burguesia e implanta, no coração mesmo de seus inimigos de classe, identificações e lealdades mais ou menos profundas para com o consumismo, a ordem social competitiva e o Estado "democrático" e "nacional".

Aqui não interessa fazer a análise sociológica de tais evoluções do poder burguês sob o capitalismo dependente. O que interessa é assinalar as duas conexões que são vitais à compreensão sociológica do presente. Primeiro, a conexão positiva. Mantendo ou aumentando sua capacidade de iniciativa política, apesar dos efeitos limitativos do padrão dependente e subdesenvolvido de desenvolvimento capitalista, o poder burguês logra atingir o ponto ótimo possível de controle da mudança nas condições reais de estruturação, de funcionamento e de crescimento da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente. Segundo, a conexão negativa. Ao atingir esse ponto, e para manter-se dentro dele, preservando sua capacidade relativa de iniciativa, o poder burguês procura impedir que o fluxo da mudança, a partir de pressões internas ou/externas, transborde aquela ordem social, provocando o deslocamento do poder real ou para as classes oprimidas ou para fora. Isso quer dizer que, ao lado dos requisitos políticos do desenvolvimento capitalista dependente, deve-se considerar atentamente a esfera na qual o poder burguês se realiza plenamente sob o capitalismo dependente, como um poder político de classe que se impõe tanto "de cima para baixo", quanto "de dentro para fora".

Tem-se dado pouca atenção a essa esfera do poder burguês, mesmo na literatura socialista concernente à sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. A razão evidente dessa negligência vem do menosprezo com que é encarada essa "burguesia impotente", ou "frustrada", com freqüência vista como uma burguesia de "segunda ordem" ou, mesmo, como "lumpen-burguesia" (15). Segundo penso, constitui um erro subestimar-se politicamente essa burguesia, que logrou manter e fortalecer o poder burguês em condições tão adversas, embora o tenha feito através de artifícios cruéis e mesquinhos. Ela não possui uma estrutura heróica. Todavia, qual é a diferença, se a compararmos com as "burguesias conquistadoras" das sociedades capitalistas hegemônicas e imperiais? Elas apenas percorrem o mesmo caminho em sentido inverso, e o seu mérito não estaria em grandes alvos históricos; mas, em compatibilizar desenvol-

vimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento de tal modo que mesmo o proletariado mais explorado e as classes desituidas mais excluídas ou marginalizadas se identifiquem, de alguma maneira, com a *condição burguesa*. Os que procuram uma alternativa revolucionária para o capitalismo dependente e o subdesenvolvimento não podem ignorar tais fatos, se quiserem, na verdade, lutar com êxito pela reconstrução socialista do homem, da economia e da sociedade na América Latina.

(15) É assim que A. Gunder Frank qualifica a burguesia das sociedades capitalistas dependentes e subdesenvolvidas (cf. *Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desenvolvimento*, Porto, Portucalense Editora, 1971).

PARTE I

ASPECTOS DA SITUAÇÃO CULTURAL DO BRASIL

OBSTÁCULOS EXTRA-ECONÔMICOS À INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL (*)

CAPÍTULO II

1 — *Introdução*

O esforço realizado pelo Brasil, na área da industrialização, merece ser encarado com relativo entusiasmo e fundadas esperanças. Tendo-se em vista a estrutura da economia brasileira e a forma de sua integração à economia internacional, esse esforço patenteia inegável êxito na luta pelo aumento da riqueza, da prosperidade e da emancipação econômica.

Contudo, parece chegado o momento em que se impõe uma alteração radical na estratégia seguida até o presente na organização e na orientação das atividades econômicas. É preciso que se aprofunde e se sistematize a análise das condições em que se operaram o surto industrial e a expansão das indústrias básicas, com o fito de pôr em evidência a natureza e os efeitos dos fatores que tendem a perturbar o desenvolvimento da industrialização no Brasil.

Esse tipo de conhecimento pôde ser negligenciado, quase sem inconvenientes de ordem prática, nas fases por assim dizer pioneiras da implantação de indústrias no país. Várias condições altamente favoráveis, relacionadas com a disponibilidade de capitais e com o aumento positivo ou artificial da procura, permitiram uma exploração eficaz da improvisação, da experiência rotineira e do oportunismo mais ou menos audacioso. Erros graves encontravam pronta correção natural, deixando de refletir-se ou prejudicando de modo brando a vitalidade das empresas.

(*) Conferência proferida no auditório do *Forum Roberto Simonsen*, da CIESP e FIESP, em 6 de agosto de 1959.

Várias circunstâncias concorrem para manter uma conjuntura decididamente propícia aos empresários, como seria normalmente de esperar numa economia em transição para as técnicas empresariais modernas. Mas, ao mesmo tempo, já se fazem sentir novas exigências de organização e de administração das empresas em bases especificamente capitalistas. O progresso na reintegração do sistema econômico, embora lento, tende a impor a observância crescente de normas e padrões de atuação econômica de caráter racional. Em consequência, o empresário brasileiro começa a enfrentar a necessidade de tomar consciência mais completa e objetiva da situação histórico-social, bem como da natureza das forças econômicas que nela operam. Os erros de organização, de administração e de previsão começam a acarretar, com certa aceleração constante, efeitos que não podem ser compensados pelo crescimento rápido e desordenado das empresas. Doutra lado, estas estão exigindo o domínio efetivo das forças econômicas que caem no campo de consciência social dos homens, na economia capitalista, e podem ser manipuladas por eles, dentro de certos limites, por meio de técnicas de controle apropriadas.

Portanto, para tudo dizer com poucas palavras, a figura típica do empresário moderno começa a definir-se como categoria histórica em nossa vida econômica. Isso acontece numa fase em que o espírito pioneiro do empreendedor pré-capitalista deixa de ser criador e produtivo em face da complexidade dos problemas a serem resolvidos na esfera da prática. As exigências novas da situação histórico-social impõem modificações que não afetam, apenas, formas isoladas, de atuação ou de comportamento econômico. É o horizonte intelectual do empreendedor que precisa ser alterado, como requisito para a formação de uma mentalidade econômica compatível com o grau de racionalização dos modos de pensar, de sentir e de agir inerentes à economia capitalista.

Dessa perspectiva, é fácil perceber a ligação existente entre o conhecimento da situação, o comportamento prático dos homens e o grau de controle social por eles alcançado sobre as forças econômicas do meio social ambiente. Sem tomar consciência prévia das origens, da natureza e dos efeitos dessas forças, os homens são incapazes de submetê-las a alguma forma de controle social, de evitar suas consequências nocivas e, particularmente, de aproveitar suas potencialidades construtivas. Aqui, é preciso ressaltar, de passagem, que a eficácia prática

de conhecimentos dessa espécie aumenta na medida em que se consegue evidenciar quais são as condições e os fatores que interferem no chamado "curso normal" dos processos econômicos, perturbando de maneira determinável a qualidade de seus efeitos, seu ritmo de desenvolvimento, sua contribuição dinâmica para a integração do sistema econômico etc.

No presente trabalho, pretendemos, tão-somente, focalizar alguns aspectos, mais ou menos conhecidos, das relações entre a estrutura da sociedade brasileira contemporânea e a industrialização. Escolhemos, deliberadamente, as relações que revelam os influxos sociais adversos ao incremento da industrialização. As razões expostas acima indicam por que fizemos tal escolha. No estado atual da economia brasileira, interessa-nos, sobretudo, conhecer e intervir nas condições e fatores que possam ser definidos como "obstáculos ao desenvolvimento econômico". Todavia, reconhecemos, também, que muitas dessas condições tiveram ou ainda exercem influências positivas, na *conjuntura econômica brasileira*. Ninguém poderia negar, por exemplo, a importância estrutural e dinâmica das facilidades encontradas pelos empresários na industrialização do Brasil. Parece-nos mais premente, porém, conduzir a reflexão para a outra fonte de influxos que parecem explicar inconsistências e debilidades básicas do padrão brasileiro de desenvolvimento industrial.

É claro que nem todas as questões, que estão a exigir análise urgente, puderam ser examinadas. Limitamo-nos a três temas mais gerais e importantes, que permitem verificar como condições e fatores extra-econômicos, relacionados com a estrutura e a dinâmica da sociedade brasileira, parecem interferir no processo de industrialização. Esses temas podem ser enunciados da seguinte maneira: a industrialização na sociedade brasileira; industrialização e subdesenvolvimento; os fatores negligenciados da industrialização. Eles serão discutidos na ordem exposta, com as limitações resultantes da própria extensão da análise.

2 — A industrialização na sociedade brasileira

Vista em relação às bases ecológicas, técnicas e sociais da vida humana no âmbito da moderna civilização ocidental, a industrialização representa um padrão natural de desenvolvimento. Isso significa: 1.º) que ela não é apanágio de nenhuma nação em particular; 2.º) que a sua emergência, bem como a sua expan-

são dependem de mecanismos econômicos, culturais e sociais suscetíveis de expressão e de florescimento em quaisquer sociedades de tipo capitalista (1); 3.º) que a intensidade com que ela se manifesta é variável, em virtude do grau de diferenciação e de integração desses mecanismos, o qual é regulado pelas condições histórico-sociais de existência alcançadas em tais sociedades.

Desse ângulo, a industrialização do Brasil não constitui um fato excepcional ou espantoso. Ao contrário, é um processo que se inclui na ordem das ocorrências normais da evolução social. Enquanto a sociedade brasileira não apresentou condições que permitissem semelhante desenvolvimento, as tentativas prematuras foram selecionadas negativamente. Deram origem a episódios curiosos, que ilustram o arrojo de certas personalidades e o fascínio que sobre nós sempre exerceram as realizações dos "povos civilizados". No entanto, o problema não era de simples imitação. Comprar certas máquinas, instalá-las no Brasil, importar com elas o elemento humano qualificado, dispor e inverter os recursos financeiros imprescindíveis, e tantas outras coisas, não equivaliam a tornar a empresa industrial possível no Brasil. Era preciso que a própria sociedade brasileira se transformasse, a ponto de converter a industrialização em algo socialmente viável, para que as tendências à imitação construtiva pudessem ser aproveitadas de modo produtivo. Por isso, a industrialização aparece como valor social, na cena histórica brasileira, por volta de 1850, na era e sob a égide de Mauá; mas, só se transforma em força social quase um século mais tarde! Nesse intervalo de tempo, muitas energias físicas e recursos materiais incalculáveis foram submetidos a uma devastação mais ou menos improdutiva, inspirada não raras vezes no afã de fazer do Brasil um "país civilizado" (2).

(1) As primeiras evidências, que puseram tais argumentos na ordem do dia, foram a evolução da economia alemã e a "ocidentalização" da economia japonesa. Hoje, haveria pouco interesse em demonstrar esse ponto de vista, de tal modo ele é corroborado por fatos muito conhecidos.

(2) Esse fato mereceria ser analisado, pois ele se prende à importância exagerada, que se atribuiu à industrialização, como e enquanto símbolo de "progresso" e de "adiantamento cultural". O estudo da economia brasileira precisa dar maior atenção à influência de avaliações sociais em decisões econômicas: muitas vezes, o motivo pecuniário exerce papel menos importante ou atua em conexão com

As condições que iriam regular a emergência e o florescimento da industrialização na sociedade brasileira surgiram gradativamente, com certa continuidade mas segundo um ritmo muito lento e heterogêneo. Em termos sociológicos, as origens remotas do processo se encontram na desagregação da ordem social associada ao regime de castas, ao latifúndio e ao trabalho escravo. Foram os círculos sociais mais diretamente interessados na expansão da economia de mercado que se empenharam, simultaneamente, na luta contra o "antigo regime" e por inovações que facilitassem o advento da indústria. Esses círculos eram constituídos por elementos típicos da "cidade" — por pessoas que compartilhavam da concepção urbana do mundo, vendo criticamente os interesses e os valores dos senhores rurais brasileiros. As vezes, essas pessoas estavam presas, por parentesco ou materialmente, à estrutura existente de poder; insurgiam-se ainda assim contra ela por se identificarem moralmente com o cosmo urbano, no qual se representava o regime de trabalho escravo como a principal causa da estagnação econômica, intelectual e política do país.

A desagregação do antigo regime favoreceu o fluxo urbano. As cidades perderam o caráter de aglomerações dependentes dos núcleos rurais adiacentes e de metro cenário em que se encontravam os grandes interesses rurais em pugna. Elas cresceram e ofereceram, onde a prosperidade econômica secundou este processo, as bases para a diferenciação e a reintegração da economia de mercado interna. Nas fases que antecederam ou se seguiram, imediatamente, à desagregação da ordem de castas, escravocrata e senhorial, a urbanização foi, portanto, o elemento dinâmico que polarizou o desenvolvimento industrial. De um lado, ela contribuiu, poderosamente, para a cristalização e a divulgação de certas avaliações, que faziam da industrialização um valor central da nova concepção do mundo em formação. De outro lado, ela foi o primeiro agente da diferenciação da economia de mercado, operando-se, através dela, a substituição inicial da produção artesanal pela produção manufatureira de bens de consumo. O desenvolvimento da cidade de São Paulo, entre os fins do século passado e o começo deste século, fundamenta empiricamente ambas as afirmações.

motivos mais complexos, de teor irracional (como o de procurar, em certas realizações empresariais, um novo prisma de auto-afirmação moral perante os "povos civilizados").

Se compararmos essas relações entre a urbanização e a industrialização com o que ocorreu em outros países, como a Inglaterra, a Alemanha ou os Estados Unidos, veremos que a situação brasileira nada apresenta de novo no que é essencial. Ela reproduz processos e tendências já estudados pelos especialistas estrangeiros. O aparecimento, o incremento e a diversificação da produção industrial acompanham certas condições da estrutura e da rede de influências da "comunidade urbana". A industrialização aparece, nitidamente, como padrão natural de desenvolvimento do tipo de ordem social implantado no Brasil como um capítulo da expansão européia nos *tropicos*.

Contudo, existem duas espécies de diferenças fundamentais, de grande importância para a análise sociológica. Primeiro, o que se pode chamar de "antigo regime", no Brasil, é algo bem diverso do estado de coisas equivalente na Europa. A escravidão, nas Américas, introduziu um fator de regressão na integração do sistema social, transplantado pelos "colonizadores" da Europa. Qualquer que seja a importância que atribuamos a essa constatação, o fato é que o ponto de partida típico da industrialização deixou de ser o mesmo. Atendo-nos à situação brasileira, o desenvolvimento urbano não só era recente, mas restrito, superficial e descontínuo; mal escondia os escambros da ordem rural de que emergira, sendo insuficiente para assegurar as bases de uma economia de mercado capaz de garantir certa vitalidade e integração orgânica às tendências de crescimento industrial. Segundo, o que nos parece ainda mais importante, a industrialização adquire, desde o início, o caráter de um processo sócio-econômico culturalmente vinculado à assimilação de técnicas, instituições e valores sociais importados da Europa, ou, em menor escala, dos Estados Unidos. Essa condição deu origem a "saltos" decisivos na evolução histórica da civilização ocidental no Brasil, sendo o principal fator que explica como e por que não é maior a distância cultural existente entre a sociedade brasileira e os grandes centros produtores daquela civilização. No entanto, as condições econômicas e sócio-culturais internas não continham elementos que possibilitassem a transplantação literal das técnicas, instituições e valores, pertinentes aos modelos ideais de organização e de exploração econômicas da empresa industrial. Eles foram reproduzidos, mas na escala em que o permitia a situação histórico-social brasileira. Ou seja, passando por processos de reinterpretação e de reintegração cultural que acarretaram, em regra: perda da eficácia instrumental das técnicas; empobrecimento

do poder organizatório e dinâmico das instituições; e redução, em superfície e em profundidade, dos influxos morais dos valores no comportamento humano, nos diferentes níveis da empresa industrial.

A primeira diferença tem sido mais ou menos reconhecida. Ela precisava ser lembrada, em nossa discussão, porque esclarece o hiato existente entre a emergência da indústria e a sua transformação em fator social construtivo. Tomando-se como ponto de referência uma cidade como São Paulo, há um lapso de quase meio século entre as primeiras manifestações da industrialização e a atuação dela como uma força social propriamente dita. Foi principalmente em consequência dos efeitos das duas deflagrações mundiais na expansão da economia interna de mercado e de medidas de política econômica, tomadas depois de 1930, que a industrialização passou a exercer influências marcantes no padrão de organização ecológica e nas funções regionais ou nacionais da economia da cidade. Então, em vez de contar como produto dinâmico da urbanização e da especialização econômica de uma comunidade urbana — com efeitos reativos circunscritos na diferenciação e na integração de sua estrutura — a industrialização se inclui entre os fatores permanentes da expansão das funções urbanas e metropolitanas da cidade. Hiatos desse tipo são evidentes no desenvolvimento industrial de países europeus e no norte dos Estados Unidos. Mas aqui eles abrangem lapsos de tempo bem maiores e, principalmente, não se associam a um padrão semelhante de interação da economia com a sociedade.

Portanto, é legítimo presumir que o ritmo revelado pela industrialização no Brasil foi afetado, negativamente, pelas condições sociais de existência, imperantes na sociedade brasileira, pelo menos durante o primeiro grande surto industrial. Essas condições não foram de molde a favorecer, decididamente, seguir as tendências à industrialização amparadas pelas transformações de estrutura da sociedade brasileira. As perspectivas de que essa situação se alterará, numa direção mais próxima do que transcorreu na Europa ou nos Estados Unidos, são alimentadas por processos recentes. Eles dão margem à convicção de que, afinal, os influxos da industrialização começam a fomentar condições societárias mais propícias à empresa industrial e às suas funções na vida moderna. Isso não nos obriga, porém, a modificar o raciocínio anterior nem a conclusão que ele fundamenta, de que a industrialização sofreu uma elabora-

ção social no Brasil altamente favorável à contenção das influências que ela poderia exercer, construtivamente, no ajustamento do meio social às exigências da empresa industrial.

A segunda diferença tem sido espantosamente negligenciada, como se o teor racional dos elementos imitados estabelecesse mínimos inevitáveis e satisfatórios de eficácia. Ora, isso não é verdadeiro. O rendimento das técnicas, das instituições e dos valores, na economia como em qualquer outra esfera da vida social, depende do agente humano e das condições em que ele atua socialmente. O fato de a economia brasileira estar inserida no sistema capitalista, mesmo através dos "produtos coloniais", garante a presunção de que os incentivos (ou pelo menos certos incentivos) ao comportamento racional não estavam ausentes em nossa economia pré-industrial. Do outro lado, boa parte da expansão industrial fez-se através da importação simultânea de técnicas, de instituições e de valores *com o elemento humano exigido pela situação nova*. Isso ocorria em dois casos especiais: a) quando se tratava de atividades produtivas especializadas mais ou menos complexas; b) quando em empresas estrangeiras estendiam ao Brasil sua rede de operações. Os dois processos tiveram (e ainda têm) a sua importância no desenvolvimento da industrialização. Contudo, é certo que os elementos racionais, íncreros à economia capitalista pré-industrial, são suficientes à formação do empresário industrial? É verdadeiro que o *elemento humano qualificado* sempre trazia consigo os conhecimentos fundamentais de sua especialidade? É exato que as empresas estrangeiras conseguiram reconstruir suas filiais no Brasil segundo os mesmos modelos de organização, de administração e de supervisão mantidos nos países de origem? Essas e outras perguntas encontram a mesma resposta: onde aconteceu o melhor, a improvisação nunca ficou totalmente excluída e várias condições específicas da sociedade brasileira permitiram ampla interferência de fatores irracionais na estrutura da empresa industrial. O antigo fazendeiro podia revelar tino administrativo, capacidade de mando e audácia empreendedora; raramente, porém, não misturaria os negócios da empresa com assuntos privados da família. O técnico estrangeiro podia possuir grande competência, disciplina de trabalho e imaginação criadora; raramente, porém, teria possibilidade de assegurar condições técnicas e humanas indispensáveis à eficiência do seu trabalho ou furtrar-se à ambição de propor-se carreiras mais rendosas, para as quais também não estaria pre-

parado. A empresa estrangeira podia estar, inclusive, animada de intentos altruísticos; raramente, porém, conseguiria prescindir das injunções pessoais, jurídicas e econômicas que "abrasileiraram", estrutural e funcionalmente, mesmo as firmas alienígenas mais rígidas. A moral da história é simples. A racionalização da empresa industrial não pode ser levada além dos limites em que os modelos racionais de pensamento e de ação são exploráveis com eficácia no comportamento quotidiano.

Por aqui se vê que existem inconsistências no seio do sistema industrial brasileiro, que se explicam através da própria *condição humana*. O homem é expressão de seu meio social e mesmo quando o ultrapassa corresponde a algum incentivo de origem ou de consequência sociais. As limitações humanas da economia industrial brasileira são quase todas redutíveis a condições ou a fatores que cercam, socialmente, as atividades econômicas. Por isso, as fatalidades que pesam sobre elas são de caráter impessoal e relativo — o que permite dizer que elas são "estruturadas". Esse fato, que aparentemente justifica apreciações otimistas, torna as coisas bem mais difíceis. A correção das fontes de erro, no plano ou em escala individual, revela-se quase inútil. Para alterar-se a situação, res-ponsável por tais inconsistências, seria preciso dar maior expansão à influência do elemento racional no comportamento humano. Na Europa, por exemplo, isso se processou espontaneamente; o horizonte intelectual do homem foi extensamente modificado pela secularização de atitudes e pela racionalização dos modos de conceber o mundo, processos que antecederam ou se desenrolavam conjuntamente com a industrialização. No Brasil, o progresso na esfera da cultura às vezes precede, inapelavelmente, o progresso simétrico do homem e da sociedade. Trata-se de uma consequência paradoxal da assimilação de técnicas, instituições e valores por via de difusão e de imitação. Esse fenômeno é patente no caso que estamos examinando. A transplantação da empresa industrial está associada a efeitos da secularização da cultura e da racionalização dos modos de conceber o mundo, que levaram o urbanista brasileiro a valorizar socialmente a industrialização e a incluí-la na esfera axiológica de seu patrimônio cultural. Esses efeitos, não obstante, mostram-se insuficientes e incongruentes, a ponto de impedir até um aproveitamento mais extenso, profundo ou profundo dos elementos culturais importados. Na verdade, as coisas não poderiam passar-se de outro modo. A grande revolução social bra-

silteira, que está atrás de ambos os processos, se vem arrastando lenta e descontinamente, através da desagregação da sociedade patrimonialista e da formação da sociedade de classes. Em consequência, interesses e valores da nova ordem social nem sempre se impuseram claramente, inclusive para os líderes das camadas dominantes, e muitas vezes ainda hoje são toscamente conciliados com interesses e valores da ordem social desaparecida ou em colapso (*).

Apesar das limitações insanáveis da presente discussão, dela podemos tirar duas lições. Em primeiro lugar, a industrialização brasileira aparece como um produto natural do desenvolvimento da sociedade de massas no Brasil. Mas, por isso mesmo, não chega a contar, senão tardiamente, com condições sociais essenciais à sua manifestação como um processo social organicamente integrado, contínuo e atuante na diferenciação da vida socialmente organizada. Em segundo lugar, ela seria impraticável se o aparecimento de certas necessidades internas não se associasse à assimilação de técnicas, instituições e valores econômicos, que permitiam satisfazer aquelas necessidades mediante a introdução e a expansão da empresa industrial na sociedade brasileira. No entanto, tal associação se fez de modo a preservar inconsistências estruturais no comportamento dos agentes econômicos, no funcionamento da empresa industrial isolada e na integração do sistema industrial como um todo. Isso mostra quanto comportamentos e processos econômicos podem ser afetados, em sua motivação, em seu desenvolver e em seus efeitos, pelas condições sociais em que se realizam. Naquilo em que o assunto pode interessar-nos aqui, demonstramos que "obstáculos" de natureza psico-social e sócio-cultural interferiam e tendem a interferir, extensa e profundamente, na emergência da industrialização na sociedade brasileira.

É provável que o termo "obstáculo" seja mal escolhido, pois essa interferência possui caráter tipicamente adaptativo; graças a ela, a industrialização assumiu uma configuração compatível seja com a estrutura, seja com as transformações em processo da sociedade brasileira. O emprego do termo se justifica, todavia, quando se cotejam a emergência e os efeitos da industrialização no Brasil com fenômenos análogos em países

(3) De acordo, naturalmente, com a região do país que se considere e da importância que nela tiver a antiga ordem patrimonialista.

européus, economicamente adiantados, ou nos Estados Unidos. Semelhante comparação sugere que os efeitos da industrialização dependem das condições histórico-sociais em que ela se realiza. Doutra lado, ressalta que a ausência de certas tendências ou de determinados efeitos (que produzem alterações em cadeia na organização da sociedade), pode ser suposta como *obstáculo natural* à realização do padrão de desenvolvimento pressuposto pela industrialização. Nesse sentido, as lições que tiramos sobre a manifestação do fenômeno na sociedade brasileira são defensáveis e pertinentes.

3 — Industrialização e subdesenvolvimento

Os resultados da discussão precedente põem em evidência algo essencial. Em dadas situações histórico-sociais, a ausência de condições societárias, requeridas pelos processos que produzem e orientam a mudança social, acaba anulando ou restringindo, severamente, as influências construtivas dos fatores dinâmicos da vida social. Isso é patente em relação aos influxos da industrialização na sociedade brasileira atual. Ela não consegue desencadear sequer as alterações que são indispensáveis à própria estabilidade do sistema industrial e de suas tendências de crescimento.

Essa consideração dá alento à hipótese de que os fatores de desenvolvimento são calibrados em função das constelações histórico-sociais em que se integram e nas quais operam, dinamicamente, como forças sociais construtivas. O poder potencial que eles possuem, como foco de mudança social, pode ser diminuído ou aumentado, de acordo com o padrão de equilíbrio instável, inerente às referidas constelações histórico-sociais. Trata-se de uma hipótese deveras importante, do ponto de vista pragmático, porque sugere ser inócuo pensar em desenvolvimento em termos de manipulação de fatores dinâmicos isolados. Precisa-se ter em mente, sobretudo, se a forma de integração desses fatores a dadas constelações histórico-sociais permite ou não aproveitar, regularmente, suas potencialidades dinâmicas conhecidas. Até o presente, tem-se encarado a industrialização, em si mesma, como um fator independente de desenvolvimento da sociedade brasileira. Os economistas contribuíram para mostrar que essa avaliação é incorreta, pois o ritmo e o alcance de seus efeitos econômicos inovadores se subordinam a influências reguladas pela estrutura e pela di-

nâmica do sistema econômico. Do mesmo modo, o sociólogo acredita que as potencialidades da industrialização são selecionadas, incentivadas ou destruídas através de influências devidas à estrutura e a dinâmica do sistema social. Parece fora de dúvida, mesmo, que, em certas instâncias, o condicionamento social é responsável por fluxos da industrialização que são negativos para o desenvolvimento da sociedade brasileira. São exemplos dessa ordem as ocorrências nas quais as soluções encontradas para os nossos problemas industriais servem de impedimento à renovação do parque industrial brasileiro ou de certas indústrias em particular. Em tais casos, a industrialização opera, visivelmente, como veículo de defesa do *status quo*, o que equivale a dizer, das condições de subdesenvolvimento que ele encarna.

Não podemos examinar, infelizmente, esse complexo problema. Mas podemos ventilar alguns de seus aspectos mais importantes. Esses dizem respeito, segundo pensamos, às condições histórico-sociais que regulam e gradulam as manifestações da industrialização em nosso país. A análise reterá, de outro ângulo, as conclusões anteriores. Contudo, oferecerá uma perspectiva nova, ensinando que o padrão assumido pela industrialização em uma sociedade subdesenvolvida, como a nossa, é determinado por elementos e fatores que tendem a alterar-se, progressivamente, no decorrer dos próximos anos. Os elementos e fatores em questão são insubstituíveis, combinando-se segundo condições em constante tendência de reintegração. Daí ser presumível que a progressiva expansão do sistema de classes sociais no Brasil produza uma progressiva eliminação das condições e efeitos do subdesenvolvimento. Na medida em que isso ocorrer, a industrialização brasileira assumirá, naturalmente, padrões mais complexos, orgânicos e integrados de desenvolvimento. Em síntese, a análise sociológica define as relações entre a industrialização e o subdesenvolvimento em termos relativos, de acordo com as evidências fornecidas pelos próprios fenômenos analisados. O Brasil não está fadado, de maneira alguma, à condição de país subdesenvolvido e de nação subindustrializada. Parece, mesmo, que não seria legítimo aplicar esse raciocínio a nenhum povo atual; e que, sob muitos aspectos, a alteração da presente situação brasileira se fará com maior rapidez do que se pensa.

O primeiro ponto, que merece ser abordado aqui, relaciona-se com o fato central de que o subdesenvolvimento não é uma

condição negativa universal para a industrialização. Uma sociedade subdesenvolvida, que possua certa base demográfica, capacidade de importação e utilização de tecnologia científica, disponha de matérias-primas básicas, certo número de núcleos urbanizados suscetíveis de expansão metropolitana, tendências coerentes de diferenciação e reintegração das classes sociais etc., conta com vários elementos favoráveis à industrialização. Com freqüência, esses elementos propiciam, inclusive, uma exploração intensa de indústrias de bens de consumo, às vezes de forma econômica bem vantajosa. As condições negativas do subdesenvolvimento aparecem num nível mais complexo: quando se tenta converter um "país subdesenvolvido" em "sociedade industrial" propriamente dita, com a formação de um sistema industrial organicamente diferenciado e relativamente auto-suficiente. Mas, mesmo aqui, várias condições de vida de um "país subdesenvolvido" são poderosamente úteis, pelo menos no início do processo. Entre elas, cumpre mencionar a reserva de trabalho, as margens de lucro do empresário e, a mais importante de todas, as disposições subjetivas que fazem da industrialização um valor social de caráter moral.

Precisamos insistir neste aspecto, porque é deveras importante. Uma sociedade subdesenvolvida, que chega a incluir a industrialização em seu sistema de valores, atribuindo-lhe o caráter de *mores*, é uma sociedade na qual o subdesenvolvimento se eleva à esfera de consciência social como condição socialmente indesejável. No Brasil, essa polarização da consciência social é antiga. Já no período das lutas pela independência e dos movimentos abolicionistas, ela aparece na ideologia das camadas dominantes. Contudo, ela só adquire poder prático *dépois* da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e dos primeiros êxitos na transplantação da empresa industrial para São Paulo. Ambas as ocorrências tornaram parentes, no seio da sociedade brasileira, duas coisas correlacionadas: 1.º) o antigo regime só foi abalado, estruturalmente, onde se conseguiu substituir, de fato, o estilo de vida tradicional por novas formas sociais de existência; 2.º) o "progresso" pôde ser alcançado na sociedade brasileira, por vias conhecidas, através das experiências históricas de outros povos. Antes, a industrialização era uma reinvidicação utópica, que aparecia esporadicamente nos espíritos esclarecidos das camadas dominantes. A partir da primeira década de nosso século, ela se incluiu na situação de interesses de círculos ativos das camadas dominantes e do proletariado em gestação passando a alimentar uma ideologia, que

creceu rapidamente e se difundiu em toda a sociedade brasileira. O fato de essa ideologia ser aceita, inclusive por pessoas ou grupos que poderiam combatê-la, se explica pelas duas consequências mencionadas. O mito de São Paulo, da sua riqueza e do seu progresso trazia consigo a evidência histórica de que o Brasil podia tornar-se um "país civilizado" e que a industrialização seria o caminho seguro para atingir esse fim.

Esse estado de espírito explica os imensos sacrifícios que se vêm fazendo no Brasil, pela industrialização. Trata-se de um processo psico-social que não ocorreria: 1.º) senão em um país subdesenvolvido; 2.º) no qual amplos setores da população se dispusessem a conquistar o "progresso" social e econômico a *qualquer preço*, ou seja, a tomar consciência e a lutar contra o subdesenvolvimento. Esse ponto precisa ficar bem estabelecido, se quisermos explicar atitudes e comportamentos que não nascem da inércia social. Quando uma pessoa adquire, por preço que considera elevado, uma tomada elétrica (ou outro produto qualquer, como sapatos, parafusos, tecidos etc.) e descobre que ela é feita com material de má qualidade — experiência que se completa, tristemente, pouco tempo depois, com a necessidade de substituir a peça por outra nova — está sabendo que fez um mau negócio. Porém aceita de boa mente o lado desvantajoso da transação. Não se rebela contra as medidas protecionistas, que permitem o florescimento desse estado de coisas. Por quê? É que nesse, e em muitos casos da mesma natureza, a perda eventual no presente importa menos que o fato de possuímos uma indústria e de termos a perspectiva de melhorar essa indústria, a ponto de produzirmos, no futuro, artigos de boa qualidade a bons preços. Esse é o busfils da questão. As medidas governamentais, de teor protecionista, foram favorecidas por condições artificiais. Mas a aceitação pacífica de tais medidas e de sua perpetuação indefinida, pela quase totalidade da população que se insere em nossa economia de mercado, prende-se a esse mecanismo psico-social elementar e fundamental. Transações e processos econômicos inscrevem-se, assim, em uma complexa teia de avaliações mais ou menos conscientes, que definem a importância deles acima dos alvos econômicos imediatos dos empreendedores. Por isso, acabam sendo associados, explicitamente, à segurança do país, ao desenvolvimento nacional e à conquista de melhores estados de bem-estar social.

Isso não impede, porém, nem poderia impedir, que sacrifícios dessa ordem redundassem em devastações muitas vezes

improdutivas de riqueza. Em todas as situações de mudança rápida, surgem indivíduos ou grupos de indivíduos que exploram, calculadamente, propósitos altruísticos com fins particularistas. Doutra lado, ainda que sem intenções inconfessáveis, grupos inteiros de indivíduos tendem a encarar como legítima a perpetuação de certas vantagens. Os dois fenômenos são visíveis, na cena brasileira, mostrando, aqui e ali, como industriais modernos e seus prepostos procuram tirar vantagens ilícitas ou ilícitas, de uma ideologia que se tornou socialmente inatacável. Por fim, é impraticável conduzir, ordenadamente, processos que se desenrolam de modo tumultuoso e ao sabor de interesses particulares de pessoas ou de grupos. Boa parcela dos sacrifícios presentes pela industrialização perde-se, inevitável e inocuamente, no decorrer do processo. Tais facetas do desenvolvimento da industrialização na sociedade brasileira precisam ser encaradas com objetividade — ou seja, acima da fricção dos interesses sociais que se chocam continuamente. O Brasil está empenhado em uma tarefa gigantesca, para a qual sua população não estava completamente preparada. Se quisermos saber onde se localizam as fontes dos erros ou das lacunas, precisamos ter a dupla coragem de evitar julgamentos comprometidos por interesses estritos e de reconhecer os fatos inexoráveis. Isso nos leva ao segundo ponto da nossa discussão, que acentuará por que nem sempre uma sociedade subdesenvolvida consegue realizar as mudanças mais profundamente desejadas em escala coletiva.

Os sociólogos descobriram que a mudança rápida, no mundo moderno, criou sérios dramas biológicos, psíquicos e sociais para o homem. A civilização alienou-se tão depressa, que o organismo humano, a personalidade humana e a capacidade humana de atuação social organizada sofreram comoções profundas, transparentes em diferentes tipos de desajustamentos. Como se afirma, em algumas dezenas de anos, a nossa herança social se modificou mais extensa e profundamente que no decorrer de todo o período anterior da existência conhecida do homem na terra, o que expôs sua personalidade a mudanças que são dramáticas, tanto por sua rapidez, quanto por sua intensidade. Esse raciocínio contém implicações ainda mais ponderáveis, quando aplicado ao Brasil. O homem brasileiro entrou na era da máquina ao mesmo tempo em que esta foi descoberta, sem participar intelectualmente dos processos que tornaram possíveis a sua invenção e a sua utilização. Em outras palavras, o

homem brasileiro partilha da civilização mecânica na área que poderia ser designada como sendo a *área dos efeitos reflexos da mecanização*. Se na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos a máquina provocou desajustamente relacionados com o ritmo de mudança da natureza humana, em um país como o Brasil ela teria de associar-se a desajustamentos ainda mais graves. A razão disso está na forma abrupta de introdução da máquina e na falta de experiência socializadora prévia. O homem teve pouco tempo para ajustar-se às situações novas, passando do carro de boi e da lamparina para o automóvel e a eletricidade — sem falar na energia atômica — em um abrir e fechar de olhos. A análise sociológica de fatos dessa espécie demonstra que técnicas, instituições e valores sociais foram importados e explorados praticamente, em escala coletiva, antes de adquirir o homem noções definidas sobre o significado e a utilidade delas. Mas não ocorreu somente isso. As vezes, as transferências se consumaram antes mesmo de termos possibilidades concretas de redefinição psico-social dos elementos importados. Isso se deu, especialmente, com técnicas, instituições e valores, cuja compreensão requer certo progresso prévio na esfera do pensamento secularizado e racional. A assimilação de invenções culturais recentes se processou, portanto, com um ritmo acentuadamente mais acelerado que o do desenvolvimento do horizonte intelectual do homem brasileiro.

Essa condição constitui o patamar básico, no qual se alicerçou a introdução e a expansão da empresa industrial no Brasil. Os problemas surgem e desgastam, ingratamente, as energias humanas, sem que possam ser enfrentados com sucesso apreciável. Não porque o homem seja incapaz de enfrentá-los ou resolvê-los, como já se pensou, por ser "mestiço" e "inferior". Todavia, sempre o seu horizonte intelectual permaneceu acanhado, estreito e impotente diante de um destino histórico-social captado por transplantação. Uma imagem tosca esclarecerá melhor o assunto. Um homem que está mal preparado para enfrentar e resolver problemas práticos do tipo daqueles que poderiam surgir em São Paulo por volta de 1920, vê-se compelido a defrontar-se com problemas similares aos que se produzem, atualmente, em Chicago, Londres ou Nova Iorque.

A máquina traz consigo esses dilemas. A sua transplantação exige algo que transcende ao nível da inteligência do homem: exige mudanças da natureza humana e elas só se produzem com certa lentidão, por serem condicionadas pela organização

do ambiente social e pelo emprego que nele se faz das técnicas de socialização ou de educação do homem. O que se poderia pensar, do modo mais lisonjeiro para nós, é que estamos a meio caminho nesse processo. A máquina está presente no cenário de nossas atividades. As forças que ela introduz em todas as esferas da existência humana, porém, ainda não foram reconhecidas, domesticadas e submetidas a controle propriamente social. A nossa mente, a nossa cultura e a nossa sociedade continuam, em graus variáveis, fiéis a modelos pré-urbanos, pré-industriais e pré-mecânicos de organização da vida. Daí decorrem, na esfera da prática, relações deformadas entre meios e fins. Mesmo quando os fins são bem percebidos e existem meios para atingi-los, a organização das atividades humanas não motiva, regular e impessoalmente, o comportamento dos indivíduos nessa direção.

Com o risco de sermos mal entendidos, qualificamos de *funcional* o desajustamento existente entre a capacidade de atuação organizada do homem e as exigências da situação histórico-social em que ele se vê colocado. O arcaísmo da sociedade e os fins psico-sociais das ações impõem, por conta dos modelos de organização societária reproduzidos, ajustamentos que dificilmente são realizados de modo completo e eficiente, devido ao atraso relativo que afeta o conteúdo e a integração do horizonte intelectual do agente humano. Os motivos, aspirações e incentivos, que orientam o comportamento dos indivíduos, são bastante fortes para impeli-los a se identificarem com os referidos modelos de organização societária; mas são insuficientes para polarizar suas atitudes e ajustamentos em torno dos valores e das necessidades psico-sociais ou sócio-culturais que aqueles modelos liberam e fomentam de forma recorrente. Por aí se vê que se trata de um desajustamento inverso do que ocorre nas sociedades nas quais a civilização industrial se desenvolveu de maneira mais homogênea. Nelas, o horizonte intelectual do homem pôde ser continuamente reajustado às exigências da situação histórico-social, pelo menos em relação a motivos, aspirações e incentivos básicos nessa civilização. O progresso contínuo na secularização de atitudes e na racionalização dos modos de agir ou de conceber o mundo favoreceram a interação do homem com a máquina e a solução dos problemas decorrentes. As dificuldades de ajustamento, nessas sociedades, dizem respeito ao nível de integração do comportamento coletivo: os motivos, aspirações e incentivos, equacionados como imperativos morais no horizonte intelectual

do homem, fazem pressão no sentido de alterar a própria ordem social. São, portanto, desajustamentos que se convertem em forças dinâmicas de mudança social. Semelhante comparação mostra por que a espécie de desajustamento, que nos preocupa aqui, é *funcional*: ele pode ser corrigido mediante experiências socializadoras, suscetíveis de integrar o comportamento dos indivíduos aos requisitos da ordem social existente. Precisamos atender para o fato de que esta é, literalmente, uma ordem social em formação, na qual os padrões e os valores sociais da civilização industrial estão em plena emergência. As tensões e os conflitos sociais já desencadeiam efeitos socialmente construtivos quando compõem os indivíduos a compreender e a utilizar melhor as técnicas, as instituições e os valores que fazem parte de seu patrimônio civilizatório.

São muitas e variadas as evidências que dão fundamento empírico às explanações apresentadas. Nos limites da presente discussão, julgamos oportuno apontar, apenas, as que possuem alguma significação geral evidente, no contexto da evolução industrial da sociedade brasileira.

No âmbito da empresa industrial, eiguem-se, naturalmente, as questões específicas de maior interesse imediato. Tais questões são, ainda, mal conhecidas. Não obstante, o que se sabe delas, por meio do conhecimento de senso comum, é suficiente para os fins de nossa exposição. As motivações subjacentes ao modo de lidar com o trabalho, por exemplo, são inconsistentes em face dos requisitos racionais da empresa capitalista. O trabalhador ainda é visto, pelo empresário industrial, através de categorias que tinham eficácia ou justificação aparente na época da escravidão e da transição para o trabalho livre. Qualquer atitude expressa ou ações do operário, que parecem coincidir com os interesses da empresa, dão origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social.

Doutro lado, o operário revela certa resistência às expectativas de produzir segundo ideais de realização racionalmente compensadores. O artesanato não chegou a expandir-se, organicamente, em muitas cidades brasileiras que conheceram rápida evolução industrial. Além disso, na organização da empresa industrial deu-se pouca ou nenhuma atenção aos problemas humanos do trabalhador. Este avalia o trabalho, em consequência, em planos ínfimos, tendo em vista as parcas compen-

sações financeiras que ele oferece, ignorando tenazmente a importância que ele tem como fator de progresso econômico e social. Daí resultam avaliações e comportamentos que, na aparência, justificariam as reações dos empresários (por exemplo: a idéia de que "trabalhar é pra trouxa", de que "quem tira proveito mesmo é o patrão", etc., ou depreciações de instalações sanitárias, de refatórios e mesmo de equipamento). Caberia ao empresário encontrar recursos que permitissem entender tais manifestações de ressentimento e promover sua eliminação progressiva por meios respeitáveis. Contudo, isso não se dá ou ocorre em ritmo demasiado lento, porque o sistema de administração e de controle das empresas também é obsoleto e antiquado. Ele se alicerça, estrutural e funcionalmente, em padrões de mando e de obediência predominantemente herdados da sociedade patrimonialista. A "grande empresa", na realidade, só existe entre nós na aparência. As técnicas sociais de controle, em particular, são elementares e não têm nenhuma eficiência na identificação e neutralização dos fatores irracionais, que prejudicam, irremediavelmente, a organização, o rendimento e o caráter econômico da empresa industrial.

Mas, além desses dois planos, o do trabalho e o do sistema de controles e de administração, surgem outras deficiências, não menos importantes, da empresa industrial. A mais saliente e negativa consiste no afã do ganho. A distribuição do trabalho ou do capital é um elemento dinâmico básico na empresa capitalista. O nosso dilema está em que esse elemento opera irracionalmente na empresa industrial brasileira. Com frequência, candidatos sem qualificações precisas pretendem ocupações com alta remuneração. O empreendedor, por sua vez, procura garantir-se níveis máximos e espoliativos de lucro. Ambas as tendências além de exprimir fluxos naturais da inflação secular, traduzem uma incompreensão fundamental dos mecanismos dos preços em uma economia capitalista. A manutenção delas pode ser considerada como um fenômeno normal; o mesmo não se pode dizer da ausência de disposições no sentido de superá-las, com o fito de obter, deliberadamente, maior equilíbrio no desenvolvimento da economia industrial no Brasil. Além disso, há aspectos do comportamento do empresário, que precisam ser considerados, porque estimulam a influência de fatores irracionais da vida econômica brasileira.

O observador atento pode notar três tendências características em seu comportamento, que se relacionam, definitivamente,

mente, com condições sociais do ambiente. Primeiro, a propensão a reduzir o alcance das reinversões na própria empresa. Esse comportamento introduz um ponto morto no processo de desenvolvimento da empresa em regime capitalista. Segundo supomos, a inflação secular não o explica de maneira cabal. A extensa mobilidade social e a mudança social muito rápida introduzem elementos de insegurança, quanto à crenga na continuidade do progresso econômico brasileiro, e contribuem para reduzir as identificações de lealdade para com os interesses da coletividade como um todo. O empresário, que tende a definir sua renda como compensação natural de sua capacidade de realização, age, assim, egoisticamente porque ele próprio não se impõe certos padrões ideais de comportamento. Como os controles sociais reativos, baseados nas manifestações da opinião pública ou na operação das instituições do meio social ambiente, não o compelem a modificar tais ajustamentos, eles tendem a repetir-se, indefinidamente, com prejuízo do crescimento das empresas industriais e do desenvolvimento da industrialização. Outra tendência é visível na propensão do empreendedor industrial a inverter parcelas elevadas em gastos suntuários (aquisição de residências luxuosas, de carros modernos, manutenção de padrões altos de vida etc.). Os comportamentos relacionados com essa tendência também são improdutivos, no que tange à diferenciação e evolução da empresa no processo capitalista. Em última instância, eles se explicam como efeitos de processos sociais: às vezes, se associam à mobilidade vertical (o industrial, procedente de famílias modestas, precisa afirmar-se ostentando sua riqueza e seu poder); outras vezes, aos complexos mecanismos que ameaçaram as antigas camadas dominantes de perda de prestígio e de poder (caso freqüente entre industriais pertencentes a famílias antigas, que se viram ameaçadas de pauperização ou de classificação em posições das classes médias, e que conseguiram ascender econômica e socialmente de novo; nesse caso, os comportamentos dos descendentes das antigas famílias brasileiras em nada se distinguem dos comportamentos de imigrantes ou descendentes de imigrantes enriquecidos). Por fim, é preciso não ignorar a tendência mais sutil, associada ao desinteresse relativo dos empreendedores por uma autêntica política de aceleração da industrialização no país. Há argumentos que atribuem essa tendência à escassez de capitais e ao caráter improdutivo de certas reinversões. Contudo, esses argumentos também não explicam tudo. Os empresários — e entre eles os empreendedores industriais — foram os gran-

des beneficiários da onda de prosperidade econômica, trazida pela industrialização. Por isso, é natural que tenham desenvolvido interesses fortes na preservação do *status quo*. O futuro econômico é incerto, em um país como o Brasil. As vantagens econômicas do presente, ao contrário, parecem sólidas e perpe-tuáveis. Em consequência, os interesses sociais desse setor das camadas dominantes entram em choque com os valores que alimentam sua ideologia. Em vez de propugnarem uma política severa de industrialização, fazem pressões no governo que chegam a redundar em fonte de paralisação e de estagnação do desenvolvimento industrial. Isso explica por que, nas afiliações políticas desses setores, prepondera a utilização disfarçada do nacionalismo econômico como instrumento de interesses econômicos particularistas.

Em conjunto, pois, a empresa industrial é minada por vários fatores irracionais, que solapam sua integração orgânica, seu rendimento e crescimento, e as influências que ela poderia desencadear na transformação do meio social. Mas este, por sua vez, restringe de várias formas as possibilidades de expansão da empresa industrial. Isso é particularmente visível em três níveis distintos: naquele em que a diferenciação e a integração do sistema econômico depende, de maneira direta, dos padrões de organização da sociedade; no das relações da vida econômica com as instituições políticas; e, por fim, nas conexões da vida econômica com elementos ou processos sócio-culturais que constituem os alicerces invisíveis de todo o progresso econômico.

No primeiro nível, é possível verificar como algumas conexões entre o sistema econômico e a organização da sociedade brasileira se refletem no processo de industrialização. Há vários pontos a considerar aqui. Sobre todos, relewa o que diz respeito aos fatores que graduan, exteriormente, nossa economia de mercado. É sabido que, em vista da base demográfica e da extensão territorial do país, o mercado brasileiro abrange uma população relativamente pequena, de limitada capacidade aquisitiva e de hábitos de consumo pouco diferenciados. Esses fatos econômicos só encontram explicação nos padrões histórico-sociais de formação e de diferenciação da sociedade brasileira. No plano em que eles nos interessam, parece óbvio que seus influxos sobre a industrialização são "retardativos". Eles não podem ser alterados sem processos que produzam modificações na distribuição da riqueza e nos níveis de vida. Mas modifi-

cações dessa ordem dependem, por sua vez, de transformações mais ou menos profundas na estrutura e na organização da sociedade brasileira. No fundo, portanto, o ritmo e as debilidades da industrialização no Brasil prendem-se a fatores sociais, que não podem ser alterados de maneira simples nem com a rapidez desejável. Sob vários aspectos, isso justifica a convicção de que o futuro da industrialização na sociedade brasileira depende, em maior grau, da continuidade das mudanças sociais que se estão processando no presente, que de certas medidas puramente econômicas ou financeiras, detidas com tenacidade pelos industriais.

Além desse ponto, de importância facilmente reconhecível, seria preciso considerar: as tendências societárias à regulamentação dos processos econômicos e as relações entre o campo e a cidade, no plano em que elas interessam à industrialização. A primeira questão ainda é mal conhecida entre nós. Os resultados das investigações de história econômica sugerem, porém, que a sociedade brasileira sempre se caracterizou pela inexistência de mecanismos societários eficientes de controle e ordenação dos processos econômicos. Em consequência, os ciclos econômicos lembram antes curiosas formas de exploração devastadora e de utilização destrutiva dos recursos econômicos, que etapas interdependentes de crescimento econômico contínuo. A maneira pela qual a industrialização se processou em São Paulo não exclui vários dos caracteres negativos dos ciclos econômicos anteriores. Não se pode presumir, sequer, que esses caracteres terão os seus efeitos nocivos diminuídos ou neutralizados, pois até agora nem a empresa privada nem o poder público se preocuparam com eles. A única hipótese que permite prever algo de conclusivo diz respeito a perspectivas asseguradas pelo pleno desenvolvimento da economia urbana e industrial. Nesse caso, passaríamos para um tipo de organização da vida econômica que nos colocaria ao abrigo de percalços dessa natureza. Na fase em que estamos, porém, a própria industrialização tende a expandir-se de forma tumultuária, desordenada e devastadora, acumulando sérios dilemas para o futuro da economia nacional. Mesmo manifestações localizadas do processo econômico não chegam a encontrar formas construtivas de controle social. Sirvam-nos de exemplo as tensões e conflitos relacionados com as greves e com a fixação dos níveis dos preços. Nos diferentes ajustes, os efeitos finais terminam na fixação de tetos para os salários ou para os preços das utilidades. O que quer dizer que em nenhum círculo social se

procura tirar, de semelhantes tensões e conflitos, resultados de interesse para a coletividade como um todo. Os fins visados são particularistas, restringindo-se aos interesses dos assalariados ou dos empresários. No entanto, mudanças ocorridas em outras sociedades de economia industrial sugerem que tensões e conflitos nessa esfera podem dar origem a formas mais complexas de controle social e a alterações importantes da estrutura da sociedade (4).

As relações entre o campo e a cidade se inverteram, no Brasil, após a expansão urbana assinalada acima. De simples expressão do poder econômico do campo e da civilidade de sua gente, a cidade tornou-se o verdadeiro foco dinâmico da vida social no Brasil. Ela ainda está longe de ser um centro econômico autônomo; a sua prosperidade funda-se em riquezas procedentes do campo. O problema nos interessa aqui, porque o processo moderno inverte os pólos da relação, mas não produz uma reintegração propriamente dita dos padrões de vida econômica. Enquanto não se formar uma economia de mercado, extensa, orgânica e diferenciada, essa integração não se processará. Ora, isso depende, como apontamos, de transformações de estrutura social e de estilos de vida. De modo que o atual entrosamento entre o campo e a cidade, igualmente prejudicial para a modernização da agricultura e para a industrialização, poderá perpetuar-se como um fator de inércia por tempo indeterminado. Enquanto a nova ordem social, associada ao sistema de classes, à economia de mercado e ao regime democrático, expandir-se apenas em grupos urbanos, será inconcebível pensar em verdadeira interdependência entre o campo e a cidade, bem como na formação de uma economia industrial plenamente desenvolvida. Como sugerem as contribuições dos técnicos da UNESCO e os exemplos de outros países subdesenvolvidos, nesta área os planos de desenvolvimento econômico darão resultados à medida que se entrosarem com projetos de reconstrução social.

(4) No presente confronto, não pretendemos insinuar que não ocorram, nas comunidades industriais europeias ou norte-americanas, desajustamentos entre o homem e a máquina do tipo dos que se vêm manifestando no Brasil. Tampouco pretendemos defender o ponto de vista de que, nessas comunidades, a civilização industrial se tenha desenvolvido de modo orgânico e perfeito. A intenção que anima a comparação é clara: os desajustamentos entre o homem e a máquina ainda não se tornaram, na sociedade brasileira, um fator de mudança na esfera dos controles sociais e na da organização das comunidades em industrialização.

No segundo nível, é possível considerar como as relações recíprocas do sistema econômico com as instituições políticas se refletem no processo de industrialização. Por menos que se queira reconhecer, o Estado preencheu importante papel na expansão da indústria brasileira, em particular depois da revolução de 1930. Doutro lado, a influência política dos industriais aumentou de forma patente, nesse período, contando as suas associações entre os grupos de pressão de maior poder na estrutura política da nação. Apesar disso, nem o Estado chegou a preencher as funções que lhe cabiam na aceleração e orientação do processo econômico, nem os industriais contribuíam para criar uma política nacional de desenvolvimento econômico, capaz de servir como um mecanismo seletivo e de intensificação das tendências positivas à industrialização.

Esse fato tem dado margem a especulações. Haveria para alguns, aparentemente, ausência de interesses construtivos no uso do poder em fins práticos. Outros supõem que o poder tem sido usado, mas de forma pervertida, para favorecer interesses escusos de industriais e de políticos. É provável que ambas as coisas ocorram, em diferentes casos concretos. Como tendência geral, entretanto, nada fica explicado, através das duas afirmações. O que parece patente, do ponto de vista sociológico, é que se formou uma "ideologia do progresso econômico", que vem sendo improdutiva e desvantajosa para o Brasil. O cerne dessa ideologia, desigualmente compartilhada por todos os segmentos da população brasileira — inclusive pelos agricultores, pelos operários e pelas classes médias das "grandes cidades" — está na valorização da mecanização. A introdução de máquinas, no país, é encarada como um fim em si mesmo; e incentivada não tanto como um meio para aumentar a riqueza ou a produção, mas como símbolo de progresso social. Nessa superavaliação da civilização mecânica concorrem atitudes herdadas do passado escravocrata e atitudes ligadas a uma apreciação superficial do êxito de algumas potências industriais modernas. De qualquer forma, essa superavaliação da máquina e da civilização mecânica produziu duas polarizações ideológicas inelutáveis: 1.º) a concepção de que se implanta a civilização mecânica no país operando na área da simples transplantação de técnicas e de equipamento; 2.º) a concepção de que qualquer progresso, conquistado nesse terreno, por aparente ou ínfimo que seja, deve ser defendido a todo o preço. A primeira concepção tem conduzido a atitudes improdutivas: — que só não se tornaram ruinosas em virtude das condições especiais da indústria brasileira — e à

frequente importação de equipamento obsoleto. A segunda concepção tem servido como um meio de defesa e de exaltação de empresas mal planejadas e aparelhadas. Em conjunto, as duas alimentam avaliações curiosamente conservantistas em círculos radicais, pois impedem ou dificultam as poucas possibilidades existentes de renovação de equipamentos e de modernização do parque industrial.

Do ângulo em que nos colocamos, portanto, os efeitos negativos da inexistência de uma autêntica política de desenvolvimento econômico são atribuídos a fatores pessoais. São fatores subjetivos, de natureza ideológica, que interferem nos mais variados círculos sociais e na atuação do Estado. O que nos importa, aqui, é que eles restringem ou deturpam a consciência da situação histórico-social e fomentam opções aparentemente úteis para a coletividade como um todo, mas de fato comprometidas com interesses particularistas. Em consequência, a intervenção do Estado acaba terminando onde ela deveria começar, com a agravante de converter o Governo em instrumento político de determinados setores das camadas dominantes. O empresário industrial, por sua vez, recebe os benefícios de uma política protecionista, sem sentir-se nem ser compelido a aplicar os constantes acréscimos de sua renda em fins produtivos. A ilusão provocada pelas ficções da pseudopolítica de desenvolvimento econômico nacional chega a ir tão longe, que as camadas mais prejudicadas das populações urbanas — o proletariado e as classes médias — se empenham em defendê-la, sem correções substanciais. Em síntese, ainda que seja desagradável pôr em evidência tais coisas, as relações do processo econômico com as instituições políticas são de natureza a satisficar o futuro pelo presente, ainda que as aparências indiquem o contrário. Em lugar de uma política de desenvolvimento econômico, contamos com uma política de expansão de setores privilegiados da produção. O que isso representa, como perigo para a industrialização, não precisa ser ressaltado...

No terceiro nível, é possível considerar como as relações do sistema econômico com a tecnologia e a educação se refletem no processo da industrialização. A economia pré-industrial brasileira não fez nenhuma pressão no sentido de colocar o Brasil na era tecnológica. Os incentivos, nesta direção, partiram do crescimento das cidades, da construção das vias de comunicação e da expansão das indústrias. Em três quartos de século, aproximadamente, de desenvolvimento irregular, des-

contínuo mas acelerado em algumas de suas fases, o sistema tecnológico brasileiro tornou-se bastante diferenciado para suportar as solicitações mais variadas do meio social ambiente. No entanto, ainda hoje ele só comporta a satisfação de um número reduzido de necessidades fundamentais, em sua maioria relacionadas com problemas práticos já conhecidos e resolvidos tecnicamente. Por isso, tendo-se em vista as conexões que nos interessam aqui, trata-se de um sistema tecnológico que oferece uma base quase satisfatória para a manutenção do grau de diferenciação alcançado pela indústria brasileira. Mas que não tem capacidade para atuar como um elemento dinâmico no processo de industrialização, seja no sentido de aumentar sua diferenciação e de integrá-la segundo padrões tecnológicos modernos, seja no sentido de sanar as inconsistências da empresa industrial brasileira e de acelerar seu ritmo de desenvolvimento.

Esse fatos estão associados à incompreensão da importância do ensino básico e da ciência para a urbanização, a renovação das técnicas agrícolas e, em particular, para a industrialização. Na verdade, os industriais brasileiros quase não fizeram pressão alguma para alterar o sistema educacional brasileiro e para expandir a produção de conhecimentos científicos no país. A empresa industrial brasileira dependeu, de modo quase exclusivo até pouco tempo, mais da oferta de grande massa de trabalho, que de trabalho qualificado e especializado. Em consequência, as escolas profissionais que se criaram, nesse período de tempo, ou eram um fardo e uma superafetação mantidos pelas indústrias para salvar as aparências, ou formavam especialistas em campos da tecnologia que exigem conhecimentos complexos, às vezes de nível superior. As escolas destinadas aos operários, principalmente, não foram orientadas na direção de absorver, paulatinamente, a totalidade dos candidatos a essas carreiras. Essa necessidade ainda não é reconhecida como essencial, temendo os empresários que ela redunde em fator de encarecimento da mão-de-obra e de aumento das dificuldades no ajustamento dos operários às condições existentes de trabalho.

Doutro lado, a expansão do ensino primário, secundário, colegial e superior não favorece de modo brilhante e tenaz o desenvolvimento da tecnologia. O ensino primário, o secundário e o colegial mantêm-se presos a padrões obsoletos de formação e de preparação do homem para a vida. Eles só não são totalmente inúteis porque adestram ou aperfeiçoam os es-

tudantes no uso de técnicas de grande importância em uma civilização letrada. O ensino superior sofreu uma evolução decisiva, nos últimos vinte e cinco anos, com a introdução de ideais e padrões universitários de trabalho intelectual. Na verdade, porém, ainda prevalece a antiga mentalidade pré-universitária, improdutiva para a expansão da pesquisa científica e letal para o desenvolvimento do ensino científico básico. O pior aconteceu com os centros universitários que conseguiram preencher parte da sua missão; a falta de recursos suficientes impõe uma opção dramática entre a progressiva deterioração do padrão de trabalho universitário (de ensino ou de pesquisa) e o colapso total.

O que se faz nesses centros universitários tem interesse específico para a nossa análise. O progresso da tecnologia expreme, invariavelmente, o progresso alcançado na ciência. Os países modernos, que se salientaram por seus feitos técnicos, tiveram antes de obter árduas conquistas nos ramos científicos do saber. Por isso, devemos encarar aqueles centros universitários como peças fundamentais do futuro da tecnologia no Brasil. Observa-se que nesses centros domina uma mentalidade antiquada, no que concerne ao modo de entender as relações entre a teoria, a pesquisa e a aplicação. Dá-se pouco ou nenhuma importância a esta última, mantendo-se uma separação entre o "cientista" e o "técnico" que deixou de ter fundamento em nossa era. Além disso, poucos professores se dão conta, realisticamente, das implicações intelectuais da situação de trabalho do cientista no Brasil. Em qualquer lugar, o valor da contribuição do cientista mede-se pela soma de conhecimentos teóricos ou empíricos originais que ele descobre. Para o progresso da tecnologia, inclusive, é importante que os cientistas logrem avanços reais na pesquisa fundamental. Seria danoso, portanto, um desenvolvimento da ciência, nas universidades, que se divorciasse dos verdadeiros padrões e requisitos do saber científico. Não obstante, o Brasil não pode arcar com os papéis de *meccenas da ciência*. Países mais ricos falham nessa tarefa. Os gastos invertidos na pesquisa científica deveriam ser aproveitados, criteriosamente, de maneira a incentivar: 1.º) a expansão dos campos de pesquisa atualmente viáveis em nosso meio; 2.º) a escolha preferencial de áreas de investigação suscetíveis de produzir conhecimentos ulteriormente aproveitáveis na solução de problemas práticos. Essas duas condições raramente são tomadas em conta. Vemos acontecer, em consequência, duas coisas paradoxas: um país pobre formando cien-

tistas que só logram aproveitadamente eficiente em centros de pesquisas de países ricos; o empirismo mais rudimentar coexistindo e impondo-se sobre o conhecimento verdadeiramente científico, por falta de iniciativas apropriadas dos cientistas.

Parece-nos desnecessário ressaltar o significado da situação existente na esfera da tecnologia, da pesquisa científica e do ensino para a industrialização. Em certa fase, esta é um processo meramente econômico, em especial quando já se dispõe das técnicas e conhecimentos que permitem a organização da empresa industrial e asseguram a produção de bens industrializáveis. Parece que já atingimos uma situação mais complexa. Torna-se cada vez mais improvável que se mantenha e que se aumente, como necessitamos, o ritmo da industrialização, sem duas mudanças radicais. Primeiro, na estrutura e organização da empresa industrial brasileira, cujos elementos antieconômicos precisam ser eliminados. Segundo, na manipulação das tendências favoráveis ao crescimento e à diferenciação das indústrias no Brasil. Os sacrifícios feitos na defesa das indústrias de bens de consumo e na implantação da indústria pesada não produzirão nenhum efeito prático duradouro, se essas tendências não forem orientadas, na medida do possível, segundo uma política construtiva de desenvolvimento econômico nacional. Isso quer dizer que a industrialização atingiu uma fase, na sociedade brasileira, que requer uma urgente modificação nos estilos de pensamento e de atuação prática dos empresários industriais, de seus associados e de todo o pessoal abrangido pela empresa industrial. É difícil pensar que tal coisa venha a acontecer, na escala necessária, sem alterações concomitantes na esfera da tecnologia, da educação e da pesquisa científica, que assegurem novas modalidades de aproveitamento dos resultados delas na vida econômica brasileira.

A digressão que fizemos tem o duplo defeito de ser demasiado sumária e excessivamente superficial. Segundo pensamos, porém, ela atinge o fim que tínhamos em vista: demonstrar o grau de desajustamento existente entre o horizonte intelectual do homem e as exigências da situação histórico-social brasileira, que possuem algum significado para a industrialização. Restamos completá-la com uma reflexão de caráter prático. Ela suscita uma pergunta dolorosa: podemos alterar o nosso horizonte intelectual com a rapidez imposta pelas circunstâncias? A presente exposição é animada, de ponta a ponto, pela suposição de que isso é realizável. Os fatos conhecidos e analisados su-

gerem, no entanto, que se trata de algo sumamente difícil de conseguir. O que está em jogo não é tanto a idéia de que o "uso do cachimbo deixa a boca torta". Todo comportamento social é alterável; e o homem caracteriza-se por ser o animal social mais plástico em sua capacidade de alterar seu comportamento social, juntamente com as condições em que ele se organiza e desenvolve. A questão específica é outra: a principal dificuldade está nas atitudes sociais dominantes. Entende-se, predominantemente, que a experiência industrial brasileira foi plenamente bem sucedida. Tal juízo, em termos relativistas, é verdadeiro. Em comparação com nosso passado agrário, essa experiência não só foi bem sucedida, como é espantosa. Mas, ao contrário do que se supõe, vulgarmente, não dispomos de todas as técnicas, conhecimentos e valores indispensáveis à industrialização. Seguem aprendemos a tirar todo o proveito dos elementos intelectuais disponíveis na cena social brasileira. Seria recomendável, portanto, que superássemos as resistências subjetivas, que opomos ao reconhecimento desses dois fatos, que em nada diminuem a significação da experiência industrial brasileira.

4 — Os fatores negligenciados da industrialização

A presente discussão comporta certas conclusões, de caráter mais geral e sistemático. Tem-se negligenciado demais, no Brasil, a importância dos fatores sociais no processo da industrialização. A nossa exposição sugere, ainda que toscamente, que o conhecimento desses fatores é essencial. Primeiro, para a percepção e compreensão de como ocorrem os processos econômicos. Estes se dão através da interação humana, socialmente organizada, podendo contar ou não com as condições societárias, requeridas por sua manifestação "normal". A esse respeito, o que distingue a situação brasileira da situação existente em outros países — que possuem o mesmo tipo de sistema econômico — não é a *natureza* dos processos econômicos, mas o modo pelo qual a sociedade regula a sua manifestação e a seleção de seus efeitos sociais construtivos. Segundo, para a explicação das funções e tendências dos processos econômicos, vistos através de regularidades propriamente sociais. Os mesmos processos econômicos podem desempenhar funções sociais diversas e assumir padrões variáveis de desenvolvimento em meios sociais relativamente distintos. Se isso não acontecesse,

bastaria estudar tais processos em dada sociedade e generalizar os conhecimentos às demais sociedades em que eles se manifestassem. Terceiro, para a intervenção no curso ou nos efeitos dos processos econômicos. Os conhecimentos relativos à maneira pela qual os fatores sociais interterem na manifestação dos processos econômicos e na seleção dos seus efeitos apresentam enorme interesse prático. De um lado, porque eles complementam os conhecimentos sobre as regularidades puramente econômicas, fornecidos pelos economistas. De outro, porque intervenção nos processos econômicos sempre significa, em algum grau, intervenção nas condições sociais de existência humana. Por isso, a eficácia da intervenção aumenta em proporção aos conhecimentos que se possuem sobre tais condições e sua plasticidade diante dos intentos renovadores.

Nos "países subdesenvolvidos" há uma relativa compreensão da utilidade das ciências sociais. Os confrontos com os "países adiantados", que possuem a mesma organização social e o mesmo sistema econômico, sugerem, mesmo: ao conhecimento de senso comum, que os psicólogos sociais, os etnólogos, os sociólogos e os cientistas políticos "podem ser úteis". Há ampla margem de progresso social a ser alcançado nos limites da ordem social estabelecida. Os argumentos expostos acima revelam que essa idéia se justifica. Como os economistas, os demais cientistas sociais podem oferecer contribuições de grande utilidade prática.

É preciso que reflitamos, todavia, a respeito dos papéis intelectuais polarizados em torno de semelhantes aspirações de utilização das ciências sociais. De minha parte, encaro como um dever a aceitação deles pelos cientistas sociais. Nos países mais adiantados, os cientistas sociais entendem mal convicções desta natureza. Parece-lhes que, assim, se deturpa a obrigação intelectual do cientista de contribuir, exclusivamente, para o progresso da ciência. Ao aceitar tais papéis, no entanto, nenhum cientista social se vê, necessariamente, compelido a agir em detrimento da qualidade do conhecimento científico. Do outro lado, concorre para o progresso da ciência aplicada, condição essencial para o desenvolvimento integrado do saber científico. O busiffs, aqui, está no fato de que naqueles países, a tolerância pela contribuição prática dos cientistas sociais foi menor. Onde ela não apanhava os efeitos societários no plano dos ajustamentos da personalidade e do rendimento das instituições, ela poderia servir, diretamente, a movimentos sociais

reformistas ou revolucionários, mais ou menos orientados *contra* a ordem existente. A proscrição de amplas tarefas intelectuais dos cientistas sociais, na esfera da aplicação, encontrava fundamento, portanto, na própria reação societária às ciências sociais.

Não se deve concluir, daí, que os cientistas sociais dos "países subdesenvolvidos" devam aceitar tais papéis de modo passivo. De fato, eles abrem perspectivas para o desenvolvimento da pesquisa e das ciências sociais aplicadas, que não devem ser perdidas. Contudo, o cientista social está normalmente obrigado perante um sistema de valores éticos — inerentes ao saber científico — que o compele a indagar, consistentemente, se o destino dado às suas contribuições é o melhor possível. Se ele serve, realmente, aos propósitos humanitários da ciência e às funções que esta deve desempenhar na reconstrução das bases materiais, sociais e morais da vida humana. Ao fazer semelhantes indagações, pode descobrir consequências desagradáveis. Em geral, os estímulos ao uso das ciências sociais nos "países subdesenvolvidos" é animado por interesses de grupos ou de camadas sociais, que podem tirar maior proveito do desenvolvimento econômico e do progresso social. A ideologia criada e generalizada por esses círculos sociais difere tais interesses, formulando-os e valorizando-os em termos dos interesses da coletividade como um todo. Para que os cientistas sociais não sejam meros instrumentos nas mãos desses grupos e dessas camadas sociais, eles precisam aceitar as aludidas tarefas intelectuais sabendo, exatamente, o que elas representam em dado contexto histórico-social. Em todos esses países, os economistas dão-nos um exemplo que merece ser seguido, em um ponto; e escrupulosamente repellido, em outro ponto. A disposição que eles revelam em aceitar, igualmente, "tarefas teóricas" e "tarefas práticas" é algo que nunca será valorizado demais. Contudo, as tendências dominantes em seus ajustamentos às "tarefas práticas" são inaceitáveis perante as exigências da ética científica. Na base de seus ajustamentos, está a satisfação produzida pelo nível de renda e de prestígio social conquistados profissionalmente, e as identificações resultantes com a ordem existente e os mecanismos de sua preservação. É lógico que o cientista social pode ter motivos para identificar-se com dada ordem social e pôr-se a serviço de sua defesa. O que não se justifica, tão facilmente, é a tendência a ignorar as obrigações morais, impostas pelo código ético do cientista. A identificação, em tais casos, nunca deve resultar de interesses limitados, mas de uma opção claramente iluminada por um

conhecimento da situação global e dos influxos da ciência em sua preservação ou em sua transformação (5).

Em suma, os cientistas sociais, ao proclamarem a importância dos fatores sociais nos processos econômicos, não pretendem os papéis intelectuais de "ideólogos" de nenhuma camada social. Esse raciocínio é importante em um país como o Brasil. A razão é simples. O que o cientista social tem a dizer ou a fazer deve, fundamentalmente, relacionar-se com os interesses fundamentais da coletividade como um todo. Nessa perspectiva, qualquer *plano de desenvolvimento nacional* adquire uma significação que transcende, com frequência, aos interesses e aos valores sociais consagrados pela ideologia das camadas dominantes. Embora a conjuntura histórica possa beneficiar tais interesses e valores, esse não pode ser o alvo específico ou exclusivo da contribuição do cientista social.

A luz destes argumentos, entende-se que as atitudes do cientista social diante da industrialização sejam diferentes, em vários pontos essenciais, das atitudes do empresário industrial. Apesar de todas as coincidências, o primeiro dá mais atenção a mecanismos que não defendem o *status quo* com base na situação de interesses empresariais. Quanto aos fatores dinâmicos do processo, também é levado a pôr em proeminência os objetivos que parecem mais favoráveis não aos interesses restritos da empresa industrial, mas à realização dos planos viáveis de desenvolvimento da economia nacional como um todo. Essas diferenças de perspectivas não devem ser negadas, subestimadas ou solapadas. A contribuição prática dos cientistas sociais brasileiros só será útil e frutífera se eles corresponderem a seus papéis intelectuais específicos, deixando aos empresários a responsabilidade pela defesa dos interesses da empresa industrial no plano econômico, inclusive no que diz respeito à utilização de técnicas e de conhecimentos fornecidos pelas ciências sociais. Assim, ambos poderão contribuir melhor para o futuro da civilização industrial no Brasil.

(5) É lógico que esta afirmação tem uma aplicação circunstada: ela não apanha todos os economistas brasileiros. Apesar de tom enfático, referimo-nos, tão-somente, aos economistas que, implícita ou explicitamente, comprometeram suas explicações, de modo velado ou aberto, com interesses econômicos e sociais de segmentos das camadas dominantes, sem fazer nenhuma ressalva a respeito dos motivos que animam semelhante orientação.

CAPÍTULO III

EXISTE UMA CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL? (*)

Os debates sobre a "crise da democracia" brasileira não são recentes. Eles se iniciaram logo após à implantação da República, com as decepções e os desgostos alimentados pelo novo regime. Em nossos dias, porém, eles se alargaram de uma forma surpreendente, atingindo proporções que atestam os perigos que ameaçam o destino das chamadas "instituições democráticas". Um clima generalizado de desconfiâncias confunde partidos e governantes, lançando-se uns contra os outros as suspeitas mais variadas e as intenções menos dignas. O que se afirma abertamente, nos jornais, nas declarações públicas ou nos recintos dos partidos, nos discursos políticos ou nas conversas: 1.º) é que o oportunismo impera em toda a parte, ocultando sob as aparências de legalidade pública ou de lealdade política ações e interesses que solapam a ordem legal, a existência livre dos partidos e a influência ativa dos princípios democráticos; 2.º) é que a atividade política e mesmo a administrativa escondem uma espécie de exploração comercial do Estado, em escala variável, por indivíduos e por grupos direta ou indiretamente associados ao Governo; 3.º) é que a demagogia ou a incompreensão do presente são os dois pólos que extremam a ação dos partidos e dos líderes políticos, distanciado-os da solução dos problemas reais, seja pela irresponsabilidade — que conduz ao seu agravamento direto, pela ausência de propósitos corretos — seja pela cegueira — que conduz ao seu agravamento indireto, pela falta de intervenção eficaz.

(*) Conferência pronunciada no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política no Ministério da Educação, em 28/6/1954; publicada pela revista *Anhembi*, São Paulo, Ano IV — n.º 48 — vol. XVI, 1954, págs. 450-471.

O diagnóstico propiciado por essas afirmações é invariavelmente o mesmo. Ele consiste na inferência de que "a democracia está em crise" no país. O que varia é a fundamentação do diagnóstico. Uns acham que a "crise" resulta da "crise de crescimento" por que passa o Brasil. Outros, que ela é simples expressão de uma "crise moral", que abala os alicerces da vida social da Nação. Há também os que a atribuem à incompetência das *élites*, despreparadas para o exercício das tarefas que lhes cabem ou incapazes de se elevarem acima de seus interesses mais estreitos. E, ainda, há os que descarregam a responsabilidade nos ombros do "povo", cuja ignorância e desorientação somente serviriam aos demagogos. Em um plano mais elevado, surgem as *análises históricas*, que projetam a "crise" na inconsistência dos partidos, sem capacidade de organização e de arregimentação em bases nacionais.

Tanto as afirmações, quanto os diagnósticos mereciam ser tomados como objeto de análise sociológica. Ambos traduzem algo que os etnólogos e os sociólogos costumam caracterizar como sintomas de falta de integração nos sistemas sócio-culturais, quando não são índices de uma situação patológica. No presente trabalho, contudo, limitar-nos-emos a constatá-los, tomando-os como ponto de partida de uma análise que tem por fim situar os mesmos argumentos em outro plano.

1 — *A formação política do regime democrático no Brasil*

Há dois caminhos para se verificar a consistência das noções vulgares sobre a "crise da democracia" no Brasil. Um consiste em estabelecer um confronto entre os critérios formais de reconhecimento da democracia e a realidade política vigente. Esse caminho foi seguido por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros autores recentes. Ele levou, como não podia deixar de acontecer, à conclusão de que as condições reais da vida política brasileira são incompatíveis com o modelo europeu ou norte-americano de organização democrática da ordem legal. Oliveira Vianna, em particular, insistiu num elemento essencial na evidência dos caracteres democráticos de um tipo qualquer de organização da ordem legal: as dificuldades de formação e de manifestação da opinião pública no Brasil. De fato, como escreve Kelsen, "uma democracia sem opinião pública é uma contradição em termos" (cf. *General Theory of Law and State*, pág. 288). Outro caminho é o que se oferece

pela análise dos processos subjacentes às alterações da ordem legal na vida política brasileira. Ele tem sido trilhado da várias maneiras por autores como Nestor Duarte, Nunes Leal, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. As contribuições destes autores lançam luz sobre muitos processos até pouco tempo ignorados ou mal conhecidos. Assim, graças a eles sabemos que as tensões entre a ordem legal criada pela constituição e a ordem legal criada pelos costumes restringem a plena vigência dos princípios democráticos, colorindo de modo especial toda a estrutura e o funcionamento das instituições políticas em nosso meio, apesar das aparências, que poderiam sugerir o contrário. Este caminho nos parece mais frutífero, tendo em vista os fins da interpretação que pretendemos desenvolver.

A evolução política do Brasil apresenta certas constantes dinâmicas, todas elas dotadas da mesma significação. Uma delas, talvez a mais característica, se mostra na tendência a assimilar modelos de organização da ordem legal elaborados nos "países politicamente mais adiantados". Essa tendência constitui uma herança necessária das condições coloniais de formação do povo brasileiro. Inevitável durante todo o período colonial e na curta fase de equiparação a Portugal, impôs-se por outras razões, que não podemos examinar aqui, no decorrer do Império e da República. As técnicas sociais de organização do poder político são realmente muito complexas e não é de estranhar que se formem, nos países insuficientemente desenvolvidos, movimentos sociais que têm por objetivo a transplantação de instituições nascidas nos países através dos quais se processou a expansão do mundo ocidental. Com o correr do tempo, essas instituições acabam sendo reinterpretadas, para se ajustarem ao novo sistema cultural e para poderem preencher funções bem diversas daquelas para as quais foram inventadas. Outra constante dinâmica é a que se oferece na ligação das diversas etapas de organização da ordem legal com propósitos definidos, embora sempre variáveis, de promover e intensificar os laços de integração nacional. Obviamente, cada forma de organização da ordem legal brasileira enfrentou problemas práticos próprios. Mas elas traduzem, em conjunto, da Colônia à III República, uma evolução ascendente na compreensão da necessidade de criar liames morais mais intensos entre os habitantes do país, independentemente e acima das diferenças geográficas, étnicas ou sociais. Por fim, uma terceira característica dinâmica surge na esfera da organização da ordem legal propriamente dita. A

importância de elementos autocráticos tende a diminuir gradativamente na constituição do Estado brasileiro, ainda que os regimes de vida política autônoma, experimentados até o presente no Brasil, tenham favorecido a persistência deles em grau elevado.

Essas constantes dinâmicas são índices ou sintomas da operação contínua de processos sociais que tendem para o mesmo fim: a constituição de uma ordem legal democrática, coerente com as condições de existência social do povo brasileiro. Elas sugerem duas coisas. Primeiro, que a instauração da democracia no Brasil não pode ser encarada, literalmente, como um processo de todo incipiente, já que ele se exprime mediante tendências definidas de desenvolvimento histórico-social. Segundo, que se trata de um processo em pleno devir, cujo sentido se torna inteligível somente através da análise de tendências evolutivas. Com isso, acreditamos poder esboçar uma caracterização, que contraria o que se defende, comumente, como verossímil. *A ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático.*

Seria possível apoiar essa caracterização na moderna tipologia jurídica, para a qual a definição de "democracia" e de "autocracia" se funda na forma de combinação dos componentes democráticos e autocráticos do Estado, abandonando-se a antiga presunção de que tais componentes deveriam ser considerados como exclusivos e absolutos. Todavia, isso nos parece desnecessário e mesmo fora de propósito. O que levou alguns autores, como Alberto Torres (cf. esp. *O Problema Nacional Brasileiro, passim*) e Sérgio Buarque de Holanda (cf. *Raízes do Brasil*, cap. VIII), a oporem reparos mais ou menos severos à caracterização da ordem legal brasileira como uma ordem democrática, nada tem que ver com a natureza do processo apontado. É que se firmou entre nós uma orientação interpretativa que expôs o Estado brasileiro à análise histórica mas como uma realidade estática. Em consequência, o que nós preferiríamos encarar como efeitos transitórios do funcionamento da ordem legal em determinado período histórico-social, tem sido descrito, com maior ou menor penetração, como evidências do termo final da evolução do Estado brasileiro. É claro que, para o investigador, que considera o Estado brasileiro em um momento dado, isso parece verdadeiro. Ele tem diante de si todo um conjunto de normas, integradas dentro de um sistema, e pode muito bem afirmar, com objetividade, que os

ajustamentos políticos que elas legítimam correspondem ao grau de controle político alcançado no sistema. Todavia, quando se procede interpretativamente dessa maneira, perde-se de vista que a ordem legal não pode apresentar maior estabilidade que o sistema social global em que ela se insere. Onde o meio social está em formação, é mais prudente não conceber o Estado como uma organização em equilíbrio estável, senão para fins de análise jurídica (quando se tem em mira descrever a constituição da ordem legal mediante a legislação vigente).

A descrição segundo a qual o Estado brasileiro tende para um padrão organizatório democrático não pressupõe, por sua vez, nenhuma implicação que transcenda aos limites das constantes dinâmicas assinaladas, nem mesmo quanto aos efeitos presumíveis da alteração isolada ou concomitante dos processos sociais que as produzem. Assim, o viciamento das eleições pela influência dos "coronéis" ou por fraudes inspiradas no Governo, a incapacidade aglutinadora dos partidos, a inconsistência da opinião pública, a invasão das esferas do legislativo pelo executivo ou vice-versa etc., não aparecem, primariamente, como índices da ausência de padrões democráticos de comportamento político. Mas, sim, como ajustamentos possíveis e previsíveis, nos diversos graus em que se podem realizar na prática, tendo-se em vista as condições mesmas do controle legal ou espontâneo das ações e relações políticas em uma democracia ainda na fase de elaboração sócio-cultural. Doutra lado, tal descrição não é nem "otimista" nem "pessimista", em face da vida política brasileira e das suas perspectivas de desenvolvimento. Contudo, antes, uma formulação de caráter especificamente interpretativo, baseada em dados de fato e na presunção de que certas alterações da vida política brasileira possuem alguma regularidade.

Isso permite estabelecer uma equação objetiva do problema que nos preocupa. O diagnóstico proporcionado pelas noções correntes sobre a "crise" da democracia no Brasil carece de precisão e de sentido. Na verdade, não se pode aceitar nem os fundamentos nem as implicações desse diagnóstico no plano da caracterização empírica. Uma "crise" de crescimento ou de desenvolvimento só é admissível, digamos por facilidade de expressão, quando se trata de organismos completamente constituídos. Ora, o que acontece com a democracia no Brasil é que ela está em elaboração sócio-cultural; ou seja, em outra terminologia, sua formação histórica não alcançou, ainda, uma

etapa adiantada de estruturação e de maturação políticas. Isso se reflete até em certas peculiaridades de desenvolvimento, que fazem com que mesmo determinadas inovações, de caráter aparentemente crítico, exerçam atividade construtiva. Nada mais contrário ao progresso da democracia que uma ditadura. Entretanto, Jacques Lambert, em estudo recente, mostra como o Estado Novo exerceu uma influência ativamente desagregadora no seio da antiga ordem política herdada pela República do regime escravocrata e senhoria, contribuindo, sob este aspecto, para alargar as bases de desenvolvimento da democracia no Brasil (cf. *Le Brésil. Structure Sociale et Institutions Politiques*, cap. V). Doutra lado, passando-se para o plano valorativo, não é verdadeiro que a presente situação brasileira, no que concerne ao funcionamento das instituições políticas, seja positivamente "patológica". É patológico o que se desvia de uma norma de integração estrutural e funcional. Parece que os processos que se manifestam na vida política brasileira concorrem, ao inverso, para a formação de padrões mais complexos de integração da ordem legal e de controle dos comportamentos políticos. Além disso, o que estamos presenciando, seja ou não confortável aos valores éticos e às convicções políticas que perlitamos, corresponde, em linhas gerais, ao processo de desenvolvimento da democracia nos países economicamente subdesenvolvidos.

Isso não impede, naturalmente, que se apontem os fatores e as condições que tendem a opor uma resistência assinalável ao progresso da democracia no país. Os nossos principais ensaistas políticos têm demonstrado, fartamente, que os grandes movimentos da vida política nacional se fizeram sem apoio na opinião pública e sem inspirações populares profundas ou duráveis. A explicação desse fenômeno é bem conhecida de todos, mas teremos que recapitulá-la aqui, ainda que sumariamente, pois ela envolve os principais elementos que podem ser apontados, sociologicamente, como obstáculos sócio-culturais à expansão do regime democrático na sociedade brasileira. E situa uma segunda questão, da maior importância para o nosso debate. Por que os círculos sociais, que se mostram tão preocupados com a "crise da democracia no Brasil", não procuram exercer uma influência socialmente construtiva, cooperando na remoção dos obstáculos que se opõem à expansão do regime democrático com todo o peso de seu poder e prestígio?

Muitos são os pontos que mereceriam ser postos em evidência, ao se cuidar das condições de formação da democracia

na sociedade brasileira. Restringindo-nos ao essencial, poderíamos dizer que o Brasil se constituiu em Nação, econômica, cultural e socialmente, em condições altamente desfavoráveis à difusão de ideais democráticos de vida política. A organização da sociedade colonial e imperial pressupunha uma complicada engenhagem, na qual a posição social de um indivíduo e as suas probabilidades de atuação social dependiam do concurso de vários modos de participar, regularmente, dos direitos e deveres reconhecidos socialmente. A integração a uma parentela, o sexo e a idade eram critérios importantes na atribuição de *status* e de papéis sociais, regulando-se suas determinações por normas estabelecidas pela tradição. Mas eles operavam através de distinções suplementares mais gerais, como as que nasciam da situação econômica e da localização em uma ordem espacial, dotada de certa fluidez, e em um sistema de castas, muito mais rígido. Em consequência, uma sociedade que não descansava numa base demográfica muito ampla e que não podia expor seus membros a uma rede muito complexa de relações sociais, possuía uma estrutura interna marcadamente difensiva. Tais condições de convivência humana se refletiam, naturalmente, nas formas de solidariedade social e nas possibilidades de exercício do poder. Os laços de solidariedade eram muito intensos no seio das parentelas e, através destas, nas camadas sociais constituídas por pessoas da mesma "raça" e socialmente classificadas dentro da ordem estamental. Fora daí, as manifestações de solidariedade assumiam um caráter pessoal, mesmo quando reguladas pela tradição (como, por exemplo, nas relações do senhor rural com seus agregados ou dependentes); ou não chegavam a cristalizar-se, formando um sistema de direitos e obrigações sociais (como, por exemplo, com relação aos escravos, que se viram reduzidos a um estado de anomia social; mas também, sob certos aspectos, na vida social dos homens livres, independentemente da tonalidade da pele, que não se classificavam na ordem estamental). Assim, a dominação patriarcal se inseriu em uma sociedade em que o direito de mandar e o dever de obedecer se achavam rigidamente confinados, concentrando o poder na mão de um número restrito de cabeças de parentelas.

Graças a essa composição estrutural, a maior parte da população brasileira adulta não tinha participação direta na vida política, ou nela tinha acesso para exercer atividades subordinadas aos interesses das camadas dominantes. Formaram-se, em consequência, duas orientações de comportamento, que eram

sancionadas pela tradição e reforçadas por uma longa prática. De um lado, nas camadas populares, a de alheamento e de desinteresse pela vida política. De outro, nas camadas dominantes, a de que o exercício do poder político fazia parte dos privilégios inalienáveis dos setores "esclarecidos" ou "responsáveis" da Nação. Uns não identificavam em nenhum ponto os seus interesses sociais com os destinos do Estado; outros identificavam-nos demais... Essa foi a herança recebida pela República. O que foi feito dela? O que não poderia deixar de ser feito. O Estado assumiu de vez o belo aspecto das coisas duplées: "Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento." Ele possuía uma organização, do ponto de vista jurídico; outra, que era a sua antípoda, do ponto de vista prático. O antigo regime, durante o Império, pudera se manter com respeitabilidade e relativa eficiência nas condições de estabilidade social, que a ordem social escravocrata e senhorial lhe assegurava. Abalada e durubada que fora esta, começaram a aluir os próprios alicerces que poderiam sustentar com alguma imponência todo o edifício do Estado, que era a imagem de uma sociedade estramental e de castas no plano político e administrativo.

Então, tem início o interregno mais obscuro da história política do Brasil. Preservaram-se intactas, do antigo regime, a hierarquia social e a mentalidade política. Dois ingredientes tóxicos, que logo mostrariam sua capacidade corrosiva e perturbadora. Em condições de acentuada instabilidade social, tornava-se quase fatal a progressiva perda do poder político pelos chefes locais ou regionais. O recurso a técnicas diretas de manipulação do eleitor e do voto se impôs, naturalmente, como condição para assegurar a hegemonia política desses chefes. Firmaram-se duas convicções novas mas gerais: 1.^a) os que não tiravam proveito pessoal nas eleições tanto quanto os que tiravam, e estes com maior razão, passaram a ver no voto um instrumento para alcançar e para manter o poder; 2.^a) a liberdade de escolha era imputada aos chefes locais ou regionais, ou por estes defendida coercivamente, o que restringia, na prática, o princípio democrático de que todos os indivíduos possuem igual valor político. O combate a essas anomalias convulsionou a vida política brasileira nos últimos trinta anos, chegando a produzir anomalias ainda maiores...

Esse sumarríssimo e imperfeito esboço permite, não obstante, que se situem algumas afirmações de caráter geral. Pri-

meiro, a implantação do regime republicano se prende aos efeitos iniciais de um processo de revolução social que continua em pleno desenvolvimento na sociedade brasileira. Segundo, o que parece a muitos uma "crise" da democracia no Brasil é, antes, efeito da lentidão com que se vem operando a substituição dos antigos hábitos e práticas (além do mais, deformados) de vida política, por outros novos, ajustados à ordem legal democrática em elaboração. Terceiro, os obstáculos mais sérios à integração da nova ordem legal não são, porém, esses hábitos e práticas arcaicos, mas as situações econômicas e sociais que favorecem a sua perpetuação. A transformação lenta e desigual da sociedade brasileira tem reduzido a formação de atitudes e concepções políticas novas, vinculadas à compreensão racional de interesses sociais e à polarização de obrigações morais criadas pelos padrões de solidariedade social em emergência. Por fim, em quarto lugar, parece evidente que os móveis egotistas das elites dirigentes prevaleceram, ao longo da moderna evolução política do país, sobre necessidades muito mais urgentes e graves. Em particular, mesmo os seus representantes mais esclarecidos se descuidaram das questões vitais para a nova comunidade política, como a de preparar a Nação para o regime democrático e a de organizar o Estado de acordo com esse regime. É claro que essa incapacidade política não deve ser atribuída a móveis deliberados e conscientes, pois se associa, como tentamos sugerir, à herança da antiga mentalidade política e à sua deformação inevitável nas condições criadas pela formação das classes sociais, sob o regime de trabalho livre. Mas isso pouco importa: os efeitos são os mesmos.

2 — O papel do Estado e dos partidos na organização da vida política brasileira

Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da *demora cultural*. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem se transformar com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é óbvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem, ine-

vivamente, durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações sociais que são por elas reguladas socialmente. Um exemplo claro desse processo pode ser tomado de nossa história. O sistema econômico das fazendas paulistas se transformou, nos fins do século passado, com maior rapidez do que as atitudes dos fazendeiros em face dos agentes do trabalho agrícola. Assim, o trabalhador livre substituiu o trabalhador escravo, mas os fazendeiros tendiam a pensar àquela o tratamento anteriormente reservado aos escravos. Vários depoimentos, inclusive o de Davatz, indicam quão graves foram os conflitos daí resultantes.

Fenômeno semelhante ocorreu na esfera da vida política. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre acarretou uma transformação radical da ordem social: não só as castas foram suprimidas, como também a ordenação estamental, que lhes era paralela, passou a decompor-se rapidamente. As grandes diferenças de prestígio social sustentadas pela tradição e garantidas pela lei, sobre diferenças nem sempre muito relevantes de situação econômica, perderam seu ponto de apoio estrutural e sua significação social. Em outras palavras, a Abolição não beneficiou, socialmente, apenas os ex-escravos; ela elevou a dignidade social de extensa porção da população brasileira, relegada à improdutividade econômica e à mais completa heteronomia social na ordem escravocrata e senhoria. A implantação quase simultânea da República consagrou, juridicamente, essas transformações, concedendo igualdade política aos cidadãos brasileiros, sem levar em conta as distinções sociais que reproduziam o passado no presente. Essa consagração formal das transformações foi aceita pelos membros das camadas dominantes, mas não as suas conseqüências práticas. Poucos se dispuseram a admitir que a opinião de seus colonos e camaradas ou de seus empregados e subordinados tivessem o mesmo valor ou exercessem a mesma influência nos destinos da Nação. A própria incapacidade política de vários setores do eleitorado servia para justificar, pelo menos aparentemente, essas atitudes. A composição social das *elites dirigentes* também sofreu os impactos da alteração da ordem social escravocrata e senhoria, renovando-se, lentamente, em quase todas as regiões do país. Todavia, como essas atitudes nada mais eram do que racionalizações para justificar a apropriação do poder, operou-se uma acomodação de interesses no seio das camadas dominantes. Àquelas atitudes, em vez de serem substituídas por outras, mais coerentes

com os princípios democráticos, se mantiveram através da disputa do controle efetivo do eleitorado, por qualquer meio.

Daí resultou a inércia cultural que se revelou prematuramente tanto na direção dos partidos, quanto na ação dos governos. As medidas que foram tomadas, mesmo nos períodos de maior ebulição política e administrativa, que se sucederam à Revolução de 30, não eram de molde a promover as inovações que se faziam socialmente necessárias. O Estado ficou divorçado da Nação, se não em bloco, o que seria impossível, pelo menos em diversos setores, de importância vital para a existência e a sobrevivência do Brasil como uma comunidade política. Os progressos alcançados pela chamada legislação trabalhista ou pela tendências a fomentar certos desenvolvimentos econômicos, no plano da produção industrial e agrícola ou no da assistência a zonas de pauperismo, mal atingiram os efeitos desejados e, até, algumas vezes chegaram a agravar os problemas. Por isso, pouco significam diante das enormes responsabilidades que pesam, no Brasil, sobre os partidos e sobre o Governo.

Infelizmente, não podemos debater a fundo esses problemas. Mas gostaríamos de debater os dois caminhos que se abrem à iniciativa dos *homens públicos*. Um, que vem sendo seguido e pressupõe uma filosofia política baseada na crença no futuro e nos efeitos dos processos espontâneos da evolução da sociedade brasileira. Outro, que implica a escolha de uma ética de responsabilidade e a decisão de ampliar, onde for possível a previsão e a intervenção racional, as articulações orgânicas que devem existir entre o Estado e a Nação na sociedade brasileira.

Os que defendem a primeira posição possuem a seu favor argumentos teóricos ponderáveis, fornecidos pelo liberalismo e pelas experiências bem sucedidas de países europeus e dos Estados Unidos. Não pretendemos examinar tais argumentos, porém, apenas, lembrar que, nesses países e nos Estados Unidos, semelhantes atitudes, no momento em que foram tomadas, tiveram uma função dinamizadora e construtiva. Em nosso meio social e nas condições presentes, defendê-las corresponde a uma isenção cruel em face dos problemas mais graves do país. A sociologia e a história mostram, de fato, que esses países puderam chegar a ser o que são sem que se impusesse o recurso a técnicas racionais de intervenção social. Mas elas também demonstram que esses países não passaram pelas peripécias que

certam toda a evolução econômica e política do Brasil e que neles existe maior harmonia entre a organização política e as condições nacionais de existência social. Sem dúvida, o Estado exprime, em qualquer parte, mais os interesses econômicos e os ideais políticos das classes dominantes que os do povo como um todo. Contudo, os interesses essenciais da coletividade, de que dependem a sua existência e sobrevivência como comunidade política, alcançam expressão muito maior na organização do Estado nesses países. Se isso ocorresse também no Brasil, a maioria da população não se manteria alastrada do exercício contínuo, exigente e motivado dos próprios direitos cívicos. Em síntese, os partidos e os governos precisam optar entre um Estado que é demasiadamente caro e ineficiente, e um Estado que possa se tornar fonte de garantias sociais para todos os cidadãos e fator de prosperidade da Nação.

A educação para a democracia começa nas práticas políticas — não termina nelas. Daí as obrigações e as funções sociais que alargam, na sociedade brasileira, a esfera de influência social e de atividade construtiva dos partidos e dos governos. A observância das normas gerais do jogo democrático é suficiente nos países que se encontram em uma etapa de maior maturação política. Para corresponder a essas obrigações e funções especiais no Brasil, os partidos e os governos precisam estender seus âmbitos de ação e multiplicar os meios de que dispõem para atingi-las. Os partidos, principalmente, se defrontam com a necessidade de atrair e de educar massas populares indiferentes à política, em geral, e aos princípios democráticos, em particular. Em outras sociedades, a família, a escola e outras instituições sociais se encarregaram, em grau menor ou maior, de inculcar nos jovens certas noções sobre a vida política, convicções democráticas mais ou menos profundas e um mínimo de atitudes cívicas. Nelas, a afiliação partidária se apresenta, via de regra, como efeito de um processo educativo prévio. Como isso não acontece entre nós, incumbe aos partidos organizarem-se de modo a poderem preencher essas tarefas. Eles precisam atrair e depois educar politicamente os cidadãos *de direito*, que não passam, ainda hoje, de *eleitores de fato*. Os governos, por sua vez, se defrontam com problemas que, em outros países, foram resolvidos espontaneamente pela iniciativa isolada mas convergente de indivíduos, grupos e instituições sociais. Entre eles, soblevam os que dizem respeito à criação de condições de segurança social e de prosperidade econômica que, na época da formação e de expansão da concep-

ção liberal do mundo, deu origem à democracia nos países ocidentais.

É claro que, ao falarmos nesses termos, estamos emitindo opiniões estritamente pessoais. O sociólogo tem o direito de possuí-las; e, conforme as circunstâncias, de expô-las, publicamente, com a maior franqueza. Não pretendemos, porém, falar em nome da Sociologia, nem na qualidade de sociólogo, propriamente dita. Isso nos obrigaria a não lançar mão de juízos de valor, pois mesmo no exame de problemas que caem na esfera da ação, os sociólogos procuram manter-se tão isentos quanto possível. Ora, a nossa exposição incide, deliberadamente, em raciocínios que envolvem, a um tempo, certa mistura de constatações positivas com juízos de valor. Escolhida essa orientação expositiva, não nos resta outra alternativa senão a de levá-la às últimas consequências, abordando as duas questões mais delicadas e perigosas, para quem quer que seja, de nossa vida política. Referimo-nos à competição dos partidos e à sua apresentação nos governos.

Quanto à primeira questão, parece-nos claro que a competição entre os partidos deve ser livre e irrestrita. Toda vez que se forme um movimento político que possua suficiente consistência para transformar-se em organização partidária, essa organização deve ser aceita, reconhecida e protegida — não só pela lei, como pelas atividades dos demais partidos. A existência e a sobrevivência de um partido contém, em última instância, a existência e a sobrevivência dos demais partidos, quando não exprime o próprio destino do regime democrático. Assim sendo, são deploráveis, do ponto de vista prático, tanto a deturpação do trabalho e do socialismo, empreendida em nosso meio pelas classes conservadoras e por líderes políticos oportunistas, quanto o combate sem quartel ao comunismo. Ambos conduzem ao mesmo efeito: a eliminação do principal fermento de politização das massas populares brasileiras. Quando Otávio Mangabeira iniciou sua atividade doutrinária em São Paulo, logo após a queda do Estado Novo, defendeu uma idéia que nos parece altamente fecunda: a inclinação para a esquerda representa, independentemente do conteúdo ou do alcance das soluções defendidas, uma contingência na constituição dos partidos no Brasil. Esse sagaz político conservador estava com a razão. Os partidos nunca conseguirão tornar-se grupos de pressão, capazes de orientar politicamente a opinião pública ou de ativar e dirigir, através dela, as atividades dos governos,

enquanto não puderem galvanizar as massas populares e dirigir para fins políticos os seus anseios de reforma social. Doutrino lado, os partidos populares, inclusive e principalmente o Partido Comunista, revelaram maior capacidade de organização que os partidos conservadores, apesar da supremacia eleitoral destes. Eliminá-los da arena política, ou deturpá-los, de nada adianta. É fato comprovado que nas sociedades modernas a ação política é tão influente na legalidade quanto na ilegalidade. Muito mais construtivo para o desenvolvimento da democracia brasileira e também muito mais educativo para os partidos conservadores teria sido a união dos partidos na defesa de um deles. Em vez de consentir no sacrifício de um princípio democrático, seria preferível a renovação interna de todos eles, que os aparelhasse para a doutrinação efetiva dos eleitores populares.

Quanto à segunda questão, parece-nos que as próprias condições de vida econômica e política aconselham a participação mais ampla e direta dos partidos nas ações dos governos. Ao dizermos isso, não pensamos no que se vem chamando, modernamente, de "apaziguamento dos partidos", mas nas diversas modalidades de cooperação e de influência construtivas, que os partidos podem exercer na vida política brasileira. Enquanto não existirem canais próprios de formação e manifestação de correntes vigorosas de opinião, será difícil impulsionar ou controlar, efetivamente, as ações do Governo fora ou acima das atividades dos partidos. As três condições que se impõem são, como não poderia deixar de ser: 1.^a) que os partidos se modifiquem em sua estrutura e funcionamento, de modo a adquirirem unidade, disciplina e uma plataforma política definida; 2.^a) que os interesses econômicos e os ideais políticos de todas as camadas sociais da sociedade brasileira possam encontrar expressão regular e autônoma nos partidos constituídos; 3.^a) e que, finalmente, os partidos populares tenham meios de exercer uma influência comparável à dos partidos conservadores. Isso, poderão dizer, é uma utopia. Se pudéssemos atingir esses fins, então poderíamos resolver com facilidade os problemas políticos brasileiros, sem tantas preocupações com a situação dos partidos. Também admitimos isso. Mas pensamos que, no período de transição por que atravessamos, seria conveniente adotar uma estratégia que permitisse, nos quadros sociais existentes na sociedade brasileira, intensificar as pressões e os controles sociais sobre as atividades do Governo. Se isso não for conseguido, subsistirá o divórcio entre o Estado e a Nação, com todos os perigos que lhe são inerentes.

Por fim, cumpre-nos acentuar que qualquer tentativa de liberação de aceleração do desenvolvimento da ordem legal democrática no Brasil tem que partir e se apoiar, necessariamente, na manipulação dos problemas que afetam a organização e o funcionamento dos partidos. Poder-se-ia dizer que a integração sócio-cultural dos partidos à sociedade brasileira é apenas parcial, o que prejudica, de forma irremediável, o rendimento que eles deveriam dar na consecução de suas funções específicas. A questão tem sido apreciada, especialmente por Oliveira Vianna, como um capítulo de patologia social. Acreditamos, no entanto, que se trata antes de problemas práticos do tipo dos que caem na esfera da sociologia aplicada. Os partidos não foram desviados de seus fins, depois de ter alcançado um padrão organizatório estável. Simplesmente, não encontraram todas as condições indispensáveis para que se tornassem instituições sociais de um tipo particular: isto é, plenamente integradas estrutural e funcionalmente. Isso é verdadeiro tanto com relação à sua organização interna, quanto com referência à capacidade que ela alcançou de atender a determinados fins sociais na arena política. Em suma, os partidos não conseguem, ainda hoje, canalizar e orientar os processos que operam no seio da sociedade brasileira, tumultuando-a em certos setores e ampliando a esfera dos controles sociais em outros, que possuem uma natureza política. É freqüente a intervenção de "instituições fortes" no Congresso ou no Governo, visando seja impedir ou acelerar a adoção de determinadas medidas, seja preservar a ordem legal existente. Também se vê com freqüência como os vereadores, os deputados, os senadores, os ministros de Estado sucumbem às influências de pessoas e instituições poderosas, de interesses *partidários* ou de exigências locais e regionais. Isso ocorre em grau alarmante porque faltam aos partidos os meios que deveriam possuir para disciplinar a vida política brasileira e regular os problemas cuja solução precisa ser procurada na esfera da arena política.

Do ponto de vista prático, portanto, a questão se apresenta em termos de possibilidades de provocar certas alterações, capazes de intensificar a evolução dos partidos como instituições sociais aptas para uma existência autônoma suficientemente durável e para preencher continuamente determinadas funções políticas. Esses problemas não preocuparam os líderes políticos do passado porque os partidos eram, encardos socialmente, um ponto de confluência de acomodações que se processavam em diversos grupos e instituições sociais, da Família

à Igreja, e representavam ideologicamente um ponto de intersecção entre ideais de dominação patrimonialista e tendências quase sempre heterogêneas de concepções políticas. Em condições de instabilidade social, porém, essa situação não pode ser mantida e os partidos não têm outra alternativa senão a de adotarem técnicas racionais de arregimentação regular de afiliados, de organização e de controle dos seus quadros, de formação de uma ideologia definida e, principalmente, de realização dos fins inscritos em uma plataforma de ação política. É dos resultados dessa evolução dos partidos, que está em processo incipiente, que depende grandemente o futuro da democracia no Brasil e, em particular, a estabilidade do poder legislativo. A proteção que este pode receber de outras instituições é fictícia, incerta e comprometedora. Sua autonomia e autoridade não contarão com base firme e com fundamentos sólidos enquanto os partidos não puderem projetá-lo, através das atividades político-partidárias, nas correntes de opinião e nos interesses vitais da Nação. Sob este aspecto, merecem ser ponderadas as considerações que fizemos acima, sobre a importância da competição dos partidos e a provável influência construtiva que os partidos populares poderão exercer na vida política brasileira.

3 — *A educação como fator de integração política*

Atualmente, quem lê, sem ser especialista, obras de psicologia, economia e sociologia, vai em busca de idéias sobre técnicas de manipulação do comportamento humano ou de intervenção racional em situações sociais de vida. De fato, deixamos de lado essa questão, que para ser tratada a fundo, tendo em vista o objeto de nossa discussão, exige a competência que só possuem ou os especialistas em ciência política ou os especialistas em administração. Não obstante, pretendemos abordar um dos ângulos do problema: o que diz respeito à intervenção do Estado no sistema brasileiro de educação, com objetivos propriamente políticos. É um ângulo legítimo e que tem a vantagem de situar o debate em terreno em que o Estado brasileiro está aparelhado e dispõe de recursos financeiros ou humanos para agir.

Um pequeno retrospecto histórico nos seria de utilidade. A República se inaugura com ensaios de reforma do ensino, alguns de inspiração nitidamente progressista e antitradiciona-

lista. Todavia, faltou aos mentores da proclamação da República e da instauração dos primeiros governos republicanos condições revolucionárias suficientemente profundas para submeterem essas reformas a uma ideologia política compatível com a natureza da Constituição que subscreveram. Não é nossa intenção dar um balanço na realização dos governos republicanos na esfera da educação. Seja-nos permitido transcrever as conclusões de Fernando de Azevedo: "Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança de regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas" (*Cultura Brasileira*, pág. 370).

Em poucas palavras, sob a pressão de condições desfavoráveis mas também por falta de coerência ideológica e de inspirações revolucionárias definidas politicamente, criou-se uma antinomia, que logo se iria revelar um dos focos mais ativos da instabilidade do regime republicano. De um lado, impunha-se naturalmente a necessidade de educar as massas populares, egressas da antiga ordem escravocrata e senhorial sem nenhum preparo para que pudessem participar de uma ordem social legalmente igualitária. De outro, fez-se sentir a incapacidade dos governos em atender efetivamente a essa necessidade. Os efeitos dessa antinomia se exprimem vigorosamente em sucessos recentes, da implantação do Estado Novo às inseguranças do atual regime, na inconsistência dos partidos e das instituições políticas, na anarquia que entorpece a vida política nacional e abre um campo sem fronteiras para o êxito do oportunismo político, fenômenos para os quais muito contribuiu a falta de um elevado padrão de educação popular no Brasil. Os educadores clamaram contra essa situação, procurando pôr em evidência os perigos que ela acarretava. Mas, provavelmente, as condições para superar tal antinomia ainda não existiam. Falava, especialmente, uma consciência nítida do fenômeno, a qual os educadores ajudaram a formar, mas que acabou sendo configurada pelos fatos irremediáveis.

Essa consciência da realidade, que surge com tanto atraso, é ainda incompleta e inconsistente, como o atentam as influências que as classes conservadoras pretendem exercer no sistema nacional de educação. A bandeira pedagógica que se ergue é a da *formação* de elites. Ora, do ponto de vista da

elaboração da democracia no Brasil, o problema crucial não é esse. A formação de elites apresenta um interesse técnico-administrativo e profissional. Corresponde a necessidades inegáveis de ordem econômica e prática, mas só indiretamente poderá possuir alguma significação para os problemas que se colocam na esfera de integração do país como uma comunidade política. Além disso, as elites não podem ser criadas como flores de estufa. Elas nascem de um processo lento de competição entre os mais capazes e só atingem níveis intelectuais satisfatórios quando a seleção se opera entre muitos (ou entre todos) — não entre alguns. Portanto, enquanto não se ampliar, até os limites possíveis, a extensão das oportunidades educacionais, na base das aptidões, não se estará *formando* mas simplesmente *improvisando* elites. Nesta esfera, como em outras, os móveis egoístas de alguns setores da população (as classes conservadoras e uma parcela das classes médias) tendem a prevalecer sobre as necessidades essenciais da sociedade brasileira como um todo.

Segundo pensamos, o sistema educacional brasileiro poderá produzir efeitos suficientes para alterar, em um sentido positivo, a articulação do Estado às condições reais da Nação. Aqui nos defrontamos, de novo, com questões complicadas, que não podem ser discutidas a fundo, relativas à intervenção deliberada no funcionamento de grupos sociais visando certos fins. No caso, basta-nos lembrar que o único nível do ensino que tem atingido parcelas variáveis mas extensas das camadas populares é o do ensino primário. Contudo, os especialistas que se dedicaram à investigação da escola primária brasileira concluem que ela não produz os efeitos educativos que seriam desejáveis. Ela opera como agência de evasão, nas zonas rurais; porém, nas zonas urbanas, não oferece preparação bastante sólida para a vida ulterior dos educandos. De modo geral, ela não contribui para criar convicções definidas, concernentes à consciência de afiliação nacional e dos direitos civis, que poderiam servir de lastro emocional e de inspiração racional de futuros ajustamentos na vida política.

Assim sendo, a crítica que se limitasse ao rendimento efetivo da escola primária não passaria de consequências resfriadas e de pequena significação. O ponto de vista sociológico permite encarar a questão em termos muito mais amplos. A função educativa da escola, no meio social brasileiro — e em particular a escola primária — não se restringe à instrução

propriamente dita. Ela é muito mais ampla. Pois, por causa de condições e de fatores especiais, quando a escola não consegue transmitir certos conhecimentos, que em outras sociedades se propagam no seio da família ou de outros grupos sociais, esses conhecimentos ou não são difundidos ou precisam ser adquiridos através de penosos esforços individuais, nem sempre bem orientados. Entre os conhecimentos que estão nessa categoria, colocam-se os que dizem respeito à preparação dos imaturos para se ajustarem a papéis políticos específicos em nossa sociedade. Nenhum grupo se incumbiu desse tipo de adiestramento, tão essencial para a constituição e o funcionamento de uma ordem social democrática. Nas famílias, em geral, as intervenções dos adultos levam antes a deduzir do que a educar politicamente os jovens. São os comentários maldosos ou as reflexões maliciosas, que descrevem a vida política brasileira com vivacidade, mas sem espírito construtivo. Ou então são as referências apaixonadas ou exclusivistas, que cegam esses jovens quando eles ainda não podem ver e decidir. Poucos são os que aproveitam os pequenos mas expressivos incidentes da convivência quotidiana para esclarecer os filhos, para ampará-los indiretamente, insinuando em suas personalidades em formação sentimentos e idéias que os auxiliarão, mais tarde, a compreender a vida política brasileira e a participar dela como cidadãos ativos, com capacidade para dirigi-la, e transformá-la. Quanto aos outros grupos, inclusive os partidários, pouco se faz pela educação política no sentido formador. Quase como norma: inexistente a preocupação de esclarecer os jovens com referência às obrigações e aos direitos dos cidadãos em uma democracia. Embora se exerçam, com frequência, pressões mais ou menos fortes para que certas atitudes, de natureza política, sejam tomadas ou preferidas emocionalmente e também se procure inculcar nos afiliados valores de significação ideológica. Isso faz com que a ação educativa espontânea, na preparação dos jovens para a vida política, se torne inócua ou tendenciosa. Por isso, a escola precisa ser ajustada para intervir nesse setor e nele desenvolver os adiestramentos necessários. De um lado, para ministrar de forma homogênea e universal, no seio da sociedade brasileira, um conjunto de conhecimentos indispensáveis à socialização dos imaturos, considerados como membros individuais de uma comunidade política nacional. De outro, para corrigir os efeitos das pressões ideológicas, exercidas inevitavelmente pelos adultos sobre os jovens, em circunstâncias diversas, por causa de suas convicções ou dos seus interesses.

Os educadores têm defendido algumas implicações desse ponto de vista. Não são poucos os que já afirmaram, de várias maneiras, que a educação deve preparar para a vida e que a escola brasileira deve desenvolver atitudes coerentes com os ideais democráticos de personalidade e de existência social. Contudo, são pregações que não assumem um sentido prático específico no setor que ora discutimos. Nem se elevaram ao nível de uma filosofia de educação, capaz de inspirar de cima para baixo e de impor, pela coerção moral, as soluções para os problemas educacionais já formulados. Nem conseguiram traduzir tais ideais em experiências pedagógicas que demonstrassem o acerto de suas convicções e estimulassem o desejo de imitá-las em outros educadores. Em consequência, as inovações que puderam introduzir aqui e ali, apoiadas em governos esclarecidos ou em necessidades prementes, não se puderam manter e quando se mantiveram não se seguiram de outras inovações imperiosas.

Essa lição, que resulta das tentativas de homens que se incluem entre as figuras mais ilustres de nossa época, aconselha-nos a tomar um caminho diverso. É certo que as reformas educacionais não podem aguardar a sistematização de filosofias da educação aplicáveis à realidade brasileira nem as evidências demonstrativas de experimentos pedagógicos fecundos, praticados no seio das nossas escolas. Contudo, seria o caso de perguntar se uma orientação diferente, no planejamento das reformas, não seria viável e, talvez, mais produtiva, nas condições educacionais do Brasil. Os esforços de reforma têm se concentrado, de preferência, em determinados níveis do ensino ou se restringem a tentativas de objetivo inovador restrito. Em um sistema educacional cujo equilíbrio é mantido precariamente por tensões que nascem do conflito das tendências de conservantismo cultural com as tendências inovadoras, isso significa dar àquelas a vantagem da fácil recomposição do sistema em termos das condições preexistentes. Em outras palavras, conduz à limitação dos efeitos inovadores e facilita a paralisação ou mesmo a remoção das alterações introduzidas, independentemente do êxito delas na prática. A relação existente entre as reformas educacionais realizada nos últimos 35 anos e a eclosão, com sucesso, de tendências educacionais conservantistas, ilustra muito bem essa interpretação. Ora, para impedir que isso continue a acontecer, pois é vital ajustar o nosso sistema educacional às comunidades brasileiras e aos fins socializadores da educação dentro delas, seria preciso pensar em soluções que

só permitissem o restabelecimento do equilíbrio por meio da libertação das tendências de transformação do sistema educacional brasileiro. Tal objetivo poderia ser alcançado através de reformas que tomassem os diversos níveis do ensino como unidades de um sistema e procurassem atuar sobre todas elas em conjunto.

O ajustamento do ensino brasileiro aos fins pressupostos por uma educação orientada segundo as inspirações definidas acima, exige uma estratégia dessa espécie. As inovações terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender certos fins práticos, com o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc. Portanto, exige reforma não em setores isolados, mas no sistema educacional como um todo, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos conservadores, dentro ou fora do ensino.

De qualquer forma, a intervenção do Estado, com propósitos definidos de ajustar o sistema educacional brasileiro às necessidades mais urgentes da vida política nacional, poderia alcançar dois efeitos presumíveis. Primeiro, criar condições dinâmicas essencialmente favoráveis à transição de uma ordem democrática incipiente para uma ordem democrática plenamente constituída. Falamos em "condições dinâmicas", porque se trata de inovações cujo objeto são as atitudes, as expectativas e os padrões de comportamento, os valores sociais e a personalidade humana, bem como os meios e os fins da educação. E afirmamos que são "essenciais", porque essas condições estão na própria base de toda conduta política democrática e do funcionamento das instituições políticas nucleares em uma ordem social democrática. Segundo, concorrer ativamente para que essas condições dinâmicas se reproduzam simultaneamente, provocando efeitos socializadores relativamente uniformes, nos diferentes tipos de comunidades brasileiras. Aqui se levanta a questão de saber se a rede escolar poderia penetrar, de fato, todas as populações brasileiras em suas diversas camadas. Teoricamente, isso é possível; praticamente, depende de uma organização adequada de meios e fins na educação nacional. Os problemas mais difíceis estão propriamente nos limites da de-

mocratização do ensino. A convicção de que as oportunidades concedidas às camadas populares pelo ensino primário e profissional são satisfatórias, tanto quanto a presunção de que a seleção dos mais capazes não é prejudicada pelas barreiras que restringem, economicamente, o acesso a outros graus do ensino médio e ao superior, são incompatíveis com uma concepção verdadeiramente democrática da educação. Entretanto, seria possível admitir critérios elásticos e variáveis de fixação desses limites, de acordo com o nível de procura do ensino médio e superior por indivíduos pertencentes às camadas populares e, secundariamente, em conformidade com os recursos financeiros do Estado. Nesse caso, a escola brasileira poderia proporcionar uma formação relativamente uniforme na esfera dos ajustamentos sociais na vida política e contribuir, indiretamente, para criar laços orgânicos entre o Estado e a Nação.

Enfim, toda a argumentação desenvolvida tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em *fluxo* contínuo no presente. A contribuição que a educação sistêmica pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra. O problema poderia ser encarado de outras perspectivas, como os interesses das classes sociais, as afiliações partidárias, os conflitos sociais em uma sociedade em mudança para nova forma de organização econômica etc. Limitamo-nos à relação escolhida, entre o sistema educacional como um todo e as necessidades educativas de uma comunidade política nacional porque ela convinha melhor à natureza do tema do presente estudo. Contudo, ao assinalarmos que a educação pode preencher funções constitutivas na vida social, não pretendíamos insinuar que isso se faria independentemente da opção de outros fatores ou acima deles. Apenas acreditávamos que, assim, localizaríamos concretamente quais são as influências criadoras que a educação poderá exercer na elaboração sócio-cultural de uma ordem social democrática no Brasil.

4 — *Conclusões*

Um trabalho como o presente não comporta conclusões sistemáticas. As opiniões emitidas estão sujeitas ao ao sub-

jetivismo e ao relativismo inerentes à maneira pela qual o autor *acredita* descrever, com um grau aceitável de aproximação e de veracidade, certos processos, que se desenvolvem na sociedade brasileira. Tais processos ainda não foram investigados cientificamente; ou então, os conhecimentos que possuímos sobre eles não permitem uma definição precisa, baseada em critérios empírico-indutivos. Como optamos por uma expressão construída em leque, em vez de concentrarmos a nossa atenção em um número restrito de problemas, talvez tenhamos contribuído, sem o querer, para suscitar algumas perplexidades. Por isso, gostaríamos de concluir assinalando o encadeamento que supomos existir entre as três partes da exposição.

A primeira parte conduz a uma conclusão negativa. Não se pode falar em "crise" da democracia no Brasil, a menos que se pretenda, com isso, sugerir que as tendências em processo, de constituição da ordem social-democrática, estejam sendo neutralizadas ou contrariadas socialmente. A segunda parte conduz a uma conclusão positiva. As condições propriamente políticas para intensificar o desenvolvimento da democracia no Brasil existem, na realidade, embora devam ser apreciadas relativamente e aconselhem certa prudência na focalização das potencialidades dinâmicas de alteração imediata ou a curto prazo da ordem social vigente. Quem as encare, porém, em termos de possibilidades de mudança social espontânea ou provocada, precisa admitir que as próprias tendências de evolução política favorecem a elaboração da ordem social democrática na moderna sociedade brasileira. A terceira parte conduz a uma explanação de cunho pragmático. Entre os fatores que podem acelerar essa elaboração, tanto existem os que podem ser submetidos a um controle determinado, quanto os que escapam, em grau variável, a uma manipulação racional direta, embora sua atividade possa ser capaz de produzir efeitos previsíveis, em maior ou menor escala. No âmbito daqueles, há os que atingem pequenos grupos de indivíduos ou instituições sociais isoladas; e há os que afetam toda uma população, de maneira relativamente uniforme e homogênea. A educação sistemática se apresenta, sociologicamente, como um fator suscetível de ser controlado, dentro de certos limites, e que exprime alterações ocorridas, ou provocáveis em uma coletividade como um todo. Isso no que diz respeito à situação brasileira. As evidências discutidas permitem supor que as possibilidades de manipular a educação como uma técnica de criação ou de contro-

le de ajustamentos e de valores políticos democráticos dependem, fundamentalmente, da organização do sistema educacional brasileiro tendo em vista necessidades educativas de alcance nacional, que no entanto não foram atendidas até o presente. Parece que, nesta esfera, se colocam argumentos fortemente contrários às reflexões melancólicas sobre as incertezas da democracia no Brasil.

CAPÍTULO IV

UM RETRATO DO BRASIL (*)

1 — *Portugueses e brasileiros*

“Um livro vale pelo que sugere”. É essa uma norma que aprendi nos anos universitários com Paul-Arbousse-Bastide; e que, de fato, constitui o melhor critério na análise de uma obra: até as divergências e mesmo os deslizes ocasionais nela aparecem reabilitados. Por isso, é um critério útil, ótimo guia de leitura de qualquer livro — de ciência como de arte. Mas é um conceito particularmente feliz quando se lêem livros informativos, como *Viagem ao Tocantins*, escrito com o fim principal de transmitir experiências; de tornar ecumênico o que é exclusivo e pessoal. Este livro, por sua própria natureza, é uma imersão, ainda que horizontal e breve, em nossa realidade como povo. É de fato, o que também sente e diz o próprio autor — médico que trabalhou de 1934 a 1938 no *Serviço de Febre Amarela* — “as várias regiões que percorri mostraram-me a realidade brasileira que me fora escondida na escola” (pág. 15). Viajando pelo sudoeste e centro de Goiás e percorrendo todo o Tocantins, Júlio Paternostro viu muita coisa, com o “olho clínico”, de quem, por profissão, está habituado à análise dos *casos patológicos*. Seu interesse pelo povoamento e industrialização do Brasil e sua crença de que a solução política dos problemas brasileiros está no socia-

(*) Este trabalho foi publicado, parceladamente, em *Jornal de São Paulo* (São Paulo, 5/II/1946, 12/II/1946, 26/II/1946, 5/III/1946, 12/III/1946, 19/III/1946, 2/IV/1946, 16/IV/1946, 23/IV/1946, 30/IV/1946), no qual o autor escrevia, semanalmente, um rodapé dedicado às ciências sociais, sob o nome *Homem e Sociedade*. Nessa série, foram aproveitadas indicações e dados fornecidos por Júlio Paternostro em *Viagem ao Tocantins* (Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1945).

lismo, dão ao livro, doutro lado, o caráter de coisa interessada, de participação intencional e efetiva do destino de nossa gente. Como trabalho interessado é realístico — não no sentido da “preocupação” pela “realidade brasileira”, de um Afonso Arinos de Melo Franco, por exemplo — procurando reagir contra a inóxia deformadora do róseo me-nifanismo brasileiro. Com esta intenção aponta, embora não discuta suas raízes, o divórcio entre os líderes políticos e o próprio povo: “Geralmente aqueles que se encarregaram de conduzir o nosso desenvolvimento aprenderam corografia “ouvindo estrelas”, sem ser picados por mosquitos, sem compreender a realidade destes oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados” (pág. 21).

O primeiro problema que atrai a atenção, no livro, é um problema propriamente histórico. Trata-se da colonização portuguesa. Penso que o autor poderia ter aprofundado mais a sua análise desse processo, em vez de ligar-se, com um ardor um pouco perigoso, a uma das três interpretações tradicionais da ação do português no Brasil. Entre estas, escolheu a mais rígorosa para com os portugueses, acreditando que a colonização portuguesa foi um prolongado ato de drenagem. Portugal, durante três séculos, agiria aqui à maneira das bombas hidráulicas, aspirando insaciável as riquezas brasileiras. Não suponho, como alguns autores nossos, que se devem esquecer os erros da colonização portuguesa ou que seja necessário, em virtude não sei de que estreitamento dos laços luso-brasileiros, deixá-los definitivamente à parte. Todavia, há alguns pontos assinalados por Júlio Paternostro que merecem retificações. A bem da verdade, são confusões que circulam como as “manolitas” em certo período da ditadura. E que, como estas, já precisam ser recolhidas e incineradas — existem maiores possibilidades, hoje, na compreensão e interpretação do passado colonial brasileiro. Uma das questões é contida numa frase agradavelmente ingênua do autor: “se o português deixou de modelar nesta Terra uma página no sentido material, também não se preocupou em formar uma mentalidade específica de seus habitantes” (pág. 22). Grifei o último trecho, porque soa a exagero aos ouvidos de qualquer especialista de ciências sociais. Os processos sociais, através dos quais pode nascer a “mentalidade” de um povo, são muito complexos; e independem da vontade direta das pessoas que passam por eles, que os sofrem. São *processos naturais*, que ocorrem apesar dos interesses ou preferências dos indivíduos neles envolvidos. Contudo, o interessante — sabemos-lo muito bem — é que o português contribuiu mais que o

negro, mais que o indígena e mais que qualquer outro branco na formação de nossa “mentalidade” brasileira — à medida que se torna aceitável esse conceito, numa sociedade tão grande e econômica, cultural e geograficamente tão diferenciada como a do Brasil. O estudo dos fatores raciais, culturais e sociais de nossa formação evidenciam muito bem o que fica dito. Os trabalhos de Euclides da Cunha, de Sílvio Romero, de Oliveira Vianna, de Gilberto Freyre, de Caio Prado Júnior, de Sérgio Buarque de Holanda etc., provam-no sob diversos aspectos. O que o autor assinala depois, em nada melhora a sua análise: “as gerações brasileiras vieram-se desenvolvendo muito a sabor das circunstâncias das épocas do mundo, recebendo influência de *tutti quanti* que por aqui aportaram posteriormente” (pág. 22). De fato, não poderia ser diferente. O Brasil é um país de imigração, oferecendo condições geográficas, sociais e econômicas peculiares — além de suas condições demográficas, da grande rarefação humana resultante da pequena densidade demográfica. Eduardo Alcântara, em estudo recente, mostra muito bem como a própria concentração demográfica das grandes cidades e de urbanização, como em São Paulo, é, proporcionalmente à população total, pouco significativa. Nessas condições, é fácil o aparecimento e o desenvolvimento de ilhotas culturais, nascidas do isolamento de pequenas comunidades e, algumas vezes, mesmo de grupos familiares, como acontece no sul do Brasil com imigrantes alemães, italianos, poloneses etc. Os vizinhos — isto também acontece aos brasileiros, pois, conforme o autor assinala, há em Goiás fazendas distantes umas das outras de um dia e meio de viagem — ficam longe e as possibilidades de contato são reduzidas. Às vezes, mesmo, os contatos não são desejados: imigrantes e brasileiros evitam-se reciprocamente. Mas, em regra, as condições geográficas desempenham um papel importantíssimo nessa segregação. Nas zonas densamente povoadas, o processo de assimilação assume outros aspectos. Ocorre mais facilmente o intercâmbio de valores culturais e a miscigenação. O estudo destes processos, entretanto, está apenas começando entre nós. De realmente importante, do ponto de vista científico, só apareceram, até agora, as contribuições de Emílio Willems — que se reduzem aos imigrantes alemães do sul do Brasil. Portanto, não se pode falar com a displicência do autor relativamente à influência dos *tutti quanti*, que mal conhecemos de olhômetro. Desconhecem-se os aspectos e as condições explicativas dessa in-

fluência. E o processo aculturativo é sempre bilateral. O imigrante pode dar valores culturais, mas por sua vez também os recebe. E geralmente as modificações maiores são eles mesmos que sofrem. Nessas modificações, exatamente, tem um papel importante a nossa herança cultural, marcada profundamente pelo português. Aqui, parece-me que as pesquisas de campo vão evidenciar coisas inesperadas, como já o revelaram os estudos de Gilberto Freyre e Emílio Willens. Em São Paulo mesma, conhecida como a *italianinha do Brasil*, eu próprio tive as minhas surpresas numa pesquisa de folclore infantil. Em bairros predominantemente habitados por italianos e seus descendentes (Bom Retiro, Brás, Bela Vista), registrei alguns romances velhos portugueses e vários jogos — competitivos e cênicos — e rondas, todos de origem ibérica, como me revelou a análise de filiação tentada a que procedi. A mesma coisa acontecia relativamente aos filhos de puros imigrantes (poloneses, judeus etc.). Nenhum elemento recolhido nas pesquisas tinha outra origem senão a ibérica.

É evidente que o autor, neste caso, ainda está influenciado por um certo tipo de historiadores brasileiros, mais preocupados com suas idéias sobre os fatos que com os fatos. Mas não é sobre esta questão que o autor comete o maior equívoco de apreciação — já que a falta de trabalhos especializados sobre os processos sociais e culturais da colonização portuguesa e estrangeira em geral, no Brasil, só pode redundar em equívocos. O que me parece mais lamentável é que o autor tenha aceitado, em nossos dias, outra idéia batida, sem maiores exames: é a do caranguejismo dos portugueses. Estes teriam ficado no litoral como jacarés, gozando o calor do sol, deitados na areia de papo para o ar. A penetração, a busca do interior, seria um acidente. Para consequência da ambição desmedida dos portugueses — se há ouro, se há valores naturais à mão, lá procurarão estar os portugueses. Feita a pilhagem, ou a drenagem — dá na mesma — segue-se o retorno ao litoral, a volta para o torrão natal dos felizardos enriquecidos etc. Os que ainda cogitam da história do Brasil segundo semelhante modelo, cometem um grave erro, nessa abordagem da questão. Começam por considerar a história como um processo abstrato, algo aéreo e até anímico, capaz de se desenvolver em si e por si mesma. São historiadores do período pré-histórico da história como ciência, os quais Simiand, pitoresca e ironicamente, batizou de “historiadores historizantes”. Hoje, que se tende a considerar a história como uma *historia natural* das sociedades

humanas, e que são publicados estudos históricos mais próximos daquilo que alguns sociólogos alemães entendem como sociologia especial e aplicada, é um anacronismo a repetição dos velhos chaves dos nossos antigos historiadores. A leitura dos quinhentistas, principalmente daqueles que davam maior atenção ao contato dos brancos com os índios, como Thevet, Léry, Hans Staden, e particularmente Gabriel Soares de Sousa, dá-nos outra perspectiva: uma perspectiva mais verdadeira, pois elimina o mau vezo dos nossos historiadores de considerar o Brasil quinhentista como D. João VI considerou a coroa do futuro império brasileiro. Para muitos, ainda hoje, parece que os portugueses repetiram a célebre aventura de César: um simples “vir, vi e venci” coroara a travessia oceânica. Mas a história só se escreve com palavras depois que se desenvolve como realidade.

Os portugueses não encontraram aqui uma terra de ninguém, completamente despovoadá. Havia gente — havia os índios, que constituiram o primeiro grande fator do nosso desenvolvimento demográfico e econômico, inicial. E que também foram o primeiro fator que reteve, obrigatoriamente, o branco no litoral durante vários anos, isto é, enquanto puderam. É incompreensível a insistência com que os índios são eliminados de nossa história. Parecem, os índios, uma espécie de matéria plástica que os portugueses utilizavam a bel-prazer — para empregar, quando mulheres, para escravizar, quando homens. Contudo, essa é uma das mistificações mais ridículas da nossa história. Ou, antes, é a forma assumida pela história do “ufanismo”, como diria em sua própria linguagem Jílio Paternostro. A história falsificada pelo branco, pelos portugueses míopes e seus descendentes mais míopes ainda — porque um Gabriel Soares, pelo menos, que sentiu na carne as dificuldades e as durezas da conquista da terra, conta essa mesma história de outro jeito, como uma realidade áspere e vivida, cheia de sacrificios e de sangue, de ambição, astúcia e abnegações, de ambos os lados; o índio, em nossa história, não é um peso morto. Ao contrário, entra ao lado das condições naturais como a barreira a transpor ainda que pela aliança ou pela guerra — em ambos os casos, pela destruição. Das páginas dos quinhentistas, especialmente de Staden e Gabriel Soares, nasce uma nova interpretação da conquista da terra aos índios, do avanço dos portugueses.

Pode-se dizer que é uma história épica e heróica, essa da ocupação do litoral. Custou anos de guerra, de persistência e

milhares de vidas. A terra descoberta foi conquistada palmo a palmo. Os índios eram os senhores da terra, como hoje o são os brancos. E as lutas entre as várias tribos pela posse das melhores áreas — aspecto do processo de competição ecológica no nível biótico que até hoje não foi estudado pelos etnólogos brasileiros — desenvolveram dominantemente em suas culturas conhecimentos relativos à guerra, fundamentalmente em suas culturas de organização tribal. Os portugueses tiveram que enfrentar um inimigo não só mais numeroso, mas melhor organizado — no sentido tribal, é óbvio, e não em conjunto — e relativamente melhor equipado. Enquanto os brancos dificilmente podiam, com seus próprios barcos ou navios, utilizar todas as vias naturais de comunicações, os índios de várias tribos subiam e desciam à vontade qualquer rio, nas áreas de dominância da tribo, e navegavam, como os Tupinambá, livremente pela costa. Em diversos pontos, e também a respeito de outros elementos, Gabriel Soares chama a atenção para os obstáculos de penetração da terra. Ficaram, pois, os portugueses, durante muitos anos, prisioneiros de sua conquista. Encurralados entre o mar e o sertão desconhecido, lutavam para conservar a vida e o terreno ocupado — nem sempre com muito êxito. Engenhos e povoações de brancos, e dos índios seus aliados, submetidos, sumiram do mapa, como que varridos pelas tribos inimigas. A minuciosa história da Bahia, a quinhenista, feita por Gabriel Soares, mostra como isso aconteceu. A vitória dos portugueses na primeira fase da colonização deve-se, até certo ponto, à rapidez com que compreenderam sua posição de inferioridade diante dos índios e da plasticidade com que se ajustaram ao novo meio, geográfica, cultural e socialmente falando. Aceitaram dos índios muitos elementos culturais, enriquecendo assim o equipamento adaptativo não muito rico da “civilização” da época e relativamente precário diante das necessidades mais prementes do novo *habitat*. A política de aliança com as tribos amigas permitiu, ao mesmo tempo, vencer as dificuldades de adaptação, do povoamento e da penetração, muito vagarosos, é óbvio, e subjugar ou dizimar as tribos inimigas mais obstinadas e perigosas. A luz desses fatos (os índios, as barreiras geográficas e o equipamento cultural pobre de que eram portadores), compreende-se que a permanência na costa foi imposta como uma contingência geográfica, demográfica e histórica, tendo muito pouco ou nada de “critério português” como fala Júlio Patenostro. Nem se tratava, apenas, de ficar perto do Atlântico, junto da ligação natural com a pátria ultramarina,

em virtude de qualquer espécie de “imediatismo português”, cobicioso das riquezas à flor da terra (cf. Pág/ 206). O Brasil, do ponto de vista da colonização, foi ao mesmo tempo colônia de exploração e colônia de fixação. Isto situa e explica tanto os diversos aspectos do povoamento e da orientação administrativa portuguesa, como a procura de riquezas “drenáveis” e a transformação do conquistador aventureiro e ambicioso em homem rural, sedentário senhor de engenho.

2 — “Litoral versus sertão”

O antagonismo entre o “litoral” e o “interior” do Brasil, revelado sob a forma de conflitos culturais entre a civilização e culturas de *folk*, deu origem a essa fórmula cômoda, mas em certo sentido apenas figurada: “litoral versus sertão”. Como índice da correspondência entre a expressão geográfica brasileira e sua conformação sócio-cultural é, mesmo, uma fórmula precária. O uso corrente deu-lhe, entretanto, validade e uma aceção plástica, a qual justifica por si mesma a validade. Litoral aí designa mais um certo tipo de formação social e cultural do que a orla marítima com a porção de terra e a ela associada. Corresponde, rigorosamente, à pequena faixa do território brasileiro durante os quatrocentos anos de nossa história, nas fronteiras ou nas proximidades do Atlântico e aos seus postos avançados no continente, aliás muito menos numerosos. Pode-se formar uma idéia objetiva desse conceito, analisando os mapas que ilustram *Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo. Os principais centros urbanos pontilham o território brasileiro predominantemente nas imediações do mar e funcionam, relativamente ao resto do país, como “nós culturais”, pontos de condensação, de irradiação e de difusão de novos padrões de comportamento e de outro tipo de vida. Esses padrões e esse tipo de vida constituem o que vaga e enfaticamente enunciamos como “civilização”, contida e consagrada naquela fórmula. Não possui, também, um sentido mais preciso que o termo “litoral”; menos que um padrão característico de cultura, o termo lembra certas peculiaridades de nossa formação histórica. “Civilização” compreende tanto os automóveis e os bondes das zonas urbanas e industriais, como as manifestações modificadas do catolicismo ibérico e especialmente português e as práticas mágicas nas zonas rurais. E, em consequência, é chamado “homem civilizado” tanto o habitante da cidade,

como o de Santos, quanto o sertanejo de Goiás e Mato Grosso, embora os padrões recíprocos de avaliação difiram mais ou menos em cada situação particular. Por isso, alguns etnólogos, como Curt Nimuendaju, referem-se indistintamente aos contatos entre os índios e os brancos, como contatos com os "civilizados". Na verdade, se do ponto de vista de precisão, o vocábulo deixa muito a desejar, como expressão de uma realidade histórica, o termo "civilização" — tal como é geralmente usado entre nós — é riquíssimo de conteúdo. Representa como que uma imagem em gradiente de nosso presente, revelando a falta de uniformidade, em suas oscilações, do desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil e suas conseqüências. Abrange, de um modo complexo, as diversas culturas de *folk*, disseminadas no litoral e no interior, e afirma dessa forma os elementos culturais que recebemos de nossa formação europeia, através dos portugueses, corrigindo a afoiteza dos que reduzem as proporções do problema à fórmula "litoral versus sertão". Porque esse conceito de "civilização", captando totalmente nossa realidade histórica, não se curva às contingências geográficas. Acentua tanto os traços da "civilização" existentes nas metrópoles, como nas pequenas comunidades rurais. Paradoxalmente, evidencia o que há de cultura de *folk* no litoral, do mesmo modo que entremostra o que existe de "civilização" no interior, no sertão. Assim, os conflitos, que podem ser analisados como expressão de antagonismo entre a civilização e as culturas de *folk* mais ou menos diferenciadas (do litoral e do interior), aparecem como aspectos de um processo de desenvolvimento longitudinal: são conflitos entre várias fases históricas de uma civilização, igualmente incluídos numa mesma expressão dramática. Parece-me que este é o principal aspecto que se deve reter.

O desenvolvimento sócio-cultural do Brasil não foi uniforme ou orgânico. Algumas cidades acompanharam o "progresso" da civilização, embora retardadamente; transformam-se hoje, como São Paulo, em metrópoles. Outras, quando não regressaram, immobilizaram-se, estacionaram em seu processo sócio-cultural — como as chamadas "cidades mortas". Comparadas às quase-metrópoles, como São Paulo, atualmente constituem culturas de *folk*. Várias ressurgem em nossos dias, renascem para a civilização. Sofrem um processo de mudança interna, passando por modificações bastante profundas. Desintegram-se as antigas culturas de *folk* e em seus lugares aparecem núcleos urbanos, eletrificados e industriais, como Sorocaba, Campinas etc. Esse desenvolvimento processa-se por crises, pela lenta substituição

de uma ordem existencial por outra; e tende a diminuir a distância cultural entre as várias povoações brasileiras.

Mas, é óbvio, estamos assistindo ao início apenas desse processo de recuperação, digamos assim, de milhares e milhares de indivíduos para a civilização. A realidade cultural do Brasil é ainda e será durante alguns anos a descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. O que se convencionou chamar "litoral" leva um tipo de vida, aos nossos olhos de "civilizados", o único compatível com a "dignidade humana", com o "progresso científico" etc.; o que se convencionou chamar "interior", por sua vez, simplesmente desconhece esses "confortos" da civilização saída da Técnica. Conformados pela tradição, milhares de indivíduos vivem a vida de antepassados dos séculos XIX ou XVIII. É esse quadro que Júlio Paternostro descreve, um pouco aqui, um pouco ali, à medida que nos conta sua viagem ao interior do Brasil, pelo Tocantins. As nossas atitudes de "civilizados" diante dos "párias da civilização" — como Paternostro chama os sertanejos — são ambivalentes. Ora, retemos um máximo de simpatia, ora mostramos um mínimo de compreensão. Certas atitudes estereotipadas, cuja análise não caberia aqui, obrigam-nos a ter diante deles ares "camaradas" e "tolerantes". Por isso, as atitudes de "simpatia", relativamente ao caboclo ou ao sertanejo, predominam à distância. Em situações concretas, porém, o que se verifica é a manifestação do etnocentrismo do "civilizado".

Acho bom recomençar por aqui o comentário do livro de Paternostro, porque a História do Brasil — tal como ela é fornecida nas escolas e em certos compêndios — é uma história etnocêntrica. Já vimos como o índio é sintomática e sistematicamente excluído de nossa história étnica. Ao negro, acontece, em menor grau, a mesma coisa. Os descendentes deles, nascidos da miscigenação com os portugueses, que estão ocupando o lugar pouco agradável de "párias da civilização", nunca contaram nossa história — escrita pelos homens do "litoral" e para uso intestino, para não dizer doméstico. Essa história é uma delicada flor de estufa, destinada ao gosto não menos delicado de seus confeccionadores e só raramente mestres, como Capistrano, João Ribeiro, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, pismalhê como os portugueses às uvas, para extrair o suco. O pária nela só aparece idealizado, de acordo com uma série de outros estereótipos, e suficientemente róseo para ser inclusive, produto de poética, de exportação e de turismo postal. É recente o

escândalo e a respectiva celebração provocados pelos caboclos de Monteiro Lobato e os protestos suscitados pelo romance de 30, ainda em plena efervescência.

Júlio Paternostro, como todos nós, estava modelado pelo e para o "litoral"; como "homem litorâneo", desconhecia o que se ocultava atrás da tremenda "realidade brasileira", tão vitimada pelos "intelectuais litorâneos" e até inextricavelmente ligada por eles a uma porção de encíclicas papais. "Até então, diz-nos, confundi grandeza com pujança, rios com navegação, vida de quatrocentos anos com adiantamento. Foi-me impossível compreender a paisagem com os dados que a instrução oficial me forneceu" (pág. 15). A omnipotência do Brasil, revelou-se-lhe, de boafé, apenas virtual ou paravirtual. Os quadros pintados pelo ufanismo eram marrons. Nem mesmo as molduras serviam mais, porque começaram a surgir coisas inesperadas. Miséria, doença, analfabetismo, mais ou menos corrigidos pela fecundidade ou equivalência do meio físico e social. Ausência de estradas de ferro e de rodagem, navegação fluvial rudimentar, gado raquítico, raro e espalhado, plantações reduzidas, em algumas zonas comprimidas nas terras de vazante, penúria econômica, evidenciada sob todas as suas modalidades, eis o que viu na viagem pelo Tocantins, dando uma nova ilustração ao vaticínio de Zweig: "Brasil, país do futuro".

Esses traços caracterizam bem a distância entre o "interior" e o "litoral". E esclarecem porque o sertanejo "vive uma vida primitiva no mesmo ritmo da de um século passado, embora há três anos, periodicamente, venha levantando os olhos para ver as asas rutilantes do avião que chega do litoral" (pág. 20). O contraste das duas ordens existenciais, contudo, nada resolve. Nem o desejo de participar dos bens culturais da "civilização" (cf. pág. 249) adianta alguma coisa. No setor administrativo surgiu um círculo vicioso, verdadeira cabeça de Medusa. Os habitantes daquelas regiões, como os de outras, esperam que o Governo "endiretará" as coisas (veja-se, por exemplo, pág. 226). O Governo, por sua vez, acredita que certos melhoramentos, mesmo os imediatos, devem surgir como consequência natural do progresso econômico, demográfico e social das regiões em que se aplicarem. O General Couto de Magalhães revelou, já em 1836, essa mentalidade dos governantes, ao tratar da navegação do Tocantins: "O aumento dos vapores depende da importação, que, por sua vez, depende do aumento da população; e em consequência, qualquer incremento que

o governo lhe quisesse dar seria infrutífero por falta de objeto" (cf. pág. 227).

3 — *A vida no sertão*

Todos os relatórios de viagens são, num sentido ou no outro, verdadeiros documentários, representando, por isso mesmo, contribuições às ciências do homem. Como não são obras de estudos especializados, porém, por sua própria natureza consistem contribuições pouco regulares. Os autores prendem-se, geralmente, ao que mais lhes interessa ou, o que acontece frequentemente, às curiosidades, na linguagem saborosa dos quinhentistas. Um Thevet, por exemplo, chega até a afogar a gente nas "curiosidades" que cegavam os seus olhos ou feriram suas susceptibilidades de "cristão" e de "civilizado" do século XVI. Nesse limite, compreendido entre o que atrai pela novidade ou pela diferença e o que se procura indagar por interesse, podem caber os principais dados indispensáveis ao estudo de uma sociedade ou de um povo. Saint-Hilaire, *verbi gratia*, revela-nos um retrato bastante convincente de São Paulo novecentista. Há, em sua descrição da viagem à Província de São Paulo, dados valiosos ao naturalista e ao estudioso do meio físico, geográfico ou não. Mas o historiador, o antropólogo físico, o demógrafo, o etnólogo, o floclorista, o economista, o sociólogo e o político encontram aí um material excelente. A descoberta desse material corresponde a modernos estudos de reconstruções históricas (no sentido de antropologia cultural), do desenvolvimento demográfico do Estado, de mudança social e cultural, da evolução de algumas cidades paulistas — como Guaratinguetá, sobre a qual Lucília Herrmann fez uma monografia sociológica — da economia paulista etc. etc. A importância e a possibilidade do aproveitamento científico dos dados assim obtidos, em cada disciplina social, varia muito. A passagem da conotação dileitante às necessidades da pesquisa científica impõe reservas e restringe a utilização das informações fornecidas pelos viajantes. Contudo, é claro, de acordo com a objetividade, a honestidade, a inteligência, a riqueza de centros de interesse etc., dos viajantes, aumenta ou diminui o valor desses relatórios, do ponto de vista próprio de cada ciência social.

Nesse sentido, os dados apresentados por Júlio Paternostro, em *Viagem ao Tocantins*, nem sempre têm a consistência desejável. E, ainda assim, é desigual a contribuição informativa

às diversas ciências do homem. Parece-me que o geógrafo, neste livro, é quem sai melhor servido. O demógrafo, o sociólogo, o antropólogo, ou o economista recebem muito menos. Mas, é óbvio, sendo um relator fiel, contém sugestões e dados preciosos. A começar pela caracterização do tipo de vida dos habitantes da zona continental — ou sertanejos — até certos problemas de natureza prática, como a discussão das condições econômica, educacional e demógrafo-sanitária das populações do Interior. Em vários trechos do livro, recebe-se a impressão viva dos efeitos que a distância cultural entre o "litoral" e o "interior" causaram no autor. Assim, ao registrar as homenagens dos palmenses (pág. 249), desabaía: "Senti não ter forças para conseguir aquelas chãs e primárias aspirações que a ciência atual permite a milhões de homens, e que, no entanto, ainda pertence a um número tão limitado dos habitantes do meu país". O contato entre estes e os sertanejos — entre a "civilização" e o "sertão" — entretanto, faz-se na melhor das hipóteses, através de pequenos portos, no Rio Tocantins: como, por exemplo, Maripicú, Pampelônia, São Bernardo, Umarizal, Paritá, situados após a cidade de Baão e contando todos, com exceção do último que possui 55, de 1 a 8 palhoças! Esses portos precários, "que nada mais são que o começo da picada para o centro da mata", constituem "os pontos de contato de dois mil habitantes da mata com a "civilização", que passa a bordo da gaiola duas vezes por mês" (pág. 80).

Nessas condições, é preciso dizer que os elementos culturais da "civilização" nem sempre são aceitos ou desejados; a falta de experiência a seu respeito e a estreiteza do horizonte cultural tornam-nos, até, indesejáveis. Um caso típico de dramático da rejeição de elementos integrantes do equipamento cultural do "civilizado" é descrito pelo autor (pág. 318). Um sertanejo, ao avistar o automóvel em que viajava Júlio Paternostro, fugiu e escondeu-se. Encontraram-no trepado num piquizeiro e não consentiu em descer de lá: "Disse-nos que não estava acostumado a encontrar essas coisas, que nossa presença lhe seria mau agouro etc."

Todavia, o autor gostou do sertanejo, do homem *naif*, produto da cultura de *folk*, como o consideram alguns sociólogos norte-americanos, que o opõem ao "civilizado" das metrópoles, sofisticado. Parece-lhe que o sertanejo "caracteriza-se pela boa-fé", que "mostra a alma na palma da mão" (pág. 271). As condições de vida na extensa zona percorrida pelo autor va-

riam muito, de acordo com os recursos naturais e as atividades dominantes em cada região. Em qualquer uma delas, todavia, há uma estranha combinação de facilidade e penúria. Vivem todos mais ou menos num regime pré-capitalista, quanto à exploração da terra. Os "alugados", da organização capitalista da sociedade, só conhecem a exploração do trabalho pelos arrendatários e "aviadores". Desconhecem os métodos racionais de produção e o cultivo é imediatamente regulado pelo consumo. Como este é restrito e quase indiferenciado, o esforço necessário para conseguir os alimentos é pequeno. Em certas áreas, as famílias constituem unidades econômicas independentes e auto-suficientes. Num percurso de 100 quilômetros, *verbi gratia*, o autor registrou apenas cinco choupanas. Por isso, os "moradores, isolados do convívio social, levam uma vida selvagem" (pág. 216). A construção da casa, na "terra que é de todos" (*idem*), é o serviço mais demorado e complicado. Além disso, plantam mandioca, da qual fazem farinha puba, e sacrificam as reses raquíticas de que dispõem, para obter carne o couro — aquela secam ao sol, e deste fazem banquetas, alpercatas e esticados para dormirem. Na mata ainda conseguem favos de mel e no rio algum peixe. Os produtos de obtenção mais difícil escasseiam ou não existem. O autor encontrou meninos de 12 a 15 anos completamente pelados e verificou que naquelas "choças só existe a luz do dia" (falta de velas, lamparinas e candeieiros).

O compromisso verbal ainda conserva todo o seu valor (cf. pág. 211) — quem não cumpre o "trato de boca" ou "entrega o cavalo" perde os seus direitos e perde, juntamente, a reputação. Além disso, não aceitam remuneração em dinheiro como pagamento da hospitalidade e outros serviços prestados com este caráter, mas sim na forma de presentes — certos objetos que indicam ter vontade de possuir (cf. págs. 186-187). O mais interessante, neste item relativo às condições de vida numa cultura de *folk*, é a existência de uma faixa de terra de posse comum (pág. 207): "Em volta dos povoados e vilas, numa coroa circular de duas léguas de largura, a terra é da "santa", isto é, dedicada à padroeira local, onde qualquer indivíduo pode chegar e construir sua casa, fazer roças, criar galinhas etc." O mesmo comportamento revela-se noutros setores da vida comunitária. O banho, por exemplo, é tomado em comum. É provável que se trate de uma herança cultural dos índios. O importante, todavia, é que a única separação existente é a relativa aos sexos. Juiz de Direito, fazendeiros, co-

mercantes, vaqueiros etc., nivelam-se no banho comum, lugar de reunião obrigatória e de conversação. Noutro "ponto", a 50 metros, banham-se as mulheres (cf. págs. 191-2).

A organização e a estrutura familiares são ainda as dos tempos da Casa Grande e da Senzala. Família patriarcal, sendo absoluta a "preponderância dos direitos do sexo masculino no vale do Tocantins" (pág. 192). A esposa cozinha, cria os filhos e dedica-se exclusivamente aos serviços domésticos. Quando há visitas, só aparece para servir; não ocupa, porém, lugar à mesa. As moças, por sua vez, escondem-se das visitas. E, em geral, cabe aos pais a escolha dos cônjuges para seus filhos (pág. 193). As mulheres realizam trabalhos pesados, como transporte de água em lata ou potes, rãchar lenha etc. O autor considera a vida sexual "simples e primitiva", como as demais atividades. Não ocorrem, entretanto, segundo seu testemunho, certas perversões sexuais apreciadas com a complicação da vida nas grandes cidades; e "muitos tapazes perdem a castidade com a esposa ou a companheira com que vivem monogamicamente a vida inteira" (pág. 194). A poligamia é possível aos criadores de gado, aos "coronéis" ricos. Os filhos ilegítimos são criados juntamente com os filhos legítimos pela mulher legal. Esta admite as aventuras extracônjugais do marido e tolera a poligamia.

Em Porto Nacional, em 1935, era o seguinte o orçamento familiar, apresentado pelo autor (pág. 225): aluguel mensal de uma das melhores casas, 40 cruzeiros; uma empregada, 4 cruzeiros por mês; quarenta litros de feijão, 8 cruzeiros; quarenta litros de arroz, três cruzeiros. Muitos plantam algodão no quintal e com ele fazem roupas, acrescenta. A fição e a tecelagem, com o preparo e manufatura do couro constituem, portanto, as duas principais indústrias domésticas. A horticultura não é praticada regularmente, pois o autor diz que, numa extensão de dois mil quilômetros, só os frades dominicanos possuíam uma horta digna desse nome.

Entre os alimentos merece um comentário especial o leite, excluído do regime alimentar habitual. Na pág. 221, o autor afirma que "mesmo nas águas, quando o leite é farto, ninguém o usa", ajuntando: "desconheço a origem dessa averção pelo leite; disseram-me alguns que ninguém bebe leite porque origina doença no estômago". Ora, isto parece uma simples racionalização. O motivo deve ser outro, pois a análise de situações similares prova que a utilização do leite como alimento está

subordinada à existência de um complexo cultural. É preciso dispensar um tratamento especial ao gado, estabelecê-lo, manter pastagens etc.; e ter, também, os conhecimentos relativos à preparação dos produtos derivados (manteiga, queijo etc.) e conhecer sua utilização. O complexo do leite, dignos assim, por isso, não ocorre em todas as sociedades onde o gado bovino é conhecido e empregado em outras funções.

O autor deu pouca atenção ao elementos folclóricos. A coleta desse material, na verdade, é muito difícil; e exigiria pesquisas mais demoradas, contatos mais íntimos com os membros das populações visitadas e descritas. Ainda assim, parece-me que Júlio Paternostro não se interessou pelo folclore, apesar de sua importância no estudo do comportamento dos indivíduos e da vida social nas pequenas comunidades rurais. As breves indicações de algumas festas, de certas práticas medicinais, religiosas e mágicas, e as notas sobre as festas do Divino e as folias de Reis quase nada representam. Quanto à antiga festa do Divino (cf. pág. 280), a referência ao "encontro" das comitivas do monarca preto e do monarca branco tem grande importância folclórica, porque delta por terra uma hipotese que vem ganhando corpo ultimamente: que a festa do Divino fora uma festa de brancos em contraposição às congadas, por exemplo, festas de negros. O apego do autor a certas explicações telúricas dos elementos folclóricos (lendas, "superstições", "crendices" etc.), é um tanto excessiva e perigosa. Pesquisas modernas sobre os fatores e a organização da cultura e sua importância na determinação do comportamento humano e no desenvolvimento da personalidade colocaram a questão da influência do meio físico e de fatores extraculturais nos devidos termos. Essas idéias, esposadas pelo autor, tiveram efeitos negativos, porém, limitando ainda mais sua atenção ao meio físico e sua influência na caracterização das áreas regionais em que divide a zona percorrida. Concomitantemente, afastou-o de questões realmente importantes em ciências sociais, como a descrição dos próprios elementos culturais. O desenvolvimento restrito, dado a esses aspectos, constitui uma das lacunas deste livro e impede uma análise mais profunda da vida social no vale do Tocantins.

4 — *A educação no interior do Brasil*

"O maior problema brasileiro é o educacional", "campanha pela liquidação do analfabetismo", "devemos democratizar

a cultura”, “as massas rurais devem ser ganhas pela civilização”, “precisamos ensinar os caboclos a ler”, “a cultura é a luz do espírito”, “o analfabetismo é a massa de que se alimentam os ditadores”, “na escola está a solução dos nossos problemas”, “no ensino primário está o problema número um do Brasil”, “o governo precisa criar mais escolas”, “este governo criará mais escolas”, “o Brasil é um país de analfabetos”, “eduquemos os homens do campo”, “o governo dedicará todas as suas energias à solução dos magños problemas educacionais do Brasil”, “escolas para o povo” etc. etc., são essas e respectivas variantes, frases de circulação corrente; qualquer brasileiro culto, que se preze, deve conhecer pelos menos umas tinta no género. Se somos pobres quanto ao número de escolas e se o sistema educacional brasileiro é um pouco menos que precário, precisamos reconhecer que, em compensação, somos bastante engenhosos, muito ricos, mesmo, em matéria de *slogans*. Sobram-nos problemas, mas felizmente não nos faltam fórmulas consagradas, com auxílio das quais nos pomos maravilhosamente de acordo a seu respeito. Essas, acima, já têm a força imperativa das regras. Impõem-se de tal forma, que acabaram desviando a atenção dos brasileiros de seus próprios conteúdos, distraíndo-nos commodamente de uma realidade muito crítica e áspera. Aumentaram tanto em número, ultimamente, por causa de certas necessidades demagógicas, inerentes às devoções sadias dos “pais da pátria”, que produziram uma espécie de inflação de cegueira.

Em contraste com o número de fórmulas, existe pouca disposição para tomar consciência da situação exata do ensino no Brasil. Quanto à luta real com os problemas educacionais, nada se faz nem se pretende fazer. Alguns educadores clamam por reformas, mais ou menos profundas e necessárias, mas clamam no deserto. Para que fossem ouvidos — e postas em prática as medidas pelas quais propugnam — seria preciso que o assunto fosse levado a sério pelos chefes de família, pelos patrões, pelos administradores e políticos, bem como pela legião enorme de interessados diretos: os diretores de escolas, os professores e os próprios alunos. Não é de pasmar que isso acontecesse no passado. Só uma pequena elite poderia preocupar-se com o esclarecimento dos espíritos na velha sociedade aristocrática imperial. Também é admissível que se fizesse pouca coisa pela causa do ensino público durante a implantação do regime republicano. Os homens não se alteram da noite para o dia. Homens habituados a mandar em escravos e a lidar com criaturas submetidas, discricionariamente, à sua vontade, mal

viam a utilidade da educação segundo os próprios interesses sociais que lhes convinham. Só lentamente iriam aprender que o regime republicano requer a democratização da cultura e a universalização de todos os graus de ensino. Mas que após a luta contra o *Estado Novo* e a derrocada da ditadura se mantivesse o mesmo clima de indiferença diante da educação do povo é de estarrecer! A questão não é simplesmente humanitária. Ela envolve a segurança, a prosperidade e o progresso do Brasil como nação moderna. Está mais do que patente que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformarmos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino. Ele precisa adaptar-se às necessidades e às exigências de uma ordem social democrática e preparar todos os cidadãos para uma vida econômica, política e social cheia de graves responsabilidades. No entanto, os principais líderes das camadas dominantes obstinam-se em voltar as costas à realidade, apegando-se àquelas fórmulas consagradas que constituem algo parecido com o sucedâneo moral do ópio. Elas atestam nossa incapacidade de ação e criam ilusões mais ou menos caras aos que teimam em acreditar que as palavras testemunham, por si mesmas, que os problemas por elas descritos se acham resolvidos.

É inflação de cegueira ou não é? Todos fazem vista grossa. Não são apenas os políticos. Os “escritores”, por exemplo, prometeram fazer mundos e fundos, abrindo uma catastrófica “campanha pela liquidação do analfabetismo”. Com exceção dos próprios redatores de tal proposta ao *I Congresso Brasileiro de Escritores*, esta não “liquidou” o analfabetismo de mais ninguém. O brasileiro, coitado, quase chorou de emoção naqueles dias heróicos da inteligência nacional. Pulou de contente, pois os escritores estavam com ele, povo, lutando ombro a ombro por seus interesses. O noivado durou pouco, todavia — é o que eu previa num artigo publicado logo após o Congresso em a “Folha da Manhã” (“Organização da *Inteligência Brasileira*”, 1/II/1945) — e a “campanha” ficou enterrada num monturo de idéias. Houve a proposta “Democratização da Cultura”, de Fernando de Azevedo, um gigantesco plano que, aplicado realmente, criaria as condições necessárias ao levantamento do nível cultural médio das massas e à aniquilação do analfabetismo; e houve outra proposta, mais restrita, a de João Cruz Costa sobre a “Universidade Popular”, porém de grande importância. Foram muito discutidas, aplaudidas, aprovadas em plenário, enfim, tudo o que podem sofrer burocraticamente

as propostas desta natureza, inclusive esquecidas. Entretanto, a situação educacional do país complica-se de modo perturbador. O desenvolvimento de zonas urbanas, de metrópoles, como São Paulo, traz novos problemas educacionais e implica uma urgente reestruturação do sistema educacional brasileiro. Apesar disso, esperam solução problemas educacionais mais antigos — os relativos ao meio rural. Quero dizer, em poucas palavras, que o reformador que tiver coragem deve resolver, ao mesmo tempo, problemas educacionais surgidos em nossos dias e outros que constituem uma herança do passado, talvez um presente de grego do Segundo Império à Primeira República!

É esse um aspecto doloroso, uma das consequências diretas do fenômeno estudado em ciências sociais sob o nome de “demora cultural”. Na evolução social, o desenvolvimento de todas as esferas da cultura não é concomitante. Uma atrasam-se em relação às outras. Nas modernas sociedades capitalistas do ocidente, a esfera em que as mudanças se processam com maior rapidez é a econômica. Com intensidade variável, as demais esferas da cultura — a política, a educação, a religião etc. — tendem a ajustar-se às modificações operadas no setor econômico. Esse fenômeno ocorre no Brasil, é óbvio, mas o reajustamento se tem processado em um ritmo muito lento e mesmo desigual. O atraso de nosso sistema educacional, que ainda se defronta com velhos problemas suscitados pela necessidade de adaptação do ensino à vida rural, ao campo, em relação a outros níveis de cultura, num cálculo otimista, cifra-se mais ou menos em meio século. É claro que seria simplista querer medir assim o fenômeno; procuro apenas dar uma idéia aproximada de como o problema educacional brasileiro coloca-se, primariamente, diante de nós.

Porque, de fato, a falta de uniformidade no desenvolvimento demográfico, econômico e social do Brasil põe a questão em bases menos otimistas. O ensino primário, visando exclusivamente a alfabetização, tal como a conhecemos, não se integrou completamente no sistema sócio-cultural brasileiro. Se a escola é parte natural desse sistema, nas zonas urbanas ou em processo de urbanização, está muito longe disso nas zonas estritamente rurais ou afastadas dos “núcleos da civilização”, das grandes cidades. Por isso é que Júlio Paternostro, no livro que vimos comentando — *Viagem ao Tocantins* — verificou que “os pais pouco se incomodavam com a alfabetização” (pág. 217) e que, em Piabanhã, a professora mantinha “com di-

ficuldade” a frequência de 33 alunos (idem). A incongruência existente entre a escola e as necessidades imediatas do meio social tornaram-na uma coisa supérflua, um quase luxo de homens da cidade. “Ler, escrever e contar”, para o sertanejo, é menos importante que receber conhecimentos relativos ao trato da terra, dos animais etc., isto é, conhecimentos indispensáveis ao seu tipo de vida. Saídos da escola, os conhecimentos lá adquiridos constituem peso morto, inaplicáveis, ou atuam à maneira de forças centrífugas — como verifiquei numa pesquisa que fiz — retorcendo o êxodo da população rural, a migração para as grandes cidades. Portanto, é evidente que a escola, deixando de associar convenientemente os dois tipos de conhecimentos, distancia-se do meio social imediato e afasta-se do círculo de compreensão limitado pelo horizonte cultural dos pais dos alunos. Daí preferirem estes, a todo custo, também, que os filhos trabalhem na lavoura, em vez de frequentarem as “escolas do governo”. Os técnicos de educação do governo, por seu turno, aferiram-se a uma distinção pragmática entre ensino técnico e ensino geral e com isso só agravam as dificuldades. Porque, mais tarde, quando se quiser vencer esses obstáculos, ter-se-á que lutar contra um inimigo muito perigoso: as experiências negativas que se estão acumulando sobre tal tipo de escola primária.

Júlio Paternostro anota outros casos que constituem exemplos interessantes, a respeito dessa falta de integração da escola. Assim, na cidade de Santo Antônio, assombrou-se com o “programa” de uma “festa escolar” (veja-se págs. 116-7). Principalmente a “comédia”, em que apareciam a “fada Morgana”, “Marianne”, “Pierrete”, “neve”, “frio intenso” etc. parreciu-lhe uma categoria negação do meio. A professora, maranhense, como outras formadas para ensinar em pequenas cidades urbanas, só tinha aquela comédia em seu caderninho de notas. E apesar de todos os seus esforços, despendidos na organização da festa escolar — outro traço cultural desconhecido na maioria de nossas populações rurais — a reação dos pais, como havia de ser, foi de desaprovção: “Se ela não ensinasse direito o ‘b-a-bá’ às crianças, seriam contra essa palhaçada” (cf. pág. 116). Note-se, outrossim, o descaso com que está aí metido o “b-a-bá”, pejorativamente, não se poderia fazer referência mais incisiva à função da escola primária. Mas a falta de interesse por esta escola revela-se, além disso, noutra fato: nas localidades por onde passou, Júlio Paternostro não consigna nenhum ato de assistência ao ensino por parte dos ha-

bitantes. Ao contrário, em Filadélfia, por exemplo, constatou que a escola era constituída "por um rancho vazio"; os alunos levavam de casa os seus banquinhos de assento de couro (pág. 158)! É óbvio que, se a escola primária estivesse fortemente integrada no sistema sócio-cultural, haveria movimentos nas comunidades em seu benefício, como acontece com as igrejas, *verbi gratia*. O mesmo "material modestíssimo" apresentou-se ao autor em Jataí (pág. 304).

Nessas condições, a freqüência das escolas é pequena. Boa Vista mantém a "o maior número de alunos que observei nas escolas primárias das localidades do vale de Tocantins" (pág. 131), que era de 155 alunos. Depois vem Filadélfia, pelos dados computados pelo autor, com 76 crianças na escola (pág. 158); Santo Antônio, com 60 (pág. 116); e Piabanha, com 33 (pág. 217). No sudoeste goiano, Jataí conta com 150 alunos no grupo escolar e com 30 numa escola particular. Devido a uma deficiência estatística, desconhece-se a distribuição desses alunos, por sexo, cor, idade, classe etc. Só relativamente à escola de Piabanha especifica que são: 36 meninas e 40 meninos. Esses dados, em conjunto, mostram qual é o prestígio da escola nessas localidades, e o que se pode esperar da perpetuação indefinida do atual ensino primário. A posição pessoal dos professores, por sua vez, não ajuda a melhorá-lo; muito ao contrário. Pois, conforme Paternostro, uma professora, natural de São Luís do Maranhão, percebia, para lecionar em Santo Antônio, 50 mil-réis, pagos pela coletoria de São Vicente do Araguaia, circunstancialmente com o atraso de 6 a 8 meses (pág. 116). Com seu próprio sustento, gastava 40 cruzeiros por mês. A professora têm, portanto, um *status* econômico muito baixo, sujeitando-se, provavelmente, à "proteção" inevitável das famílias abastadas do lugar, como tantas outras, por causa dos atrasos no pagamento.

Esses dados, não há dúvida, são pobres. Mas é preciso pensar sobretudo no que significam: amostras de uma situação-padrão, que existe no interior e até em certas áreas do litoral de Estados como São Paulo. Evidenciam muito bem a complexidade de um dos aspectos dos problemas brasileiros de educação, que só podem ser resolvidos por verdadeiros e competentes técnicos. Além disso, esses técnicos precisam ser compreendidos e amparados. Em poucas palavras, sua atuação precisa ser desejada e estimulada pelos demais setores da sociedade, para produzir resultados. Entretanto, isso não acon-

tece. Assintimos, ao contrário, a um círculo vicioso. Fórmulas estreitas contentam a média das pessoas, restringindo sua inteligência dos problemas educacionais brasileiros, tolhendo sua tolerância e boa vontade para com os educadores e arrefecendo o ímpeto das influências sociais ativas na esfera da educação.

5 — O estado sanitário do interior

A um combativo ensaísta parecia que dois são os problemas do Brasil: um, o educacional; outro, o sanitário, ou, como dizia, com ênfase, médico-sanitário. Na verdade, trata-se de um curioso excesso de otimismo, do qual poucos compartilham em nossos dias — pelo menos assim, de modo tão simplista. Como não me cabe desenvolver o mote, vamos diretamente ao que nos interessa: a apreciação dos dados apresentados a respeito do estado sanitário do vale do Tocantins por Júlio Paternostro. O autor de *Viagem ao Tocantins*, médico do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller, faz-nos pensar, sem querer, que trataria a fundo os problemas relacionados à sua especialização. Tal não se deu, contudo; o material recolhido pelo autor aponta aqui, reponta acolá, com a mesma displicente espontaneidade, com que surgiu à sua observação durante a viagem. Reproduz, ainda assim e à maneira de esboço, uma imagem forte e suficientemente clara da realidade.

A doença endêmica que mais vidas ceifa no vale do Tocantins é a malária. Este vale, de acordo com o mapa geográfico de Boyd, como observa o autor, situa-se entre as regiões mais endêmicas do mundo. Por isso, é a doença que predomina (cf. págs. 82 e 231). Como a recidiva é a regra, "há indivíduos que atravessam a existência com acessos anuais de malária". Desse modo, estabelece-se um *modus vivendi* entre o organismo humano e os hematozóários, permitindo uma inter-relação que o autor chama de quase fisiológica. "A pouca resistência física, o desinteresse pelo trabalho, a constituição débil e a cor terrosa de muitos habitantes da região traduzem à primeira vista aquele *modus vivendi*". Os próprios médicos somente após o malogro da quimioterapia pensam noutras doenças e na necessidade de novos diagnósticos (pág. 231). Em janeiro e maio, que coincidem como o máximo e com o mínimo das médias pluviométricas, os acessos palúdicos são mais freqüentes (pág. 233). Os surtos epidêmicos da malária, todavia, sobrevêm esporadicamente, desaparecendo sem intervenção de medidas profiláticas especiais.

Os anófeles, transmissores da malária, existem em grande número, nas margens e nos afluentes do Tocantins. A temperatura e a chuva favorecem-lhe a proliferação. O autor verificou que são cinco as espécies de anófeles existentes no Tocantins: *A. argyritarsis*, *A. albivittis*, *A. darlingi*, *A. parvus*, *A. bachmanni*; a disseminação das espécies conhecidas processa-se em todo o território brasileiro (o Brasil conta com 32 espécies conhecidas, conforme o autor, e anófeles da região do Tapajós vivem no Rio de Janeiro). Entretanto, parece-lhe que o estudo da disseminação das espécies importa menos que o da sua adaptação a certo meio: "É preferível sabermos em que meio ecológico uma determinada espécie é transmissora". O autor organizou um quadro dos artrópodos colhidos durante sua viagem, inclusive os anófeles (pág. 235).

Além da malária, há uma forma endêmica de broncopneumonia, que vitima os apanhadores de castanha. Os legos chamam-na de catarro. Ocorre, com maior frequência, em maio e junho (pág. 82). Pelas informações colhidas por Júlio Paternostro, só em Joana Peres, em 1934, esta infecção exterminou 30 indivíduos. O autor menciona a sífilis, entre os outros tipos de doenças predominantes. Casos de sífilis primária e secundária foram observados inclusive entre os índios (pág. 236). O mais interessante é que os acessos febris frequentes dos doentes de malária, conforme anota Júlio Paternostro, reduzem as possibilidades do desenvolvimento da sífilis primária em sífilis nervosa, apesar da falta de tratamento da primeira. O autor não teve nenhuma notícia de doentes mentais atacados de paralisia geral; entretanto, são muito conhecidos os distúrbios psíquicos provocados pela sífilis. Essas observações coincidem com os resultados de pesquisas cuidadosamente controladas, realizadas por Robert Needles em Bela Vista do Tapajós, na Fordlândia, e que foram aproveitados por Júlio Paternostro: "Entre os indivíduos das regiões endêmicas, onde o tratamento da malária não se faz ou é precário, não se observam casos de paralisia geral". Casos de doença de Parkinson e de cretinismo (pág. 68), de bócio — toda uma família: pai, mãe e seis filhos "tinham enormes bócios" — (pág. 236-237), úlceras de Bauru (pág. 239), febre amarela urbana e silvestre (págs. 236-330-2), hipertrofia do baco (pág. 232) e ancilostomose (pág. 238) — que não apresenta intensidade calamitosa na região — foram observados pelo autor. É comum encontrar

sertanejos com mais de uma dessas moléstias. "Examinei dezenas deles que tinham no mínimo quatro moléstias: leishmaniose, malária, verminose e bócio" (pág. 308). Mais impressionante, porém, são os dados relativos à mortalidade infantil e ao mal de Hansen. A falta de registro das pessoas falecidas é muito comum no interior do Brasil. Por isso, diz, "a ausência de arrestados de óbitos impedia o cômputo da mortalidade infantil e dos casos fatais de doenças infecciosas". Contudo, constatou que a mortalidade infantil em Igarapé-Mirim era de 58% — de janeiro a março de 1935 faleceram 48 indivíduos, dos quais 23 crianças (pág. 68). A desnutrição e o desconhecimento da puericultura, associados aos surtos epidêmicos da malária, agem concomitantemente no elevamento do índice da mortalidade infantil.

No Pará existem, de acordo com a informação de médicos sanitaristas, aproximadamente uns cinco mil leprosos. Em Goiás, o censo dos leprosos ainda não foi feito; são calculados, entretanto, em dois mil indivíduos, na maior parte localizados no sudoeste goiano. A mesma situação repete-se em Mato Grosso. Contudo, a assistência à "macutena" é precária. No Pará, o "Estado mantém um pequeno leprosário" (pág. 95), apenas; por isso, os leprosos vivem disseminados no interior e nas zonas urbanas — afundados no mato ou em suas casas, procurando a todo o custo esconder sua doença. Numa das casas em que foi recebido, Júlio Paternostro só contou com a presença do dono da casa à refeição. Mais tarde, soube que os demais moradores da casa tinham lesões mutilantes de lepra. A população acostumou-se aos leprosos. Todavia, os doentes de mal de Hansen retraem-se, porque à divulgação da doença correspondem, inexoravelmente, a perda do *status* e a segregação não só do membro da família atacado, como de todo o grupo familiar. "Não procuram médico por medo da difamação e da possível perda de casamento das moças da família leprosa etc. Não se tratam e a doença se dissemina. Moças recém-casadas, como vi, apresentavam sinais clínicos de doenças de Hansen" (pág. 309).

O autor deu pouca atenção, como já observei, à coleta de elementos folclóricos. Neste capítulo, isso é ainda de lamentar, pois o que Júlio Paternostro registra, praticamente, não significa uma contribuição séria. Faz uma referência rápida aos curandeiros e ao uso de raízes e folhas nas infusões (pág. 229) e consigna uma prática associada à cura da lepra — sangue de

jacaré misturado com cajiu (pág. 95). Mas estas formas costumeiras e empíricas de cura têm grande importância analítica. São principalmente valiosas no estudo dos padrões de comportamento de uma cultura de *folk* e mesmo de certos aspectos da organização social e são ainda úteis na análise dos motivos de aceitação ou de rejeição de formas desconhecidas de cura e tratamento das doenças — a relativa à “medicina científica”, por exemplo, representada pelos “médicos”. A medicina científica constitui um verdadeiro complexo cultural, implicando conhecimentos especiais, uma distribuição particular de tarefas e funções (médicos, enfermeiros, farmacêuticos etc.) e um equipamento próprio (instrumentos cirúrgicos, de diagnóstico, medicamentos, hospitais etc.). Atualmente, como aspecto de um fenômeno já muito estudado de secularização da cultura, apresentamos uma luta acentuada entre aquele complexo e o da medicina empírica. A tendência é de substituição parcial desta por aquela, como evidenciam pesquisas efetuadas em zonas urbanas e rurais. Ora, Júlio Paternostro viajou por uma região onde a substituição apenas começou e as mudanças ocorridas são ainda incipientes. Se tivesse dedicado maior atenção ao problema, teria feito uma inesestimável contribuição ao estudo desse assunto, tal como se apresenta no vale do Tocantins. O material que coligiu, sobre o papel dos médicos, da assistência sanitária, da existência ou não de farmácias, das atribuições dos vendedores etc., mostra o que se perdeu com isso, do ponto de vista da sociologia e da antropologia cultural.

A assistência sanitária, nessas regiões, ou é rudimentar e precária ou praticamente não existe. Assim, diz o autor, a respeito do único posto de assistência sanitária que encontrou em toda a viagem — o de Marabá (pág. 232): “Um modesto posto de saúde do Estado do Pará é a única assistência sanitária dos habitantes do município; atende insuficientemente aos imputados, cujo número aumenta de janeiro a junho” (pág. 109). Socorrem também os apanhadores de castanha, vítimas da broncopneumonia. O trabalho realizado no posto, contudo, é quase o mínimo que se poderia fazer; consiste “em administrar quinho sem controle de cura”. Como vimos, lá só se pensa em outras doenças após o fracasso do quininoterapia. Também não se preocupavam, nesses postos, com estudos epidemiológicos nem executavam medidas profiláticas (pág. 232). Os municípios mais adiantados resumem sua assistência às “Santas Casas” (vejam págs. 239-40). Estas mantêm-se de donativos irregula-

res e das contribuições populares, recolhidas nas festas das igrejas (prendas, rifas etc.). Com esses recursos, é óbvio, não podem adquirir todos os aparelhos e medicamentos indispensáveis, funcionando quase sempre devido à “abnegação dos médicos locais e das enfermeiras religiosas ou leigas”. Assim, a instituição não está em condições de provar positivamente. Os malogros constituem experiências negativas dos sertanejos sobre a “medicina científica”, atuando à maneira de forças centrípetas: leva-os novamente aos métodos, processos e formas de tratamento das doenças já conhecidos, isto é, da “medicina empírica”. Observando isto, diz Paternostro: “No seio do povo há uma frase que resume essa deficiente assistência: morou na Santa Casa. A repulsa ou melhor o pavor popular que se observa no interior, pela hospitalização, nasceu da ausência de recursos hospitalares”. Os postos de saúde, por sua vez, nem sempre foram localizados atendendo à distribuição das doenças endêmicas. Ao contrário, o seu fim geralmente era o de “garantir o prestígio de chefes políticos”. A precariedade, a escassez de medicamentos e a má localização dos postos fazem com que estes vegetem indefinidamente. “A maioria dos necessitados deixa de freqüentar os postos pela dificuldade das distâncias. Os moradores das vilas, das pequenas aglomerações, das fazendas e terras inexploradas dos 1574 municípios brasileiros têm que se contentar com os serviços do boticário, dos “entendidos” e das “comadres”. Novamente observam-se que elementos da “medicina científica” produzem efeitos negativos, reforçando a prática dos meios costumeiros de cura. Os diversos aspectos da questão, acima apresentados, levou o autor a pensar na insuficiência da iniciativa privada. Parece-lhe ser, este, um problema que poderá e deverá ser resolvido pelo Governo. “Só a execução de um plano estatal de assistência médica poderá remover as doenças curáveis que inutilizam precocemente a população de regiões que necessitam de indivíduos sadios para o seu desenvolvimento econômico-social” (pág. 231). Os dados discutidos acima mostram, não obstante, que a intervenção dos poderes estatais e o desenvolvimento de um plano sistemático de assistência médico-sanitária, isoladamente, não bastariam. É preciso adotar, concomitantemente, outros meios, capazes de modificar a atitude de desconfiança diante da “medicina”, compartilhada por um número elevado de indivíduos de nossas populações rurais.

A situação precária da assistência médico-sanitária, analisada anteriormente, tem uma correspondência natural e adequada nos outros setores da "medicina científica", no vale do Tocantins. Verifica-se logo a causa disso: a difusão dos vários elementos de um mesmo complexo cultural processa-se senão organicamente, como queriam alguns etnólogos, pelo menos de modo concomitante. Porque os elementos constitutivos de um complexo cultural, é óbvio, condicionam-se reciprocamente. Por isso, a penetração e integração de uns, numa área cultural determinada e em certo sistema sócio-cultural, segue-se com maior ou menor rapidez a penetração e integração de outros elementos culturais, associados aos primeiros. Pela mesma razão, os obstáculos que dificultam a aceitação dos elementos culturais de um mesmo complexo cultural, oferecidos com antecedência, e as atitudes desenvolvidas a seu respeito — favoreáveis ou não — refletem-se com intensidade variável na aceitação, rejeição ou modificação dos outros elementos culturais, oferecidos ou difundidos posteriormente. No presente caso, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, remédios e práticas da "medicina científica", devem ser considerados conjuntamente com os "postos de saúde" e as "santas casas". Ao sucesso ou malogro dos "postos de saúde" e das "santas casas" deverá corresponder, provavelmente, o sucesso ou insucesso dos demais setores. É bastante possível que assim seja, especialmente devido às condições de vida sociais e naturais no vale do Tocantins. O fato de se tratar de uma zona muito vitimada por sérias doenças endêmicas (malária, broncopneumonia) cria necessidades especiais de assistência médico-sanitária e hospitalar. Nessas fases, pelo menos, a assistência dos "curandeiros", "entendidos", o uso das "mezinhas" etc., revelam-se insuficientes. Muitos indivíduos tentam obter os socorros da "medicina científica", por meio de postos de saúde, direta ou indiretamente, isto é, pessoalmente ou por meio de terceiros.

O importante, aqui, é que os principais contatos com a "medicina científica" efetuam-se sob aspectos particulares, envolvendo os centros especializados de assistência médico-sanitária de preferência. Os "postos de assistência sanitária" e as "santas casas" parecem desempenhar, pois, o papel de elemento dominante do complexo cultural. Os contatos com os médicos, enfermeiros, farmacêuticos, com as formas e processos de tratamento etc., da "medicina científica" assumem, de um modo

geral, um caráter próprio: o de realizarem-se por e através dos "postos" e das "santas casas". Pode-se compreender melhor, agora, as conseqüências da rudimentar assistência médica, dispendiosa ao serranejo no vale do Tocantins. O equipamento deficiente; a tendência do médico a optar constantemente, mas sem maiores exames, pelo mesmo diagnóstico; a inexistência do controle da cura, como nas aplicações terapêuticas do quinineo, por exemplo; a orientação insegura, por falta de estudos epidemiológicos; a má localização dos "postos", exigindo muitas vezes a colaboração de terceiros incapazes, que passam a exercer o papel de intermediários entre a "medicina científica" e a "medicina popular"; as condições desfavoráveis ao bom desenvolvimento do tratamento (subalimentação, péssimas condições higiênicas, alojamentos precários etc.), são alguns dos fatores que explicam, conforme já foi visto parcialmente, o reduzido índice de curas. O rendimento e a eficácia esperados da "medicina científica" não se patenteiam aos olhos dos serranejos, ou melhor, não correspondem às suas esperanças iniciais. A situação agrava-se ainda mais, entretanto, porque suas impressões aumentam menos na base das experiências negativas de caráter pessoal, que na dos companheiros, em conjunto: é o espetáculo da repetição dos "fracassos", que se desenrola diante dos doentes por causa do número mais ou menos elevado de enfermos, concentrados nas raras e pequenas cidades dotadas de recursos médico-sanitários. Às decepções sucedem-se reações emotivas de apego e de lealdade aos métodos de tratamento e de cura costumeiros, provisoriamente abandonados, isto é, ocorre um retorno aos processos e práticas da "medicina empírica". Durante uma rápida viagem que fiz por Mato Grosso, em algumas cidades do Interior de São Paulo e mesmo numa pesquisa realizada nesta Capital, tive oportunidade de analisar esse complexo mecanismo de mudança de atitudes, que o material apresentado por Júlio Paternostro em *Viagem ao Tocantins* evidencia nos seus aspectos essenciais. É óbvio que as decepções do homem da "cultura de folk" diante da "medicina científica", estereotipadas em ditos como "morreu na Santa Casa", dar "chá da meia-noite" etc., atingem os demais elementos envolvidos pelo complexo cultural, parcial ou totalmente — os médicos, os farmacêuticos, os remédios, os processos de tratamento (dieta, a quem não está acostumado com regimes alimentares ou apenas conhece as "proibições" da "medicina popular", ingestão de remédios em horas prescritas, a quem não tem relógio e não está habituado, como os homens da cidade, a usá-lo etc.).

A análise de outros dados fornecidos por Júlio Paternostro permitirá o desenvolvimento de alguns destes itens.

"Postos de saúde", "santas casas" etc., são instituições pouco numerosas na região percorrida pelo autor. Concomitantemente, também, são pouco numerosos os médicos que nelas clinicam. "Em 1935, no norte de Goiás ou, em 2/3 da superfície do Estado, a única localidade que possuía médico era Porto Nacional. Encontrei em Naviridade outro médico, mas a sua ocupação era a criação de gado e não a de medicina" (pág. 229). Em alguns casos excepcionais, contudo, a importância do médico pode ser muito grande e sua influência, por causa da dedicação pessoal, favorece enormemente a difusão e a integração de elementos da "medicina científica". A atuação de um médico de Jaraguá (Dr. Paulo Alves da Costa) ilustra esse fato. Esse clínico abrigava em sua própria casa vários doentes, chegando a "ceder a sua própria cama a um que estava pior e passar a dormir no chão..." (pág. 329 e segs.). Apesar da importância de casos deste gênero — relativamente comuns no Interior — a sua frequência reduzida circunscreve suas proporções, limitando sua influência a certas áreas ou grupos de indivíduos e dando margem a uma personificação bastante esclarecedora, quanto ao significado desse tipo de conduta nos médicos (dos "médicos bons", "santos médicos" etc.). É, ao mesmo tempo, um interessante aspecto do processo de substituição parcial da "medicina popular" pela "medicina científica", nas fases iniciais e, pelo que fixa em tom de exceção na memória coletiva, um exemplo típico das reações dos membros de uma sociedade de *folk* à "medicina científica" e seus representantes.

Outros aspectos interessantes, relativos à introdução e à difusão de novos padrões culturais — os da "medicina científica" — constituem as próprias condições de vida do médico, nessas sociedades de *folk*. Júlio Paternostro deu pouca atenção às influências do meio social nas modificações do diagnóstico e no tratamento dos doentes. Anotou, porém, que "para um clínico regional como o Dr. Aires da Silva, todo verame (falha de ar, mal-estar, inquietude etc.) diarréia ou dor de dentes são sintomas iniciais ou remanescentes do paludismo" (pág. 231), e que, como foi visto, o diagnóstico se faz geralmente pela quimioterapia. O baixo nível de vida — principal causa da falta de médicos na região (cf. pág. 230) — explica tanto a desercão da profissão como as dificuldades encontradas por esses

médicos em acompanhar os progressos da "medicina científica". Muitos médicos transformam-se em criadores de gado, compradores de cereais, donos de olaria etc. (pág. 230), procurando meios mais adequados à manutenção de seu elevado *status* social. Os que persistem na profissão, todavia, encontram sérias dificuldades, se quiserem acompanhar os novos desenvolvimentos da medicina. Processa-se um curioso fenômeno de demora cultural numa esfera restrita: privados de meios amplos de comunicação com as zonas mais adiantadas, os médicos passam a ignorar os mais recentes e eficientes recursos terapêuticos. As conseqüências do relativo isolamento cultural dessas sociedades de *folk* repercutem, pois, profundamente, em seu campo de atividades profissionais. O autor refere-se apenas vagamente a certas perdas culturais, referidas acima (apego a um diagnóstico, falta de controle de cura etc.), e indica também o aparecimento do curandeiro, em certos casos, como o intermediário entre o médico e o doente. Esses dados dão, apesar de sua pobreza, uma idéia aproximada de como se processa o desmvelamento cultural dos representantes: 1) da cultura de sociedades urbanas; 2) da "medicina científica"; são exemplos de esquecimentos de itens da antiga bagagem cultural e da aquisição de outros novos, por parte dos médicos. Quando estes se mantêm informados das inovações, é porque as malhas da rede da "propaganda científica" (outro elemento que se desenvolve associadamente ao complexo "medicina científica"), os alcança mesmo no Interior. "De alguns anos para cá, a terapêutica é orientada, ou melhor, imposta aos médicos do Interior pelas revistas de laboratórios de especialidades farmacêuticas estrangeiras e nacionais" (pág. 230). Isso reduz o médico "a um simples elemento de ligação comercial na engrenagem da lucrativa indústria farmacêutica do país" (pág. 231). O problema mais importante, aqui, deixou de ser focalizado pelo autor: em que grau os médicos, nas zonas em que havia farmácias, davam preferências às receitas sobre os produtos manipulados?

As farmácias, por sua vez, estão ligadas à existência dos médicos e sua aceitação — isto é, à aceitação da "medicina científica", ainda que parcialmente. Os remédios que passaram da "farmácia científica" para o patrimônio da "farmácia popular" são vendidos em qualquer venda, na região percorrida por Paternostro — exemplo de que as decepções não implicam o abandono obrigatório de todos os elementos da "medicina científica" e de que as trocas são bilaterais (como ocorre nos

casos, mencionados pelo autor, em que os próprios médicos lançam mão dos curandeiros para reunir informações ou estender o tratamento a certos pacientes). Mas como são poucos os médicos e porque os produtos mais procurados são vendidos nas "vendias", as farmácias tornaram-se raras — "farmácias não existem" (pág. 229), diz o autor. Conforme seu teste-munho, são os seguintes os remédios mais usados: sulfato de quinine, sal amargo, bicarbonato de sódio, magnésia fluída, "Parvermina", "Saúde da Mulher" — e "uma outra droga". Os vendedores, nos povoados, passam, assim, a desempenhar os papéis de farmacêutico e de médico, por si mesmos muito confundidos no Interior. Indicam remédios, formas de tratamento etc.; clinicam, numa palavra. Estas duas questões — estoque de remédios e receitas do "vendedor" — são importantes. O autor, entretanto, deu-lhes pouca atenção. Mas é evidente que nem sempre as sugestões (dos vendedores) variam "com o estoque de drogas que possuem". Seria preciso verificar até que ponto e com que intensidade elas refletem ou estão ligadas ao próprio contexto cultural. As funções dos vendedores, longe dos povoados, passam aos "curandeiros", aos "entendidos" e às "comadres". A terapêutica muda, então, predominando a infusão de raízes e folhas (pág. 229). Algumas famílias possuem caixas de homeopatia — um interessantíssimo fenômeno de difusão e integração cultural registrado pelo autor. Foram adquiridas de compradores de couro, os quais as traziam consigo do Maranhão e da Bahia. E o autor anota que têm fé nos remédios, alguns com os líquidos originais de 20 anos. É um elemento cultural que foi integrado ao sistema sócio-cultural, sofrendo alterações de uso e significado, embora a função mantenha-se a mesma. Outros elementos do complexo "medicina científica", como a autópsia (pág. 331), permanecem desconhecidos, e um número elevado deles ainda não foi integrado (intervenção do médico e uso de remédios em certas doenças como a lepra, *verbi gratia*).

Os fenômenos mais importantes dizem respeito, talvez, às relações entre a "medicina científica" e a "medicina empírica". Júlio Paternostro revela uma compreensão completa da questão, sugerindo métodos de ação que se enquadrariam perfeitamente no que um meu amigo, professor de etnologia, chama enfaticamente de "política etnológica". O exercício da "medicina científica" é compartilhado entre médicos, farmacêuticos, químicos, técnicos, propagandistas etc.; as próprias funções res-

tritas dos médicos são geralmente usurpadas por enfermeiros e farmacêuticos, mesmo nas zonas urbanas. Estes, nas zonas rurais, exercem-nas em maior escala e também com maior aceitação e menores riscos. Mas, relativamente às funções dos médicos, nas zonas rurais há uma ampliação em bases generosas; como se exprime o autor, fazendeiros, esposas de fazendeiros, lavradores, seringueiros, barqueiros, apanhadores de coco, garimpeiros, boiadeiros, peões, "comadres" — como par-tetas — acumulam os papéis e as atribuições de "entendidos" e de "curandeiros". Por isso, o Dr. Júlio Paternostro defende a utilização sistemática dessas pessoas, após certo treinamento, pela "medicina científica". Alguns "curandeiros" "já são utilizados por médicos de sedes municipais para trazer informes e aplicar medicamentos aos doentes de rincões distantes" (pág. 240). As duas ordens conflitantes de conhecimentos entram, pois, nesta fase do processo, em colaboração direta. E, por paradoxal que pareça, é o método mais seguro e provavelmente mais rápido de introdução dos novos traços culturais, relacionados à "medicina científica". Os dados apresentados não permitem aprofundar as indagações sobre os processos através dos quais os "médicos" e "curandeiros" chegaram a essa forma de acomodação. O seguinte trecho, entretanto, é muito esclarecedor: "essa medida (aprovetamento dos curandeiros, entendidos etc. pelos médicos) contribuiria para erradicar a funesta fé nas mezinhas, beberagens etc., dos trabalhadores rurais e para cessar a luta subterrânea ou manifesta, nascida da necessidade ou da ignorância, que os representantes da medicina leiga mantêm com a medida científica" (pág. 240).

7 — As condições de trabalho

Já fizemos algumas referências ao sistema econômico do vale do Tocantins. A relativa diversificação das áreas e dos recursos naturais implica uma certa diferenciação, dando origem a economias locais; estas, porém, mantêm algumas ligações entre si, pelo menos no suprimento recíproco de produtos básicos. O principal meio de comunicação utilizado no transporte ou no escoamento dos produtos é o próprio Rio Tocantins. Mas, os tropeiros e mesmo os caminhões — em certos trechos — desempenham um importante papel na vida comercial. Os "motors", quando descem, vão carregados da castanha e coco babaçu; quando sobem, levam sal, querosene, gasolina e tecidos

(Júlio Paternostro, *Viagem ao Tocantins*, pág. 64). O intercâmbio econômico ao longo da via fluvial, todavia, varia muito, quando se passa do baixo ao médio ou ao alto Tocantins. As economias locais permanecem num estado pré-capitalista na exploração e cultivo da terra, a produção em grande parte é destinada diretamente pelo consumo e a família funciona, geralmente, como uma unidade econômica auto-suficiente (como já foi visto). Júlio Paternostro não dedica a mesma atenção, entretanto, a todos os problemas envolvidos pela vida econômica. Somente sobre as condições de trabalho fornece, aqui e ali, alguns dados fundamentais. Embora incompletos, estes dados dão-nos uma idéia clara da variedade de ocupações do sertanejo — “o pária da nossa civilização” — de sua remuneração muito baixa, das relações que mantêm com os empregadores etc.

De acordo com as ocupações, pode-se distinguir vários tipos de sertanejo: há os seringueiros, os vaqueiros, os remeiros, os carregadores, os apanhadores de castanhas, os tropeiros... Há ainda os pilotos, que devem ser considerados à parte. Pois a importância de suas atividades situa-os de fato numa posição especial na hierarquia dos assalariados ou “alugados”. Recebem salários relativamente altos, determinam a hora de saída dos barcos, o percurso do “motor” durante o dia etc., e podem transportar nas viagens, de graça, a quem entenderem — “um amigo ou a amásia” (cf. pág. 99-100). Os seringueiros, ou “canelas finas”, são mais nossos conhecidos, por causa da imprensa e dos romances. À meia-noite ou às quatro horas da manhã engastam nas árvores as vasilhas de flandres ou de barro. Cada seringueiro fura, em média, de 100 a 150 seringueiras, para obter 4 kg de borracha. Essas vasilhas enchem-se até as 10 horas e o seringueiro tem de correr para levar o látex, ainda líquido, ao tacho; secando no vasilhame, transforma-se em “serrambi”, um tipo inferior de borracha. Se a árvore já foi perfurada, o seringueiro usa uma escala de embira, o “mutá”, lançando a parte superior da hévea; outras vezes pratica o “arrocho”, extraindo o látex das próprias raízes (cf. págs. 73-74). Os “carregadores” trabalham no fornecimento de lenha aos “gaiolas”. São homens de 60 anos e crianças de 8 anos. Transportam a lenha de torso nu, enchendo, rapidamente, os porões dos navios. “Como formigas ligeiras, entram e saem do navio, correndo nas pontas dos pés em cima da prancha que liga o porão à margem do rio, fazendo um percurso de 50 a 100 metros por ‘caminho’” (pág. 72). No trapiche de

Airirahna o autor contou 34 carregadores: 11 adultos e 23 crianças. Doutra lado, essa é uma ocupação irregular, quase periódica, pois os carregadores só têm serviço de 15 em 15 dias, quando passa o gaiola (cf. pág. 73).

Na zona compreendida entre Baião e São João do Araguaia existem muitos castanhais. Ali trabalham os “apanhadores de castanhas”. As safras vão de janeiro a maio, e de dezembro a abril. Proprietários e arrendatários dos castanhais alugam, então, os sertanejos. Para fazer o seu serviço devem atravessar riachos a pé ou de canoa, pois as castanheiras margeiam as cabeceiras dos igarapés. Entram na mata descalços, de calça curta e chapéu de carnaúba, às vezes auxiliados pelas mulheres e filhos. Os acidentes são comuns e alguns têm morrido com o crânio fraturado pelos ouriços, os quais caem de 20 a 30 metros de altura; precisam esperar amanhecer, para evitar esses acidentes. Dos ouriços retiram as castanhas que são transportadas em cestas de 60 quilos até as “pontas” — bordas do castanhal. “A postura forçada em marchas longas, durante alguns anos de trabalho, arqueia a coluna vertebral de muitos deles. Observei alguns homens e tapazes com essa cirrose profissional” (cf. págs. 82-83-84).

Os tropeiros levam uma vida menos dura. Dois tropeiros e seis a sete burros (três com carga e outros com adestros) formam uma tropa (cf. págs. 201-202). Essas tropas são alugadas pelos freteiros aos viajantes. O autor mostra que é uma modalidade muito usada de transporte e de locomoção em certas áreas da região, embora bastante precária. Mas os vaqueiros são os diletos da fortuna, por assim dizer. Vestem-se com roupas de couro e vivem sempre nos gerais ou nas caatingas, atrás do gado. Ainda adolescentes, começam a trabalhar como vaqueiros. São alegres e mais inteligentes e argutos que os lavradores, diz o autor (págs. 208-210), muitos deles intercalam os seus serviços de campeiros com os trabalhos no rio, como remeiros. Esses, por sua vez, não usam, em geral, camisas, e as calças de algodão podem ser curtas; em contraste com o vestuário do vaqueiro, completam o seu próprio vestuário com o chapéu de carnaúba. “Estão sempre alegres, cantando, falando, dizendo gracinhas, num linguajar que muitas vezes não podemos entender” (pág. 175).

Os sertanejos ganham muito pouco pelo seu trabalho. Júlio Paternostro, numa frase incisiva, testemunha: “Recebem um salário de fome” (pág. 46). Uma empregada tem um or-

denado de 4 cruzeiros mensais (pág. 225). (Nota: Todos os dados fornecidos pelo autor referem-se ao ano de 1935.) - Já vimos também que uma professora de curso primário ganhava 50 cruzeiros por mês (pág. 116). Por certos serviços de caráter especial (prestados como parte da hospitalidade, por exemplo; pág. 186), apenas são aceitas retribuições em forma de presente. Os seringueiros, os carregadores etc., são muito mal remunerados. Aquelles vendiam o produto de seu trabalho por preço irrisório: 80 ou 50 centavos o quilo, tratando-se de borraça ou de semambi, respectivamente. Os carregadores recebiam mais ou menos, de acordo com sua capacidade de trabalho. Uma criança de 8 anos, em troca de 20 fichas, recebeu 40 centavos; um adulto, de 53 anos, por um serviço correspondente a 52 fichas, recebeu 1 cruzeiro e 40 centavos. Os apañadores de castanha também são pagos na base de sua produção. Por um HI de castanha, que pesa 56 quilos, recebiam 10 cruzeiros. Tem-se uma idéia perfeita do regime de exploração em que vivem, comparando-se a sua remuneração com os lucros dos comerciantes e dos exportadores. Um HI de castanha, posto no porto de Belém do Pará, custa ao comerciante 18,50 cruzeiros. O preço de compra, pago pelos exportadores, era, em 1935, 58 cruzeiros por HI. O exportador revendia-o, por sua vez, por 100 cruzeiros (pág. 85). Os remeiros antigamente percebiam 50 cruzeiros por uma viagem que durava 6 meses (ida e volta de Palma a Belém); agora, ganham 2 cruzeiros por dia de trabalho (pág. 178-179). A situação do vaqueiro é um pouco melhor. O pagamento do seu trabalho é feito em espécie: em cada grupo de 5 bezerros, nascidos e cuidados durante o ano, cabe-lhe por trato um, o qual pode criar ou vender. São marcados com o seu ferrinho e em geral são os melhores, porque na época da ferra empulham os patões na escolha. Se preferir vendê-lo, o vaqueiro recebe do patrão de dez a doze cruzeiros por bezero. "Quase sempre os bezerros não dão para pagar o dinheiro, o sal, os panos que o vaqueiro tomou emprestado do patrão". Apesar disso, como dispõem de roças de mantimentos e os tecidos são fiados na própria casa, alguns alcançam relativa independência econômica. Após uns 10 anos de trabalho transformam-se em criadores (págs. 210-211). É o único caso de modificação de situação econômica e de ascensão de *status* apontado pelo autor.

Os contratos são feitos verbalmente. No caso dos vaqueiros, após o compromisso de boca, estes recebem dos patrões: enxadas, machado, cavalo arreado e uma palhoça — quando

esta não existe, o próprio vaqueiro deve construí-la (pág. 209). A fidelidade ao compromisso verbal é muito grande. Quando o vaqueiro "entrega o cavalo", antes de terminar o ano, perde o direito sobre o trabalho prestado e o seu presérgio junto aos seus companheiros (pág. 214). De outro lado, a legislação brasileira do trabalho não se estende ao trabalhador agrícola. O autor nota várias vezes as consequências desastrosas desse fato (pág. 45 e 209), que torna possível a exploração sem limites do sertanejo. Por isso mesmo, todavia, a função dos contratos verbais é muito mais importante. Os elementos da tradição oral estipulam as obrigações recíprocas dos contratantes. Vimos, acima, as obrigações dos criadores; as do vaqueiro são: camppear, levar os bezerros para o curral, amansá-los, curar as bicheiras do gado, saber se ele está na caatinga ou nos gerais ou, ainda, se anda pelas terras do vizinho. É interessante que o engodo dos criadores pelos vaqueiros, na época da ferra, é uma expectativa de comportamento aceita e aprovada pelos últimos (pág. 210).

É claro que a situação do vaqueiro, do ponto de vista de suas relações com os criadores, é muito especial. Ambos convivem intimamente. Quando conduzem o gado, dormem igualmente em cima de couros e comem juntos a mesma comida com as mãos (pág. 214). Trajam do mesmo modo e montam os mesmos animais. A única diferença, quando existe, está na riqueza maior ou menor dos arreios. Neste caso, o "alagado" confunde-se com o "patrão". Nos pousos das boiadas do vale do Tocantins, dificilmente diferenciei o patrão do vaqueiro, diz o autor.

A condição dos outros assalariados é diferente. De acordo com as anotações de Júlio Paternostro, horas de trabalho, dispensa, pagamento do "aluguel" etc., "quem resolve a seu critério é o patrão" (pág. 110). Em alguns casos, mesmo, a competição econômica leva os patrões a empregar métodos que eliminam as possibilidades da concorrência dos trabalhadores agrícolas, na venda dos produtos naturais. Assim, os arrendatários e os "avoadores" — comerciantes — têm usado os modernos meios de transporte fluvial para isolar na mata os apañadores de castanha (pág. 81).

A maior parte do material de natureza folclórica, apresentado no livro pelo autor, refere-se a este item. As mesmas lanchunas que já observei em casos anteriores ocorrem aqui, tornando impossível a utilização sistemática dos dados coligidos.

Indica, entretanto, ótimas pistas para futuros trabalhos de campo, especializados. Não só no setor do folclore material, pouco estudado entre nós. Vejam-se por exemplo: fiação e tecelagem do algodão (págs. 213-214); indumentárias características e matéria-prima das peças do vestuário (*passim*); unidades locais de pesos e medidas (o peso e a vara, pág. 214; a talha, o caminho etc., pág. 72, por exemplo); outros itens da cultura material, como o "colin", o "panero" ou "joão maxim", o aproveitamento do castanheiro na obtenção de estopa, madeira de canoa, como alimento e óleo de amêndoas etc. — págs. 84-86 — os tipos de embarcações usados (*passim*). Sobre a alimentação, o autor ajunta também alguma coisa: o "cozido maria-isabel", a carne-de-sol, o café adocicado com rapadura, a "jacuba", o hábito de comer sem talheres, a inexistência de frutas, de verduras, do leite, no regime alimentar habitual etc. Registra uma lenda e um diálogo de barqueiros (págs. 177-178) e faz uma referência ao tratamento empírico das bicheiras (pág. 209), pelos vaqueiros. Mais interessante, porém, é a conservação do hábito e de palavras da campeagem nos vaqueiros que alternam esses serviços com as atividades de barqueiros. Um vocabulário especial, misto, e certas atitudes caracterizam os barqueiros-vaqueiros: "bote é o mesmo que boi, quando entra na caatinga só a cacete". No rio, empregam termos da campeagem; nos campos usam termos e expressões dos barqueiros. Isso reflete-se, também, nas suas lendas e no seu tipo de vida (vejam-se págs. 175 e seguintes).

8 — *As cidades e os movimentos migratórios*

A povoação do interior do Brasil constitui um dos problemas mais importantes e interessantes do nosso desenvolvimento demográfico, econômico e social. Contudo, com exceção de Capistrano de Abreu, poucos foram os que fizeram do tema preocupação séria. Contemporaneamente, sob influências de duas correntes que encorpam dia a dia — uma originada no seio da geografia, outra nascida das ciências sociais — o estudo dos movimentos migratórios, do povoamento e da evolução das cidades e das zonas novas, tem progredido de modo alentador. Nesse sentido, os dois grandes centros de estudos são liderados por Gilberto Freyre e Pierre Monbeig, um ensaísta e sociólogo brasileiro e um geógrafo francês. Sob certos aspectos, a obra de Gilberto Freyre é mais importante, porque agitou um movi-

mento de idéias e de pesquisas sem paralelos na história do povoamento brasileiro. Mas Pierre Monbeig deixará uma obra por sua vez duradoura. O grande valor de sua orientação e dos pesquisadores treinados sob sua direção está na fixação da paisagem brasileira como algo dinâmico, pondo em evidência as interações entre o homem e seu ambiente — físico e social — em toda a sua totalidade e complexidade. Problemas não faltam; são até numerosíssimos, nessa terra virgem.

Viagem ao Tocantins, de Júlio Paternostro, mostra-o muito bem, sugerindo vários problemas de pesquisas de grande interesse científico. Falo em sugestão porque o caráter do livro só muito dificilmente permitiria ao autor aprofundar suas observações. Mesmo assim, essas sugestões correspondem a pontos de partida, que não devem ser desprezados. Como algumas questões, relativas à vida econômica e social nas sociedades de *folc* do vale do Tocantins, aos recursos naturais, à diferenciação geográfica e econômica etc., já foram abordadas, limitar-me-ei ao comentário dos dados mais sugestivos.

As povoações do interior do Brasil devem sua criação a fatores de ordem muito diversa. Mas, "no *Brasil Central*", diz J. Paternostro, grande parte dos arraiais originou-se da batela" (pág. 38). Os corumbás formavam-se em função do ouro encontrado nas areias dos pequenos rios. Depois, à medida que se rompia o equilíbrio entre os recursos naturais e as necessidades das comunidades, novas atividades eram tentadas, modificando as relações entre o homem e a terra e concomitantemente a própria organização social. O pequeno rio, entretanto, preservava a sua importância. "A disseminação quase sempre se produziu acompanhando os córregos, pois, quando os grandes rios davam passagem aos desbravadores, acontecia ser rara a terra boa que lhes ladeava o leito, ao contrário do que ocorria nas margens dos rios. Perto destes, os primeiros moradores aproveitaram a uberdade do solo. Depois desta uberdade estancada, as ondulações de arenito, os rebaixos, os cerrados, os agrestes, que se estendiam além, transformaram os pequenos agricultores em pastores de gado crioulo e raquítico" (*idem*). Não sei até onde é possível estabelecer uma ligação dessa espécie entre os agrupamentos humanos surgidos com a batela, a agricultura e o pastoreio, e tampouco até onde isso seria legítimo, como generalização. Em todo caso, a busca do ouro, a coleta dos produtos naturais, o plantio de cereais e o pastoreio constituem as atividades econômicas dominantes na região, co-

nunciando um ritmo muito próprio de desenvolvimento às povoações rurais, dispersas rarefeitamente sobre grandes extensões de terra. Esse ritmo de desenvolvimento não espanta ninguém; uma cidade como a de Baião, fundada em 1694, contava com 57 habitações, em 1894, e com 125, em 1935 (pág. 79). O crescimento lento pode ser substituído, contudo, por uma regressão de ritmo acelerado. A cidade de Palma possuía, há cem anos atrás, 255 habitações. Em 1935 contava com 120 casas velhas em ruínas. Essa regressão explica-se economicamente: o seu porto fluvial deixou de ser centro comercial da região, passando Palma a ser abastecida por suas antigas cidades satélites (cf. pág. 251). Muito interessantes, também, são as diferenças observadas por Júlio Paternostro entre as cidades velhas e novas. Os fundadores daquelas escolhiam áreas naturalmente protegidas contra as surtidas dos índios e conquistadores. Caracterizam-se, por isso, pelos barrancos e pela preferência de pontos de observação, ao contrário das cidades modernas (cf. pág. 125).

A composição dos povoados, entretanto, nem sempre é constante ou estável. Há uma certa instabilidade demográfica, a qual varia de acordo com as flutuações econômicas. Assim, a população de Maranhá compreende 3 000 habitantes no "verde", para descer à metade durante a seca (pág. 108). Os agricultores nordestinos do médio Tocantins constroem suas habitações acima do comércio, isto é, do lugar por onde se escoam os produtos do seu trabalho extrativo ou agrícola. "Assim, as margens do rio povoam a montante do "comércio" e são desabitadas a jusante" (pág. 124). A oscilação demográfica diferencial entre a seca e o "verde", no baixo Tocantins, é expressa pelo autor, numa variação de 50 a 200%, de uma estação a outra (págs. 79-80)! Nessas condições, o deslocamento de indivíduos e grupos de indivíduos torna-se um espetáculo natural. O nomadismo encontra uma modalidade periódica de manifestação. Ao seu lado, há outro movimento de intercâmbio interestadual de indivíduos — as migrações de maranhenses, piauienses, baianos, mineiros, paulistas, os quais invadem novas áreas da região, competindo no nível biótico e econômico com os seus primitivos habitantes. Os piauienses e maranhenses chegam até a Goiás, conservando muitas vezes a roupa de couro típica dos vaqueiros (pág. 124; veja-se também pág. 116). Os baianos também se espalharam no vale do Tocantins. Mas é no alto Tocantins que sua fama é grande, pois são considerados o protótipo do imigrante bem sucedido, que consegue subir

na escala social: "Baiano que chega de alpercata puída, quando a gente dá té está montado" (págs. 272-273). Os mineiros, partindo do triângulo ou do Oeste de Minas, chegaram ao sudoeste goiano (pág. 307). E os paulistas já alcançaram o centro de Goiás (pág. 328).

Esses movimentos migratórios constantes, que refletem a "verdadeira caçada de matas", segundo o autor, reforçam certas tendências de isolamento dos grupos familiares — que formam unidades economicamente auto-suficientes. Escolhendo áreas limitadas e isoladas, e sempre em mudança, o sertanejo insular-se-ia socialmente (pág. 40). Outros fatores aumentam esse isolamento, como a distância entre as fazendas — algumas distantes até a dia e meio de viagem (cf. pág. 208) — o perigo da travessia de certos lugares do rio, como no caso dos povoados Boa Vista do Tocantins e Porto Franco (pág. 41). Não obstante, o "telégrafo do bosque", fenômeno conhecido em ciências sociais, funciona regularmente. Paternostro revela, perplexo, suas experiências, afirmando que "no sertão, as notícias esparramam-se como se existisse telégrafo nas árvores" (págs. 246-247). Nessas condições, doutro lado, as fronteiras político-administrativas constituem uma ficção. Os homens ignoram-nas, simplesmente, como a outros tantos elementos culturais da "civilização", não integrados em seus sistemas sócio-culturais. Os sertanejos de Goiás não sabiam informar onde começavam as fronteiras da Bahia ou do Maranhão (págs. 116, 283 e 284).

Não menos interessante é o material que se refere às relações entre o homem e a terra. Uma questão de certa importância já foi abordada anteriormente: a existência de um *modus vivendi* desenvolvido entre o homem e os anófeles no vale do Tocantins. Por isso restrinjo-me, para terminar estas notas, ao aproveitamento dos recursos naturais, pois aqui a "teia da vida" estabelece um novo tipo de *modus vivendi*, agora entre o homem e os elementos indispensáveis à sua alimentação e sobrevivência. O autor consigna poucos dados a respeito. Mas combate com veemência o extremismo que significa a simples coleta, a agricultura extrativa praticada pelo sertanejo, de que se beneficiam, com exclusividade, os concessionários, os comerciantes e os exportadores. O esgotamento da terra é uma das consequências diretas dos métodos de sua utilização adotados pelos "párias da nossa civilização", lavradores seminiômades quase todos (págs. 39-40). Doutro lado, ao mesmo tempo desaparecem espécies vegetais existentes na região.

Da madeira usada como combustível nos "gaiolas", o autor fala que seu uso representa "um saque que perpetuam continuamente a floresta" (pág. 72). Também somem as variedades de *Hevea brasiliensis*, mutiladas na extração do látex ou aproveitadas até reduzirem-se a cinzas (pág. 74). A mesma coisa acontece aos castanhais. A disseminação da castanha processa-se pelas cutias, pacas, araras, antas etc.; ora, a presença do homem afugenta esses animais. Por isso, os novos castanheiros são raros, pois ninguém cuida da sua substituição. E a economia da região corre o risco de esgotar ou perder suas maiores fontes de renda.

9 — Os contatos raciais e culturais

Os estudos dos contatos raciais e culturais constitui, atualmente, um dos campos mais importantes da antropologia e da sociologia. O principal interesse da abordagem científica, nesses estudos, está na descoberta do que "acontece, quando grupos de indivíduos, racial e culturalmente distintos, entram em contato prolongado e contínuo". Vários problemas, como o intercâmbio, desenvolvimento de novos padrões, aceitação de novos valores sociais e perda de outros antigos, mudanças de atitudes nos indivíduos em função desses fatores, grau de isolamento ou de intensidade de contatos entre esses grupos de indivíduos em zonas social e espacialmente delimitadas (encravamento racial, intercâmbio racial e cultural etc.), desajustamentos de personalidade etc., podem ser assim estudados. Nesse setor, o Brasil oferece muitos problemas sérios de pesquisas. Relativamente aos "elementos fundamentais de nossa formação", como são considerados os índios, os brancos e os negros, pode-se dizer que tudo o que tem sido feito não passa de tentativas preliminares, de esforços para colocar, por assim dizer, o problema. De fato, um duplo trabalho de pesquisas históricas e de pesquisas de campo regionais precisa ser levado a efeito, de acordo com as possibilidades e os critérios, especialmente da antropologia física e social.

O livro que estou comentando, de Júlio Paternostro, mostra quantas possibilidades de pesquisas perdem os nossos especialistas em ciências sociais, por falta de recursos e de equipamento técnico. A região percorrida pelo autor tem uma particularidade muito importante: é uma das áreas em que um relativo isolamento cultural e racial, durante longo período histórico, provavelmente favoreceu o desenvolvimento cultural

e racial num sentido bastante definido. Embora exista grande mobilidade demográfica (imigração das populações nórdicas etc.), a fixação de imigrantes europeus e asiáticos ocorreu em escala reduzidíssima naquela região (cf. pág. 60; alguns negociantes sírios e os turo-brasileiros que adquiriram terrenos niquelíferos em São José). O sertanejo daquela zona é o que se chamaria, vulgarmente, de "cepa velha". A também relativa estabilidade das atividades econômicas — predomina a produção extrativa vegetal no baixo Tocantins, a produção extrativa vegetal e a pecuária no médio Tocantins e a pecuária e a produção extrativa mineral no alto Tocantins — deve ter atuado de alguma forma no processo de diferenciação social e cultural. Os dados fornecidos pelo autor não permitem um aprofundamento adequado na discussão dos problemas que a leitura suscita; mas sugerem muita coisa, principalmente do ponto de vista das trocas culturais e das relações puramente físicas entre os "civilizados" e os "índios".

Júlio Paternostro faz referências aos brancos, de pele tostada pelo sol e de cabelos ruivos; aos negros grandalhões; aos índios; e aos numerosos mestiços de branco e de negro com índios; e de branco com negro (pág. 175). Está aí, pois, toda a gama de nossa escala racial, quanto aos continges biológicos que Sílvio Romero batizou de *formadores*. Os negros são mais numerosos nas zonas antigas de mineração, de Porto Nacional para cima (pág. 223), tendo sido introduzidos na região já no século XVI (pág. 59). Por isso, os mestiços de branco com preto existem em maior percentagem no alto Tocantins (pág. 93). Mas, de acordo com as observações de Júlio Paternostro, o elemento que mais contribuiu na miscigenação com o branco e com o preto foi o índio (pág. 93). Além do intercruzamento desses elementos fundamentais — os brancos, os negros e os índios — ocorre intensamente a miscigenação dos tipos mestiços provenientes de áreas diversas (os emigrantes piauienses, paranaenses, baianos, mineiros, paulistas; ver págs. 58-60), com os mestiços das áreas em que se radicam durante algum tempo e com os índios pacificados.

As informações do autor não nos adiantam nada a respeito do intercâmbio cultural, de como têm o índio, o negro ou o branco conservado elementos de sua herança cultural e contribuído com eles para o enriquecimento do patrimônio sócio-cultural comum. É possível que alguns elementos anotados pelo autor constituam exemplos da aceitação de traços culturais dos agrupamentos indígenas da região por parte dos

grupos "civilizados". Estão, nesse caso, certas práticas, como o costume de limar os dentes incisivos superiores, em forma de V — "observei dentes limados principalmente entre os índios, mulatos e cabras" (págs. 185-187); o tipo da marcha — os homens andam ligeiro e sobre as pontas dos pés (pág. 74), sendo também comum a marcha em fila; o banho em comum no rio — com dois pontos próximos de homens e mulheres (págs. 191-192); elementos da cultura material, como os instrumentos e técnicas de pesca — o pindá, a gambôa, o matapi, as gapuias (pág. 70); outros artefatos, comidas, tipos de embarcação, certos elementos na construção da palhoça, cuja descrição incompleta impede qualquer espécie de conclusão, provavelmente também foram recebidos dos índios, pelos "civilizados". As palavras aceitas dos primeiros por estes são do mesmo modo numerosas; os nomes referidos acima exemplificam-no muito bem. Em alguns casos, todavia, a conservação das palavras não corresponde à manutenção do traço cultural primitivo. Assim, a palavra mutá designa uma escada feita de embrira, muito usada pelos seringueiros; mas, antigamente, designava o palanque feito nas caçadas, para a espreita, pelos índios (pág. 74). Esses dados, apesar de sua pobreza, representam a maior contribuição do autor relativamente ao aspecto que considero nesta parte. Pois evidenciam, claramente, o quanto se poderia esperar de pesquisas sobre a influência real dos índios na vida social dos brasileiros "civilizados", do ponto de vista de suas trocas culturais durante o longo processo aculturativo, em que ambos os grupos têm estado em contato.

Esses contatos quase sempre têm resultados desastrosos para os índios. Ao lado da desorganização de sua vida social, provocam a transmissão de doenças dos brancos, de efeitos letais para os índios. O autor observa, de passagem, como os costumes e as doenças dos brancos estão dizimando os Apinayé e os Cherente (pág. 58). Além disso, existe uma longa experiência negativa da parte dos índios sobre os seus "irmãos brancos". A história do Brasil é uma longa história de espelhações e de destruição lenta e sistemática das tribos indígenas. O extenso vale do Tocantins não poderia ser uma exceção, tanto no passado, como no presente. O autor diz que ainda "recentemente, proprietários de terra e setanejos do município de Pedro Afonso, banhado pelos Tocantins, massacraram 32 índios do Estado de Goiás" (pág. 134). Isso faz com que as expectativas dos índios em relação aos brancos não

sejam já muito favoráveis a um contato íntimo e amigável com estes, de conduta sempre duvidosa. E por isso, algumas tribos preferem viver em conflito com os "civilizados". O autor cita alguns casos de ataques dos Gavião aos apanhadores de castanhas que entram no centro da mata (pág. 58-135). Em outras situações, recusam colaborar com os brancos em suas atividades econômicas. Doutra lado, racionalizando os seus interesses, os "civilizados" desenvolveram padrões negativos de avaliação a respeito dos índios (cf. págs. 134-135-146). Os habitantes seus vizinhos e até os seus próprios descendentes tratam-nos com desdoso. Basta alguém revelar interesse por eles, para provocar motejos dos setanejos (pág. 146).

Júlio Paternostro conseguiu alguns dados sobre os Apinayé que visitou rapidamente (pág. 135-147) e dá também algumas informações ligeiras sobre os Cherente, colhidas da boca de alguns moradores da região (pág. 147-150). Uma boa parte dos dados são citados do Padre Luís Antônio da Silva Sousa, de Vicente Ferreira Gomes e de D'Orbigny. Interessante é que o autor de maior importância, no estudo dos Cherente e Apinayé, do ponto de vista etnológico, que é Curt Nimnendaju, nem sequer foi citado. Os trabalhos de Curt Nimnendaju — *The Apinayé*, Washington, 1939; *The Serente*, Los Angeles, 1942 — constituem duas monografias modelares, como estudo científico. Júlio Paternostro poderia ter aproveitado pelos menos o primeiro trabalho, pois o seu livro só foi programado em 1942. Sua publicação, em 1945, poderia ser depurada das levianas afirmações feitas contra Nimnendaju (veja-se págs. 146-147). Curt Nimnendaju nunca foi nenhum "explorador de índios" e tampouco pintou-se em nenhum lugar como "explorador das selvas brasileiras". Que deu exemplos de bravura e de coragem, é coisa conhecida; sirva-me de exemplo a pacificação dos Parintimim (consultem-se: Herbert Baldus, artigo in "O Estado de S. Paulo", 6/11/1946; e o meu artigo in "Jornal de São Paulo", 22/1/1946). Contudo, a detração é menos perigosa para Curt Nimnendaju que para o próprio Júlio Paternostro. Porque Nimnendaju não é apenas um dos nomes mais importantes da etnologia brasileira; é reconhecidamente um dos maiores amigos e benfeitores dos índios, aos quais dedicou toda sua vida. Foi também a única pessoa que teve coragem de acusar a *Fundação Brasil Central* pelo assassinio de índios do Pará (conforme carta lida, após sua morte, no Conselho Nacional de Proteção aos Índios; in "Jornal de São Paulo", 27/1/1946).

Os dados de primeira mão recolhidos por Júlio Paternostro sobre os Charente e Apinayé, não têm nenhuma consistência científica. Como se trata de índios já muito conhecidos e estudados, o material coligido têm pouco valor como contribuição. É de espantosa ingenuidade, todavia, a correlação estabelecida pelo autor entre os traços culturais dos "civilizados", rejeitados pelos Apinayé, e a "estrutura psíquica dos primitivos" (págs. 140-141; vejam-se também págs. 145-146). Ainda assim, esse trabalho engrossa a bibliografia existente, podendo ser apreciado particularmente pelas sugestões que deixa para futuros estudos de aculturação.

É interessante que os "civilizados" procuram o pajé para curar as suas doenças. O autor encontrou dois brancos que estavam se tratando de malária e úlceras da perna (págs. 143-144). Outros utilizam-se da hospitalidade dos índios para obterem ligações amorosas com as índias (pág. 143). Transmitem-lhes, desse modo, as suas doenças. Nos contatos com os brancos de Boa Vista, os Apinayé desenvolveram uma nova forma de *silent trade* — o agrado. Deixam os seus produtos agrícolas (carás, inhames, bananas), na porta da pessoa escolhida para a troca. Mais tarde, voltam e esperam até receber uns níqueis (págs. 145). As mulheres é vedado pelos homens da aldeia o comércio mudo; mas elas praticam-no ocultamente. O dinheiro obtido serve para comprar os produtos da economia dos "civilizados", integrados em seu consumo (caninha, chitas etc.). Este é o outro lado do processo aculturativo, que deveria ser estudado — quais os elementos da cultura do branco que fazem parte do sistema sócio-cultural da tribo? O autor verificou que muitos traços culturais dos "civilizados" foram aceitos com certas modificações (o uso da roupa, por exemplo). Mas outros foram energeticamente repellidos (como o trabalho assalariado).

10 — Conclusões

O leitor gostaria, naturalmente, de saber por que escolhi o título geral dos estudos desta série — *Um Retrato do Brasil*. Sua curiosidade deve ter aumentado, já que não tratei do Brasil, em geral, mas simplesmente comentei os dados apresentados por Júlio Paternostro em *Viagem ao Tocantins*. A resposta é simples: em conjunto, os vários aspectos que foram sucessivamente analisados, com as reservas e as limitações impostas pelo

próprio material coligida pelo referido autor, dão-nos, de fato, um retrato do Brasil. Daquele Brasil que está longe dos nossos olhos, afastado das nossas preocupações diárias, porém um Brasil que existe, que solicita a nossa boa vontade e o nosso carinho. No fundo, o que ficou feito é menos um retrato que um esboço; não importa, todavia, pois em tudo isto o essencial era chamar a atenção... e pensar sobre uma realidade via de regra ignorada, ausente do campo de nossas experiências habituais. Parece-me que isso valeu a pena, tanto como tentativa de conhecimento, como em resposta às nossas exigências ativas. Agora, contudo, chegou o momento do ponto final; e na alternância entre a recapitulação e um novo debate, optei pelo segundo alvitre. Porque, é claro, não devemos nos colocar os problemas do vale do Tocantins por mero dilettantismo. O próprio Júlio Paternostro afastou-se dessa orientação petigosa, revelando uma vocação prática pouco comum na maioria dos nossos escritores.

Todavia, por coerência, devo limitar-me às reflexões que cabem naturalmente nos propósitos deste ensaio. Os problemas que existem podem ser resolvidos de várias maneiras: cabe-me, aqui, apenas pôr em evidência como se deve proceder para se chegar a resultados positivos, do ponto de vista das ciências sociais. Essa questão, aliás, é mais importante do que parece, pois comumente se diz que muitos pacientes morrem da cura. Em nosso campo, isso é ainda mais verdadeiro que nas esferas da medicina, porque sequer temos a garantia de que as pessoas que lidam com os problemas sociais sabem a seu respeito tanto quanto os médicos conhecem sobre o funcionamento do organismo. A relativa mocidade das ciências sociais e as barreiras opostas por sérios preconceitos — existentes tanto entre os cientistas como nos meios onde os seus conhecimentos podem ser aplicados — têm impedido, até hoje, a utilização em larga escala dos recursos fornecidos modernamente pela economia, sociologia, antropologia social, estatística etc. As ciências sociais nasceram e desenvolveram-se, sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Marx — com o duplo propósito do conhecimento exato da realidade social e de seu domínio pelo homem. Esse desiderato só parcialmente tem sido levado a efeito; o que se faz hoje é um arremedo do que se faria, se houvesse uma forte tradição de aproveitamento das investigações científicas — apesar dos exemplos de países como os Estados Unidos e a Rússia. Esta, após a Revolução de Outubro, desenvolveu uma verdadeira "política etnológica"

em relação aos antigos grupos nacionais internos, cultural e racialmente distintos, ligados apenas por laços políticos; naqueles, a utilização tem chegado em certas ocasiões a ponto de pôr em ridículo a seriedade das ciências sociais.

No Brasil, até hoje, fora da iniciativa privada — e em escalas restritas — ainda se desconhece a primeira exceção que marcará o início de uma nova orientação político-administrativa no seio do Governo e da administração. Em alguns casos, a pseudociência em que se baseiam políticos, administradores e reformadores sociais de várias espécies, é antes motivo de pesar que de júbilo. Entretanto, embora aqui não sejam feitas certas comparações, o Brasil é um dos países onde a racionalização administrativa e política torna-se dia a dia mais premente e necessária. As próprias condições em que se processou o desenvolvimento demográfico, econômico, jurídico, político e social do Brasil transformam esse problema numa questão de causa pública. O grau de descontinuidade econômica e cultural existentes entre as cidades do litoral e o sertão, por exemplo, implicam métodos de ação política e administrativa para o qual o governo e a administração não estão aparelhados e adequadamente preparados. Em geral, os métodos postos em prática ajustam-se, relativamente, às necessidades das cidades mais adiantadas: à proporção que as demais cidades se desviam do ambiente padrão, as medidas tomadas não só evidenciam sua precariedade, como se transformam em sérios entraves ao seu progresso. Então, surgem combinações entre a prática política ou administrativa, estipulada pelos poderes centrais, e as práticas locais, costumeiras — como acontece, por exemplo, na eleição dos "coronéis", no uso da capangagem etc. Em consequência, os métodos locais perdem sua eficiência; e os métodos propostos não alcançam os fins visados pelos legisladores. O problema é complexo, e não pode ser abordado profundamente nos limites deste trabalho; em todo caso, a regra fundamental, fornecida pelas ciências sociais, no caso de tentativas de mudanças dirigidas, é que o êxito destas depende da congruência que exista entre a inovação e a situação social considerada. Nesse sentido, é possível facilitar a aceitação de um traço cultural novo e obter condições para seu funcionamento "normal". Acelera-se, ao mesmo tempo, o ritmo do processo de substituição pela redução dos obstáculos elimináveis e diminui-se ao mínimo o número de desajustamentos previsíveis etc. Essas pequenas indicações mostram muito bem que os problemas, nesses casos, devem ser estudados e resolvidos por

especialistas. Se é verdade que os nossos dirigentes, como diz Júlio Paternostro, ignoram "a realidade destes oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados" (pág. 21), é ainda mais certo que o simples trato empírico com essa realidade não é suficiente para dar a alguém os elementos para a dirigir e modificar. Pelo menos, se se tem em mira evitar o célebre método de ensaio e erro, com acertos ocasionais.

Essas reflexões parecem-me especialmente aplicáveis aos problemas levantados pela introdução de elementos culturais da "civilização" naquelas "sociedades de *folk*" do vale do Tocantins. Aqui se revela, em toda a sua força, a diferença que existe entre o processo orientado ou dirigido de alguma forma por meio de técnicas sociais e a mudança sócio-cultural espontânea. Nas páginas anteriores, foram analisados muitos casos de desajustamentos e de conflitos provocados pela difusão da medicina, da assistência médico-sanitária e hospitalar, do ensino primário etc. Em sua maior parte, esses desajustamentos originam-se das próprias condições em que aqueles traços culturais são oferecidos aos membros de pequenas comunidades rurais consideradas, pouco adequadas, de fato, ao desenvolvimento de experiências positivas a seu respeito, conforme vimos. A introdução desses elementos estava subordinada a uma orientação contradiatória: 1.º determinação pelos poderes centrais das normas gerais a serem obedecidas em casos particulares (abertura de escolas, localização de postos de higiene etc.); 2.º abandono da instituição, por assim dizer imposta exteriormente, ao seu próprio destino. Mesmo outros problemas, habitualmente tomados isoladamente — criação de meios de comunicação e de transportes, elevação do nível de vida do trabalhador, criação de uma legislação do trabalho rural, fixação do homem à terra, introdução de novas técnicas de cultura agrícola etc. — devem ser definidos em relação a cada caso particular e considerados em conjunto, organicamente relacionados num plano. Enquanto se pensar que se conseguirá eficácia especial tentando resolver os problemas desta forma, isto é, procurando elevar alguns núcleos no "salário de fome" (pág. 46), ou apenas combater a capangagem e a política desastrosa dos "coronéis" (pág. 329) etc., não se fará mais do que remover o problema de um lugar para outro. A técnica é, além disso, perigosa, porque a ilusão de cura geralmente é desfavorável à análise dos efeitos negativos persistentes.

Os índios são outro exemplo válido. As tribos pacificadas também constituem um problema difícil sob todos os aspectos.

O desenvolvimento de padrões recíprocos de avaliação dos índios, de um lado, e do grupo "brasileiro" de outro, e de formas de acomodação, não justifica o cruzamento de braços dos poderes centrais. Em sua modalidade atual, verifica-se que os resultados do processo, tal como se opera naturalmente, são sumamente desastrosos. Tanto do ponto de vista demográfico e econômico, como do ponto de vista social e ético. Centenas de indivíduos perdem-se, dia a dia, fisicamente (em particular entre os índios), ou não são aproveitados economicamente. Fenômenos de desorganização social afetam a vida social e psíquica de indivíduos de ambos os grupos em contato e uma sucessiva série de frustrações dos padrões de comportamento estabelecidos "legalmente" ou "espontaneamente", também por indivíduos de ambos os grupos — em particular dos "brasileiros" — contribui para o aumento da desconfiança recíproca. Os poderes estatais fecham os olhos; com isso, a questão não muda de aspecto e a realidade subsiste a mesma. O mesmo processo de liquidação lenta dos índios, que foi utilizado pelo colonizador português, é ainda praticado. Na verdade, os postos citados pelo *Serviço de Proteção aos Índios* são exemplos dos aspectos que geralmente assumem as intervenções semi-eficazes. Pois não impedem — ao contrário, favorecem, embora em menor grau — o processo acima descrito. Diante disso, não sendo possível deixá-los a si mesmos, por causa dos efeitos letais dos contatos com os brancos, e revelando o seu agrupamento em postos as mesmas falhas, de um modo geral, a única solução que resta é transformar esses postos em colônias de assimilação dos índios; chega-se ao mesmo resultado, a final de contas, sem perda do contingente humano.

Em síntese, a adoção pelo governo e pela administração de técnicas sociais definitiva uma política de controle e orientação, na medida do possível, dos processos sociais. Para isso seria preciso, antes de mais nada, vencer uma velha norma que se enquistou na burocracia brasileira, que é o círculo vicioso. "Não é possível fazer melhoramentos, porque a população não comporta; a população não progride se não se fizerem os melhoramentos; mas, no fundo, ela atinge os melhoramentos que comporta, sem intervenção de ninguém". O caso relatado por Júlio Paternostro, a respeito da navegação no Tocantins (veja-se pág. 227), é típico. Essa atitude é incompatível com a racionalização da política e da administração; mas ela é efeito e não causa. Modificando-se esta, aquela tende a desaparecer.

CAPÍTULO V

RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE O BRASIL E A EUROPA (*)

O presente tema terá que sofrer, naturalmente, uma tripla restrição. Seria melhor admitir, desde o princípio, que ele será desenvolvido por um brasileiro, que é sociólogo por profissão e socialista por convicções políticas. Além disso, teremos que lidar com uma realidade que se presta a múltiplas interpretações. Pois, o que é a "Europa"? E o que é a "América"? No fundo, existem várias "Europas" e diversas "Américas", tanto cultural, quanto historicamente. Pode-se fazer uma imagem da Europa em Buenos Aires, outra em São Paulo e outra marcadamente distinta em Nova Iorque ou em Porto Rico; e mesmo nessas cidades não faltam condições étnicas, econômicas e culturais capazes de introduzir profundas variações no tratamento do tema. É por respeito à precisão geográfica que se diz "América" e "Europa" no singular, reunindo em cada palavra o passado e o presente, o tipicamente uniforme e o tipicamente variável.

Em nossa exposição, cumpriria apenas reter dois fatos mais relevantes. Em primeiro lugar, que as imagens da Europa se têm alterado, continuamente, no espaço e no tempo, em função das condições de entrosamento do Novo Mundo nas atividades econômicas e culturais dos países europeus. E, em segundo lugar, que a Europa e a América pós-colombiana se fundiram

(*) Comunicação redigida para o *Congresso Internacional de Escritores*, realizado em São Paulo de 9 a 15 de agosto de 1954, do qual o autor foi um dos relatores oficiais. Foi publicado, sob o título: "Como a América vê a Europa", em português, francês e inglês, e transcrito em *Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais*, Sociedade Paulista de Escritores e Editora Anhembi Ltda., S. Paulo, 1957 (págs. 194-232, com os debates provocados pela comunicação).

sempre, ainda que em grau variável, em um mesmo fluxo de existência humana. Assim, as primeiras imagens da Europa foram elaboradas pelos povos nativos, que sofreram o impacto da "Conquista" e da "Colonização". Elas não foram favoráveis, em todos os pontos, ao homem branco. Para exemplificarmos com a situação brasileira, o reconhecimento da supremacia dos colonizadores se fez acompanhar de críticas a certos valores, que contrastavam com a concepção do mundo dos nativos. Segundo relata Abbeville, os Tupinambá explicavam a sua inferioridade ergológica e técnica em face dos europeus por meio de um descuido de seu ancestral mítico. "Apresentaram esses profetas ao nosso pai, do qual descendemos, duas espadas, uma de madeira e outra de ferro e lhe permitiram escolher. Ele achou que a espada de ferro era pesada demais e preferiu a de pau. Diante disso, o pai de que descendestes, mais arguto, tomou a arenga do chefe *Japiagu* in Abbeville, *História da Missão dos Padres Capuchinhos do Maranhão*, págs. 60-61). Léry, por sua vez, aponta a curiosidade de um velho tupinambá, que lhe perguntara: "Por que vindes vós outros, *mairs* e *perós* (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?" A distância cultural e a avaliação negativa se evidenciam através do seguinte diálogo, que convém reproduzir na íntegra: "Respondi que tínhamos muito mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas que dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: "E porventura precisais de muito?" Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais paños, facas, tesouras, espelhos e outras metraldeiras do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. "Ah!", retrucou o selvagem, "tu me contas maravilhas", acrescentando depois de bem compreender o que lhe dissera: "Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?" Sim, disse eu, morre como os outros. Mas os selvagens são grandes conversadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: "E quando morre para quem fica o que deixa?" Para seus filhos, se os têm, respondi; na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos. "Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros *mairs* sois grandes loucos, pois atravessais o mar e

sofres grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem. Não será a terra que vos nutria suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados" (cf. Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, págs. 154-155). Relatos como esse é que fizeram o sábio Montaigne afirmar, antes do aparecimento das ciências sociais, que "cada um chama bárbaro o que não é de seu uso"...

Essas imagens iniciais foram se atenuando e se modificando com os tempos. Na verdade, os europeus se viam de um ângulo: carregavam consigo a dura tarefa de transplantar o cristianismo e a vida civilizada para as rudes plagas americanas. Os nativos e africanos, reduzidos à escravidão — e mais tarde também os *brancos*, que substituíram os pioneiros da dominação colonial — descreveriam a mesma história de outra maneira... O que era *heróico* e *grandioso*, para uns, era *nefando* e *detestável* para os outros. Nem sempre a violência pode ser retribuída com a violência. Em nenhuma circunstância, porém, pode ela gerar a simpatia e a compreensão entre os homens. Contudo, em quase todas as regiões da América acabaram prevalecendo os europeus e os seus descendentes, identificados com os ideais de vida transplantados da Europa. Onde a paisagem se transformava, com as plantações, as novas povoações de constituição étnica e cultural heterogênea, os núcleos de mineração ou de criação, surgiam centros de vida humana alimentados por aspirações e ideais de existência social conformes aos padrões culturais de um ou de outro povo europeu colonizador. Formou-se, assim, uma profunda articulação entre o novo e o velho mundo, que o gradual desenvolvimento das cidades irita acentuar em quase todos os sentidos, do vestuário aos utensílios domésticos, às idéias políticas, aos sentimentos religiosos, às pretensões literárias.

Nesse processo, dois fenômenos assumiram uma expressão marcante. De um lado, a identificação constante dos marcos de "vida civilizada" com a influência cultural européia. A evolução econômica e política dos países americanos se fez de modo a favorecer as tendências de assimilação dos valores culturais europeus. A colonização criou, de fato, situações e problemas sociais que precisaram ser resolvidos através das técnicas cul-

turais incorporadas à herança civilizatória dos países colonizadores. Os agentes da colonização souberam aprender aqui e ali com os nativos. Beneficiaram-se, particularmente, com os conhecimentos que estes possuíam do meio natural circundante, de algumas técnicas adaptativas mais eficientes e de certas instituições sociais, que favoreciam seja a instalação dos brancos nas terras americanas, seja a acomodação e a dominação colonial dos povos nativos ou transplantados para cá, na condição de escravos. As técnicas de organização e de exploração das atividades econômicas, as técnicas administrativas e de organização estatal, as formas de dominação e de ordenação das relações sociais, não só foram transferidas, sempre que possível, para o novo meio natural e humano, como acabaram desempenhando, dentro dele, funções comparáveis ou parecidas com as que preenchiam nas sociedades europeias. De outro lado, onde a miscigenação não se seguiu de uma integração social de caráter orgânico, separaram-se dois estilos de vida nítidos. Um, bem próximo do padrão cosmopolita europeu, como acontece nas médias e grandes cidades americanas do passado e do presente. Outro, bem próximo dos padrões de existência social de povos nativos, como o ocorre, de forma extrema, em diversas regiões de países como o Paraguai e a Bolívia ou de modo mitigado com referência às populações caboclas brasileiras. Onde os dois estilos de vida coexistem, no mesmo espaço social, a sensibilidade contra a ordem vigente é acen-tuada no seio das populações brancas ou nas camadas dominantes, cujos componentes aspiram a uma existência antiprovinciana. A Europa se confunde com a própria "civilização" e passa a simbolizar a essência de todo refinamento de vida material ou moral. Onde a ordem social urbana progrediu com intensidade, isso não sucede. Mas respira-se, nesses centros, uma sutil nostalgia da Europa, muito forte nos círculos que possuem recursos para viajar ou manter alguma espécie de intercâmbio com países como a França, a Inglaterra, a Alemanha, Portugal ou Itália. Nessas condições, é possível assinalar, como um dos fatores da formação colonial europeia dos países americanos, a tendência para conservar e até para multiplicar as ligações e os contatos com os países europeus. Sob este aspecto, poder-se-ia afirmar que a Europa se prolonga na América e que nesta se constituiu um sentimento, muito sólido, de identificação emocional e espiritual com os antigos países colonizadores e com todo o sistema civilizatório que eles representam.

A explicação dessa tendência é relativamente simples. Ela se encontra nas próprias condições que cercaram a formação dos Estados independentes nas diversas regiões da América. Praticamente, as populações voltadas para a influência intelectual europeia são constituídas por descendentes das antigas estirpes dos pioneiros colonizadores ou das famílias recentemente imigradas da Europa. Os seus interesses sociais, na economia ou na política, levam-nos a desejar a importação e a implantação de hábitos europeus nas comunidades americanas. Merece especial relevo a circunstância de que os movimentos de independência nacional se processaram de modo e excluir a atividade contínua e profunda de tensões coloniais dirigidas contra a Europa. A eclosão de atitudes xenófobas se restringiu, em quase todos os países americanos, aos períodos imediatos à luta pela emancipação nacional. Logo depois, as conveniências e os interesses sociais das camadas dominantes exigiram a valorização dos ancestrais e, por conseguinte, das próprias virtudes dos chamados *povos civilizadores*. Em sociedades etnicamente heterogêneas, nas quais a descendência e o parentesco possuem uma importância muito grande como fonte de prestígio social, isso era inevitável. Os problemas econômicos, administrativos e políticos agiam no mesmo sentido, pois sua natureza complicada impunha a importação de técnicas culturais já exploradas, com aparente sucesso, nas sociedades europeias. Em consequência, não se formaram, com base nos movimentos xenófobos ou nacionalistas, atitudes de ambivalência para com a herança cultural e a influência civilizatória da Europa. As manifestações de ressentimento, que se evidenciam em determinados países americanos, contra o inglês, o espanhol, o português ou o francês, principalmente nas esferas da etiqueta e dos padrões de vida intelectual, não possuem um conteúdo antieuropeu. Ao contrário, elas nascem da assimilação e da supervalorização de certos padrões tipicamente europeus, que não encontram uma correspondência adequada nas relações dos europeus com os americanos do sul, do centro ou do norte. De modo que, em vez de conduzirem a atitudes de rejeição em face da tradição europeia, acabam produzindo o inverso: uma fidelidade muito maior dos segundos às normas e às expectativas de comportamento estabelecidas por aquela tradição.

A conclusão que se pode tirar, dessa rápida análise, consiste em que os povos americanos se representam como reber-tos novos e prolongamentos autênticos da civilização europeia.

Um escritor brasileiro definiu com penetração e lucidez essa situação cultural: "Nós, brasileiros — o mesmo pode-se dizer dos outros povos americanos — pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito, e à Europa, por suas camadas estratificadas. (.) O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação é europeia" (Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, pág. 40). Na Europa, a América tanto poderá ver as raízes de uma parte de si e passado étnico e cultural mais longínquos, quanto um esboço do seu próprio futuro em gestação. Tudo depende da maneira de encarar as coisas. Algo, porém, é certo o processo civilizatório, que se iniciou na Europa, encontra nos povos americanos condições favoráveis à plena expansão e florescimento.

Isso nos leva a certos temas, de gravidade, aos quais não seria lícito escapar. O primeiro deles poderia ser formulado da seguinte maneira: a chamada *civilização ocidental* possui requisitos suficientes para justificar as inclinações dos países novos da América pelas formas culturais europeias? Vivemos uma fase da história em que o julgamento dessa civilização está atingindo os extremos mais duros e mais crus. A experiência colonial levou povos inteiros, na Ásia, na África e na Oceania, a elaborar avaliações completamente negativas ou então a defender atitudes ambivalentes em face dos valores culturais europeus. Líderes como Ghandi e Nehru assinalam a pobreza da civilização ocidental, no plano ético-religioso; chefes como Kenyatta, chegam à convicção de que somente a violência subministra um corretivo às ambições econômicas dos europeus, incapazes de transferir *mores* de sua cultura ao tratamento e à compreensão dos povos coloniais; os resultados das investigações etnológicas comprovam que, em qualquer região do mundo, é possível encontrar sociedades dotadas de certos elementos e complexos culturais sob muitos aspectos mais complicados, eficientes e estáveis que os seus similares europeus. Em contraste, devemos na América um quadro diferente. Mesmo pessoas com treinamento sociológico e empenhadas na luta pelo progresso político-social de seus países, defendem o ponto de vista de que "nosso ideal continua sendo — como o foi para nossos heróis civis — a europeização das condições de nosso desenvolvimento coletivo" (Raul Orgaz, *Sociología Argentina*, pág. 122). Em que repousa essa lealdade para com os valores culturais europeus?

Já procuramos sugerir, acima, que é na própria educação dos descendentes dos antigos colonizadores, em razões práti-

cas e na continuidade cultural que existe entre os povos da América e da Europa. Mas há outra razão, de maior importância, que precisa ser tomada em conta. Na história cultural do gênero humano, a civilização ocidental ocupa uma posição singular. Sem escolhermos graduações valorativas, estamos em condições de afirmar que nenhuma outra civilização conseguiu expandir-se em tantas direções e de uma forma tão complexa. Doutrino lado, é única quanto ao relevo que confere à pessoa, como centro de gravitação da vida humana, seja nas impulsões individualistas de liberdade espiritual e social, seja nas aspirações coletivas de organização das fontes de segurança econômica, social e política. Apesar das limitações de sua análise histórica e do etnocentrismo germânico-cristão de sua fórmula, Hegel descobriu com genialidade esse fato, ao atribuir aos povos europeus a formação da consciência de que o homem enquanto homem é livre. Em síntese, as técnicas culturais e os valores sociais incorporados ao sistema civilizatório supranacional europeu oferecem, por si mesmos, uma justificação para aquela lealdade, que é afeita nos seus fundamentos, mas que não deixa de ser racional nos seus fins.

A transiência das técnicas e valores europeus encontra obstáculos sociais e culturais nos países americanos. Mas essas obstáculos não possuem força suficiente para obnubilarem a significação e a importância das soluções descobertas na Europa para a maioria dos problemas que afetam a existência em sociedade. Os móveis que inspiravam os grandes movimentos e processos históricos europeus — da revolução político-econômica burguesa à elaboração de uma concepção racional do mundo, com seus correlativos culturais: a explicação científica e secularização das atividades artísticas e filosóficas — estão presentes nas tentativas de europeização da América. Por isso, compreende-se melhor, nos países americanos, os conteúdos e os limites morais da civilização europeia. Essa civilização industrial e científica, talvez por causa mesmo do grau de racionalização e de secularização alcançado por suas manifestações de vida intelectual e prática, não é avessa à dimensão ética do humano. Muito ao contrário, debate-se em crises profundas e contínuas, cujo sentido não é outro senão o de que a moralidade se insere dentro dela, no terreno da ação — não no da especulação teórica, do dogma ou do mito. E, além disso, de uma ação que não se desenrola em um plano único — o religioso, por exemplo — mas que se desenvolve em todos os níveis de vida cultural e social. O aperfeiçoamento a que

dentro dela se aspira não é contemplativo, mas ativo. Exprime-se nos movimentos sociais — raramente na inquietação puramente individual — e quando é conquistado benefício, diretamente, ao maior número, refletindo-se na constituição da sociedade como um todo.

O segundo tema diz respeito à propalada situação de crise em que se encontram os países europeus. De vários modos, autores como Spengler, Jaspers, Ortega y Gasset e tantos outros, tentam demonstrar que esses países estão, quando menos, em vias de encerrar um ciclo civilizatório, caracterizável histórica e culturalmente. Ora, uma civilização em crise não seria uma civilização incapaz de solver os problemas humanos, que se agitam em seu seio? A questão, porém, não se nos apresenta dessa maneira. O exame das causas e dos efeitos do que se convencionou chamar de *crise da civilização ocidental* não caberia nos limites do presente trabalho. Gostaríamos de salientar, apenas, alguns tópicos, que permitem esclarecer como encaramos a posição da Europa nas atuais circunstâncias. Em parte, o diagnóstico pessimista de muitos intelectuais modernos se prende a alterações da ordem social vigente nos países europeus, as quais a maioria deles não conseguiu interpretar corretamente. É penosa a tarefa de acompanhar as indecisões e inseguranças de um espírito tão bem dotado, como o de Jaspers, por exemplo, nos meandros que ele próprio cria para se explicar processos histórico-sociais, que não possuem a natureza suposta nas interpretações que desenvolveu. Podemos, no entanto, deixar tais questões de lado, pois elas incidem em outro domínio: como os europeus vêm a Europa... Outros intérpretes, principalmente economistas e sociólogos, chegam a resultados comparáveis, por outros meios. Parece-lhes que a *Expansão do Mundo Ocidental* é um capítulo da história da Europa, encerrado quanto a alguns países ou em vias de liquidação quanto a outros. Isso não é inverídico, do ponto de vista geográfico. Doutro lado, também é verdadeiro que a hegemonia econômica e política tende a escapar, de forma crescente, aos países europeus. Mas reduz-se a isso a dinâmica interna de um sistema civilizatório?

Pensamos que não. Segundo supomos, a chamada expansão do mundo ocidental não é um mero episódio geográfico nem uma simples aventura colonial. O deslocamento de pessoas, de técnicas culturais e de valores sociais que ela pressupõe está ainda em pleno processo. E os efeitos desse processo não pos-

suem um termo estático definitivo. O que se pode dizer, com relativa segurança, é que ela alterou as fronteiras culturais da Europa e deu origem a focos novos de elaboração original da civilização ocidental. Muitas inovações e invenções, essenciais para a persistência e o enriquecimento dessa civilização, não surgem mais somente nos países europeus. Mas nos países que se formaram graças à expansão da Europa Ocidental, como os Estados Unidos, o Canadá ou a Austrália, e em países que passaram por intensa ocidentalização, como a Rússia, a China, o Japão, a Índia etc. Sob este aspecto, portanto, pode-se admitir perfeitamente, que a expansão do mundo ocidental, como um processo civilizatório, nem sempre encontra barreiras nos processos econômicos e políticos que estão modificando o sistema de acomodações coloniais e de relações internacionais, produzido pelo capitalismo comercial e industrial.

Além disso, é preciso considerar a questão de outro ângulo. Será que as alterações que se operaram nos ajustamentos coloniais e internacionais põem fim à atividade criadora original dos países europeus como núcleos civilizadores? Pouco são os elementos que permitem responder a essa pergunta no presente. Eles sugerem, ainda assim, que para os dinamismos inerentes ao tipo de civilização nascido dos impulsos industriais, da aplicação dos conhecimentos científicos e da universalização das garantias sociais, é essencial a concorrência entre vários centros de produção criadora de inovações culturais, capazes de exercer estímulos e influências civilizatórias definidos. Sob este prisma, a posição da Europa tende a se preservar, embora os sucessos econômicos e políticos restringam, naturalmente, sua esfera de ação. A hegemonia anterior repousava em condições que podem, agora, ser reconhecidas como anormais, com referência a esse tipo de civilização.

Por fim, dois fatores internos contribuem para manter a atividade e o ritmo dos dinamismos que asseguraram a expansão e a integração do sistema civilizatório europeu. De um lado, sabe-se que os efeitos da elaboração da concepção científica do mundo estão longe de ter atingido seus limites previsíveis. Eles progrediram muito nas esferas de relação do homem com as forças naturais e quase nada no que concerne à consciência racional e à capacidade de controle deliberado das forças psicossociais. As condições criadas pela transformação do sistema de acomodações coloniais e de relações internacionais são de molde a produzir novas necessidades prementes e a favorecer a

tendência à extensão das técnicas científicas de explicação e de controle a todas as situações em que isso for possível. De outro, como salienta Kroeber, a civilização européica é multinacional. Os pontos culminantes e as elevações mais altas das manifestações da civilização variam e se compensam de uma nação para outra, como se existisse "uma configuração polifônica para a civilização supenacional como um todo" (cf. *Configurations of Culture Growth*, pág. 841). Se essa caracterização for considerada legítima — como nós a supomos — a imagem corrente do declínio da civilização ocidental terá que sofrer várias retificações. Uma delas, talvez a mais importante, se refere às consequências de adversidades que afetam os países europeus em escala variável e somente em certos setores vitais, não todos. Parece que ambos os fatores fundamentam, em conjunto, a convicção de que a modificação das condições em que se manifestavam as influências civilizatórias da Europa é insuficiente para provocar a paralisação da atividade criadora, que vinha enriquecendo o sistema civilizatório europeu.

O terceiro tema compreende os aspectos mais recentes e insustentáveis da dinâmica cultural descrita. A Europa terá recursos e meios para se ajustar, construtiva e organicamente, ao novo mundo cultural, que nasceu de suas influências remotas ou recentes, mas que se afirma sobre a ruína de sua hegemonia econômica e política? A resposta a essa pergunta também não encontra base sólida. Os sucessos do passado demonstram que o sistema civilizatório europeu possui grande plasticidade e põe em movimento os mais complexos e sutis recursos da imaginação humana. O que agora se impõe é algo delicado. Trata-se de uma mudança de atitudes demasiado radical para os que sempre agiram e se consideraram como os representantes da civilização. Aceitar que as nações nascidas dos empreendimentos coloniais ou dos capitais e técnicas europeus são focos de elaboração original da mesma civilização que impera na Europa equivale a admitir o fim da influência civilizatória exclusiva, monolítica e unilateral dos países europeus. Contudo, isso parece estar ocorrendo. Os ingleses, especialmente, se revelam grandes mestres, nesse jogo de paciência e de jovialidade amadurecida, no intercâmbio com as *nações novas* ou com as velhas civilizações revitalizadas pelo Ocidente. As ciências humanas, por sua vez, estão contribuindo para facilitar esse processo de reajustamento. Mesmo em zonas nas quais a fricção ainda não se tornou aguda, surgem atitudes de compreensão

e de respeito, que antigamente se restringiam aos epígrafas do *Bom Selvagem*. Tome-se, como exemplo, a seguinte afirmação de Leenhardt, que tem por objeto nativos de Nova Caledônia: "Pois se ela [a sociedade *cannaca*] tem conservado tanto do seu passado em seus próprios progressos, é porque possui em si elementos muitos antigos, mas essenciais ao homem. Percebe-se entre eles um trabalho de aculturação para estabelecer um intercâmbio normal entre sua sociedade e a nossa; uma outra aculturação, em sentido inverso, é necessária de nossa parte, se nós quisermos entrar em contato com sua mentalidade, e descobrir em sua riqueza primeira os valores que nós acreditávamos prescritos" (*Gens de la Grande Terre*, pág. 8).

Essa *aculturação em sentido inverso* afigura-se-nos essencial para o destino da Europa e da civilização que ela representa, com seus novos rebentos. Somente ela poderá produzir a modificação de atitudes que permitirá o início de uma nova espécie de influência construtiva e moderadora das nações europeias. Entre os dois proselitismos gigantesco, que extremam o mundo moderno, o dos russos e o dos norte-americanos — inspirados, igualmente, em valores de origem européica, mas dotados de forças de expansão extra-européica — é necessário que se elevem fatores ativos de equilíbrio cultural e de preservação dos ideais ocidentais de liberdade e de respeito à pessoa humana, únicas fontes possíveis de justificação moral da democracia e do socialismo. Isso significa que, mesmo nas condições mais adversas, a sorte da civilização ocidental terá que se decidir na Europa: e que os países latino-americanos jamais poderão se desinteressar de suas antigas metrópoles e do papel que as nações europeias ocupam no tabuleiro da política mundial. Por outro lado, sucessos recentes da política continental americana, em particular o que acaba de acontecer com um regime legitimamente constituído na Guatemala, comprovam que será difícil a evolução política autônoma dos países latino-americanos, sem um concurso corajoso, compreensivo e estimulante dos países europeus.

De acordo com as opiniões sustentadas neste trabalho são amplas e profundas as ligações da América com a Europa. Delas resultam duas afirmações de ordem geral: 1.º) a América se projeta afetiva e espiritualmente na Europa por várias razões, de natureza étnica, cultural, econômica e política; 2.º) não são só as afinidades eleivas e o passado histórico que garantem essa projeção; há interesses, alguns regionais, outros uni-

versais, que nos levam a uma identificação estreita com o destino da Europa. Na realidade, é tão essencial para nós, quanto para os europeus, que as novas bases de estabilidade da civilização ocidental possam assegurar vias ainda mais profundas de aproveitamento da experiência histórica e dos recursos intelectuais das veneráveis nações europeias. Em suma, vemos a Europa à luz da necessidade e do esplendor da ação civilizadora, que fez dela o autêntico milagre dos tempos modernos.

RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE O BRASIL, O OCIDENTE E O ORIENTE (*)

CAPÍTULO VI

1 — *Introdução*

O projeto maior da UNESCO sobre as relações do Ocidente com o Oriente põe-nos diante do grande dilema histórico de nossa era. Até os fins da I Grande Guerra, o destino das civilizações dependia da habilidade das nações de criarem um sistema internacional de poder baseado, extensamente, em acomodações de interesses nacionais. As alterações produzidas no mundo moderno pela tecnologia científica, pelos progressos da democracia ou do socialismo, e pelos efeitos da II Grande Guerra no plano econômico, cultural e político alteraram, completamente, essa situação. Hoje, a acomodação precisa ser de grupos de nações, que representem diferentes sistemas civilizatórios, com modos distintos de organização da vida e de compreensão do mundo. Se esses grupos de nações não conseguirem desenvolver um sistema internacional de acomodações supra e transnacionais, a alternativa será a destruição, que poderá alcançar, desta vez, os próprios fundamentos da vida.

O Brasil tem algum interesse nesse projeto? O hábito de pensar os problemas de nossa era em termos das posições das "grandes potências" na estrutura internacional de poder alimenta uma resposta negativa. No entanto, os insucessos nos arranjos político-diplomáticos afetarão, inexoravelmente, todas as nações ou agrupamentos humanos, qualquer que seja a ordem de seu poder ou o alcance de suas influências. O Brasil

(*) Comunicação feita ao *Simpósio sobre o Intercâmbio entre o Brasil e o Oriente*, patrocinado pelo IBECC e UNESCO, no auditório da Universidade Mackenzie, em 24/6/1959.

não está menos interessado que os Estados Unidos, a Rússia, a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Itália, a China, a Jugoslávia etc., nos processos que poderão nos conduzir a situações que assegurem perspectivas de consolidação da paz.

Além disso, o Brasil pertence, por suas origens culturais, ao grupo de nações que representam a chamada "civilização ocidental". Isso significa pouca coisa na teia de conflitos e acmodações internacionais, já que foi desta civilização que brotaram os germes e as tendências da revolução que está abalando o mundo, através dos ideais humanitários, do socialismo e da tecnologia científica. Nações pertencentes ou vinculadas, civilizatoriamente, ao Ocidente, poderão compartilhar de interesses e de aspirações que parecem colidir com os propósitos conservadores das "grandes potências" ocidentais. Contudo, significam algo, quando se vêem as coisas do ângulo do processo pelo qual a civilização ocidental estendeu os marcos geográficos e humanos de suas fronteiras.

É certo que o Brasil está na periferia da civilização ocidental, se se encara sua posição dentro dela a partir de elementos da dinâmica cultural. O destino imediato dessa civilização ainda se decide nos núcleos humanos que a elaboraram, da Europa aos Estados Unidos. Não se pode, porém, afirmar que o mesmo ocorrerá no futuro — aparentemente mais próximo do que se imagina, dado o ritmo com que os homens estão modificando suas condições de existência. Em face disso, é legítimo incluir países como o Brasil no projeto maior da UNESCO. Procedendo-se assim, torna-se possível estender as indagações a áreas que não são cobertas pelos que se preocupam com o que se poderia chamar de *Ocidente "clássico"* — o Ocidente que formou o nosso estilo de pensamento e de ação, mas que não existe mais como tal senão na imaginação dos estadistas, dos escritores e do homem médio europeus.

Levando em conta essas peculiaridades, julgamos que seria conveniente dar um balanço na situação do Brasil como parte da civilização ocidental. Os obstáculos que dificultam as relações do Ocidente com o Oriente apresentam-se de outra forma nos países em que esta civilização ainda não atingiu pleno florescimento. Para compreender-se semelhante coisa, é preciso primeiro situar diferenças essenciais, que se ocultam atrás de similaridades aparentes. Depois de se entender bem esse fato, é que se pode cogitar, frutiferamente, das relações do Oriente com o Ocidente, tendo-se em vista as possibilidades de intercâmbio e os interesses culturais de um país como o Brasil.

2 — O Brasil e o Ocidente

No processo de "expansão da civilização ocidental" o Brasil ocupa uma posição cuja complexidade e importância só foram reconhecidas, até hoje, de modo parcial. Pondo-se de lado o que ele significa em termos da preservação e do enriquecimento do "legado português", quase nada se disse a respeito do processo global da reconstrução das próprias bases da civilização ocidental em condições ecológicas, geográficas, econômicas, culturais, políticas e sociais mais ou menos adversas aos estilos europeus de vida, com suas instituições, concepções do mundo e valores sociais.

A tendência a encarar a situação histórico-social brasileira através da contribuição portuguesa à transplantação da civilização ocidental para os trópicos encontra sério fundamento objetivo. Diga-se ou pense-se o que quiser dos portugueses como "colonizadores", o certo é que eles lançaram as bases e deram sentido a um processo civilizatório original. Malgrado o teor apologetico de suas interpretações, Gilberto Freyre tem razão ao salientar o imenso alcance da obra colonizadora dos portugueses no Brasil. Cabe-lhes, ao longo desse processo que ainda não alcançou o seu termo, a principal parcela do inegável triunfo conseguido pelo homem branco europeu na reconstrução do seu mundo material e moral em regiões aparentemente próprias a esse fim. Um fato tão marcante e imperioso não deve obscurecer, entretanto, outras facetas da "expansão ocidental" nas regiões brasileiras da América do Sul. Em vários pontos essenciais, esse processo transcende a influência lusitana, graças à interação do "mundo criado pelos portugueses" com outras correntes, visíveis ou imperceptíveis, do intercâmbio contínuo do Brasil com a Europa e com os Estados Unidos.

Em consequência, para compreendermos, globalmente, a integração do Brasil na civilização ocidental precisamos atentar para o curso, e a natureza da reconstrução dessa civilização nos trópicos. Neste processo, a influência portuguesa possui três significações distintas. Em primeiro lugar, ela não é mera transplantação de um "legado": o português merece ser encarado como *colonizador* porque representa um elo entre as civilizações aborígenes e a civilização trazida da Europa. Poucos investigadores deram-se conta desse fato, elevado ao primeiro plano com as descobertas de Sérgio Buarque de Holanda, amplamente confirmadas pelos dados de etnologia brasileira. Sob

vários aspectos, o português operou antes como um agente de fusão cultural, que como preservador irredutível de uma civilização transplantada. Em segundo lugar, por seu caráter protetor, ela deu unidade e um substrato sócio-cultural comum ao amplo processo de diferenciação social e cultural, que se operou no Brasil. É surpreendente que, através da heterogeneidade étnica e da descontinuidade geográfica, demográfica, econômica, social, política e cultural imperante na sociedade brasileira, exista todo um sistema nuclear de atitudes, instituições e valores sociais universais. Pois bem, este sistema nuclear não é um produto direto do "legado português", mas constitui a principal marca de sua presença e perenidade na "civilização brasileira". Ele se formou ao longo dos processos de aculturação, de assimilação e de miscigenação, que assumiram feições diversas nas diferentes regiões do Brasil da era colonial, tendo apenas em comum a predominância do elemento humano português. (Ou de seus descendentes) e da cultura de que se fazia portador. Em terceiro lugar, na medida em que faz parte do substrato profundo e geral dos modos de ser, de pensar e de agir das populações brasileiras mais diversas, ela opera como uma influência formativa interna de caráter permanente. Em termos de dinâmica cultural, este é um fato de enorme importância. Ele significa que todo o processo de reconstrução da civilização ocidental no Brasil passa pelo crivo indireto da influência lusitana, mesmo após os portugueses terem perdido a posição dominante, ocupada até a Independência, e o legado português deixar de impor-se como ponto de referência explícita de avaliações étnicas e culturais. Em suma, trata-se de uma influência que condicionou, persistentemente (ainda que de modo heterogêneo), o intercâmbio cultural do Brasil com outras nações europeias e a seleção das técnicas, conhecimentos, valores ou pessoas com que elas podiam concorrer, por sua vez, para o desenvolvimento da civilização ocidental no meio brasileiro.

A herança cultural que resultou da reconstrução da civilização europeia no Brasil, no período colonial, tinha feições nitidamente rurais. A especialização econômica, que decorria das possibilidades de exportação de produtos coloniais, a associação da grande lavoura ao trabalho escravo e o lugar tomado pela lavoura de subsistência nas regiões menos prosperas fizeram com que a distância cultural, então existente entre Portugal e os demais povos europeus contemporâneos, fosse muito maior na escala brasileira. Com justa razão, Caio Prado Jr. já chamou a atenção para esse fato, tendo em vista, especialmente,

as conseqüências da transplantação de instituições econômicas (como as inerentes à escravidão) superadas na evolução histórico-social da Europa. Tais conseqüências não podem ser consideradas como "anomalias" ou como "anacronismos", provocados pela "incapacidade colonizadora dos portugueses". Elas se impuseram através das oportunidades econômicas de exploração dos produtos coloniais e das improvisações inerentes à adaptação dos portugueses aos trópicos. De qualquer forma, elas só foram corrigidas lentamente, com certa intensidade a partir do momento em que várias instituições administrativas, políticas e econômicas europeias puderam ser inseridas no patrimônio cultural luso-brasileiro. Nas primeiras décadas do século XIX, esse processo também foi dominado pelos portugueses, que alargaram o âmbito de sua influência civilizatória às atividades vinculadas à organização da vida urbana nascente. Isso contribuiu para aumentar a continuidade entre o "campo" e a "cidade", pois as inovações satisfaziam a necessidades imperiosas de expansão do mundo rural brasileiro, sem fêr, fundamentalmente, suas tendências de conservantismo cultural.

A integração do Brasil na órbita da civilização ocidental moderna fez-se por três vias diferentes. Primeiro, através da absorção contínua de populações imigradas da Europa ou de áreas em processo mais ou menos irreversível de ocidentalização. Segundo, mediante o gradativo crescimento da teia de relações e de dependências da economia tropical brasileira com os centros de dominância da economia capitalista hegemônica. Terceiro, pelos influxos de padrões de comportamento, de modelos de organização institucional e de valores ideais, extraídos da experiência histórico-social dos povos mais adiantados da civilização ocidental, na evolução interna da sociedade brasileira. As três vias se interpenetraram e se completam. No entanto, a terceira e que tem sido a principal fonte de entrosamento do Brasil nos progressos da civilização ocidental. Como exprime as possibilidades efetivas de seleção e de redefinição das ofertas culturais externas pelos brasileiros, ela merece particular atenção. Parece óbvio, contudo, que essa via não conseguiu, até o presente: 1.º) nem produzir efeitos homogêneos universais na reconstrução da civilização ocidental no Brasil; 2.º) nem ajustar sequer o ritmo de mudança das áreas mais desenvolvidas da sociedade brasileira ao ritmo externo de evolução da civilização ocidental. Em conseqüência, a distância cultural existente entre o Brasil e os centros de produção original da civilização ocidental diminuiu de modo considerável, pelo menos em al-

guas regiões do país. Mas isso não impede que o "atraso" decorrente seja da ordem mínima de um quarto a meio século, em relação aos centros urbanos melhor sucedidos na reconstrução dos modos e concepções ocidentais de vida.

As correntes humanas vinculadas à imigração atuaram como fatores de ampliação e de aprofundamento da rede de influências diretas e ativas da moderna civilização ocidental no Brasil. Os imigrantes alemães e italianos, especialmente, transplantaram consigo novas técnicas econômicas e sociais, que lograram amplo sucesso no meio brasileiro. Doutra lado, imigrantes não-europeus, como acontece com os japoneses em face do cooperativismo ou da exploração racional da agricultura, conseguiram evidenciar a conveniência de substituir, rapidamente, hábitos ou procedimentos arraigados por inovações de origem ocidental. Por sua vez, a integração do Brasil ao sistema econômico mundial na qualidade de "país livre", como exportador de produtos tropicais e importador de bens de consumo, de capitais e de técnicas, engendrou um processo quase invisível de articulação profunda com os países dominantes da civilização ocidental. Desde a abolição do estatuto colonial, esse processo, que só se intensificou posteriormente, deu margem a transformações deveras importantes no cenário nacional, as quais envolviam a circulação de pessoas tanto quanto a de coisas ou de bens entre o Brasil e outras nações ocidentais. O principal produto desse processo está na imensa rede de instituições econômicas e político-administrativas, que se agregou ao antigo sistema econômico-administrativo luso-brasileiro. Por fim, a evolução interna da sociedade brasileira vem-se operando como um capítulo da "expansão da civilização ocidental" nos trópicos. Ela sempre foi guiada ou inspirada por concepções e valores procedentes da civilização ocidental, malgrado algumas vezes eles possam ser considerados "arcaicos" ou "anacrônicos" do ângulo europeu ou norte-americano.

Limitando a caracterização ao essencial, são os seguintes os traços da dinâmica da civilização ocidental do Brasil: 1.º) a seleção de modelos ideais de comportamento, de nível de vida, de organização das instituições, de aspirações intelectuais ou morais e de reforma social de países como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália etc.; 2.º) a realização quase sempre parcial, incompleta ou deformada desses modelos, em virtude das bases econômicas, sociais ou

culturais de vida não oferecerem, no meio brasileiro, as principais condições requeridas pelo pleno desenvolvimento normal daqueles modelos: 3.º) a desintegração gradual mas inexorável da herança civilizatória luso-brasileira, contra a qual se dirigem as inovações que alargam e aprofundam a participação do Brasil na moderna civilização ocidental; 4.º) a persistência de um padrão reflexo e instável de progresso social, substancialmente fundado nas oportunidades internas de transferir para o meio brasileiro elementos ainda inexplorados ou invenções recentes do equipamento civilizatório do ocidente; 5.º) a formação de identificações compensatórias, que projetam e integram as atividades intelectuais conscientes no horizonte cultural e no fluxo da existência dos países plenamente desenvolvidos da civilização ocidental, com prejuízos para a percepção realista das exigências do ambiente imediato, mas com vantagens para a propagação e o fortalecimento de impulsões sócio-culturais inovadoras. Em conjunto, a expansão da civilização ocidental no Brasil apresenta um caráter orgânico, que não possui nos países em mero processo de ocidentalização. As descontinuidades e o ritmo lento, que marcam sua trajetória no tempo, são devidos às condições desfavoráveis em que se processa a reconstrução dos modos ocidentais de existência numa sociedade tropical subdesenvolvida.

Sob esse aspecto, torna-se patente que o Brasil está longe de poder alcançar, no presente ou no futuro próximo, qualquer espécie de sincronia com os países que formam o núcleo de renovação original da civilização ocidental. As duas grandes revoluções, por que passou a sociedade brasileira, mal conseguiram reduzir a distância cultural existente entre a sociedade brasileira e esses países. A primeira desenvolveu-se ao largo do século XIX, caracterizando-se pela luta contra as tendências ultraconservadoras da herança cultural luso-brasileira e do regime escravocrata e senhorial. A segunda teve origem em movimentos político-sociais que só se definiram claramente por volta de 1930, encontrando-se ainda em pleno processo. A ela conjugam-se a formação de condições por assim dizer mínimas à alteração da posição do Brasil no seio das nações que compartilham da civilização ocidental. Tanto no plano econômico e tecnológico, quanto no social e político estão surgindo condições mais favoráveis à implantação de concepções secularizadas e racionais de vida. No entanto, os efeitos mais amplos desse processo pertencem ao futuro. Parece certo que o Brasil se deslocará da periferia para o

núcleo das nações ligadas a um destino comum pela civilização ocidental, passando a ter funções construtivas na marcha de sua evolução interna (fenômeno paralelo ao que ocorreu nas relações dos Estados Unidos com a Europa). Também é previsível que, como vem acontecendo nos Estados Unidos, tal processo redunde em enriquecimento da própria civilização ocidental, com o desenvolvimento de potencialidades dela que foram sufocadas na Europa pela força das tradições, de hábitos arraigados ou de interesses profundamente mesclados ao funcionamento das instituições. Em termos de espaço sócio-cultural, o Brasil ainda figura, porém, entre as "áreas atrasadas" do mundo ocidental propriamente dito.

Esta é a realidade que se deve ter em mente, na apreciação das relações entre o "Oriente" e o "Ocidente". O Brasil poderá desempenhar algum papel nessas relações. O que não se pode pensar é que isso venha a suceder segundo os motivos, os valores e os interesses que orientam tais relações nas nações dominantes da civilização ocidental. Dois exemplos simples esclarecerão, o assunto. O europeu rico poderá permitir-se uma viagem de recreio pela Índia, com o intuito de conhecer o exótico e de alargar seu campo de experiências. Uma nação européia poderá defender certa política, baseada na preservação de sua rede de influências nos países árabes, na Índia, no Japão etc. O brasileiro rico pensaria em viajar pela Europa ou pelos Estados Unidos, antes mesmo de conhecer o Brasil ou os países do Oriente. Em sua política, por sua vez, o Brasil estaria mais propenso a defender compromissos capazes de assegurar continuidade a seus mercados externos, especialmente do café; dificilmente poderia aventurar-se a iniciativas que ameaçassem absoverer riquezas que são indispensáveis à sua expansão interna. Esse contraste é esclarecedor. O Oriente ainda possui limitado interesse para o homem médio culto brasileiro. Doutro lado, em suas relações com o Ocidente, as nações do Oriente⁽¹⁾ são *concorrentes* privilegiadas do Brasil. Não só faltam as bases econômicas necessárias ao fomento de outras espécies de intercâmbio, como existe toda uma rede de antagonismos operativos ou potenciais, cuja superação se torna difícil nas atuais circunstâncias.

(1) Excluindo-se a Rússia, de acordo com a enumeração de nações constante do projeto maior sobre as *Relações do Ocidente com o Oriente* da UNESCO.

Portanto, os obstáculos sócio-culturais, enumerados pelos técnicos da UNESCO⁽²⁾, que prejudicam o intercâmbio entre o Oriente e o Ocidente, aparecem agravados, quando se encaram essas relações em termos dos países que estão na periferia da civilização ocidental. Podia-se supor o contrário, pois há algo em comum entre esses países e as nações orientais: a luta contra o subdesenvolvimento e os seus efeitos, nos diferentes planos da vida humana. Todavia, os problemas e esforços comuns não se elevaram com nitidez ao campo de consciência social e não encontraram condições propícias para se converterem em fatores de solidariedade supranacional. O nacionalismo, que tem sido uma fonte propulsora na luta contra o colonialismo e o subdesenvolvimento, vem concorrendo para alimentar tendências extremamente egoístas e exclusivistas, mesmo em nações ideologicamente vinculadas ao socialismo, como Israel, a Índia ou a China. Daí surgirem obstáculos prejudiciais à compreensão mútua, à maior aproximação e à colaboração construtivas, justamente entre nações que deveriam conjugar as suas forças para atingirem, mais depressa, os objetivos comuns. Ainda não apreenderam a linguagem da solidariedade, apesar de serem campeãs convicidas de grandes ideais humanitários.

3 — O intercâmbio cultural do Brasil com o Oriente

Um observador pessimista atribuiria pouca importância a projetos de intensificação do intercâmbio cultural do Brasil com os países do Oriente. Problemas muito mais sérios, diria, ameaçam a segurança e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade brasileira. Diante deles, as questões pertinentes às relações do Brasil com aqueles países poderiam ser qualificadas de "ninharias". No entanto, avaliações desta espécie são

(2) Conforme, especialmente: *Projet majeur 4A: Appréhension Mutuelle des Valeurs Culturelles de l'Orient et de l'Occident. Plan de Travail pour 1957-1958 e Suggestions à l'Intention des Etats Membres Concernant les Programmes qui pourraient Mis en Oeuvre dans le Cadre National* (Documento CI/L/1222, anexos I e II UNESCO); *Rapport du Comité Consultatif du Projet Majeur Relatif à l'Appréhension Mutuelle des Valeurs Culturelles de l'Orient et de l'Occident (deuxième session)*, (Documento 50 EX/9, UNESCO); os números de *Orient-Occident*, UNESCO, devotados a difundir dados sobre o desenvolvimento desse projeto maior; e as publicações mencionadas e comentadas neste periódico.

pouco realistas e nada instrutivas. Elas alimentam, no fundo, tendências conservantistas de isolamento cultural, as quais têm sido funestas para os países subdesenvolvidos, independentemente de seus contingentes demográficos e da ordem de suas influências no âmbito internacional. É visível que essas tendências concorrem para manter e aprofundar, de modo indireto, o estado de fracionamento desses países, com os variados proveitos que dele tiram as grandes potências mundiais.

Na verdade, são fortes e até vitais os motivos que associam os destinos do Brasil com os demais países subdesenvolvidos. Esses motivos podem ser situados em três planos distintos. Em primeiro plano, é preciso considerar o que fica por trás das polarizações unilaterais pró-ocidente, de países que estão nas condições do Brasil. A tendência a procurar na Europa ou nos Estados Unidos a satisfação de extenso conjunto de centros de interesses e de valores alimenta um processo de alienação intelectual e moral de imensas proporções. Ao contrário do que se supõe comumente, o fato crucial não está, aqui, na procedência externa das categorias de pensamento e dos modos de agir, mas na maneira de interligá-los, que toma como ponto de referência permanente os núcleos civilizatórios estrangeiros, em que eles forem produzidos. Daí resulta um *estado de dependência fundamental*. Mesmo na crítica de uma instituição como a "escravidão" ou na justificação de um regime como a "democracia", o que sempre contou, primordialmente, nas fundamentações ideológicas de comportamentos manifestos, foi o que se poderá pensar do Brasil "no estrangeiro" (isto é, no âmbito da civilização ocidental). Com isso, o processo de desenvolvimento interno se entrossa com valorizações e disposições subjetivas que concorrem, diretamente, para perpetuar e fortalecer a condição heteronômica da sociedade brasileira. As mudanças internas, reconhecidas como "urgentes" e "necessárias" pelas camadas cultas e dominantes, são ao mesmo tempo as mudanças suscetíveis de encontrar aprovação e enclônios por parte das camadas cultas e dominantes das grandes nações ocidentais.

A intensificação das relações com países que estavam ou ainda estão em situação análoga ao Brasil possui significação evidente, a esse respeito. Ela poderá contribuir, como vem acontecendo para facilitar e aprofundar tanto a percepção, quanto a explicação dos fatores da heteronomia econômica, política e social dos países subdesenvolvidos. Aqui não está

em jogo, apenas, a idéia de que os demais países subdesenvolvidos oferecem ao Brasil uma imagem de suas condições de dependência, diante das nações plenamente desenvolvidas do Ocidente. Várias nações do Oriente possuem civilizações próprias, tão ricas e complexas quanto a civilização ocidental. Apesar disso, elas se encontram na mesma condição heteronômica que o Brasil e outras nações, que se localizam na periferia da civilização ocidental. Essa é uma evidência, claramente perceptível e inteligível, de que a condição heteronômica não é mero produto da falta de "originalidade" cultural. Ela indica, positivamente, que a condição heteronômica de várias nações constitui uma expressão de natureza histórica e portanto modificável, de sua posição no intercâmbio econômico, político e cultural com as nações dominantes na estrutura internacional de poder. Em suma, a intensificação dos contatos com o Oriente possui uma significação especial para países como o Brasil. Tal desenvolvimento poderá converter-se em foco de reificação de influências alienadoras e de formação de concepções morais autônomas.

Em segundo plano, é preciso considerar que vários países do Oriente enfrentam problemas econômicos, políticos e sociais comparáveis aos de outras *nações subdesenvolvidas*. As experiências realizadas nesses países são, naturalmente, de excepcional interesse para o Brasil. Elas alargam os nossos conhecimentos a respeito das relações entre meios e fins em planos racionais de correção das condições e dos efeitos do subdesenvolvimento. Embora existam obstáculos à utilização de certas técnicas sociais, exploradas com este fim em países como a Índia, Israel, a China ou o Egito, é claro que os especialistas e os homens de ação brasileiros precisam devotar atenção crescente às tentativas de mudança social provocada, atualmente em curso nessas regiões. Há motivos egotísticos e políticos, para isso, pois às vezes as mudanças em questão afetam a posição do Brasil na economia mundial. As razões mais fortes, porém, estão no que as referidas mudanças significam, como modelos e sugestões: nenhum país, que se defronte com o subdesenvolvimento, pode substituir os aspectos positivos e negativos de exemplos notáveis. Aqui, é possível extrair da prática lições altamente fecundas, mais animadoras e emulativas que os ensinamentos recebidos das influências européias ou norte-americanas.

Em terceiro lugar, é preciso considerar os interesses substanciais comuns das nações subdesenvolvidas, os quais trans-

endem as limitações associadas à sua situação geográfica ou à sua diversidade sócio-cultural. Todas as nações subdesenvolvidas enfrentam os mesmos dilemas e a solução deles poderia ser conquistada com maior eficácia, rapidez e segurança se elas se unissem na defesa dos interesses comuns. Semelhante realização é prejudicada pela falta de uma consciência dos problemas comuns e da importância da colaboração supranacional dos países subdesenvolvidos. Além disso, não existem mecanismos trans ou supranacionais suscetíveis de converter interesses comuns em fonte de ação coordenada e de solidariedade entre certas categorias de nações. A antiga diplomacia e instituições como a ONU ou a UNESCO apenas oferecem meios para dar início a um empreendimento de tal envergadura. Os planos de intercâmbio são de alcance tão grande e complexo que exigiriam organismos especiais, com possibilidade de produzirem efeitos inovadores em todos os níveis possíveis da vida humana, da esfera econômica e demográfica à esfera intelectual e moral.

Em outras palavras, parece que as chamadas nações subdesenvolvidas deviam unir-se, com o objetivo de conjugar seus esforços na luta pelo progresso econômico, político e social. É previsível que essa união teria escassa significação financeira. Contudo, vários problemas sociais dessas nações — no plano demográfico, de higiene social, educacional e de fomento agrícola — se associam, primariamente, à má utilização de recursos materiais, técnicos e humanos. A cooperação seria útil, pois permitiria uma troca ampla e contínua de conhecimentos, de técnicas sociais e de experiências com economia de tempo e de dinheiro. Além disso, abriria perspectivas para a formação de uma política de desenvolvimento supranacional, cuja necessidade se faz sentir de modo premente. Tal política representa o único caminho viável para eliminar barreiras, incompreensões e conflitos potenciais nas relações das nações subdesenvolvidas. E teria a utilidade de colocar em novas bases a questão crucial, relativa ao financiamento dos programas econômicos, educacionais e higiênicos daquelas nações. Por falta de uma política comum, as nações subdesenvolvidas arrostam graves riscos políticos e financeiros, para obter “ajuda” das grandes potências internacionais. Embora riscos dessa espécie não sejam elimináveis de um momento para o outro, eles poderiam ser restringidos e compensados, mediante colaboração inteligente bem orientada.

Como se vê, existem questões vitais, atrás do intercâmbio do Brasil com os países do Oriente. Além do *exótico* e do *puramente humano*, que alargam as fronteiras e o sentido dos contatos entre os povos, há interesses mais profundos, que associam, invisivelmente, o futuro do Brasil ao destino daqueles povos. As medidas tradicionais de intercâmbio são, naturalmente, recomendáveis. Elas auxiliam a criar maior tolerância mútua e maior compreensão recíproca. Todavia, é preciso entender que estamos assistindo ao nascimento de um mundo verdadeiramente novo, no qual o respeito pela pessoa e pelas coletividades humanas se evidencia a partir das práticas quotidianas. A “revolução social”, por que estão passando as nações subdesenvolvidas, alimenta esse objetivo amplo, de converter em realidade os mais altos ideais humanitários e igualitários, difundidos pela civilização ocidental. Para ajustar-se umas às outras, no plano internacional, elas tendem a valorizar meios de ação que vêm animados dos mesmos propósitos que caracterizam as transformações internas que estão sofrendo. Daí a conveniência de pensar em medidas originais, que nasçam da livre deliberação e do entendimento mútuo dessas nações sobre os caminhos a seguir na disciplinação e no estreitamento de suas relações.

4 — Conclusões

O intercâmbio do Ocidente com o Oriente pode ser visto de diferentes maneiras. Da perspectiva latino-americana, em que ele se coloca para o Brasil, trata-se de intercâmbio entre nações que enfrentam necessidades e problemas comuns, na luta pelo desenvolvimento econômico e pelo progresso social.

Essa situação engendra, naturalmente, interesses comuns de alcance primordial. Em sua essência, tais interesses comuns podem ser definidos por uma fórmula geral: *nem dependência colonial, nem nacionalismo cego*. O intercâmbio das nações, que lutam contra o subdesenvolvimento, precisa corresponder a valores sociais que proscurem as antigas formas de alienação nas relações internacionais. Ao mesmo tempo, deve organizar e permitir a influência construtiva de umas nações sobre as outras.

Vendo-se as coisas dessa maneira, a escolha de meios para intensificar o intercâmbio do Brasil com os países do Oriente apresenta duas facetas práticas distintas. Primeiro, há o as-

pecto geral, que diz respeito à própria orientação da política econômica, social e cultural dos países subdesenvolvidos. Neste plano, seria conveniente promover reuniões regulares dos representantes das nações interessadas com o fito de selecionar os meios mais eficazes de aproximação consciente dessas nações. Segundo, é preciso ter em conta a teia atual de contatos e de intercâmbio do Brasil com certos países do Oriente. Graças as migrações e a interesses econômicos, políticos ou culturais, algumas nações do Oriente já mantêm estreitas relações com nosso país. Neste plano, seria preciso estudar a natureza dos contatos estabelecidos e descobrir os meios para torná-los mais extensos, contínuos e profundos. Os resultados a que chegaram os especialistas brasileiros que colaboraram neste projeto, dão ênfase especial a esses meios, de exploração variável e de efeitos práticos previsíveis.

PARTE II

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO

CAPÍTULO VII

CARACTERES RURAIS E URBANOS NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SÃO PAULO (*)

O presente trabalho foi escrito sob a preocupação de oferecer uma ilustração empírica e um quadro de referência conceptual aplicáveis ao crescimento de uma *cidade grande* brasileira. A escolha da cidade de São Paulo, como objeto da mesma, não resulta de nenhuma consideração relevante, de ordem empírica ou teórica. Como cidade grande, ela deve possuir pontos de contato com outras aglomerações urbanas brasileiras, com tendências metropolitanas. Contudo, faltam-nos materiais que nos permitissem assinalar quais são esses pontos de contato e sua significação sociológica. Doutrou lado, a cidade de São Paulo não foi mais estudada, sociologicamente, que outras congêneres brasileiras. Como temos feito algumas investigações sobre as origens dessa cidade e sobre certos aspectos de sua evolução estrutural, parecemos conveniente escolhê-la, de preferência a outras cidades grandes, que tiveram um crescimento urbano menos tumultuoso. Por fim, cumprimos lamentar que a extensão do trabalho nos obrigue a permanecer no terreno dos esboços e das sugestões. Preferíamos realizar uma análise minuciosa dos dados empíricos e dos problemas teóricos por eles suscitados, mas isso seria impraticável, nos limites que nos impusemos.

(*) Comunicação redigida para o XXXI Congresso Internacional de Americanistas (Simpósio sobre comunidades humanas no Brasil, organizado pelo autor), realizado em São Paulo de 23 a 28 de agosto de 1954; publicado em *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, Editora Anhembi, São Paulo, 1955 (págs. 383-407).

O que era São Paulo no século XVII? Fundada como povoação, em 1554, elevada a vila, em 1561, contava com uma população acanhada, dispersa em 150 fogos, aproximadamente, comportando entre 1 500 e 2 000 indivíduos, brancos, índios, negros e mestiços, como conjecturam os historiadores. Nos documentos oficiais e nas cartas dos jesuítas, essa aglomeração vem descrita como "vila". O termo parece-nos sociologicamente adequado, mas a realidade por ele descrita não corresponde ao que, na mesma época, os europeus descreviam como *vila* no sentido ocidental. A atividade econômica dominante nos permite caracterizar a povoação como campesina. A forma de distribuição, de ocupação e de exploração das terras, porém, se afasta completamente do sistema europeu — o que se reflete na organização da vida associativa dos moradores, de suas famílias e de seus dependentes, livres ou escravos.

As diferenças mais significativas dizem respeito: 1) à disponibilidade de terras e ao acesso à posse delas por doação, com ou sem foro, feita por um donatário, por seu representante ou, depois de certo tempo, pelo Conselho da Câmara, nos limites do rocio da vila; 2) ao emprego do escravo como agente de trabalho, tanto na agricultura e na criação, quanto nos serviços domésticos e de transporte; 3) à substituição de técnicas agrícolas europeias, seja por imposição do novo gênero de cultura extensiva ou de pastoreação, seja como consequência do intercâmbio cultural obrigatório com as populações nativas, que forneciam o grosso da mão-de-obra escrava; 4) às distâncias consideráveis, em um meio de difícil locomoção, que separavam os *campos da vila* e tornavam perigosa ou impraticável a rotina do camponês europeu; 5) à insegurança inerente à forma de expropriação colonial da terra: até os princípios do século XVIII, os moradores sempre estiveram sujeitos a sobressaltos e algumas vezes sofreram ataques violentos dos indígenas. Essas diferenças exprimem a operação de novos fatores, que intervinham de modo variável nas condições de existência social dos europeus, mas produziram os mesmos efeitos: a modificação de hábitos e ideais de vida grupal, transplantados de Portugal ou da Espanha. O que se evidencia, com a maior nitidez, é a dificuldade de manter o padrão europeu de vida campesina. Logo surge, com vigor insuperável, a tendência a fixar a moradia nas propriedades

rurais. As medidas tomadas contra essa tendência, por inspi-rações religiosas ou práticas, se mostraram inócuas e os primeiros membros do Conselho da Câmara eram os primeiros a desrespeitá-las. Assim, formou-se uma *vila* que não era mais um prolongamento natural do campo. O núcleo original e ativo da vida social se transferia para o seio das propriedades rurais, inserindo-se particularmente no interior das famílias grandes. Parece que o padrão de guerra nativo, no qual prevaleciam as incursões pouco volumosas e destrutivas, acrescido pela facilidade de arremessar grandes massas de escravos indígenas e de mamelucos ou de organizá-los para a defesa eventual das propriedades rurais, com as vantagens asseguradas pelas técnicas guerreiras europeias, favoreceram esse processo de adaptação, imposto pelas condições locais.

A vila se transformara, portanto, em um apêndice do campo. Embora a maior parte dos lavradores possuísse duas residências, uma no campo e outra dentro dos muros, a vida própria da vila se reduzia em volume e intensidade, sendo quase nula sua influência econômica. O pequeno comércio que nela existia, alimentado pelas atividades de uma dezena de artesãos (dois carpinteiros, dois alfaiates, dois tecelões, um ferreiro, um sapateiro, um oleiro) e pelos serviços tão irregulares quanto pouco lucrativos dos fornecedores de pão e de carne ou dos empreiteiros, repousava no pequeno poder aquisitivo dos lavradores. A rigor, toda a família grande dispunha de fontes próprias de subsistência e os produtos adquiridos na vila tinham que ser pagos com o excedente da economia doméstica. A escassez de moeda, a prática extensa do escambo e a inexistência de meios autônomos de formação de capital subordinavam completamente, dentro dos limites de uma economia artesanal pouco diferenciada e com um mercado restrito, a vida econômica da vila à economia das propriedades rurais.

Três forças mantinham o fluxo e o refluxo da vida social do campo para a vila e vice-versa. Uma, eram as crenças religiosas. As ordenações estipulavam três procissões anuais (de *Corpus Christi*, da Visitação de Nossa Senhora e do Anjo da Guarda), que deviam ser observadas compulsoriamente. A elas se ajuntavam outras duas procissões, de santos de preferência popular e como que patronos da Câmara de São Paulo (a de Santa Isabel e a de São Sebastião). Nessas ocasiões, os moradores se transferiam para a vila, com suas famílias, dependentes e parte da escravaria. Os que deixassem de

fazê-lo estavam sujeitos à desaprovção popular e a penas pecuniárias, estipuladas pelo Conselho da Câmara, das quais só se poderiam livrar com justificações muito sérias. A segunda vinculava-se à administração e à política. A Câmara tomava medidas que interessavam a todos os moradores. Os *homens bons*, quando membros do Conselho da Câmara, precisavam comparecer às reuniões ordinárias — com frequência, irregularmente; e, independentemente disso, toda vez que as deliberações afetavam questões de interesse coletivo ou se fazia mister conhecer a opinião da maioria (em casos tais como: criação de uma igreja matriz; concessão de licença para o vigário ausentar-se longamente da vila; opposição a ordens emanadas do capião-mor, sobre a administração dos índios ou o fornecimento de carnes e farinha para a esquadra, consideradas lesivas pelos moradores; organização de entradas de captura de índios etc.). A responsabilidade dos moradores pelas obras e serviços públicos, pela construção e manutenção dos caminhos, pela ereção e conservação dos muros etc., servia como incentivo suficiente para que se dessem ao "incômodo" de acorrerem à vila e tomassem parte direta nos acontecimentos. Doutra lado, seria difícil a solução de assuntos graves, que envolvessem desde a contribuição pecuniária de cada um (como nos casos em que precisavam estabelecer os níveis das finanças), até a segurança coletiva de todos (como nos casos em que precisavam deliberar sobre as medidas a serem tomadas contra os levantes dos índios), sem que os membros do Conselho da Câmara auscultassem *tudo o "povo"*. Por fim, a insegurança comum, em um meio geográfico estranho e ocupado por populações hostis, atuava como uma força de solidariedade moral, ao mesmo tempo que compelia os moradores, por motivos de ordem bélica, a manterem a casa na vila e a zelarem pelo sistema defensivo que esta possuía. Não se sabe quando o padrão das duas habitações foi instituído. Nem quando foi abandonado definitivamente. Contudo, parece que, originalmente, a primeira habitação a ser construída fora a da vila, por causa dos ataques dos índios. Mais tarde, com o crescente domínio dos brancos sobre as populações nativas circunvizinhas, é que iria surgir a tendência à construção das duas moradias e à fixação da residência no campo. Chegou-se, inclusive, a só se construir casa na propriedade rural, como o atesta o caso de um lavrador que, em 1592, solicitou ao Conselho da Câmara "cinco braças craveiras com o quintal necessário, por

ser mihi necessário recolherem-se os moradores à vila por respeito de se estar em guerra".

Como se vê, as forças sociais que compellem coletivamente os moradores à vida associativa na vila: a) operavam irregularmente, embora com constância e continuidade; b) intensificavam os laços de solidariedade moral e a consciência de participação das tradições ou dos interesses comuns, ainda que de forma intermitente ou nas ocasiões em que se tornava obrigatória a coexistência de todos na vila, durante certo tempo; c) por sua própria natureza, não podiam nem neutralizar nem compensar a atividade das forças centrífugas, que arrastavam os moradores para o campo — para o centro de suas propriedades rurais ou, já nos fins do século XVI, para o sertão, através das bandeiras de apresamento; d) não existiam limites culturais definidos entre a vila e o campo; este penetrava naquela, dominando-a economicamente ou comunicando-lhe a mentalidade campesina, com o estilo de vida rural correspondente. Homens, plantas e animais coexistiam tanto dentro, quando fora da vila, como o demonstram as atas da Câmara. Os muros não separavam dois gêneros de vida, opostos ou diferentes. Ao contrário, uniam de modo mais forte os homens que defendiam a mesma concepção do mundo.

Fixemos esse mundo social num dos períodos de afluxo dos moradores à vila. Ele reproduz de tal modo a sociedade campesina do país colonizador, que um cronista sutil, como o Padre Fernão Gardim — que permaneceu na vila durante um período de efervescência religiosa e de aglomeração dos moradores — condensou suas observações e sentimentos na fórmula: "Enfim, esta terra parece um novo Portugal". Por inverossímil que pareça, em nenhuma outra região do Brasil colonial, as circunstâncias favoreceram tanto as tendências ao conservantismo cultural na transplantação de usos, técnicas, artefatos e valores sociais. O isolamento extremo da vila, de acesso muito difícil e perigoso na época, a economia de subsistência dominante, que demonstrou a ser substituída por produtos coloniais rendáveis, e a plena eficácia das tradições, em todos os níveis da vida social (nas práticas religiosas, na regulamentação das situações de interesse público, na observância das técnicas consagradas pelo costume, nas relações dos artesãos com os clientes, no tratamento recíproco e em qual-quer espécie de convívio social), contribuíam para perpetuar,

em outro ambiente geográfico e em condições diferentes de existência, fragmentos inteiros da estrutura rural ibérica.

Ainda aqui, porém, contrastam os dois mundos rurais. Certas distinções continuavam a separar os brancos, de acordo com a *condição* e a *qualidade* inerente ao estado social de cada um. Os que "logravam nobreza" constituíam a esfera dos "homens bons", que exerciam a dominação senhorial tanto sob a forma tradicional, quanto administrativa e política; os "oficiais mecânicos", os arrematadores do verde, os fornecedores de pão e os mercadores itinerantes, contavam na pequena plebe, dos vilões por excelência. Não obstante, o acesso à propriedade territorial por doação; a necessidade de manter os artesãos na vila, mesmo quando cometessem crimes puníveis legalmente com o degredo; os perigos enfrentados em comum nas "guerras" contra o *gentio*; a penúria relativa de todos — solapavam tais distinções e muitas vezes nivelavam os "nobres" e "republicanos" aos "mecânicos". Alguns documentos demonstram que homens brancos, destituídos de nobreza, e mesmo mamelucos e bastardos, chegavam a desfrutar regalias e direitos sociais equiparados aos dos "nobres", quando reuniam três condições fundamentais: a de ser casado, a de definir-se como senhor de sua casa e a de possuir bens. Essas condições realizavam-se com freqüência, pela inserção desses indivíduos, por uma razão ou por outra, no núcleo legal das famílias senhoriais. Todavia, a escravidão é que representava a maior fonte de contrastes e de diferenças em face do mundo rural ibérico. A ascensão do branco, algumas vezes sem o enriquecimento e com freqüência sem fundamentos nobiliários, prendia-se à escravização dos índios e dos seus descendentes mestiços. A distinção entre o *escravo* e o *forro*, com referência a "mamelucos", "bastardos mulatos, carifós ou pretos", ao "gentio da terra" possuía pequena significação do ponto de vista da posição social e da atribuição de direitos e deveres.

Em consequência, apesar da base demográfica limitada, do isolamento, da estrutura sagrada e tradicional, da economia predominantemente natural, a vila de São Paulo apresentava-se originariamente como uma sociedade dotada de um complexo sistema de posições sociais. Os lavradores procuravam classificar-se como uma espécie de nobreza agrária. Distinções estamentais, com fundamento nobiliário, sacerdotal, burocrático ou artesanal, dividiam ou subdividiam as várias categorias sociais, em que se classificavam os homens brancos. E, final-

mente, à escravidão associava-se a emergência de outro sistema social paralelo, de castas, mais ou menos rígido. A alteração de *status*, com a passagem da condição de *escravo* para a de *forro*, não era por si mesma significativa. Além disso, a forma de aproveitamento da mão-de-obra nativa não conduziu a nenhum tipo de especialização com fundamento étnico ou racial. Por isso, quando desaparecem as condições que obrigavam o branco a explorar a mão-de-obra nativa, o próprio elemento nativo é suprimido da economia rural. Uma situação que é o inverso do que Redfield supõe ser característico da América Latina, com a transformação regular do nativo em camponês.

2 — São Paulo no presente

O que é São Paulo atualmente? Segundo os resultados do recenseamento de 1950 a população do município, incluindo todos os distritos, abrange 2 198 096, dos quais 1 085 965 do sexo masculino e 1 112 131 do sexo feminino. (1). Excluindo-se os demais distritos (São Miguel Paulista, Itaquera, Guianases, Parelheiros, Perus e Jaraguá), é a seguinte a distribuição da população na cidade quanto ao domicílio:

Situação do domicílio	Homens	Mulheres	Total
Área urbana	791 483	831 290	1 622 773
Área suburbana	199 718	194 534	394 252
Área rural	53 995	49 129	103 124
Total	1 045 196	1 074 953	2 120 149

Vejamos, ainda, a distribuição da população de todo o município, com referência à cor da pele e à ocupação:

(1) Segundo os resultados do censo de 1970, a população do município, incluindo todos os distritos, abrange 5 924.615, dos quais 2 909.645 do sexo masculino e 3 014.970 do sexo feminino.

Branços	1 929 410
Negros	169 564
Pardos	55 342
Amarelos	41 457
Sem declaração	2 323
	<hr/>
	2 198 096

Ramos de Atividade da pop. de 10 anos e mais (1950)	Homens	Mulheres	Total
Indústrias de Transformação	319 500	100 571	420 071
Prestação de Serviços (1)	95 970	97 417	193 387
Comércio de Mercadorias	107 741	14 688	122 429
Transportes, Comunicações, Arma- zenagens	56 118	3 158	59 276
Atividades Sociais (2)	24 288	23 677	47 965
Administração Pública, Legislação, Justiça	19 720	6 275	25 995
Comércio de Imóveis e Valores Imobiliários, Créditos, Seguros, Capitalização	21 923	3 276	25 199
Defesa Nacional e Segurança Pú- blica	18 292	657	18 949
Agricultura, Pecuária, Silvicultura Profissionais Liberais	14 753	889	15 642
Indústrias Extrativas	11 680	2 531	14 211
Atividades Domésticas não Remu- neradas e Atividades Escolares Discentes	4 180	95	4 275
Condições Inativas (3)	91 875	613 823	705 698
Atividades não-Compreendidas nos demais Ramos, mal Definidas ou Declaradas	73 894	25 791	99 685
Total	1 549 861 483	496 893 344	2 045 1 754 827

(1) Compreendendo serviços de alojamento, de alimentação, de higiene pessoal, de conservação e reparação, diversões, atividades do- mésticas remuneradas etc.

(2) Compreendendo ensino público e particular, previdência e assistência, beneficência, culto etc.

(3) Abrange pessoas sem ocupação, inativas e incapazes.

Esses números (4) sugerem o que se passou com São Paulo, no termo de quatro séculos de evolução. Tornou-se uma *cidade grande*, dotada de uma complicada rede de comunicações e de transportes, de uma extensa área urbana, consideravelmente diferenciada, de um sistema comercial, industrial e bancário altamente complexo e com tendências expansivas, de meios modernos de educação, de assistência e de recreação. Centro de grandes operações financeiras, para ela convergem os capi- tais do Estado de São Paulo e dela dependem as mais impor- tantes iniciativas de desenvolvimento econômico das regiões rurais de várias zonas do país, principalmente nos Estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Aberta a todas as influências, está em comunicação econômica e cultural con- tínua com a maioria dos países europeus e americanos, sendo ela própria uma das aglomerações mais cosmopolitas do Brasil e da América Latina. Os paulistas se envaidecem com tudo isso, apreciando discretamente as avaliações do gênero — “São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo” ou “São Paulo é o maior centro industrial da América Latina”, e outras que tais. O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro.

(4) É a seguinte a distribuição da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, em 1970:

Ramos de Atividade	Homens	Mulheres	Total
Agricultura, Pecuária, Sivicul- tura, Extração Vegetal, Caça e Pesca	16 093	1 575	17 668
Atividades Industriais	740 540	170 505	911 045
Comércio de Mercadorias ..	235 731	59 881	295 612
Prestação de Serviços	183 587	289 320	472 907
Transportes, Comunicações e Armazenagens	122 929	8 271	131 200
Atividades Sociais	45 101	83 035	128 136
Administração Pública	84 076	20 410	104 486
Outras Atividades	200 007	65 317	265 324
Condições Inativas	—	—	618 393
Total	1 628 064	698 314	2 944 771

Esse desenvolvimento é recente. Em menos de meio século, a cidade transformou-se muito mais radicalmente que nos três séculos e meio anteriores. Como toda mudança rápida acarreta desorganização social, poucas são as esteras da vida social que se mantêm equilibradas ou integradas. Os serviços públicos não acompanham o crescimento da cidade, que se espraiou mais do que seria necessário ou prudente, segundo afirmam alguns urbanistas; há crise de habitações, apesar do ritmo acelerado das construções; o sistema de abastecimento interno, de gêneros, de viveres e de outras utilidades, é deficiente e encarrega onerosamente o nível de vida; o sistema escolar não consegue corresponder ao aumento da população e à diferenciação da procura; em todos os setores, é freqüente o recurso à mão-de-obra semi-especializada como se fosse especializada, a falta de planejamento racional, o desperdício e suas conseqüências econômicas; nas relações humanas, nas mais diversas circunstâncias — dentro dos lares ou das fábricas, nas escolas ou nos escritórios — o entrelaque de expectativas de comportamento contraditórias e o conflito de concepções antagônicas do mundo criam tensões emocionais e insatisfações mortais; os laços de solidariedade são crescentemente substituídos por considerações racionais de interesse e de fins; a instabilidade econômica e a disparidade entre os níveis dos salários e os do custo das utilidades fomentam comportamentos egoísticos, até pouco tempo desconhecidos ou restritos a certas esteras das relações humanas; a aspiração ao êxito financeiro e à ascensão social, alimentada pelo enriquecimento fácil de muitos e pelas oportunidades que se abrem aos indivíduos empreendedores, prevalece sobre as demais aspirações, imiscuindo-se tanto na concepção do mundo dos homens de ação, quando na dos educadores, dos médicos e dos intelectuais; enfim, elabora-se um novo clima moral, em que “cada um é por si e num estado de tensão em face de todos os outros”, como já notou Tönnies, com referência aos mesmos fenômenos na formação da sociedade burguesa na Europa. É evidente que o *progresso* não beneficia a todos igualmente e que o ônus da nova ordem social cai, pesadamente, sobre os que dependem do valor pecuniário da própria força de trabalho.

Contudo, não podemos examinar empiricamente tais questões. Precisamos, mesmo, abstrair as forças que operam recentemente em um meio social tão instável e tratá-las como se os seus efeitos fossem os únicos que nos compete considerar

sociologicamente. Em primeiro lugar, o equilíbrio social não poderá ser estabelecido através da restauração do passado, da reintegração das diferentes esteras da cultura e da sociedade, características do período semi-urbano. Percebe-se que o desequilíbrio relativo do atual sistema de relações sociais será corrigido naturalmente, pela evolução urbana e industrial da própria cidade. A emergência de condições dinâmicas mais estáveis depende de vir a cidade a exercer influências de caráter metropolitano em todos os setores da vida econômica, político-administrativa e cultural, no seio do imenso espaço social formado pelas comunidades urbanas, semi-urbanas e rurais, que constituem o suporte material da industrialização e da urbanização de São Paulo. No momento, porém, assistimos à desintegração final da ordem social herdada do passado, em que os componentes rurais prevaleciam em muitas esteras sobre os componentes urbanos da cidade. Os ideais e os valores que asseguram, em qualquer parte, um estilo de vida urbana com tendências metropolitanas, estão em plena elaboração, sendo perceptíveis a operação e os efeitos dos processos por meio dos quais eles substituem ideais e valores sociais anteriores. Nessas circunstâncias, a cidade apresenta-se como um mundo em expansão, em luta pela sobrevivência. Ela não só é desorganizada internamente. Também leva a desorganização a outras comunidades, das quais extrai as substâncias ativas de sua própria expansão. A urbanização processa-se em conexão com o desenvolvimento de um parque industrial relativamente diferenciado, que produz bens de consumo interno, e com a complicação de todo o sistema de relações de troca. Parte considerável da mão-de-obra da cidade foi atraída de fora, particularmente das zonas rurais. Por isso, na fase atual, a urbanização de São Paulo traduz-se por despovoamento do campo. É verdade que vários fatores concorrem para isso, entre os quais o declínio de lavouras antigas, a substituição delas por outras atividades rurais, principalmente a criação, que expulsam o homem do campo, ou a difusão de técnicas agrícolas racionais, que permitem fazer economia de braços etc. Doutra lado, onde se mantém um determinado nível de produção rural, os trabalhadores que se deslocam são prontamente substituídos por outros, procedentes de outras regiões do país. Ainda assim, os especialistas que têm estudado o assunto atestam que tais movimentos demográficos internos não são “normais”, resultando do desequilíbrio do sistema econômico da cidade e do

Estrado. O mesmo fenômeno ocorre com os capitais, resultantes de empreendimentos ou de inversões na economia rural. As taxas de juros ou as especulações imobiliárias atraem-nos para o mundo de negócios da cidade. Muitas vezes, são os próprios empreendedores que se transferem com seus capitais ou com seus créditos para as atividades econômicas associadas à expansão da cidade, tornando-se industriais, comerciantes, banqueiros ou simples acionistas das grandes empresas nascentes. Daí o aspecto peculiar da formação da economia urbana, com tendências metropolitanas, da cidade. Ela atravessa as etapas iniciais, em que são inevitáveis pronunciado desequilíbrio interno, e por causa da falta de um *background* econômico propício, a oposição de interesses com a economia rural. A cidade se sobrepõe ao campo, tira dele capitais e agentes humanos de trabalho, propaga necessidades de consumo que são essenciais para a existência dela, mas que ainda não estão ao alcance do nível médio de vida rural no Brasil, sem oferecer compensações que possam garantir o ritmo de desenvolvimento e a diferenciação das produções rurais.

Em segundo lugar, as grandes cidades sofrem em maior escala os processos sociais que operam na sociedade brasileira. Nelas se evidenciam a significação e as consequências das mudanças que se processaram com a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial. Há quem afirme que o fenômeno das classes sociais é exclusivo das sociedades européias. Semelhante opinião não encontraria confirmação diante de uma cidade como São Paulo, na qual se reproduz, em condições sociais diferentes, o passado daquelas sociedades. Dentro dela, as relações humanas se modelam por forças que distinguem as pessoas mediante a situação que elas ocupam no sistema econômico de apropriação individualista e de exploração capitalista dos meios de produção. Em sua estrutura, a cidade conta com uma burguesia internamente diferenciada, com uma classe média extensa e com tendências a aumentar, com um operariado numeroso e com crescente consciência dos seus direitos sociais, e ainda com vários núcleos de aglutinação dos elementos residuais desse sistema, que vivem ou em ócio completo ou em condições de extremo pauperismo. As áreas ecológicas da cidade tendem a se organizar, dinamicamente, de forma a reproduzirem no espaço físico essas diferenças da estrutura social. Ao mesmo tempo, fazem-se sentir as tendências de diferenciação cultural dos modos de ser, de

pensar e de agir, pois o estilo de vida urbana oferece possibilidades de existência social que se caracterizam pelo fato de variarem de uma classe social para outra e mesmo no interior de cada classe, de um nível social para outro. Os ideais da "enriquecer", de "vencer na vida", de "subir na sociedade" são naturalmente difundidos, em um meio em que as oportunidades se multiplicam e a iniciativa pessoal encontra recompensas fáceis. Todavia, tais ideais são insuficientes para criar uniformidades culturais básicas. Eles exprimem, apenas, um estado de espírito, necessariamente forte em uma sociedade em que os anseios de sucesso econômico penetram todas as esferas sociais. Na prática, porém, esses anseios não são — nem poderiam ser — correspondidos de modo uniforme. O "novo rico", por exemplo, procura acomodar-se ao gênero de vida e aos valores dominantes da camada social a que passa a pertencer, os quais já encontra estabelecidos. O operário, por sua vez, não pode aspirar a eles. Enquanto os membros das classes médias, conforme sua situação econômica, participam com moderação e irregularmente de alguns deles. Em suma, seria legítimo afirmar que a mobilidade social atinge, em São Paulo, os limites que deve alcançar nas sociedades em que o sistema de classes sociais está em uma etapa pouco adiantada de desenvolvimento. Talvez por isso mesmo, é maior a sensibilidade pelo que "separa", exterior tanto quanto subjetivamente, as classes sociais umas das outras e os seus diferentes níveis entre si. Assim, a cidade abriga e alimenta diversos sistemas de concepção do mundo, de cuja contradição nascem as impulsões e as tensões sociais que produzem o "progresso".

Por fim, conviria ressaltar, em terceiro lugar, o que significam as novas condições de existência urbana, para os que vivem na cidade. Neste ponto, seria conveniente distinguir entre a significação subjetiva da urbanização e o sentido objetivo que ela possui, como um processo histórico-social. A significação subjetiva é extraordinariamente lábil e variável, como em qualquer outra cidade grande. Para uns, que encontram na expansão da cidade a ruína de antigos privilégios, a urbanização se apresenta como uma verdadeira catástrofe social, que "desgraçará" o Brasil. Para outros, que procuram na cidade melhores condições de vida ou certas garantias de liberdade moral, a urbanização surge como um valor desejável e positivo. Entre essas avaliações extremas, colocam-se as atitudes que

mais interessam ao sociólogo. O conforto, a autonomia e a satisfação, assegurados pelo estilo de vida urbano, começam a ser contrabalanceados por sentimentos opostos, de cansaço, de insegurança e de irritação, impostos pelo estado de tensão contínua, a que os indivíduos se vêem irremediavelmente compelidos. A questão de saber se a *vida na cidade* "vale" os sacrificios que precisam ser feitos eleva-se, assim, à esfera de consciência social. Várias instituições conservadoras, misturadas a um saudosismo por um passado rural recente, fazem pressões no sentido de provocar reações negativas. No entanto, parece que os adestramentos indispensáveis à vida social urbana já encontram condições sócio-culturais favoráveis e regulares. A disposição subjetiva dominante não só envolve a aceitação, como a supervalorização das condições urbanas de existência social. O sentido objetivo da urbanização precisaria ser construído através da interpretação sociológica das condições e efeitos da formação histórico-social da cidade. Nós não dispomos de espaço para tanto. Mas gostaríamos de sugerir algo, que nos parece essencial. Tendo-se em vista as condições em que se processaram a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial e a formação incipiente da nova ordem de classes sociais, a urbanização representa e assegura a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil. Baste-nos um exemplo: com ela é que se inicia o aparecimento de condições sociais que comportam o livre exercício do voto, a organização de partidos de massas, a ascensão política das classes médias e das camadas populares, o advento de correntes e instituições políticas compatíveis com a instauração de um regime democrático.

3 — O "continuum" rural-urbano em São Paulo

A comparação dessas duas constelações estruturais demonstra que a importância relativa dos componentes rurais e urbanos se alterou, profundamente, de um extremo ao outro da evolução de São Paulo. No período inicial, predominavam quase exclusivamente os componentes rurais da estrutura social. Os únicos componentes urbanos, dignos de menção, se associavam à função da vila no plano político-administrativo e religioso. Ainda assim, esses elementos não exerciam uma influência urbanizadora ativa, contidos como eram por interesses coloniais, pela situação de contatos com as populações

nativas, pelas atividades econômicas então dominantes, pela concepção tradicionalista do mundo e outros fatores sócio-culturais correlatos. No outro extremo, encontramos uma cidade grande, em que predominam quase exclusivamente elementos urbanos. Os componentes rurais, onde eles se perpetuam, são efeitos da demora cultural ou se explicam por necessidades criadas pela própria formação e expansão da cidade. Doutro lado, parece evidente que os componentes urbanos operam ativamente como agentes da transformação social, provocando alterações que podem ser descritas, dinamicamente, em termos da urbanização encarada com um processo histórico-social. A cidade está evoluindo rapidamente no sentido de tornar-se a metrópole de um complexo sistema de comunidades urbanas ou em urbanização, semi-urbanas e rurais. Daí a conclusão de que a importância atual de alguns componentes rurais tende a diminuir, à medida que as relações entre a cidade e o campo assumem um padrão propriamente metropolitano.

Esses dois modelos polares foram considerados como os dois extremos da evolução social de São Paulo. Entre eles se intercala um longo período de desenvolvimento histórico-social da aglomeração paulistana, no qual podem ser reconhecidos, sociologicamente, dois arranjos estruturais típicos. É evidente que a primitiva organização da vila só se mantinha enquanto os brancos não conseguissem: a) desalojar e submeter as populações nativas hostis; b) descobrir e explorar com êxito produtos rentáveis na economia colonial. Já no começo dos seiscentos os índios deixam de constituir uma ameaça séria para os moradores da vila e dos arredores; e antes do fim desse século se esboçam certas transformações do sistema econômico, provocadas pelo surto de mineração e pelas atividades econômicas polarizadas em torno das trocas nas regiões mineiras, as quais alargaram os quadros de funcionamento da economia de subsistência dominante, tanto no setor da produção agrícola e da criação, quanto no do comércio de gêneros e de mares. Por isso, a neutralização dos fatores que imprimiam à vila o caráter de um agrupamento de segurança militar se processou de maneira a criar novos focos de intensificação da influência dos seus componentes propriamente urbanos, malgrado a evasão demográfica intermitente de indivíduos de sexo masculino. Os mais importantes, entre esses componentes, se relacionavam com as funções político-administrativas da vila, e sofreram, em consequência dessas altera-

ções, uma transformação de profunda significação para a evolução posterior do aglomerado. É óbvio que a economia de subsistência tivera uma importância meramente adaptativa e transitória. Os novos focos de atividade econômica conferiram à vila a posição de centro ou de cabeça geográfica da política econômica da capitania, desalojando o litoral da posição dominante anterior. Em consequência, São Paulo foi elevada à categoria de *cidade* (em 1711; depois da independência, em 1823, ganhou o título de "Imperial Cidade de São Paulo"). E passou a centralizar todo um conjunto de atividades burocráticas, que se aplicavam tanto à vida interna na vila, quanto às demais aglomerações humanas da capitania. Além disso, apesar das características pré-capitalistas de sua economia, aumentou a importância da vila como mercado de trânsito e centro de escambo. Do ponto de vista sociológico, a aglomeração era ainda uma vila, dotada porém de funções urbanas próprias e autônomas, capazes de expandir-se e de desencadear, com a sua expansão, um processo incipiente de urbanização. Cultural e socialmente, a *vila-cidade* se confundia com o mundo rural adjacente, prevalecendo dentro dela um estilo de vida tradicionalista e conservador.

A esse padrão estrutural de transição, em que se misturam e se confundem componentes rurais predominantes com alguns componentes urbanos ativos, se sucede o segundo arranjo estrutural típico, a que nos referimos. Depois de um período de estagnação econômica, a partir do segundo quartel do século XIX a vila-cidade começa a refletir as consequências da integração do planalto à economia tropical, ocasionada pela exploração regular do açúcar e do café em escala comercial, em particular no chamado *Oeste Paulista*. Forma-se, então, uma economia realmente monetária e o rudimentar sistema artesanal, herdado da Colônia, começa a diferenciar-se, dando origem à pequena indústria que deveria abastecer a cidade: de bens de consumo de produção local. O comércio evolui para os padrões capitalistas de troca e se elabora um mundo novo de negócios — bancários, imobiliários, de intermediários na exportação de café ou na importação de produtos estrangeiros. A competição com outros centros semi-urbanos de fornecimento do campo se decide a favor de São Paulo, cuja economia passa a centralizar e a monopolizar as atividades associadas com o mercado externo. Nesse período, graças ao domicílio dos fazendeiros na cidade e ao fato de ela ocupar a posição político-

-administrativa de capital da Província ou do Estado, para ela convergem as atividades político-administrativas e burocráticas. A população atinge o nível demográfico próprio das cidades: em 1854, por exemplo, viviam na capital 31 824 habitantes, dos quais 7 068 escravos e 922 estrangeiros e, em 1896, 47 697 habitantes, dos quais somente 593 escravos. Os meios de comunicação tendem, por sua vez, para o padrão urbano, com o aparecimento de jornais diários e com a formação de uma opinião pública relativamente independente dos interesses senhoriais, capaz de opor-se, inclusive, à persistência da escravidão. A modernização de caminhos antigos e a criação de novas estradas expõem a cidade e os seus moradores a contatos mais freqüentes, intensos e variados com o exterior, com os demais centros urbanos brasileiros e com o interior. Os bairros adquirem suas feições peculiares, alterando além disso a configuração interna da cidade. O afluxo de imigrantes e sua laboriosa ascensão social quebram, lentamente, o antigo provincianismo e alargam os focos culturais de elaboração da civilização nascente. Contudo, graças à escravidão e à mentalidade por ela produzida ou por causa da herança cultural legada pelo regime escravocrata e senhorial, com a estabilidade de antigos costumes, a cidade é ainda semi-urbana. A valorização social das ocupações segundo critérios estabelecidos, a importância atribuída à ascendência ou à cor da pele, a separação dos sexos e as graduações de prestígio associadas à idade, à dominação tradicional e gerontocrática, o poder econômico e político dos cabeças de parentela, o respeito pelas tradições e uma espécie de evocação bucolica do passado heróico dos paulistas, são traços da coexistência de dois estilos de vida, um rural e outro urbano. Na verdade, este mal começa a emergir mais livre e forte no seio daquele. Nessa fase, a cidade corresponde ao padrão típico dos núcleos urbanos prósperos, incrustados no imenso mundo rural brasileiro.

4 — *Conclusões*

As sugestões expostas demonstram quais são as características estruturais e funcionais do padrão de desenvolvimento urbano de São Paulo. Os fatores primordiais da evolução urbana de São Paulo são de natureza política e administrativa. As condições favoráveis à operação contínua desses fatores nasceram, porém, de processos econômicos vinculados à si-

tuação geográfica da cidade e à forma de integração da economia planaltina à economia colonial, primeiro, e à economia tropical, posteriormente. A persistência, a ampliação e a atividade construtiva crescente dos componentes urbanos se explicam, assim, por uma combinação de fatores, que concorriam para a produção do mesmo efeito: a formação de um núcleo urbano capaz de servir como centro da vida econômica, política e administrativa no interior de um vasto mundo rural. Em consequência, o ritmo e a intensidade da urbanização só tardiamente se libertaram de influências que operavam no sentido de manter elementos ou concepções característicos do antigo estilo de vida rural. Do ponto de visto estático, os quatro arranjos estruturais mencionados representam possibilidades diferentes de vinculação dos componentes rurais e urbanos na organização da convivência humana. A importância e à complicação crescente dos componentes urbanos corresspondem, na evolução da cidade, a decadência e a neutralização contínuas dos componentes rurais. Contudo, em todos os arranjos, esses componentes se combinam de uma ou de outra maneira, mediante as condições estruturais ligadas às funções político-administrativas e econômicas da "vila", da "vila" com funções de cidade, da "cidade" ou da "grande cidade". Isso confirma a observação de Max Weber de que a caracterização sociológica das cidades não pode repousar em conceitos unívocos e exclusivos. E demonstra a necessidade de alargar-se o âmbito das investigações sobre as formações urbanas que nasceram da expansão do mundo ocidental, mas à margem das condições que explicam a formação e a evolução das cidades europeias.

5 — *Indicações bibliográficas* (5)

A seguinte bibliografia reúne alguns estudos sobre São Paulo, os quais podem ser de utilidade para os leitores que

(5) Para esta reedição de *Mudanças Sociais no Brasil* foram adicionadas algumas indicações bibliográficas mais importantes sobre obras publicadas posteriormente a 1934 (ano em que foi escrito este trabalho). Para uma sistematização mais completa dessas obras vejamos: a) com referência à bibliografia especificamente sobre São Paulo, Richard M. Morse: *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1970, cap. XXII; b) com refe-

se interessarem pelo assunto e queiram acompanhar com maior rigor os processos descritos acima, de forma tão abstrata. Ela não é, naturalmente, exaustiva, nem foi elaborada com o propósito de oferecer fundamentos empíricos definidos aos pontos de vista explanados pelo autor.

Remetemos os leitores a bibliografias mais completas, contidas em obras abaixo mencionadas. Por meio de asterisco, procuramos selecionar os trabalhos que são mais ricos ou completos na enumeração de fontes primárias e no levantamento de obras de reconstrução histórica ou de investigação. É óbvio que a sistematização adotada apenas visa favorecer nas consultas.

1 — ANÁLISES HISTÓRICAS

Buarque de Hollanda, Sérgio: *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957; *Expansão Paulista em Fins do Século XVI e Princípios do Século XVIII*, publicação n.º 29, 1948, do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo; *Mongões*, Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1945.

Cannabrava, Alice P.: *Fontes Primárias para o Estudo da Moeda e do Crédito em São Paulo no Século XVI*, publicação n.º 22 do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo S. Paulo, 1948.

Dean, Warren: (*) *A Industrialização de São Paulo*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo-Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

Ellis Jr., Alfredo: *A Evolução da Economia Paulista e suas Causas*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1937; "O Ouro e a Paulistânia", *Boletim 96 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, São Paulo*, 1948; "O Café e a Paulistânia", *Boletim 141 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, S. Paulo, 1951.

rência à modernização na sociedade brasileira depois de 1930 (muitos dos aspectos são considerados pelos autores em função ou à luz de processos que ocorrem em ou através de São Paulo), Florestan Fernandes: *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª ed., 1972. (págs. 207-267).

- Ellis, Jr., Alfredo, e Ellis, Myriam: "A Economia Paulista no Século XVIII. O Ciclo do Muar. O Ciclo do Açúcar", *Boletim 115 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, S. Paulo, 1950.
- Leite, Aureliano: *História da Civilização Paulista*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1946.
- Leite de Barros, Gilberto: *A Cidade e o Planalto*. Processo de Dominação da Cidade de São Paulo, São Paulo, Livraria Martins Editora, 2 vols., 1967.
- Madre de Deus, Frei Gaspar da: *Memórias para a Capitania de São Vicente, Hoje Chamada de São Paulo*, terceira edição, Weizflog & Irmãos, São Paulo, 1920.
- Morse, Richard M.: como org. e autor, *Las Ciudades Latinoamericanas*, México, SepSetentas, 1973, 2 vols. (vol. 1, pp. 125-212); (*) *Formação Histórica de São Paulo* [2.ª ed. de *De Comunidade à Metrópole*], São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970; *São Paulo, Raízes Oitocentistas da Metrópole*, tradução de Rosa Rosenthal, separata dos Anais do Museu Paulista, S. Paulo, 1950; (*) "A Cidade de São Paulo no Período 1870-1890", in *Sociologia*, Vol. XIV-N.º 1, 1952, págs. 17-42 e Vol. XIV-N.º 2, 1952, págs. 146-165; (*) "São Paulo in the Nineteenth Century: Economic Roots of the Metropolis", in *Inter-American Economic Affairs*, vol. 5-N.º 3, 1951, págs. 3-39; (*) "São Paulo in the Twentieth Century. Social and Economic Aspects", in *Inter-American Economic Affairs*, vol. 8-N.º 1, 1954, págs. 3-60.
- Neme, Máio: *Notas de Revisão da História de São Paulo*, São Paulo, Editora Anhambi S. A., 1959.
- Prado, Paulo: *Paulística. História de São Paulo*. Ariel, Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1934.
- Sampaio, Theodoro: "São Paulo de Piratininga no Fim do Século XVI", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IV, págs. 257-259.
- Silva Bruno, Ernani: (*) *História e Tradições da Cidade de São Paulo* (1.º vol., "Arraial de Sertanistas, 1554-1828"; 2.º vol., "Burgo de Estudantes, 1828-1872"; 3.º vol., "Metrópole do Café, 1872-1918" e "São Paulo de Agora, 1918-1953"), Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1953.
- Simões de Paula, Eurípedes: "A Segunda Fundação de São Paulo. (Da Pequena Cidade à Grande Metrópole de Hoje)", in *Revista de História*, Ano V-N.º 17, 1954, págs. 167-179.
- Taques, Pedro (de Almeida Paes Leme): *História da Capitania de São Vicente*, Companhia Melhoramentos, S. Paulo, s. d.; *Informação sobre as Minas de São Paulo*, Companhia Melhoramentos, S. Paulo, s. d.
- Tannay, Afonso d'Escagnolle: (*) *São Paulo nos Primeiros Anos* (1554-1601). E. Arrault & Cie., Tours, 1920; (*) *São Paulo no Século XVI*, E. Arrault & Cie., Tours, 1921; *História Seicentista da Vila de São Paulo*, 4 tomos, Tipografia Ideal, São Paulo, 1926-1929; *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, 4 tomos, Departamento de Cultura, São Paulo, 1949-1951.
- Zemella, Mafalda: "O Abasquecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII", *Boletim 118 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo*, 1951.
- Viotti da Costa, Emília: (*) *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- Vários autores, *Ensaio Paulistas*, Editora Anhambi S. A., São Paulo, 1958.

2 — ANÁLISES GEOGRÁFICAS

- Ab'Sáber, Aziz Nacib: *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.
- Azevedo, Aroldo de (como organizador): (*) *A Cidade de São Paulo*, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros-Companhia Editora Nacional, 4 vols., 1958.
- Azevedo Aroldo de: (*) *Subúrbios Orientais de São Paulo*, edição do autor, S. Paulo, 1945.
- Azevedo, Aroldo de e Florenciano, Paulo: "São Paulo, Metrópole Moderna (coleção de fotografias, com comentários geográficos e um mapa do Prof. João Soukup)", in *Boletim Paulista de Geografia*, N.º 5, julho de 1950, pág. 53 e segs.
- James, Preston E.: "Rio de Janeiro and São Paulo", in *Geographical Review*, vol. XXIII, N.º 2, abril de 1933, págs. 271-298.

- Monbeig, Pierre: *La Croissance de la Ville de São Paulo*, Institut en Revue de Geographie Alpine, Grenoble, 1953.
- Neufeldt, Gunther: 'Die Moderne Entwicklung São Paulo', in *Staden-Jarbuch*, Beiträge zur Brasilkunde, Band I, Instituto Hans Staden, São Paulo, 1953, págs. 64-75.
- Petrone, Pasquale: "As Indústrias Paulistas e os Fatores de sua Expansão", in *Boletim Paulista de Geografia*, N.º 14, julho de 1953, págs. 26-37.
- Prado Júnior, Caio: "O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo", in *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, Editora Brasileira Ltda., S. Paulo, 1953, págs. 99-118; "Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo", idem, págs. 119-150.
- Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, *Pineiros*. Aspectos Geográficos de um Bairro Paulistano, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1963.

3 — ANÁLISES ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

- Assis, Maria (org.): *Mercado de Trabalho em São Paulo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional-IPE, 1972.
- Camargo, José Francisco de: (*) Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos, *Boletim N.º 153 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 3 volumes, S. Paulo, 1952.
- Figueiredo, Nuno Fidelino de: *Dimensão e Produtividade na Indústria de São Paulo*, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1953.
- Herrmann, Lucila: *Flutuação e Mobilidade da Mão-de-Obra Fabril em São Paulo*, Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, S. Paulo, 1948.
- Lima, Heitor Ferreira, *Evolução Industrial de São Paulo*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.
- Lowrie, Samuel H.: (*) "O Elemento Negro na População de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Ano IV — Vol. XLVIII, págs. 5-56.
- Milliet, Sérgio: *O Roteiro do Café e Outros Ensaios*, 3.ª edição, Departamento de Cultura, São Paulo, 1941.

Pestana, Paulo: *A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num Século (1822-1922)*. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, S. Paulo, 1923.

Simonsen, Roberto C.: "Os Fundamentos Econômicos da Expansão Paulista", in *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, Vol. I, págs. 307-374; *Brasil's Industrial Evolution*, Escola Livre de Sociologia e Política, S. Paulo, 1939.

Singer, Paul: (*) *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional-Editora da Universidade de São Paulo, 1968 (cap. 2).

Sousa Andrade, Celeste A., com a colaboração de Marchi, Alvaro, Figueiredo, Orlando, e Cardoso, Ruth Correia Leite: *Força de Trabalho do Distrito de São Paulo*, São Paulo, Departamento de Produção Industrial da Secretaria de Trabalho, Indústria e Comércio, 1954.

Unzer de Almeida, V., e Mendes Sobrinho, O. T.: *Migração Rural-Urbana. Aspectos da Convergência de População do Interior e Outras Localidades para a Capital do Estado de São Paulo*, S. Paulo, 1951.

Veiga Filho, João Pedro da: *Estudo Econômico e Financeiro sobre o Estado de São Paulo*, Tipografia do Diário Oficial, E: Paulo, 1896.

Banco do Brasil, *Estado de São Paulo. 1554-1954*, Rio de Janeiro, 1954.

4 — ANÁLISES SOCIOGRÁFICAS E SOCIOLOÓGICAS

Amaral, F. Pompeo do: "A Alimentação da População Paulistana", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano VIII-Vol. XC, 1948, págs. 55-87.

Araujo, Oscar Egídio de (*): *Uma Pesquisa de Padrão de Vida*, suplemento ao vol. LXXX da *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1941 (sobre pesquisas anteriores do padrão de vida em São Paulo, realizadas sob orientação de Horace B. Davis e Samuel H. Howrie, cf. págs. 19 e segs.); "Pesquisa entre Motoristas, Operários, Contínuos e Serventes da Prefeitura de

- São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XIII, vol. CXIV, S. Paulo, 1947, págs. 7-135; "Estatística Pre-dial", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XI-Vol. CI, S. Paulo, 1945, págs. 7-43.
- Barros, Valêncio de: "São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XII-Vol. CV, 145, págs. 25-39.
- Bastide, Roger, e Fernandes, Florestan: (*) *Branços e Negros em São Paulo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3.^a ed., 1971.
- Batista Filho, Olavo, Mourão, Fernando Augusto Albuquerque e Bosco, Santa Helena: *Atitudes Masculinas em Relação à Fecundidade e Tamanho da Família*, São Paulo, Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2 vols., ed. mimeo., 1967.
- Berlinck, Manoel T., e Hogan, Daniel J.: *Migração Interna e Adaptação na Cidade de São Paulo: Uma Análise Preliminar*, São Paulo, ed. mimeo., s. d.
- Blay, Eva Alterman: *A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, U.S.P., 2 vols., ed. mimeo., 1972.
- Boer, Pe. Nicolau: *Classes Sociais e Prática Religiosa numa Paróquia de São Paulo*, separata do *Anuário da Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae" da Universidade Católica de São Paulo*, S. Paulo, 1935.
- Cardoso, Fernando Henrique: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
- Cardoso, Fernando Henrique, Singer, Paul I., Camargo, Cândido Procópio Ferreira de, e Kowarick, Lúcio Felix: *Cultura e Participação na Cidade de São Paulo*, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1973.
- Cohn, Gabriel: "Problemas da Industrialização no Século XX", in Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968 (cap. 9).
- Davis, Horace B.: "Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, Ano II-Vol. XIII, São Paulo, 1935, pp. 113-166.
- Durhan, Eunice R.: *A Caminho da Cidade. A Vida Rural e a Migração para São Paulo*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

Fernandes, Florestan: *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972; *Educação e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Dominus Editora e Editora da U.S.P., 1966 (esp. partes II e III); (*) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Dominus Editora e Editora da U.S.P., 2 vols., 2.^a ed., 1965; *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*, São Paulo, Editora Anhembi S. A., 1961; "Aspectos do Povoamento de São Paulo no Século XVI" e "Fatores Econômicos da Colonização de São Paulo" (capítulo VIII deste livro).

Fernandes, Heloisa Rodrigues: *A Força Pública de São Paulo: Origem, Determinações e Fundamentos Históricos* São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, U.S.P., ed. mimeo., 1972.

Foracchi, Marilice M.: *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965; "A Valorização do Trabalho na Ascensão Social dos Imigrantes", *Revista do Museu Paulista*, N. S., N.º XIV, São Paulo, 1963, pp. 311-320.

Franco Moreira, Maria Sylvia: *Os Alunos do Interior na Vida Escolar e Social da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da U.S.P., 1962.

Gouveia Aparecido Toly: Preference for Different Types of Secondary School among Various Ethnic Groups in São Paulo, Brazil" (*Sociology of Education*, Vol. 39, N.º 2, 1966); "Origem Étnica e Situações Socioeconômica dos Universitários Paulistas", *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 12 (1), 1972, págs. 71-80.

Heller, Frederico: "A Carreira Profissional de um Pedreiro de Subúrbio", in *Sociologia*, Vol. IV-N.º 2, 1942, págs. 151-156; "História Natural de uma Rua Suburbana", in *Sociologia*, Vol. V-N.º 3, 1943, págs. 199-216.

Herrmann, Lucila: "Estrudo do Desenvolvimento de São Paulo através da Análise de uma Radial: A Estrada do Café (1935)", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano X — Vol. XCIX, S. Paulo, 1947, págs. 7-45 (com fotografias fora do texto).

Herrmann, Lucila; Mussolini, Gioconda; Ortiz, Nair; Paiva, Cecilia Castro e Freitas, Rita: "Alerações da Estrutura

- Demográfica Profissional de São Paulo — da Capital e do Interior — num Período de Quatorze Anos — 1920-1934”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano VIII-Vol. LXXXIX, São Paulo, 1948, págs. 7-28; “Áreas Ecológicas de São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal*, idem, págs. 29-104.
- Hutchinson, Bertran: “Urban Social Mobility Rates in Brazil Related to Migration and Changing Occupational Structure”, *América Latina*, Rio de Janeiro, 6-3, 1963, pp. 47-62; “The Migrant Population of Urban Brazil”, *América Latina*, 6-2, 1963, pp. 41-72; “Social Mobility Rates in Buenos Aires, Montevideo and São Paulo: A Preliminary Comparison”, *América Latina*, 5-4, 1962, págs. 3-20; “Aspectos da Educação Universitária e Status Social em São Paulo”, *Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2-4, 1957, págs. 39-76; “Mobilidade de Estrutura e de Intercâmbio na Assimilação de Imigrantes no Brasil”, *Educação e Ciências Sociais*, 4-10, 1959, pp. 37-52; “Origem Socioeconômica dos Estudantes Universitários de São Paulo”, *Educação e Ciências Sociais*, 1-3, 1956, págs. 91-108; “Hierarquia de Prestígio nas Ocupações, segundo os Estudantes Universitários”, *Educação e Ciências Sociais*, 1-2, 1955, págs. 29-42.
- Hurchinson, Bertran, com a colaboração de Martuscelli Bori, Carolina, Lopes, Juarez Brandão, e Castaldi, Carlo: *Mobilidade e Trabalho*. Um Estudo na Cidade de São Paulo, Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- Ianni, Octavio: *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
- Knowlton, Clark S., *Sirtos e Libaneses: Mobilidade Social e Espacial*, São Paulo, Anhami Editora S. A., 1961.
- Lebret, Pe. J. L.: “Sondagem Preliminar a um Estudo sobre a Habitação em São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Vol. CXXXIX — Ano XVII, São Paulo, 1951, págs. 7-52.
- Lenhard, Rodolfo: “Desejos Profissionais de Alunos de Grupos Escolares da Capital de São Paulo”, in *Sociologia*, Vol. X-N.º 4, S. Paulo, 1948, págs. 242-264.
- Lenhard, Rodolfo; Bicudo, Virgínia e Sampaio, Olindo: “Contribuição ao Estudo das Condições de Trabalho e da Per-

sonalidade de Mestres de Indústria em São Paulo”, in *Sociologia*, Vol. XI — N.º 3, S. Paulo, 1949 (págs. 223-252) e Vol. XI-N.º 3, S. Paulo, 1949 (págs. 381-399).

Lopes, Juarez Brandão: *Desenvolvimento e Mudança Social*, Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.

- Lowrie, Samuel H.: “Origem da População de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLIII, S. Paulo, 1948, págs. 195-212; “Ascendência das Crianças Registradas no Parque D. Pedro II”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV-Vol. XXXIX, S. Paulo, 1937, págs. 267-274; “Pesquisa do Padrão de Vida dos Operários de Limpeza Pública da Cidade de São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano IV — Vol. XLV, S. Paulo, 1938, págs. 336-344; “Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo”, in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano V — Vol. LI, S. Paulo, 1938, págs. 183-304.
- Lowy, Michael, e Chucid, Sarah: “Opiniões e Atitudes de Líderes Sindicais Metalúrgicos”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, N.º 13, 1962, págs. 132-169.
- Machado, J. Alcântara: *Vida e Morte do Bandeirante*, São Paulo, Livraria Martins Editora, Nova edição, 1943.
- Martins, José de Souza: *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973; *Conde Mazzazo: O Empresário e a Empresa*, São Paulo, HUCITEC, 1973.
- Mello e Souza, Antonio Candido de: “The Brazilian Family”, in T. Lynn Smith e A. Marchant, *Brazil: Portrait of Half a Continent*, Nova Iorque, The Dryden Press, 1953, capítulo 13.
- Nogueira, Oracy: “O Desenvolvimento de São Paulo através de Índices Demográfico-Sanitários (“vitais”) e Educacionais”, *Revista de Administração*, N.º 30, 1963, págs. 1-140; “Preconceito de Marca e Preconceito Racial de Origem”, *Anais Do XXXI Congresso de Americanistas*, São Paulo, Editora Anhami Ltda., 1955, Vol. 1, págs. 409-43; “Atitudes Desfavoráveis de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Cor”, *Sociologia*, São Paulo, IV-4, 1942, págs. 328-358.

- Oliveira Viana, F. J.: *Populações Meridionais do Brasil*. História, Organização, Psicologia, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora 1951 (1.º volume).
- Pastore, José: *Inteligência e Estrutura Social em Áreas "Rur-banas" de São Paulo*, São Paulo, ed. mimeo., 1966; *Readimento Escolar em São Paulo*. Uma Interpretação Sociológica, São Paulo, Fundação da Escola de Sociologia e Política, éd. mimeo., 1963.
- Pereira, João Baptista Borges: *A Escola Secundária numa Sociedade em Mudança*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967; *Cor, Profissão e Mobilidade*. O Negro na Rádio de São Paulo, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967.
- Pereira, José Carlos: *Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967; "A Estrutura do Sistema Industrial de São Paulo", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, IV-1, 1966, págs. 7-116; "Considerações sobre a Formação da Grande Empresa Industrial em São Paulo", *Revista Brasileira*, São Paulo, N.º 47, 1963, págs. 42-60.
- Pereira, Luiza: *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2.ª ed., 1969; *A Escola numa Área Metropolitana*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2.ª ed., 1967; *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- Pierson, Donald: "Os Hábitos Alimentares em São Paulo. Estudo Comparativo", separata da *Revista do Arquivo Municipal*, N.º XCVIII, São Paulo, 1944.
- Ramos, A. Guerreiro (Diretor Geral da Pesquisa: *Pesquisa de Padrão de Vida*. Estado de São Paulo, São Paulo (Capital). *Sinopse preliminar dos Resultados*, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, edição mimeografada, Rio de Janeiro, 1953.
- Rattner, Heinrich: *Tradição e Mudança*. A Comunidade Judaica em São Paulo, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., ed. mimeo., 1970; *Localização da Indústria e Concentração Econômica em São Paulo*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., ed. mimeo., 1969; "A Persistência de Padrões Tradicionais e Problemas de Integração na Sociedade Brasileira entre Estudantes Universitários Judeus de São Paulo", *Sociologia*, XXVIII-2, 1965, págs. 121-152.
- Rodrigues, José Albertino: *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- Rodrigues Leôncio Martins: *Industrialização e Atitudes Operárias*. Estudo de um grupo de trabalhadores, São Paulo, Editora Brasileira, 1970; *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- Safioti, Heleith Lara Bongiovani: *Profissionalização Feminina: Professoras Primárias e Operárias*, Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, ed. mimeo., 1972.
- Simão, Aziz: *Sindicato e Estado*. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo, São Paulo, Dominus Editora, 1966; "O Voto Operário em São Paulo", separata dos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia São Paulo, 1955.
- Souza, Everardo Valim Pereira de: "A Paulicéia Há 60 Anos", in *Revista do Arquivo Municipal*, Ano XIII — Vol. CXI, S. Paulo, 1946, págs. 53-65.
- Subdivisão de Documentação Social e Estatística Municipal, "Índice do Gusto de Vida da Família Operária na Cidade de São Paulo", separata da *Revista do Arquivo Municipal*, N.º XCII, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1943.
- Szmercesányi, Tamás: *Mudança Social e Mudança Educacional*. Tentativa de Interpretação do Desenvolvimento da Educação em São Paulo nos Últimos Dez Anos, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da U.S.P., 1968.
- Weffort, Francisco C.: *Sindicatos e Política*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, U.S.P., ed. mimeo., São Paulo, 1972; *Participação e Conflito Industrial*. Contagem e Osasco. 1968, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1972; *Classes Populares e Política*, Contribuição ao Estudo do "Populismo", São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, U.S.P., ed. mimeo., 1968; "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1-2, 1965, págs. 39-60.
- Wilhelm, Jorge: *São Paulo Metrópole 65*, Subsídios para seu plano diretor, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

Willems, Emílio: "Ensaio sobre a Diferenciação dos Processos de Seleção e Eliminação na População de São Paulo", separata da *Revista do Arquivo Municipal*, N.º LXVI, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1940.

Xidieh, Oswaldo Elias: "Subúrbio", separata da *Revista do Arquivo Municipal*, N.º CXIV, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1947.

Zenba, Edmundo: "A Colônia Alemã de Santo Amaro," separata da *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXXXI, Departamento de Cultura, S. Paulo, 1950.

5 — CRONOLOGIAS

Azevedo Marques, Manuel Eufrazio de: *Apostamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, seguido da Cronologia dos Acontecimentos mais Notáveis desde a Fundação da Capitania de São Vicente até o Ano de 1876*, Tipografia Universal de Eduard & Henrique Laemmer, Rio de Janeiro, 1879 (2 vols.).

Ribeiro, José Jacintho: *Cronologia Paulista ou Relação Histórica dos Fatos mais Importantes Ominados em São Paulo desde a Chegada de Martin Afonso de Souza a São Vicente até 1898*, Editada pelo Governo de São Paulo e impresso nas Oficinas do Diário Oficial, S. Paulo, 1901 (3 vols.).

CAPÍTULO VIII

ASPECTOS DO POVOAMENTO DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVI (*)

Este assunto já mereceu a atenção de historiadores tão ilustres como Affonso d'Escragnole Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Theodoro Sampaio, entre outros, cujos estudos são, certamente, conhecidos (1). Entretanto, pretendo apresentar algumas sugestões a respeito do aproveitamento das principais fontes primárias da história de São Paulo para a reconstrução do processo de povoamento de São Paulo no século XVI.

Dividi este trabalho em três partes. Na primeira, discutirei a orientação metodológica utilizada na seleção dos dados fornecidos pelas fontes primárias e na proposição dos proble-

(*) Comunicação escrita para o *Seminário de Estudo das Fontes Primárias para a História de São Paulo no Século XVI* e lida no auditório do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, em 24/V/1948; publicação número 24 do Instituto de Administração da Universidade de S. Paulo, que patrocinou o referido Seminário (S. Paulo, 1948).

(1) Refiro-me, particularmente, aos seguintes trabalhos: Affonso d'Escragnole Taunay — *São Paulo nos Primeiros Anos 1554-1601*. E. Arrault & Cie., Tours, 1920; *São Paulo no Século XVI*, E. Arrault & Cie., Tours, 1921; Alfredo Ellis Júnior — "História de São Paulo", *Boletim XXXVII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1944, especialmente capítulos I, II, IV; "Capítulos de História Psicológica de São Paulo", *Boletim LIII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1945, especialmente capítulos I, V e IX; Theodoro Sampaio, "São Paulo no Fim do Século XVII", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. IV, págs. 257-279; Batista Pereira — "A Cidade de Anchieta", in *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, maio de 1936, Vol. XXVIII, págs. 1-123; Benedito Galixto, *Capitanias Paulistas. São Vicente, Itanhaém e São Paulo*, Estabelecimento Gráfico J. Rossetti, São Paulo, 1924.

mas a serem investigados. Na segunda, tentarei apreciar, de acordo com a orientação metodológica adotada, os principais documentos históricos conhecidos visando delimitar, objetivamente, as bases empíricas sobre as quais poderá o antropólogo ou o sociólogo reconstruir o processo de povoamento de São Paulo no século XVI. Na terceira, procurarei fazer algumas sugestões, dentro dos parcos recursos de que disponho, para o alargamento do campo de pesquisas exigido pelas investigações históricas.

1 — *Análise demográfica e análise morfológica:*

Como sabemos, pode-se adotar dois métodos distintos no estudo das populações. O método mais usado consiste em estudar o estado e o movimento da população através de fontes censitárias. Este método é conhecido sob o nome de *análise demográfica*. Caracteriza-se pelo fato de interpretar quantitativamente os aspectos estático e dinâmico da população, ou seja, pelo fato de considerar o número, a composição e os movimentos vegetativos da população de uma perspectiva estatística. A vantagem do referido método, nos casos em que é possível empregá-lo, reside no tipo de conhecimento que fornece ao investigador. Na verdade, oferece-lhe uma imagem numérica, bastante nítida e de fácil manipulação, do estado e das tendências dos processos vitais da população. Mas apresenta o inconveniente de isolar tanto o aspecto estático, como o aspecto dinâmico da população, dos fatores sociais, que a explicam e, num certo sentido, a determinam.

O segundo método, muito empregado contemporaneamente pelos ecologistas, antropólogos e sociólogos, procura, ao contrário, compreender a população como uma realidade social. Por isso, não considera a população em si mesma, mas como base e parte de um amplo sistema de relações, que coloca os indivíduos em condição de se adaptarem ao meio natural circundante, de desenvolverem e adestrarem culturalmente suas capacidades e potencialidades fisiológicas, e de se ajustarem aos demais indivíduos que integram a sociedade em que nascem e vivem. Dentro deste ponto de vista, que se poderia chamar de *análise morfológica*, de acordo com Durkheim, Radcliffe-Brown e Halbwachs, as expressões quantitativas do estado e movimento da população só adquirem sentido quando

referidas à forma de ocupação do solo, ao tipo de apropriação dos recursos naturais e ao ajustamento recíproco dos indivíduos, através da divisão social do trabalho e da interdependência econômica.

É evidente que o segundo método constitui apenas uma tentativa de refinamento científico e de complementação do primeiro, embora muitos demógrafos e estatísticos sustentem o contrário. A atitude do antropólogo ou do sociólogo, no caso, nada tem que ver com a impugnação da *análise demográfica*. Longe disso, ela traduz a consciência da legitimidade do referido tipo de análise e exatamente por isso procura substituir as descrições empíricas dos fenômenos demográficos por explicações realmente científicas. Assim, é possível considerar o segundo método como um instrumento de trabalho mais perfeito, e como consequência, escolhê-lo para a nossa sondagem e exploração dos documentos históricos do século XVI.

Mas é preciso distinguir entre o conhecimento que um método possibilita e o conhecimento que depende da aplicação do método a um conjunto determinado de dados de fato. No momento, é óbvio, só nos deve preocupar a segunda alternativa. Qual é, pois, o alcance da base empírica fornecida pelos documentos históricos de que dispomos? Na realidade, esta pergunta pode receber dois tipos de resposta. O conhecimento completo dos fenômenos demográficos depende de recenseamentos periódicos da população e do registro permanente dos processos vitais (nascimentos, casamentos, mortes, migrações etc.). Em pequenas sociedades de *folk*, como são algumas povoações rurais contemporâneas ou ainda como foram as Vilas de São Vicente, Santo André, Piratininga e Ipanahém, essas técnicas assumem uma forma muito rudimentar sendo seu emprego irregular e precário. Por isso, embora as técnicas sejam conhecidas, em tais sociedades só se aplicam em determinadas situações, como no caso da enumeração dos bens ativos e passivos, de uma pessoa morta (inventário), e, em geral, só desvendam alguns aspectos do estado da população. A primeira resposta seria, pois, pouco estimulante. Deve-se admitir de antemão, partindo de uma proposição sociológica do problema, que são poucos os dados, entre os que consideramos, em nossos dias, fundamentais para o conhecimento dos fenômenos demográficos, realmente documentados historicamente.

É fácil submeter esta explanação à prova. A documentação histórica conhecida sobre São Paulo no século XVI é constituída por documentos oficiais, cartas e impressões de missionários, colonos e viajantes. Ou, se preferirem uma enunciação mais analítica, são as seguintes as principais fontes primárias, atrahalmente conhecidas para a história de S. Paulo, no século XVI (2):

I — DOCUMENTOS OFICIAIS

A) Em publicações originaes:

- 1 — *Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo* (1555-1560), publ. oficial, São Paulo, 1914, um volume;
 - 2 — *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, Vol. 1, 1562-1596; vol. II, ano 1596-1622; publ. oficial, São Paulo, 1914;
 - 3 — *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vol. I, 1593-1636, publ. oficial, São Paulo, vol. VII, suplemento, séculos XVI, XVII, XVIII, São Paulo, 1919;
 - 4 — *Inventários e Testamentos*, vol. I e V, São Paulo, 1920, publ. oficial; Vol. XXX, São Paulo, 1939;
 - 5 — *Cartas de Datas de Terra*, Vol. I, 1555-1600, São Paulo, 1937.
- B) Em fontes secundárias:
- 1 — Carlos Malheiro Dias: — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Litografia Nacional, Porto, 3 vols., 1921-1924; inclusive cópia de *A Nova Gazeta do Brasil*, com outros documentos (provisões e cartas oficiais);
 - 2 — Frei Gaspar da Madre de Deus: — *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, Hoje Chamada*

(2) Encontram-se nas próprias publicações dadas e esclarecimentos bibliográficos indispensáveis para a utilização das mesmas como fontes primárias. As indicações bibliográficas mais completas pertencem às obras discriminadas no tópico A) do item I, e nos itens II, III e IV. Merecem menção especial, nesse sentido, as edições das cartas dos jesuitas feitas pela Academia Brasileira de Letras (item II, 1, 2 e 3); e as anotações especiais dos relatos dos viajantes, especificados sob número 1, 2, 4, 6, 8, e 9, do item III bem como das obras seiscentistas (item IV, 1, 2 e 3).

de São Paulo, 3.ª edição com estudo e notas de A. E. Taunay, Weizflog Irmãos, São Paulo, 1920;

- 3 — Benedicto Calixto: — "A Vila de Santo André da Borda do Campo e a primitiva povoação de Piratininga", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIII, 209-228; vol. XV, 253-264.
- 4 — Manuel Eufrazio de Azevedo Marques: — *Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticias da Provincia de São Paulo*, seguidos da *Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a Fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Coligidas por M. E. de Azevedo Marques e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tip. Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 2 vols., 1879.

II — CARTAS

- 1 — Joseph de Anchieta: — *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (1554-1594), publ. Academia Brasileira de Letras, São Paulo, 1933;
- 2 — Manuel da Nóbrega: — *Cartas do Brasil* (1549-1650), publ. Academia Brasileira de Letras, Rio, 1931;
- 3 — *Cartas Aulasas* (1550-1568), publ. Academia Brasileira de Letras, Rio, 1931;
- 4 — *Novas Cartas Jesuitas (de Nóbrega e Vieira)*, coligidas e anotadas por Serafim Leite, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1940;
- 5 — Serafim Leite: *Páginas de História do Brasil*, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1937 (contém algumas cartas inéditas);
- 6 — *Carta de Jorge Moreira e João Eanes à Rainha D. Catarina*, 20-5-1561, in Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.ª edição, vol. I, págs. 400-401, Comp. Melhoramentos, s. d., São Paulo.

III — RELATO DE VIAJANTES

- 1 — Fernão Cardim: — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de

IV — OBRAS SEISCENTISTAS

- Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1939;
- 2 — Pero Lopes de Souza: — *Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza* (1530-1532), ed. Paulo Prado, 2 vols., Rio de Janeiro, 1927, prefácio de Capistrano de Abreu e notas de Eugênio de Castro; o *Diário*, em 5.ª edição toma as págs. 83-386 do vol. I;
 - 3 — Ulrico Schimdl: — Trecho relativo à sua estada na Capitania de São Vicente, in W. Kloster e F. Summer: *Ulrico Schimdl no Brasil*, introd. de Francisco de Assis Carvalho Franco, São Paulo, 1942;
 - 4 — Gabriel Soares de Souza: — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 3.ª edição, por F. A. Varnhagen, revista e anotada, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1938;
 - 5 — Pero de Magalhães Gandavo: — *História da Província de Santa Cruz*, ed. Brasileira de Assis Cintra, Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1922;
 - 6 — Hans Staden: — *Dois Viagens ao Brasil*, trad. de Carlos Fouquet e Guiomar de Carvalho Franco, notas e introdução de Francisco de Assis Carvalho Franco, publicação da Sociedade Hans Staden, São Paulo, 1942. Para a discussão dos contatos com os índios ainda seria útil relacionar as seguintes fontes:
 - 7 — Antonio Knivet: — "Narrações das Viagens que, nos Anos de 1591 e seguintes, fez Antonio Knivet na Inglaterra ao Mar do Sul, em Companhia de Thomaz Cavendish", trad. do holandês de J. H. Duarte Pereira, in *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XI, Rio, 1878.
 - 8 — Jean de Léry: — *Viagem à Terra do Brasil*, trad. integral e notas de Sergio Milliet, segundo a ed. de Paul Gaffarel com o colóquio em língua brasileira e notas tipológicas de Plínio Ayrosa, Liv. Martins, São Paulo, 1941;
 - 9 — Fr. André Thevet: — *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*, prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1944.

- 1 — Frei Vicente do Salvador: — *História do Brasil*, ed. revista e anotada por Capistrano de Abreu, Weizflog Irmãos, São Paulo, 1918;
- 2 — Simão de Vasconcelos: — *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que Obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, etc., 2.ª correta e aumentada, A. J. Fernandes Lopes, Lisboa, 1865; 2 vols. organização e introdução de Inocêncio Francisco da Silva.
- 3 — Simão de Vasconcelos: — *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, prefácio de Serafim Leite, Imp. Nacional, Rio, 1943, 2 vols.
- 4 — Jean de Laet: — *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales Contenant dix-huit lieues*, Bonaventure & Abraham Elfeuriers, Imprimeurs, Leyde, 1640.

As fontes mencionadas evidenciam a riqueza da documentação conhecida. Mas um exame da natureza da mesma é suficiente, por si mesmo, para situar o problema: são fontes que se referem ao estado e aos processos vegetativos da população somente de modo incidental. Delas não se poderia esperar, por exemplo, a descrição exata da população de São Paulo no século XVI, seja quanto ao número, seja quanto à composição interna; encontram-se algumas referências ocasionais e bastante duvidosas apenas sobre o número de fogos. Quanto aos processos de crescimento vegetativo daquela população, as fontes são completamente omissas. As sumárias indicações sobre os movimentos migratórios internos, de brancos e de nativos, sobre a miscigenação dos brancos com as mulheres nativas e os dados contidos nos inventários e testamentos publicados não têm consistência suficiente para suportar uma análise sistemática. Está, portanto, dada a segunda resposta. Em síntese, os documentos históricos, atualmente conhecidos sobre a capitania de São Vicente no século XVI, não fornecem uma base empírica capaz de permitir a reconstrução do estado e das tendências dos processos vitais da população em nenhum período de tempo daquele século.

Então, perguntar-se-á, para que serviu a discussão dos métodos de "análise demográfica" e de "análise morfológica" da

população, se os documentos históricos atualmente conhecidos são inconsistentes? Perdemos tempo e trabalho discutindo uma orientação metodológica, que não pode ser aplicada por falta de dados de fato, e indicando fontes históricas sem possível aproveitamento científico? Esta seria, porém, uma conclusão demasiado pessimista. O fato de as fontes serem inconsistentes para a análise de certos aspectos da população não significa, em absoluto, que o sejam também com relação a outros. Além disso, é preciso aproveitar as informações relativas ao estado e às tendências mais gerais de alguns processos vitais da população vicentina no século XVI, por mais lacunosas e irregulares que elas nos pareçam. Em tentativas de reconstrução histórica, a regra fundamental, a que se deve submeter o pesquisador, consiste em se sujeitar firmemente às limitações impostas pelos dados de fato. O corolário dessa regra não é menos importante, pois ele sublinha a obrigação do pesquisador de explorar o mais fundo possível, por mais pobre que este seja, o núcleo positivo e cientificamente válido do conjunto de informações que possui. Encarando-se a questão deste angular, avalia-se melhor tanto a fecundidade da orientação metodológica escolhida, como as possibilidades de aproveitamento das fontes históricas disponíveis para o estudo das populações paulistas do século XVI. Em primeiro lugar, o método de análise morfológica da população permite manipular informações de caráter qualitativo, sendo suscetível de aplicação ao estudo de problemas que independem da existência de censos demográficos periódicos e do registro permanente dos nascimentos, casamentos e óbitos. Assim, podemos concentrar a atenção, na falta de outros dados, em problemas da natureza dos seguintes: ajustamento da população ao meio natural circundante; formas sociais de apropriação dos recursos naturais e de divisão do trabalho; ordenação das relações sexuais; laços de interdependência econômica como consequência da criação de uma estrutura comunitária etc. Em segundo lugar, as fontes que são pobres de dados estatísticos, fornecem um número razoável de informações sobre a fisiologia, digamos assim, das populações vicentinas no século XVI. A perspectiva histórica nos revela, em nossos dias, que os homens de ação, que estavam criando um mundo novo no Novo Mundo, transmitiram para a posteridade uma imagem dinâmica de seus problemas humanos.

2 — Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI

Passamos, assim, para a segunda parte deste trabalho. A questão capital consiste, aqui, em discutir alguns dos problemas envolvidos pela adaptação dos brancos ao meio natural circundante e em analisar o desenvolvimento do gradiente dos contatos dos europeus com as populações nativas da Capitania de São Vicente no século XVI. Terei o ensejo, pois, de tentar uma demonstração prática das possibilidades de aproveitamento das fontes quinhentistas. Entretanto, como é impossível fazer uma análise sistemática dos problemas suscitados pelas informações consistentes disponíveis, vi-me constrangido a escolher duas questões para discutir aqui: a) o estado e composição da população de São Paulo no século XVI; b) fatores de povoamento da Região Mediterrânea. Gostaria de abordar outras questões, como a função social da guerra na sociedade paulista do século XVI; o sistema biótico que surgiu do ajustamento do branco ao índio e à terra; e, finalmente, como se poderia colocar o problema das relações sociais entre brancos e índios em termos de competição ecológica. Mas isto não é possível.

A) Dados relativos ao número e composição de população

Os dados relativos ao estado da população na Capitania de São Vicente durante o século XVI são muito lacônicos. Disponho de cinco indicações, reunidas no quadro da página seguinte.

É difícil lidar com dados dessa natureza. Tanunay, procurando interpretar a indicação fornecida pela ata da Câmara de 23-5-1583, computa entre dez e quinze moradores em cada fogo, incluindo os escravos⁽³⁾. Assim, pensa que nesse ano São Paulo tinha uma população de 1 000 a 1 500 habitantes. Theodoro Sampaio e Alfredo Ellis Júnior, em seus cálculos, atribuem nove e oito moradores, respectivamente, a cada fogo⁽⁴⁾. Na verdade, todos esses cálculos têm um valor meramente estimativo; somente um estudo acurado dos inventários e testamentos poderá fornecer uma indicação aproximada

(3) São Paulo no Século XVI, *op. cit.*, pág. 188.

(4) Theodoro Sampaio, l. c.; Alfredo Ellis Júnior, *História de São Paulo, op. cit.*, pág. 199.

Fontes	Data	Capitania	V. S. Paulo	V. S. Vicente	V. Santos	V. Itanhaém
Schmidl	1553	800 Cristãos	—	—	—	—
Anchieta	1585	—	120 fogos	50 fogos	100 fogos	30 fogos
Cardim	1585	—	120 "	80 "	80 "	50 "
Atas S. Paulo	23-5-1583	—	+ de 100 fogos	—	—	—
" "	26-4-1585	—	+ de 100 "	—	—	—
" "	1-5-1589	—	+ de 150 "	—	—	—
" "	26-1-1598	—	Refere-se ao "crescimento da gente"	—	—	—

mais precisa. Adotando-se as estimativas de Taunay, teríamos as seguintes ponderações:

a) população da capitania de São Vicente em 1885: de 3 000 a 4 000 habitantes, conf. Anchieta; de 3 300 a 4 500 habitantes, conf. Cardim;

b) população da vila de São Paulo: em 1583, conf. *Ata da Câmara*: de 1 000 a 1 500 habitantes; em 1885, conf. *Ata, Anchieta e Cardim*: de 1 200 a 1 800 habitantes; em 1589, de 1 500 a 2 250 habitantes. Em 1598 a população continuaria a aumentar, de acordo com a informação da ata da reunião de 26 de janeiro (5).

Esse dados merecem, entretanto, pouca confiança, já que o ritmo de desenvolvimento da população era flutuante. As variações bruscas afetavam, principalmente, as camadas nativas da população. A Ata da Câmara de 29-6-1564, por exemplo, assevera que uma "peste de bexigas" matou muita gente (vol. 1, pág. 39); e o requerimento de 26-6-1585 dá uma informação do mesmo gênero, afirmando categoricamente: "... são mortos nesta Capitania seis anos a esta parte mais de 2 000 pessoas, digo peças de escravos..." (vol. 1, pág. 275). Anchieta refere-se aos efeitos das epidemias e doenças, de que os brancos eram portadores e para as quais os índios não tinham defesas orgânicas, em cartas de 1554 (epidemia de pleurisia; *Cartas*, pág. 63); e em duas cartas de 1561 (*Cartas*, págs. 169 e 173). Neste ano, a epidemia dizimou os nativos, pois Anchieta escreve que "morreram muitos". Além disso, muitos escravos eram vendidos para fora ou acompanhavam os brancos em suas guerras e entradas. As descidas do sertão, porém, preenchiam os claros e aumentavam repentinamente a população. Por isso, pode-se dizer que essa população estava sujeita a movimentos alternados, de aumento e de decréscimo, funcionando como o coração e as artérias nos movimentos de sístole e de diástole.

(5) Segundo Taunay, até 1600, a população de São Paulo não atingia 2 000 indivíduos (cf. *São Paulo no Século XVI, op. cit.*, pág. 188). Theodoro Sampaio calcula também, para o fim do século em São Paulo de Piratininga, cerca de 1 500 habitantes ("São Paulo de Piratininga", *loc. cit.*). J. J. Machado de Oliveira computa a população branca da capitania, para a época, em 2 500 indivíduos (cf. art. publicado na revista do Instituto Histórico de São Paulo, tomo de 1913; *apud* Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos, op. cit.*, pág. 47).

Quanto à camada da população constituída por elemento humano nativo, as informações diretas são paupérrimas. Quando os jesuítas chegaram a São Paulo, e fundaram o colégio, existiam doze aldeias, "não muito grandes", escreve Anchieta (*Cartas*, pág. 317). Mas, já em 1553, Nobrega pensava em reunir as aldeias visando com isso facilitar a catequese; seu projeto era juntar "três povoações n'uma" (*Cartas do Brasil*, pág. 44). De fato, em 1567, o Padre Baltasar Fernandes informou que existiam em torno da vila "seis aldeias de índios da Terra" (*Cartas Avulsas*, pág. 483) e em 1584 Anchieta afirma que estavam reduzidas a duas, a aldeia da Conceição de Nossa Senhora dos Pinheiros, situada a uma légua da vila, e a de São Miguel de Urairá, a duas léguas (*Cartas*, págs. 317 e 321) (6).

Contudo, esses dados têm pouco interesse do ponto de vista demográfico. Mais importante é a indicação de Anchieta, segundo a qual as duas aldeias, em 1585, possuíam, ao todo, cerca de 1 000 pessoas (*Cartas*, pág. 424). Comparando-se esta informação com outra dada por ele e por Cardim, verifica-se que existiam 120 fogos de moradores brancos na vila; do outro lado, existiam os seus escravos nativos e ainda os índios daquelas duas aldeias. É evidente, pois, que a forte maioria da população era constituída por elementos nativos.

Cada estrato racial dessa população apresentava uma composição singularmente heterogênea. Os documentos oficiais e os relatos de viajantes, como Hans Staden, as informações dos jesuítas etc., mostram que, em toda a capitania de São Vicente, ao lado de portugueses viviam espanhóis, flamengos, alemães etc., existindo ainda referências explícitas a judeus. Quanto aos nativos, pode-se documentar a convivência dos brancos em São Paulo e nas vilas do litoral com diversos grupos tribais. Além dos Tupiniquim, nativos que entraram em contato com os portugueses no litoral, tornaram-se seus aliados e povoavam a região das vilas de Santo André e Piratininga, tiveram amplos contatos com outros índios que povoavam a costa litorânea e o sertão, tanto para o norte, como para o sul, como para o oeste: os Guianá, os Tupinambá, os Tememinó, os Guara-

(6) Para um conhecimento mais minucioso dos aldeamentos dos jesuítas em São Paulo, ver Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, págs. 302 e segs.

nomi (7), os Tupiná, os Carajá. Nas relações de índios escravos e forros são mencionadas ainda três "nações de gentio", cujo reconhecimento é problemático em nossos dias. Refiro-me aos assim chamados Biobebe, Peis Largos e Tapanhum. Alguns autores consideram Tapanhum como sinônimo de negro; mas, nos fins do século XVI, bem como nos começos do século XVII, o negro sempre era descrito como "gentio de Guiné". Além disso, conheço um documento de 1610 (inventário de Custódio de Paiva), em que escreve "índios Tapanhum" (*Inventários e Testamentos*, vol. II, pág. 499) (8).

Parece que o africano, por sua vez, só foi introduzido em São Paulo nos fins do século XVI. Em seu testamento (1592), por exemplo, Atonso Sardinha, o velho, indica que mandara um sobrinho à África, para comprar "peças de Guiné". No inventário de Isabel Fernandes (1599), é indicada uma "negra de Guiné" (*Invent. e Test.*, vol. I, pág. 221); a negra foi muito disputada no leilão (cf. vol. I, pág. 224 e 247). A documentação mais próxima, conhecida, refere-se à primeira década do século seguinte: testamento e inventário de Francisco Barreto (1607), que possuía um escravo africano (vol. II, pág. 226); inventário de Francisco Godinho (1610), que também tinha um "negro de Guiné" (vol. II, pág. 484); o testamento e inventário de Francisco Cardoso (1611), que possuía quatro escravos africanos (vol. III, pág. 12); e o inventário de André Martins (1613), que tinha "um negro de Guiné" (vol. III, pág. 132). Embora não se possa afirmar seguramente nada, é bastante provável, a julgar pela documentação existente, que o número de negros, na população de São Paulo nos fins do século XVI, era muito pequeno.

O número de mulheres brancas da população foi sempre muito pequeno, durante todo o século XVI. É admirável a

(7) Conforme Capistrano de Abreu, os Guaranomí ou Guarulho seriam os mesmos índios chamados Guianá pelos portugueses ("Os Guianá de Piratininga", in *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, ed. Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, págs. 27 e segs.). Sérgio Buarque de Holanda, compilando a documentação histórica existente, acha que talvez seja provável a hipótese por Capistrano de Abreu.

(8) Alfred Métraux, in *La Civilization Matérielle de Tribus Tupi-Guaraní*, localiza dois grupos tribais, um Tupanhuna e outro Tupanhuanhum, na bacia do Amazonas (pág. 27). É preciso notar que o termo *negro*, no Brasil quinhenista, foi aplicado pelos brancos, para designar os aborígenes brasileiros.

rapidez com que as viúvas conseguiram contrair segundas ou terceiras núpcias. A evidência mais séria, a este respeito, consiste na lenta mudança da situação, a partir do momento inicial da colonização portuguesa. O símbolo da maneira através da qual os portugueses resolviam seus problemas sexuais é João Ramalho, casado em Porfugal, mas que pretendia casar com uma de suas mulheres nativas, "não obstante que houvesse conhecido outra sua irmã e quaisquer outras parentas dela" (Nóbrega, carta de 1553, pág. 53, *Novas Cartas*). Nesse caso mego de vida no Brasil, as diferenças entre brancos, nativos e mestiços não constituíam motivo para tolher o intercassamento. Eis como Nóbrega se refere aos filhos de João Ramalho: "Tem muitos filhos e mui aparentados em todo este sertão". "João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta capitania"... (idem, pág. 52). Isso quer dizer que as filhas dos brancos com nativas tornavam-se esposas dos brancos; há um documento, aliás, transcrito por Varnhagen, em que isso é declarado expressamente: "E outrossim que (V. Alteza) mande que os degredados que não sejam ladrões sejam trazidos a esta vida para ajudarem a povoar, porque há aqui muitas moças da terra mestiças, com quem casarão e povoarão a terra" (apud Porto Seguro, *op. cit.*, pág. 401).

Há alguma controvérsia sobre a chegada de mulheres portuguesas à Capitania de São Vicente. Segundo um documento, na armada de Martin Afonso de Sousa teriam vindo "vários casais"; mas Frei Gaspar da Madre de Deus cita um documento, datado de São Vicente, 3-6-1538, em que João Gonçalves Meirinho pede terras "visto como era casado com mulher e filhos em a dita terra passa de um ano e é o primeiro homem, que a dita capitania veio com mulher casado, só com a determinação de povoar" (Frei Gaspar da Madre de Deus, *op. cit.*, pág. 143). Examinando os livros de registro das sesmarias, Frei Gaspar conclui que vieram muitos casais, do reino e das ilhas (Açores e Madeira). Mas os colonos primeiro se estabeleceram na terra e somente depois mandavam buscar mulheres e filhos, como consta das sesmarias (idem, pág. 144). Nesse ínterim, os portugueses coabitavam com as índias, o que acontecia ainda antes de se casarem ou quando noivos (cf. *Inventários e Testamentos*) e mesmo em outros casos... Os *Inventários e Testamentos* constituem um rico manancial de dados, para documentar esse longo processo de

miscigenação, que começou com a chegada dos portugueses e culminou no aparecimento das famílias mais ilustres de São Paulo (veja-se, especialmente, Luis Gonzaga da Silva Leme: *Genealogia Paulistana*, São Paulo, 1903, vol. I, págs. 1 e seguintes). Nesses testamentos, pode-se verificar como se processava a fusão racial em São Paulo, pois, em face do desconhecido, os testamenteiros nomeavam os filhos adúlterinos e naturais e procuravam encontrar amparo para eles. Henrique da Cunha, por exemplo (testamento de 1623), declara ter um filho com uma escrava, "o qual foi feito antes de ser casado mas resgatado com o dinheiro da minha mulher depois de já casado ao qual minha mulher por morte e falecimento deixou forro à sua parte pelo que peço às justizas de sua Magestade de haver por bem tudo aquilo que elas ordenam e com isto descartrego minha consciência o ser herdeiro na minha fazenda ou não" (*Inventários e Testamentos*, vol. I, pág. 209). Adiante, menciona outros filhos com uma índia: "Declaro mais que tenho mais duas raparigas por nome uma de nome Antonia e a outra Ursula e mais um rapaz por nome Antonio os quais são filhos de uma minha negra da minha casa... ir com o filho mais velho... nas duas meninas e no menino em minha consciência serem meus filhos e são adúlterinos os quais deixo a seu irmão Henrique da Cunha que os doutrine como seus irmãos que são" (idem, pág. 210). Outro exemplo, este do século XVI, pode-se encontrar no testamento de Gonzalo da Costa (1599): "Tem declarou que venderam um casal de peças a André de Escudeiro no qual ia uma criança que diziam ser filho dele restador pelo que ficara ele testador com André de Escudeiro de lh'o tomar a todo tempo que ele quisesse tirar e disto sabe Gaspar Cubas... Pero Nunes e seu genro o qual mando minha mulher que o tire se quiser" (*Inventários e Testamentos*, vol. I, pág. 288). Pedro Sardinha também indica a existência de um seu filho com uma índia: "Declaro que tenho por meu filho um moço de nome Afonso de uma negra por nome de Esperança de Pedralveires o qual houve sendo solteiro não sei se a mãe é cativa ou forra peço a meu cunhado Pedro da Silva... o forte sendo cativo e sendo forro pague a criação e faça como dele espero e seja seu curador e olhe por ele como filho e o encomendo a minha irmã..." (*Inventários e Testamentos*, vol. III, pág. 396). Adiante, revela a preocupação que tinha pela situação do filho: "Declaro que como fiquei viúvo e pobre não declaro fazenda

pela não ter mais que uma negra por nome Helena Tememinó a qual deixo a minha irmã para ajuda da criação de seu sobrinho e o alimentar como de minha irmã Teresa Sardinha espero e sendo caso que queiram libertar o dito moço Afonso meu filho seja como valor de uma rapariga por nome Luzia ou sendo ela morta se resgate e forte o dito moço com alguma fazenda e móvel que se ache meu ou com o preço e remanescente da negra por nome Potência e peço a meu avô que não permita que seu bisneto fique cativo antes de defesa e ajude para ser forro" (idem, pág. 397). Há, ainda, outros exemplos, que não correspondem a confissões ou declarações pessoais, como nesses casos. Assim, no arrolamento das "peças da terra" pode sair uma referência como a seguinte: "Entre as peças tememinós estava um moço por nome Pedro que disseram ser filho do defunto Martins Rodrigues (inventário de Martins Rodrigues, 1603; *Inventários e Testamentos*, vol. II, pág. 7). O próprio Martins Rodrigues, aliás, tomou a iniciativa de indicar o estado de algum de seus filhos mestiços: "e declaro que tenho mais uma filha bastarda a qual tenho casada com José Brante e se chama Joana Rodrigues" (idem, pág. 22); "declaro que tenho mais dois meninos que os tenho por meus filhos e por tais os tenho e são bastardos que os houve no sertão e um deles tem o nome Diogo; e o temos forrado de comunidade com minha mulher Susana Rodrigues..." (idem, pág. 22).

Entretanto, será ilusório pretender documentar por aqui todo o desenvolvimento do processo; muitas relações assumiram caráter ocasional, e os vestígios delas ficaram apenas na pigmentação dos descendentes. É o caso das aventuras dos brancos nas aldeias; e especialmente, dos acontecimentos de que foram testemunhas as duas fontes de São Paulo. Eis como as atas se referem, por duas vezes, a tais acontecimentos: "E requereu o dito procurador na dita câmara que muitos mancos solteiros que iam às fontes pegar nas negras e as atronavam ao que eles senhores oficiais mandavam que fosse apregoado que todo manco assim, solteiro como casado que se achar pegando em alguma negra que vá à fonte ou ao rio pague 50 réis para o Conselho por a primeira e por a segunda cem réis" (*Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, pág. 95; 14-4-1576); "assentaram que qualquer pessoa branco ou negro macho que se achar na fonte ou lavadouro pegando de moça escrava ou índia ou branca pagará por isso quinhentos

réis e o mesmo pagará qualquer pessoa que for à fonte não tendo lá que fazer e será crido um homem branco por seu juramento e por duas pessoas escravos ou índios..." (idem, pág. 305; ata de 14-4-1590).

A documentação sobre os casos inversos é singularmente pobre. Está claro que a maioria das mestiças de brancos, que ficaram nas aldeias, acabaram se casando com homens nativos. Mas existe referência ao interesse dos nativos pelas mulheres brancas. Assim, a ata de 12-5-1564 relata que os Tupinambá roubaram mulheres brancas de São Paulo: os *Tamoios* "não se vêem com fundamentos dos escravos que podem levar mas buscar mulheres brancas como eles têm algumas que tomaram..." (vol. I, pág. 47).

Embora alguns autores contemporâneos afirmem o contrário, a verdade é que também ocorreram intercâmbios entre índios e pretos nos fins do século XVI. Assim, a "negra guiné por nome Isabel com um filho de peito por nome Aleixo casada com um índio por nome Paulo..." (Testamento de 1592, pág. 221, vol. I); esta negra tinha mais dois filhos "mulatos", mas a paternidade deles não é indicada; outro testamento, de 1607, refere-se a "um negro de guiné por nome ... casado com uma índia forra" (vol. II, pág. 204); o casal tinha um filho (vol. II, pág. 206); num inventário de 1610 há outro caso semelhante (vol. III, pág. 8); entre os documentos, há, porém, referência a uma família de pretos: "Diogo escravo de Guiné e sua mulher Lucrecia e seu filho Domingos todos de Guiné..." (vol. II, pág. 12).

Vimos, assim, uma parte da documentação existente sobre o estado e a composição da população de São Paulo no século XVI. É preciso salientar que essa análise poderia ainda ser completada com o estudo da pirâmide das profissões e da dispersão dessa população no espaço. Passemos, entretanto, para a segunda questão.

B) *Fatores do povoamento da "região mediterrânea"* (9)

Para o historiador contemporâneo, este constitui um problema fascinante. Na verdade, apenas poderei sugerir-lo aqui.

(9) "Região Mediterrânea" é a maneira pela qual as fontes se referem à zona do planalto, em que se localizavam Santo André da Borda do Campo e as aldeias Tupiniquim de Piratingá, onde se desenvolveu a vida de São Paulo (cf. Anchieta, *Certas*, pág. 38).

Uma compreensão mais ampla do fenômeno dependeria de uma análise da situação de contato dos brancos com os índios em toda a área territorial que vai do Rio de Janeiro a Santo Amaro e do "Litoral" para o "Sertão", abrangendo um gradiente de variações temporais que começa com a chegada de João Ramalho e termina com a guerra de 1591.

Os leitores devem lembrar-se da disposição da política portuguesa, que visava a fixação dos colonos e vassallos ao longo da costa do país colonizado. Segundo Frei Gaspar, o interesse da Coroa estava na povoação da costa, onde seria fácil embarcar os produtos tropicais rendosos no comércio europeu. Os generos do sertão "nunca chegariam a portos onde os embarcasses, ou se chegasses seria com despesas tais, que aos lavradores não faria conta largá-los pelo preço, porque se vendessem os da marinha" (Frei Gaspar, *op. cit.*, pág. 180). Entretanto, o próprio Martin Afonso teria estado na "região mediterrânea", como provam documentos da época, e o legendário João Ramalho vivia em Santo André da Borda do Campo.

Com referência aos índios, é preciso dizer que as principais fontes salientam o êxito inicial do contato dos portugueses com os Tupiniquim que moravam além da Serra e desciam, como outros grupos tribais, periódica ou freqüentemente ao Litoral, para se aprovisionarem de peixes e mariscos. A "aliança" dos Tupiniquim, que assombra os autores da época, foi relativamente fácil em virtude de suas guerras com os Tupinambá, que estavam tentando forçá-los a abandonar aquela região. O português representava um bom aliado na guerra dos Tupiniquim contra os Tupinambá. Mas os Tupiniquim do sertão, que estavam além de Piratininga, como provaram os sucessos históricos ulteriores, demonstraram que o estado de espírito dos Tupiniquim não era o mesmo em todas as aldeias. Menos sujeitos às expedições dos Tupinambá, tinham pouco interesse pela "amizade" dos brancos. Por isso, quando sentiram que aproximação com os brancos representava um perigo para a liberdade dos seus, e verificaram que os brancos não tinham poder suficiente para submeter os Tupinambá do Rio de Janeiro, declararam-se abertamente hostis, realizando incursões contra suas vilas e fazendas. Os brancos estavam, pois, na metade do século, fechados em torno de uma muralha humana, bloqueados pela serra, e atacados pelos

nativos. A permanência dos portugueses no litoral só não foi um ato de heroísmo, porque eles se beneficiaram da proteção dos índios Tupi aliados. A análise dos documentos oficiais e das cartas jesuíticas mostra claramente esse fato; a colonização portuguesa, nesse período, teria sido impossível se os próprios nativos não a estimulassem e preservassem. Os portugueses encontravam-se em tais condições, que a iniciativa no ataque sempre cabia ao índio, e várias fontes básicas de subsistência eram controladas por estes. Os índios aliados tornaram-se fornecedores dos brancos em períodos de crise de mantimentos. Os brancos precisavam alterar a situação, modificando o padrão de dominância da mesma, isto é, tentando obter o controle das próprias fontes de subsistência e ganhar-se a possibilidade de domínio militar. Para isso era preciso atravessar a serra.

Os principais estímulos fizeram-se sentir nos setores econômicos. Entre os documentos existentes sobre a precária situação dos brancos no litoral, está a carta de Nóbrega de 1553, em que ele informa que todos passavam fome ali (*Novas Cartas*, pág. 47). No ano seguinte, viu-se obrigado a mudar os filhos dos índios de Piratininga da casa do Colégio, que estava em São Vicente, por causa das dificuldades do abastecimento de farinha de mandioca. Esta era produzida em Piratininga pelos índios, e precisava ser transportada pelo difícil caminho do mar (Anchieta, *Cartas*, 1554 e 1584, pág. 38 e 315). Em 1561 "foi tanta a esterilidade dos mantimentos que nem por muito trabalho que em isto se pôs pôde haver provisão bastante de farinha e pão da terra, nem os moradores o tinham para si, pelo qual foi necessário que nós viessemos a esta Piratininga, onde é a abundância maior" (Anchieta, *Cartas*, pág. 178). Segundo ainda o testemunho de Nóbrega, em carta de 1557, "os do mar vivem em mais trabalho, porque, posto que tenham peixe em abundância, não têm terras para mantimentos, nem para criações e sobretudo vivem em grande desassossego, porque são cada dia perseguidos dos contrários e o mantimento que comem vem do campo, dez ou doze léguas de caminho o mais mau que se pode imaginar" (*Novas Cartas*, pág. 71). No requerimento de 12-5-1564, são declarados também os motivos da tentativa de fixação em Piratininga: "Porquanto ao longo do mar se não podiam dar os mantimentos para sustentamento das ditas vilas e engenhos nem haverem pastos em que pudessem pastar o muito gado

Vacuum na dita vila..." (*Atas*, vol. I, pág. 42). Esses dados falam por si mesmos: uma fonte básica de subsistência dos brancos estava em Piratininga. Os Tupinambá, por sua vez, controlando a costa e longas zonas do sertão, tornavam a viagem muito ariscada, como provavam as atas da câmara⁽¹⁰⁾. Além disso, as possibilidades de melhor aproveitamento dos recursos naturais do litoral era dificultada pelos Tupinambá, que durante longo tempo foram o pesadelo dos portugueses, impedindo sua expansão para o norte e na direção do Paratiba.

Por isso, em poucas palavras, permanência na terra significava para os portugueses, na região da Capitania de São Vicente, conquista de "zona mediterrânea", colonização do interior. É uma situação singularmente distinta da dos demais núcleos de colonização portuguesa do Brasil naquela época. Mas fixação em Piratininga era o mesmo que guerra permanente com os Tupinambá e demais grupos Tupi do sertão. Os homens que se libertavam da cadeia marítima, corriam o risco de ficar agora presos na "zona mediterrânea". Por isso, a guerra tornou-se a principal política dos brancos em São Paulo, depois de 1554; os ataques aos Tupinambá, Tupiniquim, Guaianá, foram lentamente coroados a iniciativa. A terra adquiriu um novo senhor: o branco europeu, que teve coragem de vencer a terra para vencer os índios.

Nesta parte do trabalho vimos, demasiado por alto, quem eram os povoadores da Capitania de São Vicente e da Vila de São Paulo e como conseguiram abrir um "nicho", em que poderiam viver e sobreviver, dentro dos territórios controlados por agrupamentos tribais nativos, amigos e inimigos. Eram as duas questões que nos propúnhamos debater. É oportuno, pois, que se passe para a terceira parte deste trabalho.

3 — *Sugestões e problemas para pesquisa*

É preciso lembrar, aqui, que o presente trabalho diz respeito apenas à "indicação de novas pistas para investigação".

(10) Cf. especialmente: *Atas de Santo André da Borja do Campo*, 30-7-1557 e 31-3-1558, págs. 65-66 e 74; *Atas da Vila de São Paulo*, entre 1563 e 1583, vol. I, págs. 22, 25, 42, 45, 52 e 275-277. Além destes, entre os documentos importantes sobre a situação do contão, veja-se Anchieta, *Cartas*, 1561, 1563 e 1565, págs. 171-172, 181-178 e 196-244.

Não se trata, portanto, da proposição de problemas teóricos, a serem investigados através dos e nos documentos históricos conhecidos do século XVI. Isso daria lugar a uma ampla enumeração de problemas, que infelizmente não pudemos tratar aqui, malgrado dispormos de documentação para tanto. São os problemas envolvidos pelas relações bióticas dos brancos com os índios, a função ecológica da guerra e o aprasamento, os movimentos de expansão dos brancos, as relações bióticas dos brancos com os índios, as relações do sistema econômico com a estrutura social da vida e com as demais povoações da capitania e com a Coroa etc. Mas o que se pretendia era evidenciar algumas sugestões práticas, capazes de abrir caminho para novas fontes ou, pelo menos, capazes de provocar alguma ebulição nessa pacata calmaria que se sucedeu, em São Paulo, à publicação de uma parte dos documentos oficiais relativos ao século XVI.

Nada tenho a acrescentar ao que disseram outros autores, a respeito da necessidade de publicação imediata dos documentos oficiais e, em particular, dos que se referem ao século XVI. Embora seja contristador, é preciso reconhecer que os departamentos, encarregados da interpretação e publicação dos documentos oficiais, estão lentamente perdendo suas funções. Enquanto uma burocratização progressiva atrofia tanto os serviços como os orçamentos dessas repartições, esmaecem, soem e se destroem os documentos históricos, amontoados e esquecidos nos arquivos do Município e do Estado. Tudo isso ocorre ao sabor dos complexos interesses de certos bichinhos ultrapapirófilos que pululam e se multiplicam em nossos arquivos e repartições públicas... Urge, no entanto, retomar o ritmo de trabalho interrompido, acabando de vez com o método de conta-gotas da publicação ocasional e sem plano. Nesse sentido, tenho a plena convicção de que a reorganização dos serviços oficiais de exploração e de publicação dos documentos históricos seria um passo acertado. É fundamental, em nossos dias, que se faça uma revisão completa dos princípios que presidem à organização e ao funcionamento dos nossos arquivos oficiais. Isto seria importante para qualquer tentativa de reconstrução histórica, tanto de história cultural, política, ou econômica, quanto de investigações de caráter ecológico, sociológico ou antropológico. É inútil insistir sobre coisas de tamanha evidência.

A reorganização dos serviços de pesquisa e documentação histórica do Estado de São Paulo deveria enfrentar quatro problemas básicos. Em primeiro lugar, deveria promover o levantamento dos documentos históricos oficiais existentes no Estado, já localizados, e organizar um serviço central de documentação. Em segundo lugar, deveria organizar um serviço de pesquisas de arquivos, coleções e bibliotecas, tanto oficiais como particulares, para tentar a reunião e aproveitamento dos documentos esparsos, até agora desconhecidos. É óbvio que uma pesquisa desta natureza não pode ser limitada regionalmente, pelo menos sem prejuízos ponderáveis. Ela apanharia em suas malhas não só as nossas cidades do litoral e do interior, mas ainda outros Estados brasileiros e certos arquivos e bibliotecas européias. Em terceiro lugar, deveria reorganizar o corpo de pessoal técnico, procurando dar uma orientação mais racional à seleção dos pesquisadores dos arquivos e intérpretes de documentos. Existem possibilidades, em nossos dias, de atrair para tais serviços pessoas dotadas de formação especializada e de conhecimentos científicos. Em quarto lugar, deveria cuidar da reforma do atual sistema de publicação dos documentos históricos. Seja fazendo uma espécie de sondagem de salvamento dos documentos históricos publicados, através de uma revisão crítica das interpretações paleográficas dos textos. Seja compondo e publicando o *Index* das diversas coleções de documentos, entregando a tarefa a grupos de especialistas em ciências históricas e sociais. Só depois de realizarmos alguma coisa nesse sentido, é que poderemos esperar o desenvolvimento das ciências históricas entre nós.

Uma tentativa desse genero facilitaria, por exemplo, a publicação das cartas e documentos existentes no *Archivum Societatis Jesu Romanum*, cuja "grande maioria está inédita" (11). Nesse arquivo encontra-se, a julgar pelas preciosas cartas de Anchieta, Nóbrega, Cardim, Baltasar Fernandes, Diogo Jácome, Leonardo Nunes, Leonardo Vale, Luís da Grã, Pero Correia, Quitício Caixa, Vicente Rodrigues, a principal documentação sobre a vida social na Capitania de São Vicente no século XVI. Doutra lado, permitiria o conhecimento dos documentos que existem em Portugal (na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Municipal, da Torre do Tombo, na Biblioteca da

Ainda, no Arquivo Histórico Colonial, na Biblioteca Pública de Évora etc.), na Espanha (no Arquivo das Índias Ocidentais, na Biblioteca da Academia de História etc.), na Itália (no *Archivio Segreto del Vaticano* etc.), na França, na Holanda etc. Poderia, ainda, concentrar a atenção de uma equipe de pesquisadores em buscas sobre documentos tão capitais para a reconstrução da História de São Paulo, como são as atas dos anos de 1560, 1561 a 1571, 1574 e de 1596 a 1599; e acelerar a publicação dos inventários e testamentos. Aliás, dos inventários e testamentos depende um conhecimento mais profundo e correto da genealogia das famílias paulistas, do processo de miscigenação em São Paulo, dos grupos tribais que povoaram a região da capitania ou nela entraram em contato com outros grupos étnicos, da procedência dos brancos e negros que se fixaram em São Paulo durante o século XVI e, posteriormente, da produção econômica e do grau de riqueza dos moradores, e, enfim, do sistema de parentesco.

Gostaria, também, de chamar a atenção para um tipo de investigação que tem sido menosprezada entre nós. Refiro-me às buscas e coletas de restos paleontológicos. Os investigadores contemporâneos têm dado grande importância à localização e investigação dos sambaquis. Aliás, já nos setecentos, preocupava-se Frei Gaspar com as ostreiras, escrevendo: "Na maior parte delas ainda se conservam inteiras as conchas, e algumas acham-se machados, (os dos índios eram de seixo muito rijo), pedaços de panelas quebradas, e ossos de defuntos" (12).

Mas é provável que se possa estender ainda mais os limites das atuais pesquisas dos vestígios deixados pelos grupos tribais nativos na era pós-cabralina. Existe uma documentação relativamente rica sobre a distribuição espacial dos índios na Capitania de São Vicente no século XVI; as mesmas fontes indicam a freqüência de contatos com os brancos e descrevem o intercâmbio cultural estabelecido entre ambos. Os brancos, em troca de penas, papagaito, pau-brasil, mantimentos, serviços no transporte de objetos ou de pessoas, de escravos etc., davam aos índios miçangas, chapéus, panos, espadas, facas,

(11) Serafim Leite: *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, pág. XXI.

(12) *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, op. cit., pág. 122.

foices, machados etc. (13). Muitos desses elementos desapareceram sem deixar vestígios. É provável contudo, que o mesmo não tenha ocorrido com outros, mais resistentes à ação do tempo.

Por isso, eis uma questão a se sugerir: o alargamento das pesquisas páleo-etnológicas constitui uma preocupação de real interesse científico. Assim, seria preciso explorar sistematicamente, além dos sambaquis, os túmulos e outros vestígios deixados pela passagem dos índios em zonas distantes do litoral. Em um sentido mais amplo, todos os traços conservados apresentam certo valor, sejam ou não índices de trocas culturais com os brancos e de processos aculturativos. Este têm, no entanto, um interesse particular para a investigação científica, pois permitiriam, cotejados com outras informações, documentar a distribuição espacial, os movimentos migratórios (forneendo pelo menos dados para a determinação das áreas de dispersão dos grupos tribais) e a amplitude da rede de contatos com os brancos. A economia dos brancos, até o fim do século XVI e principalmente dos franceses no Rio de Janeiro e dos portugueses na Capitania de São Vicente, foi uma economia em que o "resgate" constituía uma estrutura dominante. Por isso, para obter dos nativos serviços ou produtos naturais, chegavam, mesmo, a transgredir certas proibições; Leonardo Nunes, em carta de 1551, observava escandalizado que em São Vicente "era muito geral" darem os brancos armas aos índios "sem nenhum escrúpulo" (*Cartas Avulsas*, pág. 66). Segundo Pero Correia, tais armas eram "facas grandes e pequenas da Alemanha" (carta de 10-3-1553; *apud* Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, pág. 285). Os brancos, para os índios da Capitania, significavam fonte de objetos desejáveis, e nisso não distinguiam os missionários dos demais colonizadores. Nóbrega explica, com realismo, as dificuldades que tais atitudes acarretavam para os jesuítas: "Se por esta gentildade se pudesse andar sem levar resgates e ferramentas, já não esperaríamos tanto, porque para passar des-povoados que há é mister levar índios e guias, que ensinem o caminho, e que matem caça e pesquem e tirem o mel das árvores, porque não há outro sustento, e para levarem

(13) É preciso notar que as trocas se efetuavam entre nativos e brancos mesmo quando havia entre ambos laços de inimizade. (Cf. Hans Staden, *op. cit.*, pág. 115, e Jean de Léry, *op. cit.*, págs. 67-69).

cargas do que se leva e para mais sustento, porque sem o pagar não o fazão" (*Novas Cartas*, pág. 43). A Companhia chegou a aproveitar, aqui, os conhecimentos do irmão Mateus Ferreira, que fazia peças de ferro para resgate. Com essas peças, adquiriam os jesuítas os mantimentos, estimulavam à catequese índios aldeados, pois, escreve Nóbrega, "esta terra é muito pobre e não se pode conversar este gentio sem anzóis e facas para os melhor atrair" (Nóbrega, carta de 1553, *Novas Cartas*, pág. 49). O comércio com os índios deu origem à fabricação, entre os brancos, de "instrumentos de resgate", cuja qualidade, a julgar pelos preços, era inferior à dos instrumentos utilizados pelos próprios brancos (cf. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, págs. 235, 322 e 323). Além disso, o equipamento dos índios com elementos da cultura europeia podia ser necessário em determinadas situações. Os franceses, por exemplo, transmitiam aos Tupinambá armas e técnicas militares ocidentais, visando aumentar sua capacidade de ataque e de defesa, contra os portugueses da Capitania de São Vicente. Eis como Jorge Moreira e João Eanes mencionaram esse fato, na carta à rainha D. Catarina (20-5-1561), "e já a este tempo os contrários (Tupinambá) sabiam da nossa ida por escravos cristãos que haviam tomado e se haviam feito tão fortes que é coisa de espanto e se haviam ajuntado na fronteira a mais escolhida gente que havia porque tinham muitas casas fortes com quatro cercas muito fortes ao redor à maneira de muros como se foram brancos, e junto com isto muitos arcabuzes e pólvora e espadas que lhes dão os franceses" (*in loc. cit.*).

A orientação das pesquisas no sentido de recolher traços desse intercâmbio, pode suscitar novos problemas. Um deles diz respeito ao aproveitamento dos instrumentos recebidos. É muito provável que, em função de reinterpretção dos mesmos em termos dos valores tribais, procurassem empregar tais instrumentos com outros fins. Assim, o Dr. Emílio Willems examinou, no Museu do Paraná, peças culturais oriundas de grupos aborígenes, com inovações devidas ao intercâmbio com os brancos. Existem naquele museu, por exemplo, flechas equipadas com pontas de metal; essas pontas foram fabricadas com material de objetos recebidos dos brancos, forjadas a frio pelos próprios índios. Um segundo problema, no caso das pesquisas páleo-etnológicas serem bem sucedidas, liga-se ao conhecimento da área territorial abrangida pelo sistema de relações intertribais dos agrupamentos nativos. Como disse acima, é

possível documentar a distribuição espacial dos grupos tribais que entraram em contato com os brancos, como "amigos" ou "inimigos", pelo menos em certas zonas da faixa litorânea e do sertão. Sabe-se, também, que alguns desses grupos tribais não tinham possibilidades de receber diretamente os objetos trazidos pelos europeus. Como eram altamente desejados e reputados, procuravam adquiri-los, sob a forma de troca em espécie e do "comércio mudo", das tribos que mantinham intercâmbio cultural com os brancos. Essa era, *verbi gratia*, a situação dos Maracajá, Carajá e Guaiacá no Rio de Janeiro, que obtinham tais objetos dos Tupinambá⁽¹⁴⁾. É legítimo admitir que investigações dessa natureza lancem pelo menos alguma luz na delimitação da área espacial em que ocorreriam relações intertribais da espécie indicada. Mas, de fato, o conhecimento dos movimentos migratórios dos grupos aborígenes, realizados no período pós-cabralino e em consequência da invasão dos brancos, constitui a principal justificação teórica das pesquisas paleo-etnológicas. Somente essas pesquisas permitirão reconstruir os movimentos migratórios dos nativos, não documentados historicamente pelos brancos, e somente elas permitirão uma interpretação exata ou mais plausível dos textos que documentam de modo obscuro as migrações dos grupos nativos e a penetração ou conquista da terra pelos europeus.

É presumível que o *Instituto de Administração* poderá aproveitar os trabalhos apresentados — o presente inclusive — em um sentido construtivo, tomando algumas iniciativas imediatas de caráter oficial, perfeitamente justificáveis do ponto de vista de suas atribuições. Em três direções poderiam ser dirigidas inicialmente tais iniciativas. Em primeiro lugar, na criação de um movimento ordenado com o propósito de conseguir a publicação integral ou parcial das cartas e documentos existentes no arquivo da Companhia de Jesus, relativos à Capitania de São Vicente no século XVI e ainda não publicados. As investigações de Serafim Leite sobre o desenvolvimento da Companhia de Jesus no Brasil, embora de relevante importância para nós, jamais poderiam suprir a necessidade que temos de conhecer tais documentos. Uma coisa é a história da Companhia de Jesus no Brasil; outra, muito distinta, é o conhecimento da história do Brasil que resultaria da publicação dos documentos conservados em seu arquivo. Tenho a impressão

de que se tem interpretado muito mal o pensamento de Capistrano de Abreu, nesse sentido, e que a segunda alternativa seria a preferida pelo grande historiador brasileiro. Em segundo lugar, na realização de outro movimento, não menos importante, visando a publicação mais rápida possível dos documentos oficiais existentes em nossos arquivos, referentes à Capitania de São Vicente no século XVI. Em terceiro lugar, se forem consideradas dignas para tanto, de sugerir ao Governo, por meio dos canais competentes, as modificações dos nossos serviços de pesquisas e documentação históricas, deparadas neste trabalho. Se conseguir alguns frutos neste terreno prático, estará fora de dúvida o efetivo êxito dos "Seminários sobre o Estudo das Fontes Primárias para a História de São Paulo no século XVI", empreendido em momento tão oportuno pelo *Instituto de Administração*.

APÊNDICE

Fatores Econômicos da Colonização de São Paulo ⁽¹⁵⁾

O povoamento de São Paulo constitui, sem dúvida alguma, um dos problemas mais fascinantes e complexos com que se defronta a investigação histórica no Brasil. Não é simples, de fato, isolar e explicar as causas que determinaram a dispersão dos brancos na Capitania de São Vicente, pelos meados do século XVI. O acesso à zona do planalto era tão difícil, que os autores da época designavam-na como "zona mediterrânea"⁽¹⁶⁾. Numerosas fontes evidenciam o quanto era penosa a viagem do litoral à Piratíngua ou Santo André e como eram variados os perigos arrostados pelos viajantes⁽¹⁷⁾. Além

(15) O presente artigo foi elaborado com idéias que não puderam ser plenamente desenvolvidas na comunicação precedente; foi publicado pela revista *Pauistiniana* (S. Paulo, setembro-outubro de 1948, págs. 18-21 e 46).

(16) Cf. Joseph de Anchieta, *Cartas*, pág. 38.

(17) O sistema tecnológico dos brancos fornecia-lhes poucos recursos para vencer os obstáculos e as barreiras naturais. Eis como Fernão Cardim descreve a viagem que fez pelo caminho do mar: "O caminho é tão íngreme que às vezes iamnos pegando com a mão" (*Tratado da Terra e Gente do Brasil*, pág. 311). Anchieta é mais completo: "vão por lá por umas serras tão altas que difficulosamente podem subir nenhum animais, e os homens sobem com tra-

(14) Jean de Léry, *op. cit.*, págs. 71-72.

disso, a política colonial portuguesa apenas favorecia o povoamento e a exploração das regiões costeiras. Segundo Frei Gaspar, o interesse da Coroa estava no aproveitamento econômico da costa, onde seria fácil reunir e embarcar os produtos tropicais rendosos no comércio europeu. Os generos do sertão “nunca chegariam a portos onde os embarcasses, ou se chegassem seria com despesas tais, que aos lavradores não faria conta largá-los pelo preço, por que se vendessem os da maninha” (18). Entretanto, o povoamento da zona planáltina se consumou, superando as barreiras naturais e a pobreza do equipamento tecnológico, e contrariando a orientação política da Coroa.

Quais seriam, pois, os fatores que determinaram a extraordinária empresa empreendida espontaneamente pelos brancos? Esta é uma questão fundamental, e do seu esclarecimento depende, em grande parte, a compreensão da formação e do desenvolvimento de São Paulo. Através da análise da situação de contato dos brancos com os nativos na Capitania de São Vicente, a investigação sociológica oferece uma pequena contribuição ao esclarecimento do problema. Em síntese, ela demonstra que a dispersão dos brancos foi como que um “imperativo histórico”, algo que resultou da necessidade de escolher entre a penetração e a conquista da “zona mediterrânea” ou a interrupção da colonização litorânea.

balho e às vezes de gatinhas por não se despenharem e por ser o caminho tão mau e ter tão ruim serventia padecem os moradores e os nossos grande trabalho” (Cartas, pág. 423). Algumas atas mostram que o caminho do mar, além disso, era muito perigoso, por causa dos ataques dos índios: cf. *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, págs. 138, 164-165, 217-218, 442.

(18) Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias da Capitania de São Vicente*, pág. 180. Aliás, é preciso indicar que os moradores da Vila de São Paulo citaram à Coroa as dificuldades que ela procurava evitar, adotando a política de colonização do litoral. Em 1592, por exemplo os habitantes da Vila recusaram-se a entregar pessoalmente a provedoria, como lhes era exigido, os produtos socilizados. Achavam que “nem era uso nem costume em nenhuma parte do mundo os lavradores fazerem dar o que tiverem em suas casas pagando-se-lhe” por isso, “protestavam todos a não levarem tais famílias...” (*Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, pág. 442). O provedor que enviasse do litoral um recebedor e um grupo de índios para o recebimento e o transporte das mercadorias. “Antes queriam ir onde os mandassem cumprir degredos e outras penas que perder suas fazendas...” (idem).

Nos meados do século XVI, a situação dos portugueses na Capitania de São Vicente nada tinha de brilhante. Eles estavam encurralados, por assim dizer, entre o mar, as serras e duas muralhas humanas, constituídas por grupos tribais inimigos e que se estendiam ao Norte e ao Sul, restringindo as probabilidades de ocupação e de exploração econômica da região. A situação contrastava, seriamente, com as facilidades de intercâmbio com os nativos, encontradas no começo pelos portugueses. As principais fontes quinhentistas salientam o sucesso inicial dos contatos dos portugueses com os Tupiniquim, que moravam além da serra e desciam ao litoral com frequência, como outros grupos tribais, para se aprovisionarem de peixes e mariscos. E sabe-se, hoje, que os próprios Tupinambá, os mais terríveis inimigos dos portugueses no Sul do país, mantiveram com eles relações pacíficas.

É impossível reconstruir, com os dados atualmente disponíveis, o desenvolvimento da situação de contato até meados do século XVI. O que se conhece é fornecido por alguns documentos oficiais, pelas cartas jesuíticas e pelas descrições de Staden e outras fontes de menor importância. Pode-se afirmar com exatidão o seguinte: nos meados do século XVI os principais inimigos dos portugueses no litoral eram os Tupinambá (localizados ao Norte e pela região do vale do Paraíba) e os Carijó, ao Sul. Os principais aliados eram os Tupiniquim. Parece-me bastante provável que a “aliança” com os Tupiniquim constituiu um dos fatores responsáveis pelo estado de guerra contra os Tupinambá. O sistema de colonização portuguesa repousava nas probabilidades de “alianças” com grupos tribais aborígenes. Os portugueses atraíam, assim, os contingentes humanos de que necessitavam para a ocupação da terra. Mas, com isso, adquiriam também certas responsabilidades: a complexa rede de relações intertribais apanhava os brancos em suas malhas. Os “amigos” dos Tupiniquim tornavam-se automaticamente “inimigos” dos Tupinambá ou de outros grupos tribais contrários daqueles, sendo encarados e tratados por eles como tais. Qualquer mudança do *status quo* afetava as relações dos brancos com os próprios “aliados”. Assim, os Tupinambá exigiam de Nóbrega e de Anchieta o extermínio dos Tupiniquim, como condição para “aliança” com os portugueses. Como os portugueses não cederam naquela ocasião, a “aliança” com os Tupinambá revelou-se impossível. Os brancos só conseguiram se desvencilhar das obrigações ori-

undas da posição ocupada por eles nas relações intertribais quando alcançavam o controle efetivo das terras conquistadas, dos recursos naturais nelas existentes e das populações nativas submetidas. Ora, este processo foi bastante moroso na Capitania de São Vicente. Praticamente, os primeiros resultados dele só começaram a aparecer depois das guerras de 1560-1562.

Por isso, antes da colonização de Piratininga, os brancos que viviam nas três povoações litorâneas dependiam direta e estreitamente das "alianças" com os Tupiniquim. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico e da garantia de um mínimo de segurança coletiva, no entanto, elas eram pouco satisfatórias para os portugueses. É verdade que, sem essas "alianças", os portugueses dificilmente teriam permanecido na região depois da introdução das donatarias (19). Mas, com o desenvolvimento das donatarias, as possibilidades de apropriação dos recursos naturais ou de exploração econômica garantidas pelo sistema de "alianças" com os povos aborígenes faziam-se demasiado estreitas. Em primeiro lugar, as "alianças" nem sempre garantiam aos brancos o controle exclusivo dos territórios ocupados e dos recursos naturais neles existentes. Ao contrário, representavam uma séria limitação às suas necessidades e interesses. De um lado, deixavam de lhes fornecer os meios capazes de permitir a expansão da economia colonial. As barreiras erguidas pelos grupos tribais inimigos, como os Tupinambá, por exemplo, não puderam ser suprimidas por seu intermédio. Doutro lado, impediam o desenvolvimento da economia colonial em um sentido de auto-suficiência. O fornecimento de diversos alimentos básicos concentrava-se nas mãos dos aliados, no caso, dos Tupiniquim. Na Capitania de São Vicente, estes supriam pelo menos parcialmente o consumo de farinha de mandioca; esta era produzida em Piratininga e era por eles próprios transportada ao litoral. Em segundo lugar, se tais "alianças" representavam uma garantia precária para

(19) Em um trabalho que estou preparando, sobre os efeitos destrubalizadores dos contatos dos Tupi com os brancos, pretendo analisar minuciosamente as conseqüências da introdução do sistema de donatarias nas relações dos brancos com os nativos. O que já conheço sobre o assunto permite-me afirmar que as donatarias, onde foram bem sucedidas, provocaram uma intensificação dos conflitos dos nativos com os portugueses; colocando em novas bases a ocupação do solo pelos brancos, fizeram-se acompanhar da alienação das terras aos nativos e de escravização em massa.

os aborígenes, podendo a qualquer momento ser rompida pelos brancos, não eram mais sólidas no que dependiam da iniciativa dos nativos. Assim, os Tupiniquim do sertão, que estavam além de Piratininga, patentearam que as atitudes com relação aos brancos variavam muito de um grupo local para outro. Como se achavam menos sujeitos aos ataques dos Tupinambá, revelaram pouco interesse pelos "aliados" europeus. Quando perceberam que a proximidade dos brancos constituía um perigo para a própria liberdade e verificaram que eles não tinham forças suficientes para submeter os Tupinambá, declararam-se abertamente hostis. Como os Tupinambá, realizavam então incursões contra as vilas e fazendas dos brancos. Entretanto, os inconvenientes do sistema de "alianças" com os povos aborígenes não paravam aqui. Inconsistentes para promover, por si mesmas, a racionalização das relações com os próprios aliados, tornavam-se inoperantes em se tratando de "inimigos" (pelo menos enquanto os portugueses tivessem poucas possibilidades de impor sua autoridade aos nativos, como era o caso). Por isso, os portugueses mal conseguiam manter-se nos territórios ocupados na Capitania de São Vicente, sofrendo perdas incalculáveis com os ataques dos Tupinambá, Guianá, Carijó etc.

Em síntese, os portugueses encontravam-se em tais condições, na Capitania de São Vicente, que a iniciativa na guerra sempre cabia ao índio, e várias fontes básicas de subsistência eram controladas por tribos "aliadas". Os brancos precisavam alterar a situação, modificando o padrão de dominação da mesma, isto é, tentando obter o controle das próprias fontes de subsistência e garantindo-se a possibilidade de predomínio militar. Para isso, precisavam introduzir inovações no tipo de colonização. Tratava-se de um autêntico problema de estratégia, econômica e militar, que parece ter sido resolvido pelos jesuítas (ou, melhor, pelo Padre Manuel da Nóbrega).

Hoje se sabe, com efeito, que alguns brancos viviam com os nativos nos grupos locais de Piratininga, muito antes da "fundação" de São Paulo. A *data oficial* da "fundação" teria, pois, apenas um significado comemorativo. Contudo, à luz da discussão acima, compreendem-se de modo diferente os motivos da criação de uma povoação oficial em Piratininga. Se me exprimi com suficiente exatidão, ficou claro que os portugueses precisavam revolucionar o sistema de "alianças" com os povos Tupiniquim da Capitania de São Vicente. As

modificações deveriam ser profundas, baseando-se fundamentalmente na introdução de um fator ponderável de atuação permanente. A análise *ex eventu* do processo histórico-social, que culminou na "fundação" de São Paulo, mostra que o fator escolhido foi a colonização da "região mediterrânea".

De fato, ocupando uma *posição* em Piratininga, os brancos alteraram completamente, toda a rede de ajustamentos desenvolvidos com os grupos tribais "amigos" e "inimigos". Em primeiro lugar, um núcleo de povoação branca no planalto significava uma dupla probabilidade: controle da lealdade das tribos "aliadas" e acesso a alguma fonte básica de recursos naturais. Em segundo lugar, implicava dois riscos necessários: reprimir ou desencadear as hostilidades dos "Tupiniquim do sertão" e conduzir as guerras contra os Tupinambá a um ponto decisivo, combinando incursões pelo interior aos ataques realizados pelo litoral. Além disso, a esses empreendimentos associavam-se outros objetivos: o desafogamento do litoral; o desenvolvimento da economia colonial; o aumento das possibilidades de contato com vários povos aborígenes, interessantes tanto para os missionários quanto para os colonos (catequese e apresamento).

Resta discutir dois problemas. Um deles diz respeito ao papel desempenhado pela povoação de João Ramalho. Poderia Santo André da Borda do Campo servir aos objetivos econômicos e militares dos portugueses? É bastante provável que a localização desta povoação apresentasse muitos inconvenientes. Os próprios moradores indicam, nas atas da Câmara de Santo André, os gêneros de dificuldades econômicas que precisavam enfrentar e as desvantagens estratégicas da posição ocupada pela povoação. Apesar do grande prestígio de João Ramalho e do extraordinário poderio que ele alcançou por meio de "alianças" com tribos amigas, sua povoação perdera naturalmente a função de *posto avançado* da civilização. Servia à exploração dos produtos tropicais sob o regime de feitorias, mas não se ajustava às necessidades mais complexas do tipo de produção instaurado com as doações no Brasil. Aliás, os mesmos motivos que neutralizaram a importância de Santo André, tornariam inoperante qualquer espécie de auxílio exterior na luta contra os índios, que não fosse apoiado em um baluarte estratégico interno. Por isso, as tentativas de submissão pacífica e depois de extermínio dos Tupinambá (estas

com a cooperação de outras capitânicas) foram posteriores à "fundação" de São Paulo.

O outro problema refere-se à motivação do movimento colonizador da zona planáltica. Aqui, trata-se de saber, principalmente, como as condições de contato com os índios refletiam-se na vida dos portugueses. É evidente que, para estes, a situação parecia pouco satisfatória. Em geral, encaravam os resultados dos ajustamentos com os aborígenes, enquanto estes mantinham a iniciativa no ataque e preservavam a posse dos territórios cobigados ou a própria liberdade, como "punições injustas". Ressentiam-se, particularmente, da falta de recursos econômicos, em grande parte ligada às condições de contato com os nativos. Alguns documentos mostram como tomavam consciência da situação em que se encontravam e como procuravam novas compensações na colonização da zona planáltica. Em uma carta de 1553, Nóbrega descreve a precária situação dos brancos do litoral: todos estavam passando fome ali⁽²⁰⁾. No ano seguinte, viu-se obrigado a mudar os filhos dos índios de Piratininga, que estavam na casa do Colégio, em São Vicente, para a região planáltica, habitada por seus pais. A causa mencionada foi a crise de mantimentos (dificuldades no abastecimento de farinha de mandioca)⁽²¹⁾. Em 1557, Nóbrega escrevia o seguinte: "Os do mar vivem em mais trabalho, porque, posto que tenham peixe em abundância, não têm terras para mantimentos, nem para criações e sobretudo vivem em grande desassossego, porque são cada dia perseguidos dos contrários e o mantimento que comem vem do campo, dez ou doze léguas de caminho o mais mau que se pode imaginar"⁽²²⁾. Os motivos da colonização da Piratininga são, aliás, expressamente declarados no requerimento de 12-5-1564: "Porquanto ao longo do mar se não podiam dar os mantimentos para sustentamento das ditas vilas e engenhos nem haverem pastos em que pudessem pastar o muito gado vacum na dita vila"⁽²³⁾. A disparidade de recursos naturais entre a "região mediterrânea" e o litoral é insinuada por Anchieta também na crise de 1561: "Foi tanta a esterilidade dos mantimentos que nem por muito trabalho

(20) Nóbrega, *Novas Cartas*, pág. 47.

(21) Anchieta, *Cartas*, págs. 38 e 316.

(22) Nóbrega, *Novas Cartas*, pág. 71.

(23) *Atas da Câmara da Vila de São Paulo*, vol. I, pág. 42.

que em isto se pôs pôde haver provisão bastante de farinha e pão da terra, nem os moradores o tinham para si, pelo qual foi necessário que nós viéssemos a esta Piratininga, onde é a abundância maior" (24).

Em resumo, a colonização de São Paulo pelos portugueses resultou, em grande parte, das condições em que se processaram os contatos com os povos aborígenes. Os brancos ficaram segregados na área litorânea, tendo pequenas probabilidades de satisfazer todas as necessidades econômicas e de exploração dos produtos coloniais. A conquista da "região mediterrânea" determinou uma alteração capital na situação de contato, pois deu aos brancos o controle de algumas fontes básicas de subsistência e criou condições mais favoráveis à sujeição das tribos "aliadas" e "inimigas". Depois de 1554, os brancos modificaram, através da guerra, lentamente mas de tal maneira as relações com os grupos tribais aborígenes que, antes do fim do século, já se tinham tornado senhores incontestáveis da terra.

B I B L I O G R A F I A

- Atas da Câmara de Santo André da Borda do Campo*, (1555-1560), publ. do Arquivo Municipal de S. Paulo, 1914;
Atas da Câmara da Vila de São Paulo, Vol. I, 1562-1596; vol. II, 1596-1662, publ. do Arquivo Municipal de São Paulo, 1914;
Registro Geral da Câmara Municipal de S. Paulo, vol. I, 1593-1636, publ. do Arquivo Municipal de S. Paulo, 1914;
Anchieta, Joseph de: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões* (1554-1594), publ. Academia Brasileira de Letras, São Paulo, 1933;
Nóbrega, Manuel da: *Cartas do Brasil* (1545-1560), publ. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931;
Cartas Avulsas (1550-1560), publ. Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931;
Novas Cartas Jesuítas (de Nóbrega a Vieira), coligidas e anotadas por Serafim Leite, Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1940;
Cardim, Fernão: *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, introd. e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1939;
Gandavo, Peri de Magalhães: I — *Tratado da Terra do Brasil*. II — *História da Província Santa Cruz*, Edição do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924;

(24) Anchieta, *Cartas*, pág. 18.

- Knivet, Anthony: *Vátria Fortuna e Estranhos Fados de...*, trad. Guiomar de Carvalho Franco e anotações de F. de Assis Carvalho Franco, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1947;
Lopes de Souza, Pero: *Diário de Navegação de...* (1530-1532), ed. Paulo Prado, 2 vols., 5.^a ed., Rio de Janeiro, 1927;
Madre de Deus, Frei Gaspar da: *Memórias para a Capitania de São Vicente, Hoje Chamada de São Paulo*, 3.^a ed., intr. e notas de A. E. Taunay, Weizflog Irmãos, São Paulo, 1920;
Schmidl, Ulrich: *Derrotero y Viaje a España y las Indias*, traduzido e comentado por Edmundo Wernicke, Santa Fé, 1938;
Soares de Souza, Gabriel: *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 3.^a ed., por F. A. Varnhagem, Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1938;
Staden, Hans: *Duas Viagens ao Brasil*, trad. Carlos Fouquet e Guiomar de Carvalho Franco, notas e introd. de F. A. Carvalho Franco, Sociedade Hans Staden, S. Paulo, 1942.

A SOMBRA DA IDADE DE OURO (*)

O café proporcionou um esplendor econômico e social ao Vale do Paraíba, jamais conhecido anteriormente em terras paulistas. Zaluat, que percorreu várias cidades e fazendas do vale no terceiro quartel do século XIX, faz afirmações deveras informativas a respeito do padrão de vida dos fazendeiros e de suas famílias. "Os grandes proprietários de terrenos, deixando de frequentar os povoados, e reconcentrando-se em suas fazendas, que são os verdadeiros castelos feudais de nosso tempo, fazem convergir aí toda a vida que reflui das povoações para essas moradas ostentosas onde muitas vezes o luxo e a riqueza disputam primazia à magnificência dos palácios da ca-

(*) O presente artigo resulta da interpretação de dados colhidos no decorrer de três excursões, que o autor teve oportunidade de realizar através do Vale do Paraíba. A primeira foi feita a Cunha, em companhia do Dr. Emílio Williams; a segunda e a terceira foram feitas a diversas comunidades em companhia do Sr. Carlos Borges Schmidt e dos Professores Antonio Candido de Mello e Souza, Egon Schaden e Giocconda Mussolini, sendo que da última também participou e deu colaboração inestimável o Professor Gentil de Camargo. Sob a direção do Dr. Fernando de Azevedo, o Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras iniciara uma investigação de larga envergadura sobre a *Civilização do Café* em São Paulo. Ela precisou ser interrompida, porém, por falta de recursos financeiros. As duas últimas excursões mencionadas faziam parte desse projeto, que devia descanar, essencialmente, em dados obtidos por meio de pesquisas de campo. Foi publicado, originalmente, na Edição Especial Dedicada ao Café dos *Diários Associados* (15 de julho de 1954). Posteriormente, foi publicado um estudo sobre Vassouras que é uma autêntica obra-prima, à qual remeto do leitor interessado no assunto: Stanley J. Steins, *Vassouras, A Brazilian Coffee County, 1850-1900* (1957), publicado em tradução de L. Ventura sob o título *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1961).

pital' (1). Esse depoimento seria logo confirmado pelo testemunho de outros viajantes, especialmente os franceses, e ainda hoje encontra uma corroboração indireta. Quem percorra a mesma região em nossos dias e visite as fazendas mais conservadas, poderá de fato admirar o conforto e a grandeza das *sedes*, encontrando aqui e ali um pouco desse antigo fausto na comodidade dos móveis, feitos para uma longa duração e para um uso intenso; na extensão da sala de jantar e de estar, própria para o aconchego nas horas de lazer, para o convívio íntimo e para a recreação associativa; e, enfim, na *fisionomia* dessas rústicas mansões senhoriais, que inspiram segurança em face do mundo exterior, mesmo aos seus visitantes mais afoitos ou apressados. Sobravam, pois, razões a Zaluat, quando escrevia: "Como é diferente a vida da roça da existência mótona de povoações! Ali as distrações abundam. Vive-se na sala, vive-se nos passeios, vive-se na conversação da intimidade" (2).

Todo esse esplendor, porém, estava destinado a fenececer, a extinguir-se, a tornar-se muito cedo uma grandeza pretérita. O café, que o criara, não o mantinha no mesmo lugar indefinidamente. Os mais ambiciosos e tenazes deslocaram-se com a planta, procurando-lhe *terras novas*, o que uma ficção permitia descrever como consequência da avidez dos cafezais por "terrenos virgens". Outros, menos animosos, ficaram por lá mesmo onde a ruína os achou, reduzindo-os com seus familiares, conforme circunstâncias variáveis, a uma indistimulável penúria, a uma vida pacata mas apertada, ou a uma existência confortável mas sem ostentações. Atrás da lenta extenuação das terras, vieram outros males para o equilíbrio econômico das fazendas: a crise do café, em 1880; a escassez de braços, produzida pela desagregação do regime servil e pela incapacidade financeira de muitos fazendeiros do vale de "importar" trabalhadores estrangeiros, por volta de 1887 (3); a geada de

(1) Augusto Emílio Zaluat, *Peregrinação pela Província de S. Paulo*. (1860-1861). Livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1862; pág. 55.

(2) Idem, pág. 61.

(3) Em outro trabalho, escrito em colaboração com Roger Bastide, referimo-nos aos aspectos, aqui subentendidos, da competição por mão-de-obra entre os fazendeiros do Vale e do Oeste. Não seria próprio insistir no assunto, tendo em vista a natureza do presente

1918; a crise econômica de 1929; a broca... As resistências se quebraram. Os que não se arruinaram completamente foram tentar a sorte em outras plagas ou reduziram drasticamente o seu *estalo*, conformando-se às novidades do marasmo econômico. Uma transformação dessa ordem não se operaria sem deixar marcas profundas. A contradição entre o passado recente e a realidade seguinte vai situar diversamente os indivíduos no mesmo cenário natural. A sociedade se altera internamente com maior rapidez que o ambiente físico exteriormente. Mas ninguém quer dar pela coisa. O fluxo da vida continua incessante, sem que a confiança no futuro e a convicção de prosperidade possam bafejar a um grande número, como antes.

É dentro desse *ethos*, no qual com muita simplicidade o orgulho se mistura com o desencanto, que o pesquisador precisa projetar-se, ao inquirir os descendentes dos antigos

capítulo. Convinha lembrar, porém, que, pelo menos num certo setor, a idéia de substituir o escravo pelo imigrante se implantara bem antes do desfecho da *questão servil*. Leram-se, por exemplo, os seguintes trechos de um artigo de fundo, publicado em 15/5/1887, pela *Gazeta de Taubaté* assinado por *A Lanoura*. "Os fazendeiros do norte e da província, especialmente os deste município, ainda dormem o sono da indolência com relação à substituição do trabalho, talvez julgando, que, mesmo dado o caso da extinção imediata, os escravos de hoje continuarão em seus trabalhos; manifesto engano". "Eles, uma vez livres, serão o peso da sociedade e o terror das famílias; porque eles só cogitam em serem livres, mas não lhes passa pela mente a mais pequena idéia do trabalho para sua alimentação". "Há dois anos ou mais, falecendo o Comendador Castro, deixou livre grande número de escravos, e bem assim uma vasta zona de terras para colocarem-se; no entanto, não se encontram um só desses novos cidadãos situados no lugar indicado por seu ex-senhor, e muitos deles fazem aí em completa ociosidade". Aconselha a introdução de imigrantes no trabalho agrícola, como forma de substituição antecipada e gradativa do trabalhador escravo. Isso era, todavia impossível — pela razão "capital" indicada por Rodrigues Alves. "Variam as condições nos municípios; em alguns a substituição se fez naturalmente; nos outros, custará penosos sacrifícios, ou porque os proprietários não tenham encarado, com o devido interesse, a momentosa questão, ou porque descansem na confiança de que a extinção do elemento servil se fará pela ação normal das leis existentes, ou ainda porque, e é a razão capital, lhes falte crédito para emprenderem a substituição e as suas terras depauperadas não ofereçam remuneração suficiente e proporcional ao trabalho" (cf. *Relatório Apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 Janeiro de 1888; S. Paulo, 1888, pág. 22*).

senhores rurais, quaisquer que sejam as posições por eles ocupadas atualmente na sociedade. O passado permanece vivo: toda uma herança moral continua a insinuar-se nos comportamentos quotidianos e nos ideais de vida, criando obrigações variadas e laços invisíveis de solidariedade, ou agitando sentimentos contraditórios, em particular contra os *estranhos* (ou os *intraños*, como seria melhor dizer), canhestramente distorcidos. Na memória dos mais velhos conserva-se uma imagem nítida da velha ordem social. Ouve-se, então, que "os fazendeiros de pro!" de Taubaté chegavam a possuir três (e não duas, como supunha Zaluat) residências; assim na fazenda, uma na cidade e outra em Tremembé, para assistirem às festas religiosas, especialmente a de Bom Jesus. As evocações reconstruem uma sociedade idealizada, mas que não está longe do modelo original. As obrigações, os direitos, os graus de prestígio e as posições sociais são definidos em torno de um pólo constante: a pessoa dos fazendeiros. A julgar por essas evocações, em vez de simbolizarem uma hierarquia social, eles seriam a própria fonte de toda e qualquer classificação social naquela sociedade.

Em primeiro lugar, viriam os que se ocupassem com as chamadas "profissões nobres". Era a camada dominante, constituída pelas "pessoas de pro!". Todavia, em seu seio, os fazendeiros representavam a "verdadeira aristocracia rural". A essa camada também pertenceriam o clero e os que exercessem "profissões liberais", desfrutando de grande proeminência: os juizes e tabelães. Em segundo lugar, estariam os sítantes, dos quais nos informam que eram pouco numerosos, mas em geral muito considerados pelos fazendeiros. O sítante, por sua vez, tanto podia estar ligado a "famílias boas", explicando-se sua situação econômica pelas sucessivas partilhas de propriedades antigas, quanto ser um camaráda ou agregado, protegido por algum senhor. O primeiro gozava, naturalmente, de maior prestígio e mantinha relações íntimas com os membros da camada dominante. Em terceiro lugar, contavam-se os "comerciantes". Todas as pessoas que viviam do comércio, como proprietários e negociando com os próprios recursos, entravam nessa categoria, afirmou-nos o informante. Os beneficiadores e comissários de café eram igualmente classificados e tratados como "comerciantes". Contudo, quanto o fazendeiro fosse também beneficiador, prevaleceria a qualificação mais elevada. De modo geral, asseverava-se, os "comerciantes"

não recebiam o tratamento como "iguais" por parte dos fazendeiros nem eram incluídos em seus círculos de "amigos" ou de relações sociais íntimas. Os fazendeiros chegariam a recusar-se a lhes vender suas fazendas, mesmo nos casos de grande precisão. Atestou-nos um descendente de antigos fazendeiros que, "nos bons tempos", as fazendas só seriam vendidas a pessoas *conhecidas*. Por fim, vira a quarta camada, composta por indivíduos de "profissões mecânicas". Os dados contidos nas evocações permitem distinguir diversos *estratos*: 1.º) os "caixeiros", vendedores de balcão, que mereciam maior consideração, por saberem ler e escrever; 2.º) os "agregados e boleiros", que contavam com a simpatia dos fazendeiros e recebiam deles favores diretos (terras para cultivo de mantimentos ou serviços, que os expunham à condição de "pessoas de confiança", em contato permanente com os familiares do chefe ou com ele próprio); 3.º) os "feitores", que exerciam certa autoridade sobre os camaradas, comunicando suas falas ao fazendeiro — embora não ganhassem mais, destruíam do prestígio inerente à situação que ocupavam em face dos interesses daquele; 4.º) os "camaradas", que se incluíam no último patamar da última camada: trabalhavam para os fazendeiros por dia, por empreitada ou por mês; mas, às vezes, alcançavam parceria em certas produções e dispunham da regalia de usar pequenas áreas da fazenda, para a produção dos mantimentos de subsistência. O agregado recebia maior consideração, talvez por ser menos dependente ou por participar de forma mais direta do convívio com o fazendeiro ou com seus familiares; é certo que alguns descendiam de "famílias boas" arruinadas, recebendo um tratamento mais afetivo por parte dos fazendeiros. Quem não tinha uma posição certa nessa hierarquia era o "administrador da fazenda". Tanto poderia ocupar uma das posições inferiores, da primeira camada, quanto estar no topo da segunda. De fato, o seu prestígio e classificação dependeriam de sua situação pessoal. Se desse de uma "família boa" ou se fosse parente do fazendeiro, seria incorporado socialmente à primeira camada; se tivesse sido anteriormente um antigo camarada, que "subira" graças à devoção aos interesses do fazendeiros e à simpatia conquistada no ânimo deste, classificaria-se na segunda camada. Por isso, ser administrador da fazenda tanto podia significar perda de prestígio, quanto traduzir ascensão social. A primeira alter-

nativa é ilustrada pelo dito: — "É. Fulano já esteve mal uma vez! Chegou a ser administrador de fazenda!"

O que releva notar, nessas evocações — cuja veracidade sociológica, como meios de reconstrução do passado real, não nos interessa aqui — é o realce em que é posta a estabilidade nas relações sociais e as implicações do prestígio no tratamento recíproco. Elas retratam um sistema de posições sociais em que a mobilidade existe, é reconhecida, mas pode ser contida dentro de certos limites, sem transformar-se, portanto, numa ameaça à ordem social. Um *Zé dos Anzóis* qualquer nunca passaria de um zero dentro dele; pois a ascensão social dependia de relações pessoais, de conhecimento mútuo e principalmente do reconhecimento pessoal do esforço realizado, dentro de um círculo restrito de critérios de avaliação. Elas descrevem um sistema de relações sociais em que o *direito de mandar* e o *dever de obedecer* se regulam pela tradição e em que o parentesco coloria fortemente todas as esferas de ajustamentos sociais, conformando os interesses ou reativando as obrigações mútuas. Um exame superficial sugere, desde logo, que a imagem revida não reproduz mais o regime social imperante no vale no período de fustígio indiscutível do café, no terceiro quartel do século passado (4). Mas, o seu modelo atenuado, no qual todas as normas e padrões de comportamento senhoriais, que regulavam o tratamento recíproco do senhor e do escravo (5), foram abolidos. A insistência nos aspectos mais característicos da antiga organização social senhorial demonstra, porém, que se associam, nos meios humanos em que essas lembranças se conservam, atitudes de lealdade e de preferên-

(4) Análise sociologicamente, em seus aspectos mais gerais, por Maria Isaura Pereira de Queiroz cf. "A Estratificação e a Mobilidade Social nas Comunidades Agrárias do Vale do Paraíba, entre 1850 e 1888", in *Revista de História*, n.º 2, S. Paulo, 1950). Um estudo que abrange uma unidade maior de tempo e que merece ser considerado pelo leitor, embora se refira somente a uma das comunidades, é o de Lucília Herrmann ("Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos", Ed. da *Revista de Administração*, São Paulo, 1948). Vejam-se, ainda: Stanley J. Stein *op. cit.*; e Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, S. Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros-U.S.P., 1969.

(5) Sobre a etiqueta de relações sociais entre senhores e escravos na antiga ordem senhorial, cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, cap. II (in *Anhembi*, Ano III — n.º 31, vol. XI, S. Paulo, 1953).

ciã para com os princípios em que se fundavam as relações humanas no passado. Trata-se de uma impulsão de conservantismo social que é mais ativa e significativa que a mera "saúde de antanho". Ela configura toda uma perspectiva social que vincula ao passado os indivíduos que a aceitam, levando-os a procurar fora do presente uma inspiração para o ajustamento às situações sociais atuais e as medidas de valor para o exame crítico das "novas condições de vida". Vemos nessas evocações o clima sócio-cultural que alimenta as reflexões intelectuais, pessimistas mas construtivas a seu modo, de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Poderiam alegar que atitudes dessa natureza, polarizadas em torno do passado e da sua significação, são inadequadas aos ajustamentos e controles sociais impostos pelas situações de vida emergentes. Isso é verdadeiro, principalmente quando as tendências conservantistas se produzem em uma sociedade em mudança e quando elas contrariam as tendências evolutivas de transformação da ordem social. No caso das comunidades localizadas no Vale do Paraíba, é o que parece ocorrer, à primeira vista. Em quase todas as zonas impôs-se a substituição do cultivo do café pelo de outras plantas ou pela criação de gado. Além disso, várias atividades industriais ou extrativas se introduziram aqui e ali, sendo que a própria "lavouira de café" tende a ser explorada através de técnicas mais modernas. O afluxo de imigrantes, nacionais e estrangeiros, também contribuiu para afetar as antigas condições de existência e para criar novos focos de alteração da ordem social. Deixando de lado essas e outras questões — pois não temos o propósito de fazer uma análise sociológica das transformações sociais que se operam atualmente nas comunidades do vale⁽⁶⁾ — seria

(6) O leitor encontrará, em um ensaio de Carlos Borges Schmidt, algumas descrições relativas a alterações da vida rural em comunidades do Vale do Paraíba (cf. *O Meio Rural. Investigação e Estudos de Suas Relações Sociais e Econômicas*, 2ª ed., S. Paulo, 1946). Resstringindo-se a uma comunidade, Emilio Willems realizou uma análise sistemática das tendências conservantistas e de mudança social que se manifestam atualmente em quase todas as aglomerações humanas dessa ampla região, mesmo as mais isoladas e menos populosas (cf. *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo, S. Paulo, 1947). Essa análise é completada em obra mais recente: Robert W. Shirley, *The End of a Tradition*. Culture Change and Development in the Municipio of Cunha, Nova Iorque e Londres, Columbia University Press, 1971.

o caso de se indagar se as atividades apontadas prejudicam, de certa forma, os descendentes dos membros das velhas "famílias boas", em particular no que concerne à competição com os imigrantes nacionais e estrangeiros que lá se fixaram.

Através de entrevistas que fizemos, com descendentes dessas antigas famílias, alguns dos quais fazendeiros, outros funcionários públicos ou professores, constatamos que essas atitudes se vinculam a uma rede atual de interesses sociais. Para essas pessoas, a conservação de atitudes que as associam ao passado representa uma fonte de prestígio social e lhes confere uma dignidade toda especial, em confronto com os moradores mais recentes, enriquecidos por meio de atividades que gravitam em torno do comércio, da criação de gado ou de certas indústrias, e quase sempre através de penosos esforços considerados pouco conspícuos, em face dos exemplos legados pelos antepassados e defendidos pela tradição. De modo que a vinculação ao passado, além de ser algo emocional e moralmente compreensível, possui fundamentos sociais facilmente assinaláveis. Não constitui, portanto, uma mera ficção, para obter sensação de segurança e o sentimento de continuidade social. É também o ponto de apoio para o funcionamento de certos critérios de preservação do prestígio antigo, abalado pelo empobrecimento relativo ou completo, tanto quanto pela ascensão econômica de famílias adventícias; e o *background* que assegura, em condições econômicas e sociais relativamente adversas, a obtenção de posições sociais compatíveis com aquele prestígio e com as concepções de dignidade, herdadas do passado. Os imigrantes estrangeiros e os seus descendentes, bem como os mineiros e seus descendentes, que se localizam pela região, apesar de sua crescente hegemonia econômica, não encontram vantagens em romper com as linhas de acomodação estabelecidas por essa complexa noção de superioridade social. De um lado, já acharam tais pessoas exercendo a autoridade política e administrativa ou a direção das melhores fazendas. Aprenderam a respeitá-las desde o início, embora introduzindo distinções inevitáveis, que excluem uma avaliação uniforme dos símbolos de prestígio e dos critérios de graduação social, sustentados em nome da tradição. De outro lado, para eles próprios a ascensão social deixa de medir-se somente pelo sucesso econômico. A aceitação, na qualidade de *amigo íntimo* ou de *parente íntimo*, em grupos domésticos mais ou menos exclusivos, possui a significação evidente de reconhecimento

público de sua integração às camadas socialmente dominantes da sociedade.

Uma esfera em que as referidas atitudes parecem produzir efeitos contraprodutentes, tendo-se em vista os interesses ou as necessidades reais dos seus portadores, é a que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades econômicas nascidas do esfacelamento da velha ordem senhoria e do antigo sistema econômico, baseado na exploração exclusiva do café. A maioria dos informantes assevera que os mineiros traziam consigo recursos para adquirir terras e encetar a criação de gado. Todos reconhecem, porém, que os imigrantes estrangeiros, especialmente os italianos, não contavam com tais recursos. Obtiveram seu capital pela poupança. Aceitaram os percalços oriundos da própria ocupação em atividades menosprezadas e da observância de um nível de vida muito inferior ao que seria tolerável de acordo com a tradição. Pelo que podemos observar, tanto os mineiros, quanto os italianos, os sírios e libaneses, os japoneses, empregaram em maior ou menor grau as mesmas técnicas de poupança. A diferença entre eles parece estar mais no fato de possuírem os mineiros, que iniciaram a exploração da criação de gado, pecúlios acumulados anteriormente, nas localidades de onde provinham. Aos moradores nativos, entretanto, tais técnicas de acumulação de capital estavam naturalmente vedadas. Não só não seria *digno* ocuparem-se em determinadas tarefas ou serviços, como não seria *conspicuo* sujeitarem-se, mesmo transitoriamente, a um padrão de vida que sacrificasse, direta ou indiretamente, o prestígio da família. Em consequência, os descendentes dos antigos moradores, que possuíam alguns recursos ou mantinham intactas suas propriedades, em particular as fazendas, puderam ajustar-se sem dificuldades às condições de acomodação com os mineiros e com os imigrantes estrangeiros. Os que nada ou pouco possuíam, porém, ficaram, por assim dizer, imobilizados por sua situação econômica incômoda, presos a empregos que não expunham seu prestígio, mas que também não proporcionavam rendas capazes de contribuir para restaurar a influência anterior de suas famílias. Daí o dilema: ou procurar outros meios de vida fora do vale — em cidades como São Paulo, por exemplo — ou aceitar as condições insatisfatórias de existência social. É neste setor, entre os que optaram pela permanência nos lugares queridos, em circunstâncias difíceis, que é mais viva a lembrança do passado e em que se patenteariam ressen-

timentos mais intensos contra os “mineiros” e contra os “estrangeiros”. Sabem que também poderiam ter “enriquecido”, se se dispusessem, a tempo, a pagar um prego que lhes parecia tão alto pela prosperidade.

Assim, tende a operar-se uma indistinctível diferenciação, com referência aos interesses sociais dos descendentes dos antigos fazendeiros. Todos mantêm certas convicções, relativas à importância da agricultura e do café na economia brasileira. Mas os que conseguiram preservar uma situação econômica autônoma se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento rural da região. Os que se viram reduzidos a uma posição de heteronomia econômica, por causa da dependência de empregos na administração pública ou particular, se identificam mais com as possibilidades de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Pode-se verificar esse contraste pelas atitudes em face dos mineiros. Entre os entrevistados, um fazendeiro ancião nos afirmou, referindo-se ao passado: “Os fazendeiros daquela época entendiam que lavoura era café. O resto, para eles, era quitanda”. Outro, também ancião, disse-nos: “Para o fazendeiro é uma vergonha comprar alguma coisa que a terra dá. É como papai dizia: o fazendeiro que compra o que pode produzir na fazenda (arroz, feijão, frutas etc.), não é fazendeiro”. Um descendente de fazendeiro de café, mas que atualmente é funcionário público, sustentou por sua vez, no mesmo diapasão, que o café é o único produto que oferece garantia ao fazendeiro. No seu entender, “os antigos fazendeiros de café eram homens de caráter, de energia, de independência moral e de palavra”, qualidades que supõe existir até hoje nos que se dedicam a essa atividade. Todavia, os fazendeiros que defendem essas idéias procuram transformar suas fazendas, introduzindo nelas a criação de gado. É verdade que criticam os mineiros por não se associarem emocional e praticamente às suas representações sobre o padrão ideal de organização das fazendas, extraído das experiências tradicionais. Acham que eles reduzem as fazendas a metas empresas mercantis, destruindo as antigas benfeitorias ou pomares, reduzindo ao mínimo o pessoal e não cuidando de construir ou manter instalações para residência do fazendeiro e sua família. Mas imitam-nos, procedendo em maior ou menor escala quase do mesmo modo, talvez premiados pelas circunstâncias ou pela natureza do novo gênero de exploração. Já os que vivem de serviços que dependem da existência e do progresso de núcleos

urbanos, vêm na substituição do café pela criação um mal irreparável — e dele culpam os mineiros. Amam duas equações, expressas por um informante da seguinte maneira: a) "onde entra o boi, sai o homem"; b) "o mineiro é o maior inimigo da civilização: onde ele cria, desaparecem os seres humanos e a vida civilizada".

Nesse sentido, é interessante o que nos adiantou um funcionário federal, entrevistado em Jambero: "O leite é mais seguro que outros produtos sucedâneos do café. Tem saída garantida e não precisa de braços. Duas pessoas, quando muito, podem lidar com o gado". "A fazenda do meu (...) tinha 90 famílias. E agora que foi vendido para mineiros, tem umas 3 famílias. Três famílias dão conta do serviço". "Tasso é ruim para a cidade. Paralisa o comércio. Das fazendas têm saído muita gente. Elas têm poucos colonos agora. Da cidade também tem saído gente". Como se vê, pondo de lado outros aspectos, atrás de uma relativa uniformidade ideológica, começam a surgir, entre os descendentes das antigas "famílias boas", certas diferenças, matizadas pela polarização de seus interesses econômicos na nova estrutura social em formação. É que o mundo que os unia indissolivelmente se está esfacelando com celeridade e os seus destinos só se prendem pelo passado, mal se cruzando no presente, graças a afinidades que não podem possuir uma influência prática determinante.

Outra esfera, em que as atitudes indicadas parecem provocar efeitos negativos: à medida em que se associam a valores legitimados pela tradição, aquelas atitudes tendem a trans-formar-se em critérios de avaliação do presente e de exame crítico dos valores nascidos das novas condições de existência social. Daí resultam, se não tensões sociais propriamente ditas, pelo menos uma certa incapacidade de compreensão racional do presente e, em particular, manifestações de intolância diante de inovações socialmente necessárias ou inevitáveis. Os focos de vida social moderna, que se chocam mais diretamente com tais orientações de avaliação crítica, são os que se referem à quebra de assimetria no tratamento recíproco de indivíduos de posições sociais designais (nas relações entre patrão e empregado; entre pessoas de idades diferentes; entre o homem e a mulher em geral; entre o negro e o branco etc.); à inobservância das normas antigas de polidez, de certos comportamentos cerimoniais, a serem postos em prática em visitas,

na troca de cumprimentos, ao entrar em uma dependência íntima na casa dos pais etc.; à generalização de comportamentos privados, antigamente, dos fazendeiros ou que eram con-finados pela tradição, em termos de posição social dos agentes e de conveniência sociais; e, especialmente, às condições que favorecem a ascensão econômica e social dos "estrangeiros", da "mulher" e dos que não têm "eira nem beira", as quais sob-lapam os fundamentos da dominação patrimonialista e da ordem social tradicional. Nos limites deste trabalho, não podemos dispensar a esses temas de atenção que eles merecem. A título de ilustração, gostaríamos de apontar um exemplo. Ouvimos de um informante recriminações sobre o comportamento das esposas "modernas". Salientou que, no passado, as esposas não se envolviam em aventuras amorosas dos maridos. Mesmo quando desconfiavam das infidelidades ou conheciam, com certeza, as mucasas preferidas, guardavam um digno segredo. Se algum parente tentasse abordar o assunto, desmentiam categoricamente os boatos. Agora, "as mulheres vão discutir fora de casa as aventuras do marido. Assim, elas são as primeiras a estragar a reputação do marido e com isso destroem a reputação e a respeitabilidade da família. Por isso, hoje a família não tem mais a mesma consistência que antigamente, porque os filhos perdem o respeito pelos pais e a mulher pelos filhos e por si mesma. O marido fica também desacreditado diante dos amigos e dos filhos, porque é a própria mulher que toma a iniciativa de acusá-lo".

Seria necessário lembrar que tais atitudes produzem, também, efeitos que são socialmente construtivos: a consciência de um passado comum, em um país novo como o Brasil e em plena formação nacional, cria um comunidade de existência e associa de forma mais profunda os indivíduos. Doutra lado, ela conduz à convicção de que as pessoas, mesmo quando agem individualmente, o fazem como parte de um grupo e devem, portanto, proceder de modo a respeitarem os interesses coletivos e as normas morais de solidariedade social imperante dentro do grupo. Daí a projeção das atividades econômicas fora do âmbito exclusivamente personalista; as noções do que é "patriótico" e do que é "impatriótico" na organização econômica das fazendas, vistas isoladamente, como uma empresa, ou como uma unidade de um todo maior, em suas relações com as povoações circunvizinhas. Muitos ditam que os descendentes das antigas "famílias boas" defendem tais idéias por-

que elas exprimem econômica e socialmente os seus próprios interesses. Isto não é inexato, como já apontamos. Mas existem outros móveis atrás dessas idéias. Senão, por que somente eles combatem, abertamente, nas conversações ou mesmo por escrito, os efeitos do êxodo rural, do despovoamento das fazendas e das comunidades rurais? Além disso, por que, quando fazendeiros, alguns deles se esforçam por continuar a exploração do café ou por constituir fazendas mistas, de café e de criação? Na *Fazenda Barreiro* ouvimos de seu proprietário que "a lavoura é uma obra patriótica" e que o fazendeiro *deve* desenvolvê-la, desde que conte com mão-de-obra. O desejo de reconstruir a prosperidade do Vale do Paraíba com base na exploração do café tem levado esses fazendeiros a procurar novas técnicas agrícolas e a cogitar da recuperação das terras. Essa inspiração cria incompreensões, especialmente contra a industrialização, que se expande em algumas zonas, contra o melhor aproveitamento das possibilidades abertas pela criação, e contra certas medidas de intervenção do Governo no campo. Porém ela incide sobre algo que é essencial para um país agrícola: a necessidade de pensar com carinho e com inteligência os problemas da lavoura. É verdadeiramente uma pena que semelhantes preocupações surtissem tardiamente, quando a terra está exaurida, a mão-de-obra indecisa e o próprio cultivo do café comprometido. Certas tentativas, aparentemente coroadas de êxito, demonstraram, no entanto, que a esperança no café não é uma utopia. É antes uma questão de técnica, de organização do trabalho, de nível de preços no mercado internacional. Ainda assim, para muitos, uma esperança dessa ordem representa uma ilusão temerária.

APÊNDICE

O Café na Evolução de São Paulo (*)

Ninguém ignora que o café foi o principal fator de desenvolvimento econômico e da prosperidade de São Paulo. Graças ao café, a vida econômica de São Paulo saiu do marasmo em

(*) Publicado previamente pelo *Jornal do Comércio* ("Suplemento do Café", Rio de Janeiro, 19/1/1958) e transcrito pela *Revista de História* (São Paulo, julho-setembro de 1959, n.º 39). A conveniência de reproduzir aqui esse pequeno artigo é óbvia, pois ele permite

que se mantinha durante o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Ela integrou-se, rapidamente, no sistema econômico tropical, com profundas transformações no cenário natural e humano da região. O fenômeno ocorreu com tamanha rapidez, que mesmo os observadores mais atentos acabaram representando o café como um "fator" de povoamento, de enriquecimento e de progresso.

O que se poderia pensar, em nossos dias, do papel desempenhado pelo café na evolução de São Paulo? Depois de várias investigações, que puseram em evidência os aspectos negativos e as consequências construtivas de sua exploração e exportação permanente, seria legítimo manter as ilusões que alimentaram o labor dos pioneiros? Ele, de fato, proporcionou segurança e prosperidade às populações rurais que se dedicaram à sua plantação e colheita? Os fazendeiros, que se beneficiaram com a exportação dos produtos de sua lavoura, foram os agentes diretos ou indiretos da expansão econômica das cidades localizadas nas "zonas cafeeiras"? As técnicas modernas asseguram a revitalização de sua exploração econômica? É verdade que o café serviu de fulcro ao nascimento de outras atividades econômicas e continuará a ser o eixo de nosso sistema econômico?

Essas e outras perguntas deveriam ser feitas pelos estudiosos, que pretendessem examinar a importância do café como "fator" histórico-social. Não nos julgamos credenciados a respondê-las: por incrível que pareça, os principais aspectos da chamada "civilização do café" continuam ignorados ou mal conhecidos. Por duas vezes, pelo menos, tentou-se estudar o fenômeno em conjunto, segundo critérios objetivos e sistemáticos. Na primeira, um grupo de especialistas, ligado a um órgão que teve duração efêmera, o *Instituto de Pesquisas Sociológicas*, propôs um plano exaustivo de investigação da "estrutura e organização social das zonas cafeeiras" (esse projeto de pesquisa foi publicado pela revista *Sociologia*, vol. I — n. 2, 1939, págs. 94-101). Na segunda, o Prof. Fernando de Azevedo elaborou, em setembro de 1947, um plano sobre "A Civilização do Café em São Paulo: Estudo Sociológico de

situar a influência do café como fator histórico-social, inclusive em função da importância que teve para a prosperidade econômica e social do Vale do Paraíba.

suas Origens, Estrutura e Mudanças", que deveria ser desenvolvido em colaboração pelos professores e assistentes do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ambos os projetos abortaram, por falta de recursos financeiros, o segundo após a realização de algumas excursões de pesquisas no Vale do Paraíba.

Ainda assim, é possível assinalar alguns traços mais relevantes e gerais da influência do café na evolução de São Paulo. O primeiro deles diz respeito, naturalmente, à inclusão da economia paulista no sistema econômico tropical. O café foi, sem dúvida nenhuma, o produto que permitiu esse processo e deu a São Paulo a posição de principal unidade exportadora do país. Embora se possa sustentar que outros produtos seriam capazes de desempenhar funções análogas, o fato é que as tentativas relacionadas com a exploração do algodão, da cana-de-açúcar, do chá etc., foram empreendidas sem sucesso prático apreciável. Graças a circunstâncias que não vem ao caso discutir agora, o café impôs-se como o produto tropical que integrou a vida econômica de São Paulo à economia produtiva da nação e à economia internacional.

Todos os demais traços da influência histórico-social do café decorrem dessa situação: como produto básico de nossa economia tropical, ele se projeta como o substrato econômico de todos os processos que marcaram a formação e o desenvolvimento de novos estilos de vida em São Paulo. Por isso, é possível associar ao café fenômenos tão diversos como a constituição de uma aristocracia rural semelhante à que existia no norte do país (como ocorreu principalmente no Vale do Paraíba); o florescimento de nova mentalidade econômica, que fez do fazendeiro paulista um legítimo representante do espírito capitalista inerente à exploração econômica de produtos agrícolas tropicais (o que se exemplifica com a expansão do Oeste Paulista); a desagregação do regime servil e a implantação do trabalho agrícola livre; a imigração e a ascensão social dos imigrantes; a mobilidade de populações, com seus reflexos do desbravamento do "sertão" e na fundação de cidades; a diferenciação de nosso sistema comercial e bancário, bem como a concentração das riquezas e a reaplicação de capitais fora da lavoura. Mesmo um fenômeno como a transformação de São Paulo em comunidade urbana e em metrópole ligada-se, diretamente, a consequências produzidas pelo surto econômico cafeeiro. Pois, foi a expansão do *Oeste Paulista*

que fez da cidade de São Paulo o centro econômico de vasta região produtiva.

É preciso salientar, porém, que em cada caso ou em cada uma dessas conexões o café não conta como tal. Não foi o café que deu origem a este ou àquele efeito. O fator dinâmico, propriamente dito, está nas condições de sua elaboração em elemento básico de nossa economia tropical. Vendo-se as coisas deste ângulo, o café se apresenta como uma das peças de engrenagens mais complicadas. Tomemos, como exemplo, a mobilidade horizontal de populações: é ela um efeito puro e simples da "sede" ou da "ânsia" do café por "terras virgens"? Está claro que não. Esse efeito prende-se a um conjunto maior de determinações, em que se deve ter em conta a disponibilidade de terras virgens, o custo da mão-de-obra agrícola, o ritmo da procura, os lucros assegurados pela venda do produto etc. Essas determinações é que pesaram, de modo específico, na preservação e na aplicação de técnicas agrícolas rudimentares, que tornaram o café uma planta migrante e fizeram o homem caminhar atrás dela. Mas ele é uma peça constante, que está sempre presente nos processos econômicos ligados à conquista e à ocupação da terra pelo homem. Daí o seu caráter de influência universal, como condição material que se repete inevitavelmente, mesmo através de flutuações na organização da vida econômica.

Desta perspectiva, é fácil perceber que o café não é um episódio do passado, na evolução de São Paulo. A influência do café tem preocupado os geógrafos, os historiadores e os sociólogos mais em termos de "realidade vivida": o que aconteceu no Vale do Paraíba, no Oeste Paulista, nas *zonas pioneiras*, graças às riquezas e às oportunidades criadas pela exploração do café? Esse tipo de análise *ex eventu* dá-nos a possibilidade de acompanhar todo o ciclo "natural" percorrido pelas famílias, pelas cidades e pelas regiões *emigraçãs* com o café. A prosperidade traz consigo a importação de um nível de vida que, com frequência, não pode ser mantido após a evasão da planta para outras áreas. Ou, então, ela representa o início de novos empreendimentos: nas zonas rurais, da criação ou da policultura; nas zonas urbanas, do comércio e da industrialização. De um lado, temos a alternativa representada pelas "cidades mortas"; de outro, parte da explicação do crescimento de cidades como São Paulo, Campinas, Marília etc. Também homens de ação vêem os processos sociais e econômicos desse

ângulo, o que os leva a ter pouca confiança no futuro de São Paulo. Parece-lhes que o café, como fonte de riqueza, está com os dias contados.

Ora, a maior lição que se pode tirar de uma análise evolutiva consiste em que o café revela grande plasticidade de adaptação a diferentes regimes de exploração econômica. Em geral, pensa-se que ele foi explorado com êxito por causa da combinação do latifúndio à lavoura devastadora, o que permitia a migração do homem e a reconstrução das plantações em outras áreas. O que aconteceu no norte do Paraná veio demonstrar que é possível obter sucesso independentemente de uma dessas condições (o latifúndio); o que está ocorrendo em áreas previamente esgotadas (tanto no Vale do Paraíba, quanto no Oeste Paulista), demonstra que aquela combinação constituía o produto de uma tecnologia agrícola deficiente, incapaz de assegurar a restauração do equilíbrio na natureza pelo homem. Definitivamente, ambos os tipos de experiência sugerem que a importância econômica do café não deve ser vista como algo do passado.

Essa conclusão não é desvirtuada de significação. Ela indica que o café continuará a ser produzido em terras paulistas, seja para exportação, seja para o consumo interno. O seu papel como substrato da vida econômica e social, todavia, terá que se alterar substancialmente. Deixando de ser o fulcro das atividades econômicas produtivas, perderá concomitantemente a antiga influência ativa, que o convertia em denominador e foco de crescimento de uma civilização. Processo similar afetou a posição de outros produtos na evolução da economia brasileira. Contudo, como escreve Roger Bastide, "o reino do café ainda não terminou", já que dele depende o equilíbrio econômico e financeiro do Brasil. Em outras palavras, isso quer dizer que ainda não se encerrou a fase das influências socialmente construtivas do café. Se ele não oferece mais a motivação do comportamento econômico, em troca fornece grande parte dos recursos que alimentam a formação da civilização industrial em São Paulo. Mesmo que esta venha a ser a sua derradeira manifestação como fator histórico-social, está fora de qualquer dúvida que esta será rica de consequências para o futuro da sociedade brasileira.

CAPÍTULO X

UMA EVOCAÇÃO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA (*)

A guerra, como fenômeno social, tem preocupado singularmente os psicólogos, antropólogos e sociólogos contemporâneos. Para isso muito contribuíram os acontecimentos que envolvem o mundo ocidental na Segunda Grande Guerra e as controvérsias provocadas pela aplicação bélica da energia atômica. Depois de terríveis experiências históricas, o homem ocidental procura descobrir, através das ciências humanas, o que alguns psicólogos chamam de sucedâneos da guerra, e o que certos antropólogos preferem designar como equivalente cultural da guerra. Os sociólogos, provavelmente por questão de modéstia, têm-se limitado a proposições menos ambiciosas, satisfazendo-se com tentativas de explicação da função social da guerra nas diferentes sociedades humanas. Acreditam que poderão, assim, conhecer cientificamente os fatores que determinam a integração da guerra em sistemas sociais tão diversos, como seria, por exemplo, a sociedade Tupinambá comparada com a sociedade em que vivemos, e indicar, na base de tal conhecimento, técnicas sociais de tratamento da guerra. Admitindo que um problema social só pode ser resolvido por meios sociais, os sociólogos não se iludem com as perspectivas exageradamente otimistas dos psicólogos e antropólogos. Por isso, interrogam com tanto interesse a organização social dos diferentes povos, visando extrair dela, se não a eliminação

(*) Resenha do livro de Paulo Duarte, *Palmares pelo Avesso* (Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1947), publicado por Nuto Sant'Anna na forma de artigo em *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXXXIII, São Paulo, 1949 (págs. 23-35), sob o título "A Revolução Constitucionalista e o Estudo Sociológico da Guerra".

das estruturas guerreiras da sociedade, da cultura e do comportamento humano, pelo menos um saber positivo sobre as formas sociais de controle da guerra.

Nem todas as sociedades dispõem, entretanto, de fontes históricas capazes de oferecer à investigação sociológica uma documentação suficientemente rica e completa. Com relação aos povos primitivos, *verbi gratia*, os sociólogos precisam contar-se com os dados que eles próprios conseguem recolher através da observação direta e com as indicações, nem sempre claras, dos fatos conservados pela tradição tribal. No caso dos povos primitivos que entraram em contatos com os brancos a documentação, em geral, é a mais variada. Assim, pode-se estudar, com relativa profundidade, a função ecológica e social da guerra na sociedade Tupinambá, aproveitando-se os dados fornecidos por Léry, Gabriel Soares, Thevet, Cardim, Knivet, Abbeville, Evreux etc. Mas é nos povos que dispõem da escrita, como as sociedades ocidentais, que a análise sociológica da guerra encontra um terreno suficientemente sólido. Em tais sociedades, um complexo conjunto de fontes históricas transmite para a posteridade fatos significativos para a exploração da emergência de guerras em determinadas conjunturas sociais e descrições mais ou menos satisfatórias sobre o desenrolar das mesmas. Diários de campanhas, memórias, autobiografias e correspondência de militares, descrições de ex-combatentes, romances, ensaios históricos, documentos e mapas oficiais etc., fornecem à Sociologia uma base empírica tão consistente quanto a que se poderia conseguir pela observação direta. A leitura das penetrantes páginas de Simmel sobre a guerra como fenômeno social dá uma idéia do que se poderá obter, quando se tentar a exploração sistemática dessas fontes.

Entre os livros por mim recebidos ultimamente, encontra-se o diário de um ex-combatente da "revolução constitucionalista", o qual comporta um aproveitamento desse gênero. Trata-se de *Palmares pelo Avesso* (Ipê, S. Paulo, 1947), em que o autor, Paulo Duarte, nos oferece uma descrição viva e dramática da sua participação dos combates no *Destacamento Leste*. Por meio desse relatório, pode-se acompanhar, *part-passu*, as sucessivas retiradas das tropas constitucionalistas, de Cachoeira até Aparecida, e as batalhas travadas entre elas e as tropas federais. Na qualidade de *diário de campanha*, o livro contém dados suscetíveis de utilização sociológica. Em primeiro lugar, fornece base empírica suficientemente sólida para permitir a

reconstrução histórica das operações dos exércitos insurreto e legalista na referida frente de batalha. Em segundo lugar, a documentação apresentada descreve situações em que o autor se viu envolvido com os seus companheiros de armas. Por isso, pode ser aproveitada em duas direções. Na parte propriamente autobiográfica, dá abundante material para um "estudo de caso", em que o problema central seria de mudança de personalidade: como as condições de existência social nas trincheiras transformam a mentalidade de um *civil*, provocando lentamente a emergência de sentimentos, emoções e atitudes características do *soldado*. Na parte narrativa, reúne informações sobre a vida na frente de combate e descrições de cenas quotidianas ou de atividades rotineiras, bastante significativas para a análise das atitudes e do comportamento dos soldados, das relações dos soldados nas trincheiras, bem como do aparecimento e das manifestações de ideais coletivos.

Alguns exemplos poderão surgir ao leitor a variedade e o tipo de documentação contida no livro. Seria interessante tomar, *verbi gratia*, as auto-análises de emoções e sentimentos contidas nas págs. 25, 31, 33, 153 e 268-269. As auto-exposições citadas não guardam, entre si, uma ordem de sequência lógica; mas constituem índices expressivos de mudanças de atitudes, relacionadas com a interferência de novos fatores sociais. São, em particular, evidências de mudanças de comportamento motivadas pelo *status* de soldado e exercício dos papéis correspondentes. Assim, o autor viu-se envolvido, ainda *calouro*, em uma situação crítica: a insegurança de um tenente pôs em risco, em um momento difícil, a posse de um setor. Sua incapacidade de controlar as emoções levou-o a desmaiar diante dos soldados e estes esboçaram um movimento de recuo. "Tive ímpeto de matá-lo, mas faltou coragem. Alguns dias depois, com mais algumas semanas na frente, quando o respeito pela vida humana deixa completamente o espírito dos mais tímidos e escrupulosos, tê-lo-ia matado. Porém, nesse dia de estrela, sem querer, ainda não dominavam em mim as virtudes da guerra. Ao contrário, o medo da morte e a covardia em matar — os vícios da paz — é que nem sofrava direito para aparentar, àquele instante, a atitude que devia manter quem os soldados chamavam de capitão" (págs 24-25). Mas, pouco a pouco, o autor conseguiu despojar-se dos "vícios da paz", incorporando à sua personalidade valores que lhe permitiam compreender os "encantos da guerra". O processo

pode ser descrito, utilizando-se o material do livro, em diversas direções. Neste comentário limitar-me-ei à apresentação de alguns tópicos sobre a modificação de atitudes diante dos cadáveres, a capacidade de autodomínio e as representações sobre a morte. Os contatos com os cadáveres suscitavam, a princípio, reações subordinadas a padrões de comportamento inadequados. "Eram os primeiros cadáveres que eu via na frente. Sentí repugnância de tocá-los. Enquanto os olhava, à beira da linha, esperando a gôndola, dançava em meu espírito tudo quanto pode pensar quem ainda não está adaptado à carnificina" (pág. 31). Lentamente, as reações foram ajustadas à nossa situação, de acordo com as experiências e os padrões de comportamento vigentes nas trincheiras. Acompanha-se, assim, o processo através do qual a cultura promove a racionalização das manifestações emocionais dos indivíduos, abrigando-os de si próprios, isto é, protegendo-os contra os resultados fatais a que estariam expostos se ficassem abandonados às contraditórias manifestações dos sentimentos pessoais. Encarando-se o processo do ângulo antropológico, pode-se compreender a progressiva "insensibilização" dos soldados como consequência da vigência de novos valores sociais. Portanto, a *insensibilidade* revelada pelos soldados, depois de ajustamentos bem sucedidos, nem sempre pode ser encarada como perda de "qualidades" pessoais e de potencialidades emocionais. Constitui, apenas, expressão de tipos de racionalização e de controles sociais dos sentimentos e das emoções individuais, através de mecanismos culturais. Eis como se poderia ilustrar, com poucos trechos, esta explanação: "Aos poucos nos acostumamos com os encantos da guerra. Fizemos intimidade com o sangue e a morte. Já não olhávamos os cadáveres com a mesma repugnância. Nem pelo cérebro dançava agora, ao vê-los, qualquer comentário. Tocava-os sem pensar em lavar as mãos depois". "Via-os sem atenção. Eram coisa inútil. Mandava-se um morto para trás, da mesma forma que as marmotas vazias ou as armas quebradas" (pág. 33). "Esgotaram-se as reservas sentimentais. Acabara já de consolidar em mim a mentalidade de combatente. Sentia mortos todos os meus preconceitos, todas as superstições..." "Estou perfeitamente à vontade até para matar. Um dia destes, na frente foi que descobri a morte de todos os meus escrúpulos. Uma granada derrubara várias soldados. Casualmente eu vinha chegando. Um médico socorria os feridos. Um destes fora lançado atrás

de uma moita junto a um cadáver ali oculto das vistas dos que ainda gemiam. Aproximei-me deste ferido que respirava uma espuma sangrenta. Uma bala do crânio, outra no peito. Estranhei que socorressem outros antes dos mais graves. Quando os padioleiros partiram com o último mutilado, o médico justificou". "Nem bem despachara o meu sapador, ecoou um tiro atrás de mim.

"Com a pistola na mão o médico explicou:

"— Para limpar o cano, estava muito sujo..."

"Aproximei. O agonizante estremecia levemente". "Acho que em qualquer outra eventualidade, teria tido qualquer impressão. Ali não senti nada. Até, nos rápidos momentos em que o caso me dançou na memória, achei razoável aquele método de dar uma solução rápida a uma situação irremediável..." (págs. 152-153). "Coisa curiosa: há três dias senti remorso por haver matado um porco. E hoje não senti nada ao matar um homem... Nunca tivera tido até agora a certeza de haver sequer atingido alguém. Neste momento tinha a convicção, todas as provas ali estavam. Certa absoluta não de o haver ferido, mas de o ter matado, porque não o atingi com um fuzil, o que poderia fazer admitir a hipótese de um ferimento apenas. Mas de uma rajada em cheio, ninguém escapou! E depois eu o vi por algum tempo após a queda. Lembrei-me quando se alçou, depois da rajada, tão perto que cheguei a ver-lhe as feições. Os olhos esbugalhados, abandonando o fuzil com o qual vinha de atirar". "Uma rajada era uma rajada". "Fosse o que fosse, o fato é que eu tinha matado um homem. E eu não sentira a menor impressão" (págs. 268-269).

Os textos citados mostram que o abandono de certas convicções e atitudes prende-se ao fato de determinados padrões de comportamento deixarem de ter vigência nas situações enfrentadas pelos soldados na guerra. O *status* de guerreiro está polarizado em torno de padrões de comportamento cuja observância desenvolve qualidades especiais e modifica profundamente a perspectiva social dos indivíduos. Entre outras, as representações sobre a vida e a morte adquirem outro significado e função. Atitudes que em situações anteriores acen-tuavam o valor da vida humana, assumem um sentido específico: com referência ao "nosso grupo", conservam todo o conteúdo positivo; em relação ao inimigo, porém, exprimem-se de modo negativo: o sucesso e a preservação de um grupo

depende, estreitamente, do aniquilamento total ou parcial do grupo antagonico. As *atitudes humanitarias* são assim restringidas e suas manifestações concretas convertem-se em um mecanismo de proteção dos que lutam de um mesmo lado ou por uma mesma causa. Contudo, as representações sobre a morte sofrem redefinições mais radicais. Pois, aqui, torna-se necessário integrar o guerreiro em um duplo sistema de ajustamentos. De um lado, ele precisa reelaborar suas concepções sobre o significado da morte. Esta cai, de choître, dentro da esfera da consciência como uma ameaça permanente. Por isso, a idéia de que a morte é uma probabilidade constante e talvez um prêmio certo, sublinha todas as atividades rotineiras, das mais simples às mais complexas. A noção de *perigo* acaba recebendo nova interpretação, e o clima de heroísmo emerge dentro de uma configuração cultural em que os atos deixam de ter, em si mesmos, um caráter excepcional ou dramático. Tornam-se exigências da situação e a consciência do alcance dos mesmos nem sempre nasce de um ímpeto heróico. De outro lado, o guerreiro precisa, como em relação à idéia de vida, integrar suas atitudes em duas categorias culturais discrepantes; uma, que se associa a manifestações emocionais positivas, relativamente fortes, quanto às perdas do "nosso grupo"; outra, que traduz polarizações negativas das emoções individuais, nos casos de malogros fatais para os inimigos. O grau de regulamentação ou de controle sociais de ambos os tipos de emoções é que determina a intensidade das ações agressivas e retaliadoras nas operações coletivas. Em grande parte, a integração do "nosso grupo" flutua em função dos mecanismos sociais de sublimação das emoções pessoais em atos construtivos, propostos em termos de objetivos do grupo. Por meio desses mecanismos, as emoções pessoais positivas são canalizadas para os alvos do "nosso grupo" e as emoções pessoais negativas são contidas, nas exteriorizações objetivas, dentro dos limites de representação estabelecidos pelo "nosso grupo". Quando esses mecanismos sociais não se ajustam equilibradamente uns aos outros e à situação total enfrentada pelo grupo, a ação dos guerreiros fica entregue às flutuações dos sentimentos e emoções pessoais; a integração ao "nosso grupo" das atividades de cada um, considerado individualmente, e a coordenação das atividades propriamente grupais, processam-se com dificuldades. Surge, então, um ambiente propício à desorganização da personalidade e da ação coletiva. Manifestações desarticuladas de bravura e

de desespero pessoais, bem como de pusilanimidade e covardia individuais, tornam-se frequentes, interferindo seriamente no equilíbrio do sistema organizatório do "nosso grupo". O livro comentado oferece ampla base empírica (além dos trechos já citados), para uma análise deste tipo, permitindo a evidência de que o fracasso da "revolução constitucionalista" se deve, em parte, ao funcionamento inadequado dos referidos mecanismos grupais de regulamentação do comportamento e de organização das atividades coletivas (cf. págs. 15-329).

A documentação fornecida pelo livro permite lidar, porém, com problemas menos gerais. Assim, é interessante acompanhar a mudança de atitudes diante dos objetos desejados (cf. págs. 130-133). "O soldado em campanha, com a maior naturalidade deste mundo, tenha sido ele na vida normal o homem mais honesto da terra, vai se apossando de tudo quanto lhe caia debaixo dos olhos". "A desapertação faz parte dos usos e costumes militares". "Desapertar tudo quanto encontra é o pensamento mais comum que viaja de baixo de uma farda combatente" (pág. 130). O autor descreve as próprias indiciões, quando precisou "desapertar" um binóculo; mas, através de uma série de racionalizações, chegou à conclusão de que o binóculo estaria servindo melhor em suas mãos e conseguiu ganhá-lo de "presente". Outra sugestão de interesse sociológico refere-se ao emprego sincrónico das metralhadoras. Os soldados obtinham certos efeitos sônicos, como o zé-pereira, combinando as rajadas com per�icia. Com isso animavam os companheiros e quebravam parte da monotonia das perigosas atividades rotineiras. Do mesmo gênero são as atitudes de réplica: "O Felício comentou: — Vamos repicar o jogo do inimigo: os seus 120 mais 30!..." (203). Essas seriam, para os sociólogos e antropólogos que vêem na guerra uma espécie de jogo, ilustrações significativas. Há também o registro de várias cenas da vida dos soldados nas trincheiras, através das quais o sociólogo pode ter conhecimento dos assuntos prediletos nas conversações e dos valores sociais básicos que as informam. Apesar dos efeitos literários que o autor procura tirar, pode-se avaliar o teor analítico de tais descrições pelo seguinte excerto:

"Um mulato claro contava um montão de inimigos que, na frente sul, varrera com a metralhadora. Os companheiros apartavam, cada um memorando, também uma valentia.

“— Não se lembra, naquele dia, perto de Faxina? O! dia feio! Nunca fabriquei tanto morto, na minha vida! De noite, o batalhão inteiro estava de capote novo oferecido pelos defuntos.

“— Agora, um bicho foi ali o André! Hein? André! Abriu o peito dum capitão mineiro com a granada de mão!

“O André, sorrindo, veio contar a sua história. Quase um adolecente. Fora no Túnel. De madrugada, o inimigo assaltou as trincheiras. O pessoal plantou firme. Mas, depois, acabou a munição e o apertado mandou lembrança! Aí o comandante disse para escorar com a granada de mão. O inimigo, quando viu a trincheira quieta, avançou, pensando que tudo tinha fugido. Foram chegando devagar. Bem pertinho, éta Nossa Senhora! Quanta porrada! Os abacaxizinhos fizeram uma limpeza! Era pedaço de mineiro pra toda banda! A mineirada que ainda pôde desandou pelo morto abaixo que parecia pedra rolando!

“E prosseguiu:

“Foi aí que eu vi um capitão deles procurando animar o pessoal. Não tive dúvida, pulei pra fora da trincheira, já com o tatinzinho sem colchete pronto para arrebentar. O capitão, quando me viu, virou o revólver, mas já a granada arrebentava mesmo em riba do peito dele! Ehl rapaz, só ficou a cascá! Abriu desde o peito até detrás da bunda. (O pequeno ilustrava com o gesto, indicando o próprio corpo.) Espirrou tripa e bofe pra todo lado! concluiu, cuspiendo de esguicho.

“Uma risada de aplauso cobriu a descrição. O fato foi confirmado por companheiros. Olhares de admiração, de inveja cercavam o herozinho, que estava de verve:

“— Nesse dia, eu ganhei a divisa de cabo e um capacete novo.

“— A divisa, o meu capitão. O capacete, o defunto.

“O aplauso geral traduziu o sonho de cada um por oportunidade igual. Nem sempre vinham, ao mesmo tempo, o par de preciosidades, capacete e divisas” (págs. 22-23).

O trecho acima também descreve as formas aprovadas de obtenção de prestígio. Aliás, este é um tema que merece menção especial, em virtude de abundante documentação fornecida pelo livro. A referência mais explícita à correlação de prestígio e *curriculum* guerreiro é a seguinte: “A metralhadora de cá, do Barros, conhecia-se pela variante musical dos tiros.

Um dos bons soldados, o Barros. Adaptou-se à guerra com a maior facilidade. Hoje, uma espécie de líder dos companheiros. Ganhou prestígio pela maneira única por que na guerra se ganha prestígio: matando” (pág. 69).

Entre outros problemas sociológicos da guerra, o leitor encontrará ainda, no relatório de Paulo Duarte, dados de fato para a análise da reação circular, das relações de companheirismo, da ética militar e da função de liderança nos grupos guerreiros. Quanto ao primeiro problema, é preciso esclarecer que o principal atrativo do material recolhido está no fato de se referir a uma situação social específica, na qual são visíveis as manifestações de desequilíbrio do sistema organizatório do exército constitucionalista. Por isso, como se constata por meio de diversas descrições, o “medo” eclodia com relativa freqüência, substituindo por emoções desintegradoras o inaproveitamento cultural das aptidões e qualidades pessoais dos combatentes. Ao sociólogo interessam, especialmente, as observações sobre os processos de propagação e de retenção do medo. “As vezes, só uma reação hercúlea pode evitar o domínio do medo. Em especial quando se manifesta coletivamente. Um nada pode provocá-lo. Vi tropa bater-se de dia e de noite, tesa, fria ao pior dos riscos. Passado o perigo, tudo calmo, sem a menor causa: rato que correu, o estalido de um galho seco, uma arma que disparou, é o pânico!” (pág. 99). O autocontrole, em tais condições, é resultado de uma concepção de segurança profundamente penetrada pelas expectativas de perigo e pelas representações sobre a morte, desenvolvidas nas trincheiras, e depende em larga escala da capacidade grupal de ação e de ajustamento à situação crítica. “O segredo do domínio é não perder o raciocínio. Basta pensar que no mais das vezes a segurança está no lugar mais perigoso e a morte numa retaguarda, num ponto abrigado. Qualquer sobresalto é inútil. Aquela soldadinho assassinado, à nossa vista, no vagão, dias e dias andou pela frente de Bianor, fez a retirada de Queluz no próprio carro em que muitos foram atingidos pelas primeiras balas dos invasores. Foi morrer quando já não havia o menor perigo... A morte não veio do inimigo. Estava a meio metro, no fuzil do companheiro...” (pág. 99). “No ambiente especial das linhas de fogo, essas coisas e mais o hábito vão pondo a gente indiferente e apático. Mas, apesar disso, é preciso um alerta contínuo, porque o medo é o melhor cumplice do inimigo — cai de improviso. É preciso habituar-se

a ter medo para dominá-lo bem" (pág. 99). Em trecho anterior, encontra-se um bom exemplo de como se processava a retenção de um movimento incipiente de pânico e recuo: "O bombardeio, geralmente, começava às dez horas. Desde a véspera o rancho não chegava na trincheira. Um grupo do Piratiniga distraía-se da fome respondendo aos tiros inimigos. O Fernando, que trabalhava num F. M. reclamava munição. O Pereira que os comandava (o Piratiniga quase nunca teve um oficial na trincheira) esperava o bombardeio da maneira por que numa trincheira se espera um bombardeio certo. Entremeadas com os tiros, as pilhérias nervosas cruzavam-se. O Fernando, que esvaziava outro pente, susteve uma frase ao meio, encostou a cabeça à beira da vala e, devagarinho, como um corpo cansado que se entrega aos poucos, foi escorregando para o fundo da trincheira. O companheiro que lhe passava munição viu um fio vermelho na fronte do outro. Como uma criança que se assusta e chama pela mãe, o companheiro do Fernando chamou também:

"— Pereira!

"O comandante do grupo fez estender o cadáver sobre uma lona. Escalou dois para levá-lo e mandou que se prosseguisse o fogo.

"Como um grupo de crianças que se tivesse contagiado do susto da primeira criança, os rapazes cheios de comoção não sabiam obedecer. Um deles, chorando, declarou que não podia mais ficar ali. Outros fizeram coro com o primeiro. O choro já amolgava as feições de mais um. O Pereira, quase contagiado, pensou no pânico. Pensou no bombardeio que deveria iniciar. Pensou no provável ataque depois do bombardeio. Pensou na trincheira vazia ocupada pelo inimigo. Pálido, sibilino, malcriado, as palavras ríchochetando pelos dentes concordou com eles:

"— Vocês têm razão! Não embora depressa, porque agora vai começar o bombardeio!

"O pranto estancou-se, as feições recompueram-se. Dois minutos de silêncio e estourou a primeira granada. Durante uma hora duas baterias martelaram o Morro Verde.

"Os meninos tinham virado homens!" (págs. 96-97).

Do mesmo modo, ocorrências insignificantes podem provocar uma debandada: "... Fizemos uma longa fileira, o tenente à frente, seguido dos homens e eu à retaguarda. Quase

transpúnhamos o perigo, quando subitamente, em disparada, volta o tenente, para trás. A soldadesca apovarrada debandou pela encosta abaixo.

"— É a mim que eles estão visando! exclamava o tenente de olhos esbugalhados. Por causa dos galões! continuou. Arranquei as platinas para desviar a atenção dos inimigos.

"E mostrava os ombros rasgados pela violência com que arrebatara os galões.

"— Ora, tenente, o inimigo está a oitocentos metros e a essa distância não se vê nem cara, quando mais galões!

"E ante o espetáculo dos homens rolando os barrancos, às armas atiradas fora, no pânico provocado pela covardia de um oficial, roeu-me um desespero doloroso" (pág. 57).

Na base de suas experiências, o autor ofereceu-nos uma representação vívida da influência da guerra, na supressão das barreiras sociais: "Quase de manhã, uma sede horrível me torturava. Embora molhado completamente, tinha a garganta ressequida pelos gases da pólvora.

"— Ninguém tem água, aí?"

"— Aqui, tem um pouco, seu capitão.

"Era um preto fantásticamente feio. Beiços inchados e feridos, dentes podres, gengivas escuras abertas num sorriso para me agradar. Eu testemunhara já a sua bravura e destemor. Mas tinha nojo da figura mulambenta que lembrava os morféticos de estrada". "Agarrei-o (o cantil) rápido e emborqueei, bebendo de um só trago o resto da água que continha, um líquido salobro com gosto de terra. Ao devolver o cantil ao dono, esse também tomava água. Ele também tinha sede. Estava bebendo numa poça suja à borda da trincheira". "Toda a ternura que pode ter um homem que passou a noite combatendo, pus no meu agradecimento". "*A trincheira nival e acaba com os escrúpulos*" (págs. 37-38; o grifo é meu).

A documentação sobre as relações sociais dos soldados, entre si e com os oficiais, é bastante rica. Mais do que estes aspectos da vida social nas trincheiras, porém, atrai a atenção do sociólogo, no livro, as consequências da composição heterogênea do exército constitucionalista. O ajustamento recíproco dos componentes do exército, principalmente os oficiais, foi perturbado pelos atritos devidos à sua extração de camadas sociais diversas: uns eram oriundos de corporações militares, outros de população civil. O autor nota "um orgulho tolo de

quase toda a oficialidade de carreira, desprezando os civis que se tornaram oficiais, na linha de frente; pela gente do Exército não receber com boa cara o comando de superiores da polícia. Indivíduos incapazes de compreender que ali não existia mais nem esta nem aquela corporação, mas um exército novo, que deveria permanecer unido e forte contra um inimigo novo, e forte!" (pág. 58). Graças a essa situação, ocorriam inter-relações graves no sistema organizatório do exército constitucionalista. Tais antagonismos constituíam fatores de perturbação das atividades militares e muitas vezes provocaram resultados desastrosos. Eis um exemplo esclarecedor: "Este, uma noite, narrou-me o incidente da Vala Suja, no qual tomara parte. Tudo culpa exclusiva do tenente que comandava o Blindado. Ao atacar, por engano, a nossa trincheira, o próprio tenente, que não quisera ouvir o Nino sobre a sua localização, assumira uma das metralhadoras pesadas. O Sargento Benjamin chamara-lhe a atenção sobre a possibilidade de um erro: insensatamente e de má cara como fizera ao Nino, cortara a observação do sargento com um gesto brusco. E uma dezena de soldados nossos foram assassinados" (pág. 281).

Quanto à ética militar, gostaria de indicar aqui apenas duas ocorrências. Uma diz respeito às atitudes de *honra*: o Trem Blindado caiu em uma tocaia. "A ordem de recuo foi dada, rápido". "Vagorosamente, o trem principiava a rodar. Mais dois tiros seguidos e as granadas assoviavam arrebatando no flanco esquerdo" (pág. 286). Nessa circunstância, o maquinista do trem pretendia guardar certas conveniências da ética militar: "a máquina chamou-me ao telefone. O Silva, maquinista, consultava se não seria melhor atástarmos vagorosamente para que o inimigo não pensasse que estivéssemos com medo..." (pág. 286). A outra, refere-se à resposta que o Capitão Saldanha deu a outro oficial: "o militar não se deve julgar abandonado e sim honrado quando lhe dão um posto de sacrifício" (pág. 237).

De toda a documentação exposta no livro, a mais rica e sólida corresponde às atividades e comportamento dos oficiais. O material contido nos quatro primeiros capítulos apresenta, pois, ampla consistência para uma análise sociológica da liderança nos grupos guerreiros. Mas a excelência da documentação não repousa no acúmulo de dados. Ao contrário, ela nasce da própria situação social criada pela revolução constitucionalista. Graças ao desequilíbrio patente do sistema organizatório

das forças militares de São Paulo, dificilmente se encontrará melhor campo para a investigação sociológica da função social da liderança nos grupos guerreiros. A desorganização das atividades militares — dentro de toda a frente do Destacamento Leste, em determinados setores da mesma frente, ou em certas posições, mantidas por forças voluntárias, da polícia ou do exército — permite estabelecer uma relação funcional entre o comportamento do líder e a ação da tropa. Embora outros fatores estivessem envolvidos, além das relações do tipo líder-e-soldado e soldado-e-líder, as descrições evidenciam que o exercício inadequado das funções de liderança foi uma das principais causas do malogro militar da revolução constitucionalista. Poderia fazer várias citações, mas limito-me a algumas mais significativas: "O Capitão Arcy aprovou com a cabeça e reforçou que o lugar do oficial é junto da tropa. O oficial é o primeiro que avança e o último que abandona as posições" (pág. 21); "a constituição pela qual guerreávamos, tinha soldados. Mas faltavam oficiais" (pág. 59); "por isso, não me revolto contra o soldado, mas contra o oficial que corre. Este tem obrigação de dominar-se" (pág. 99); "sem repressão violenta contra os maus comandos, principalmente os pequenos comandos, o melhor soldado, o de moral mais firme tem que correr para trás. Só um bom oficial é capaz de ensinar a um soldado a correr para a frente..." (pág. 188); "no início, era evidente a má vontade dessa tropa. Efeito da má vontade dos oficiais, porque o soldado está sempre com a disposição do oficial. Mas os documentos com que o Trem Blindado os presentou, o trabalho que íamos tentando junto aos maus fracoss iam mostrando-nos resultados animadores" (pág. 275). A preocupação pelo assunto por parte dos oficiais manifesta-se, inclusive, nas conversações e no desejo de punir as contravenções à ética militar: "O malogro destes batalhões de voluntários, mais do que à fraqueza da mocidade, se devia aos maus comandos. Geralmente, os comandantes não iam às frentes, onde lutavam e caíam os seus soldados, nem por mera curiosidade... A única maneira de devolver a uma tropa a eficiência que deve ter, quando falta valor nos comandantes respectivos, é a sanção violenta contra os responsáveis. O Capitão Saldanha pensava como eu: no dia que se encostar numa parede à frente de um pelotão um sargento ou um tenente cuja trincheira debandou, nunca mais nenhum soldado correrá. Porque os soldados até agora tinham corrido atrás

do tenente ou do sargento..." (pág. 162). No caso do exército paulista, as desaprovções ao comportamento dos oficiais atingiu a tropa; um sargento, por exemplo, protestou contra a avaliação negativa da unidade a que pertencia, atribuindo ao capitão o fracasso dos companheiros. "Não senhor. A tropa é boa. É só dar um comandante que ela vai para a frente!" (pág. 151). Em resumo, esses dados indicam precisamente a função do líder nos grupos guerreiros. A consecução dos objetivos grupais, nos campos de batalha, depende em grande parte do comportamento do líder do grupo. Manifestações de indecisão ou de covardia, no comportamento do líder, podem provocar desorganização das atividades militares e quebra na unidade de ação do grupo.

Na realidade, a situação total era mais complexa. Deve-se considerar, especialmente, as diferenças de comportamento dos oficiais "militares" e "voluntários" — distinguindo-se ainda, entre os segundos, os que eram "constitucionalistas" dos que apenas participavam da "revolução constitucionalista". É evidente, à análise sociológica, que os ideais da *Revolução Constitucionalista* não conseguiram empolgar grande parte da oficialidade, oriunda das corporações militares ou da população civil, nem a maioria da tropa. Essa é uma das fontes de explicação da desorganização das atividades militares no Destacamento Leste. A falta de comunhão dos valores da revolução constitucionalista impediu o funcionamento dos mecanismos de ação recíproca do líder sobre a massa e da massa sobre o líder. Parece que a revolução constitucionalista malogrou seja na criação dos ideais políticos, que deveriam orientar a opinião pública, canalizar suas manifestações e coordenar as disposições inconformistas do povo, seja da propagação daqueles ideais. O clima de exaltação política confinava-se aos núcleos urbanos mais densos e a consistência dos valores que deviam presidir a "ação revolucionária" era pequena, em comparação com as consideráveis proporções do movimento. Os reflexos dessa situação nos setores militares foram apreciados acima: falta de coordenação das atividades militares, exercício inadequado das funções de liderança guerreira e passividade da tropa, que passou a depender da iniciativa e do comportamento dos oficiais. Se por acaso os ideais da revolução constitucionalista representassem valores sociais para a maioria da oficialidade, esta teria comunicado outros sentimentos e emoções aos soldados, obtendo da tropa uma ação mais decisiva e produtiva.

Do mesmo modo, se os ideais da revolução constitucionalista fossem partilhados efetivamente pela maioria da tropa, esta teria agido sobre o ânimo dos oficiais: quer comunicando-lhes maior ardor combativo, quer promovendo a substituição dos recalcitrantes ou desajustados, processos normais em situações desta natureza.

Aliás, parte dos desentendimentos e conflitos dos oficiais "revolucionários" — principalmente "voluntários", mas havia também "militares" — com os demais oficiais "militares" e "voluntários" pode ser atribuída ao grau desigual de participação desses valores. Os primeiros encaravam os objetivos da guerra e as tarefas que deviam realizar, à custa de quaisquer sacrifícios, de uma perspectiva "revolucionária". Os segundos, ao contrário, julgavam-se livres de toda a espécie de compromissos ideológicos, apreciando as obrigações impostas pela revolução constitucionalista como parte de uma situação de fato. Os "militares" principalmente, tanto do Exército como da Polícia Estadual, tinham poucos motivos para se prenderem ao movimento, em particular depois que as possibilidades de fracasso se tornaram evidentes. Descarregaram a carga mais pesada nos ombros dos companheiros e dos oficiais "voluntários" reconhecidamente constitucionalistas e exerciam um tipo de sabotagem que se poderia qualificar de passiva; mas, assim que puderam, passaram à oposição aberta e sistemática.

É óbvio que as relações dos "revolucionários" com os demais componentes do exército constitucionalista traduzem tais antagonismos. O presente livro é uma transposição do gradiente de desenvolvimento das relações entre as duas camadas do exército constitucionalista. No início, os elementos não-revolucionários deram uma colaboração discreta, malgrado as manifestações de imperícia ou de intolerância; depois, em consonância com os progressos das tropas legalistas, procuraram agir sobre os próprios companheiros e subordinados, visando promover a cessação rápida da luta. Paulo Duarte exprime com ressentimento, como "revolucionário" que era, o desenvolvimento do gradiente de relações sociais. De acordo com a análise precedente, tal ressentimento deve ser compreendido como consequência de conflitos motivados por antagonismos sociais e por diferenças ideológicas. Gracias a ele, porém, o autor registrou muitos acontecimentos e fatos significativos, que provavelmente teriam passado despercebidos a um observador "desinteressado". Em primeiro lugar, vejamos o retrato do ofi-

cial "não-revolucionário": "... a coisa mais inútil deste mundo é um tenente de retaguarda. A mais enquzilante também. Aparecem por minutos, numa elegância e numa prosápia ostensiva, para depois contar coisas lá atrás. Foi um destes que veio, um dia, aqui. Parecia cavalo de caboclo rico. Completamente arreado. Tinha tudo. Revólver, binóculo, canivete com serpinha, saca-rolhas, abridor de cerveja, furador, um canivete caixa de ferramentas; e ainda uma combinação admirável de correias cruzando o peito, cruzando nas costas; um capacete de aço com as armas da República, esporas de metal branco, botas de verniz; culote com reforço de canuça..." (pág. 133). Na frente, esses oficiais esforçavam-se para manter o mesmo tipo de vida a que estavam habituados. O autor encontrou "Cachoeira transformada num grande acampamento de ciganos. Ciganos elegantes. Automóveis entupindo as ruas. Mocós elegantes da cidade transformaram o lugar numa sociedade elegante, mais ou menos com as mesmas pândegas e diversões. Ontem, vagabundos na paz, hoje vagabundos na guerra..." (pág. 15). E mesmo em situações críticas procuravam afastar dos ombros as cargas mais pesadas. Dois pragens, por exemplo, recusaram-se a obedecer a determinada ordem: "O primeiro retrucou. Ficásemos sabendo que eles tinham posição social" (pág. 63). Mas as restrições voltam-se severas para os soldados das corporações militares: "Que idéia os cândidos caboclinhos da Força Pública ou do Exército fariam de uma Constituição pela qual combatiam? Que idéia faziam dos malefícios da ditadura? Que idéia faziam da Lei, quando repetiam tantas vezes que combatiam pela Lei?..." (pág. 30). E para os oficiais das mesmas corporações: "É verdade que não eram só oficiais da Força que, desde o início, vinham falando. Muitos do exército persistiam em dar a mais triste impressão de si. A maior parte, gente que ocorreu, na certeza de uma vitória fácil nos primeiros momentos e, agora, com o prolongamento da luta vinha mostrando o que realmente era" (pág. 238). O interesse deles pela revolução constitucionalista era tão pequeno, que nem lhes importava o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos. "A Vala Suja fora o meu curso especializado e o meu curso de Estado-maior, como estava sendo de outros como eu. E, no entanto, esses oficiais que com todas as facilidades contavam; que, quando nada, ao menos tinham ali campo de aperfeiçoamento, num curso prático, na escola da guerra verdadeira; esses miseráveis nem

ânimo de aprender possuíam! Não pensavam nem em melhorar no ofício, já que lhes faltava a dedicação pela causa" (págs. 58-59). O trecho mais expressivo, como índice do conflito ideológico, é o seguinte: "Em termos firmes, o Saldanha es tranhou a atitude do alto comando, assumida sem a menor consulta aos comandantes das frentes. A revolução não fora feita pelo G. Q. G. Não tinha este, pois, o direito de encerrá-la sem consultar os seus camaradas. Assim, como a disciplina militar nos obrigava a obedecer de baixo para cima, a disciplina militar obrigava o alto comando a obedecer, até certo ponto, de cima para baixo. Tanto que, como general, o supremo comando não seguira a vontade expressa dos seus soldados que combatiam e do povo que dava alento ao exército paulista. Era assim um desertor do seu posto" (págs. 314-315). A partir de certo momento em diante, entretanto, a "revolução constitucionalista principiava a ter, à sua frente, a ditadura, e, às suas costas, a tração"; "à frente e à retaguarda, palmares pelo avesso!..." (pág. 240). Como se tratava de um conflito ideológico, é duvidoso que os oficiais assim descritos pensassem a mesma coisa sobre o próprio comportamento. Ao contrário, os argumentos que usavam para convencer os companheiros e atrair a tropa equivalem, em sentido inverso, ao que os "revolucionários" sentiam a seu respeito. (O leitor interessado pelo desenvolvimento das negociações, entre o comando do exército constitucionalista e as forças federais, encontrará indicações nas págs. 233-238 e 304-318.)

Em resumo, o presente diário de um ex-combatente da revolução constitucionalista representa, sob vários aspectos, uma fonte primária, rica de dados de fato para a análise sociológica da guerra. Como sugestão de aproveitamento do referido tipo de material — desta fonte e de outras, da mesma natureza — procurei indicar uma forma de discussão sociológica dos seguintes problemas: relações de personalidade e cultura; tipos de ajustamentos e controles sociais; reação circular; relações de companheirismo; ética militar; função da liderança; e, como extensão da apreciação deste problema, repercussões de interesses sociais antagonísticos e de diferenças ideológicas no sistema organizatório do exército constitucionalista.

CAPÍTULO XI

O HOMEM E A CIDADE-METRÓPOLE (*)

*Onde foi a esquina
já não é. Já não é
a torre onde ficou.
E a praça, a grama, o angico,
onde foram? Onde foi
o rio, agora é rua,
e essa em que te enuncias
é pedra que foi antes
sol que serd lodo.
Onde hoje é o café,
pois ai foi livraria.
Onde foi o silencio
Não será jamais.*

.....
*Branco universo de aço e papel,
nunca o imprevisto, nunca a surpresa
em tua agenda terão lugar.
Tuas cores faltam, tuas flores cautas
mal se adubham. Frigor é máxica
aos teus ouvidos. Martelo e estaca
embalam sonhos aterradores.*
.....
(Afrânio Zuccolotto, Porto Geral)

Pouco se sabe, ainda, sobre as grandes transformações sociais recentes da cidade de São Paulo. Algumas pesquisas revelam certos aspectos dessas transformações. Mas faltam-nos

(*) Publicado, parcialmente, em *O Diário de São Paulo* (Número Especial, de 30.º aniversário, 30/4/1959); e, na íntegra, pela revista *Educação e Ciências Sociais* (Ano. IV — Vol. 5 — N.º 11, Rio de Janeiro, agosto de 1959). Para uma bibliografia selecionada e sua atualização, veja-se acima, pág. 210 e seguintes.

dados positivos a respeito de todas as coisas essenciais na vida de uma metrópole.

As anotações que compõem o presente capítulo baseiam-se, portanto, em meras opiniões. Precisam ser encaradas com extrema cautela e reserva. O sociólogo não é menos suscetível de cometer erros de interpretação que os leigos, quando se trata de fenômenos sociais mal conhecidos. Só com base nos resultados de investigações metódicas é possível evitar os riscos da improvisação ou do conhecimento imperfeito da realidade. Contudo, achamos que, em certas circunstâncias, é preferível romper o silêncio e discutir as coisas de modo subjetivo, a conservar a reflexão sociológica afastada dos problemas cruciais da atualidade.

1 — O cenário ecológico

A expansão de São Paulo constitui, em grande parte, o fruto de uma posição geográfica favorável. As funções administrativas, governamentais e econômicas da cidade não seriam de grande proveito para seu crescimento se a localização geográfica não fizesse dela um centro natural de confluência das atividades de várias regiões prósperas do Estado de São Paulo. O fato marcante é que São Paulo converteu-se, rapidamente, em "Grande Cidade", apesar das condições locais serem negativas e até impróprias ao surto urbano.

Sob esse aspecto, parece que o homem ganhou uma batalha contra a natureza. Por meios técnicos, suplementou aqui ou ali os recursos naturais, explorando vantajosamente, de forma mais passiva que ativa, as condições ecológicas porventura favoráveis ao crescimento urbano. A cidade espraiou-se pelo espaço vazio, estendendo suas fronteiras às áreas menos propícias à construção de habitações e à vida ou de acesso mais difícil, mesmo através dos modernos veículos de transporte. Tornou-se uma cidade de fronteiras móveis, capaz, de manter, alimentar e expandir extensas zonas suburbanas, compensando assim pela extensão horizontal o rápido crescimento vertical que a afetou.

A revolução por que passou o cenário ecológico pode ser referida em poucas palavras. Até os começos do século, a cidade ostentava uma organização ecológica típica das comuni-

dades rurais-urbanas da América Latina. Com o aumento intensivo e contínuo da população, com a urbanização e a industrialização, sua configuração ecológica alterou-se, progressivamente, aproximando-se do padrão de organização ecológica das comunidades urbanas norte-americanas. Seu "ar provincialiano", nascido de construções e obras que representavam uma vitória recentsíssima na luta do homem pelo progresso, sofreu impactos rudes e decisivos. Após o "Martinielli", veio a *onda de arranha-céus*, que fixou a fisionomia material da "civilização do asfalto". E a cidade adquiriu novos contornos. Os bairros saíram do marasmo, assumindo muito devagar a feição de satélites altamente suficientes do núcleo central urbano. Neles se encontra uma minitaura da vida comercial, bancária e recreativa que se concentrava no "centro da cidade". Doutra lado, a especialização e a concorrência alteraram a distribuição das atividades humanas e das instituições sociais no núcleo urbano, fazendo com que este se expandisse e se diferenciasse segundo um padrão ecológico definido. O antigo triângulo desapareceu como marco da área de negócios, os apartamentos substituíram as vastas residências nobres e entre as duas zonas — a das atividades comerciais, bancárias ou administrativas e a residencial (de moradores em apartamentos) — situa-se uma faixa variável de vida social em transição, na qual velhos casarões servem para a instalação de pensões, onde parece ser mais intensa a exploração comercializada do vício.

O lado dramático da transformação do cenário ecológico está na incapacidade de o homem promover alterações igualmente rápidas e profundas em seu sistema adaptativo. É certo que ela trouxe consigo benefícios palpáveis. Entre eles, cumpre mencionar a melhor distribuição e ocupação do espaço, bem como o acesso de famílias modestas, que moravam nos porões ou nos cortiços, a habitações próprias, construídas em lugares mais saudáveis. O *bustlis*, aqui, está na relação entre o substrato material da vida social e o crescimento progressivo dos serviços públicos, proporcionados por instituições oficiais ou particulares. O homem, saído da antiga sociedade provincialiana, era destituído de padrões que regulassem suas escolhas e exigências no novo mundo em formação. Os espaços ocupados o foram nas condições mais precárias. Com frequência, sem serviços regulares de abastecimento de água potável, de esgotos, de assistência médica, de ensino, de calçamento, de iluminação pública etc. Nas áreas onde se processou

o crescimento vertical propriamente dito, nada se fez para reajustar as vias de comunicação, os serviços de água ou de esgotos, de calefação etc., às estruturas dos prédios grandes e à maior concentração demográfica. No conjunto o homem conquistou o espaço, mas não o domesticou no sentido urbano. A jornada para o trabalho ou deste para o lar, por exemplo, está cheia de aventuras, de inconvenientes e de provações, produzindo um encurtamento indireto do período útil da vida humana. Desde ângulo, as perspectivas são sombrias, pois a menor calamidade pública exporia a cidade e seus habitantes a crises terríveis, dadas as lacunas do abastecimento de água e de viveres, das formas de proteção da saúde e dos meios de preservação da ordem.

Dai resulta que, apesar das aparências, não se criou um mundo social de substrato material verdadeiramente urbano e metropolitano. Esse ainda precisa ser forjado pelo homem, como condição de adaptação da vida humana às novas situações de existência social. A questão está em saber de onde tirar os recursos financeiros e técnicos para a realização de tão gigantesca empresa. Nesse terreno, no qual está em jogo a segurança e o conforto dos moradores da cidade tanto quanto a continuidade do progresso dela no futuro, falharam por diferentes motivos o empreendimento particular e o empreendimento oficial. O primeiro, pela ausência de previsão ou por causa do predomínio exclusivo de interesses egoísticos. O segundo, por incapacidade de renovação orgânica, que favorecesse o emprego crescente das técnicas de intervenção e de controle racionais, exigidas pelas situações novas. É de esperar que, sob a pressão das exigências do presente e do significado palpável que elas possuem para os indivíduos e para a coletividade, se opere uma mudança substancial no estilo de ação do particular e dos órgãos oficiais. Essa é a condição de que depende o sucesso do homem na extensão da revolução urbana às esferas materiais mais profundas da existência humana, de modo a adaptar a organização ecológica da cidade aos requisitos especificamente urbanos da vida social.

2 — O crescimento demográfico

Em 1950, data do último censo, a cidade de São Paulo possuía mais de sete vezes sua população de 1900, que era

de 239 820 habitantes! (*) Todos sabemos que esses números são produto, principalmente, do deslocamento de populações. O crescimento natural da população da cidade somou-se às massas de populações móveis, vindas do interior do Estado de São Paulo, de outros Estados brasileiros e de países estrangeiros. Daí resultou a convecção, acalentada com orgulho pelos paulistanos, de que "São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo".

Conviria indagar, no entanto, o que se oculta sob semelhante índice de crescimento. Sob esse aspecto, São Paulo assemelha-se à terra revolvida pelo arado. O repulção nos quadros humanos foi completo e aqui se encontra um dos focos de explicação dos principais problemas sociais da cidade. A mobilidade demográfica intensa constitui uma condição adversa ao entrosamento da lealdade dos indivíduos ou de grupos de indivíduos com os interesses e os valores da coletividade como um todo. Por isso, em certas circunstâncias ela chega a afetar tanto as bases materiais, quanto os fundamentos morais da ordem social estabelecida ou em processo de reintegração. Parece fora de dúvida que isso vem ocorrendo em São Paulo, onde a extrema mobilidade dos vários estratos da população criou ambiente propício à predominância de interesses egoísticos ou particularistas sobre interesses vitais para a comunidade propriamente dita.

As famílias tradicionais, pertencentes aos círculos conservadores da cidade, desenvolveram consciência parcial da situação. Isso transparece nas avaliações etnocêntricas, aplicadas aos *estranhos*, de procedência nacional ou estrangeira, segundo as quais eles "não têm escrúpulos" por causa da "falta de amor por São Paulo" e do objetivo primordial de "enriquecer por qualquer meio". O fenômeno, porém, é mais complexo e apanha em suas malhas os próprios descendentes de famílias paulistanas tradicionais. Na verdade, a mudança cultural nos últimos cinqüenta anos foi tão rápida que os descendentes dessas famílias também se converteram em *estranhos*, pois foram educados para viver em uma sociedade que já não existe. Daí resultou o progressivo abandono do antigo código ético das camadas brasileiras dominantes, o qual restringia as

oportunidades de competição por prestígio, por riqueza e por poder com os imigrantes ou os seus descendentes e impedia a imitação das técnicas ou dos expedientes que asseguravam o seu sucesso, considerados como degradantes ou impróprios.

Aí está um esboço aproximado do que ocorreu, sob o e graças ao pano de fundo da mobilidade demográfica. As camadas móveis da população integraram-se a uma sociedade em mudança, na qual a base demográfica estável não era bastante numerosa e diferenciada para promover a imposição dos padrões preexistentes de solidariedade e de devoção aos interesses públicos. Indivíduos e grupos tiveram uma soma de liberdade para agir segundo atitudes e preferências egoísticas que é incompatível inclusive com as tendências individualistas, requeridas pela ordem social capitalista.

É inegável que a condição apontada produziu influxos positivos. Ela acelerou a desagregação da antiga ordem social patrimonialista e, em particular, liberou incentivos fundamentais para a valorização de comportamentos racionais com relação a fins, para a prática rotineira da acumulação capitalista e para a luta pessoal por poder ou por prestígio social. Mas também teve consequências de caráter sociopático. Entre elas, vale a pena ressaltar o comportamento de ave de rapina, diante dos assuntos de interesse coletivo da cidade, e a persistência perigosa de avaliações precapitalistas na utilização da renda.

O primeiro ponto é facilmente ilustrável através da mentalidade e das ações do moderno político profissional e dos eleitores que formam a sua clientela. Sem se identificarem com a segurança e o futuro da cidade, mantêm-se cegos às necessidades presentes de reconstrução dos serviços públicos, quando não se apropriam de bens oficiais ou se limitam a explorar projetos de alcance demagógico. O segundo ponto pode ser ilustrado por meio de comportamentos muito generalizados entre os empreendedores capitalistas. Encarando os lucros como efeito da própria capacidade de liderança e temendo as incertezas do ciclo econômico, muitos deles consomem verdadeiras fortunas sumtuosamente ou deslocam-nas para fins neutros em face do desenvolvimento nacional. O aspecto sociopático desse comportamento é evidente. De um lado, ele se constitui em obstáculo à expansão de atitudes e técnicas racionais, indispensáveis ao fomento e ao aperfeiçoamento de empresas econômicas consistentes. De outro, concorre para a dissipação de recursos

(*) Sobre a população da cidade de São Paulo em 1970, veja-se acima págs. 199-201.

que não se produzem pela simples capacidade pessoal do em-
preendedor, já que as medidas protectionistas asseguram uma
margem mínima de risco, com o fito de acelerar o desenvol-
vimento da economia brasileira à custa do sacrificio momen-
tâneo do consumidor.

Ambos os exemplos atestam como se processam e justi-
ficam ajustamentos desfavoráveis ao bem-estar presente e à
segurança futura da vida social na cidade. Esta ainda não
se impõe como um valor supremo e indiscutível, pelo qual se
deva trabalhar e combater. As coisas muitas vezes se dão
como se o homem fosse um forasteiro — e não parte perma-
nente da cidade — disposto a reencetar a caminhada em di-
reção a algo melhor. De todos os males que aflingem São
Paulo, esse é o maior. Mas só poderá ser removido lenta-
mente, pela reeducação do homem e a formação de um cosmo
moral compartilhável por todos os habitantes da cidade.

3 — O desenvolvimento econômico

A esfera da economia é aquela que tem atraído para a
cidade a admiração mais positiva e as avaliações mais grandiosas.
De fato, a produção artesanal e industrial, bem como as atividades
comerciais e bancárias sofreram uma expansão contínua e as-
cidente a partir dos fins do século passado. Além disso, a
cidade figura entre as comunidades urbanas brasileiras nas quais
o nível de vida e o índice de duração média da vida estão entre
os mais altos. Ela representa, de maneira típica, o que acon-
tece com a organização social e a diferenciação econômica de
comunidades relativamente desenvolvidas, que fazem parte de
sociedades subdesenvolvidas. O progresso aparente cria ilu-
sões, que dificultam a percepção e a explicação da realidade,
agindo o homem *como se* a vida ocorresse nas mesmas condi-
ções que nos grandes centros urbanos de sociedades plena-
mente desenvolvidas. Os paralelos de confronto econômico
são escolhidos através de raciocínios que põem a cidade no
mesmo plano que Manchester ou Chicago, subestimando-se,
por completo, o que o desenvolvimento de São Paulo significa
em função do próprio Estado de São Paulo, do Brasil meridio-
nal e da sociedade brasileira como um todo. Esse estado de
euforia e de consciência falsa realçam atitudes egocêntricas,
baseadas na pseudo-superioridade do "espírito de empreendi-

mento" do paulista, as quais agravam tensões e conflitos la-
tentes com áreas menos privilegiadas da sociedade brasileira e
restringem a escolha racional de atividades econômicas por
assim dizer seletivas, verdadeiramente úteis para a diferen-
ção e o crescimento orgânico da economia nacional.

Na escala brasileira, a cidade de São Paulo destruiu, in-
contestavelmente, de prosperidade ímpar. O desenvolvimento
econômico criou, nela, condições mais propícias à expansão e
da sociedade de classes, ao funcionamento da democracia e
à constituição de um sistema educacional complexo, suscetível
de servir como um canal de penetração e de ascensão sociais.
Essas coisas são tão patentes, que o presente da nossa ci-
dade oferece-nos uma imagem do futuro próximo das demais
comunidades urbanas do Brasil e do futuro remoto do mundo
rural adjacente. Trata-se, portanto, de uma prosperidade que
produziu efeitos sociais positivos, seja para os que se benefi-
ciam dela, seja para os que nela se fundam para descrever o
Brasil como "país de futuro".

Essa prosperidade, contudo, permite a persistência de pro-
blemas econômicos que deveriam ter sido submetidos a con-
trole racional pelo homem e é insuficiente para forçá-lo a
substituir representações obsoletas e improficuas da natureza
dos processos econômicos. A questão mais grave diz respeito
à própria indiferença diante da forma de crescimento econô-
mico da cidade. Ninguém tenta indagar se esse crescimento
apresenta ou não analogias com ciclos econômicos anteriores
da sociedade brasileira, com o fito de saber se seria possível
evitar a repetição de eventos que fizeram da atividade eco-
nômica um sucedâneo de certas modalidades de devastação.
Na verdade, há muitas similaridades estruturais e funcionais
entre os modelos seguidos na industrialização e na urbaniza-
ção de São Paulo e o que fez no passado, em períodos nos
quais parecia inalterável a prosperidade assegurada pela cana-
de-açúcar, pelo ouro ou pelo café. Como acontece em outros
países subdesenvolvidos e de economia tropical, a ausência de
equilíbrio nas relações campo-cidade contribuiu para dar ao
crescimento econômico de São Paulo um caráter tumultuoso,
desordenado e descontínuo em pontos vitais. Por isso, o pe-
rigo de uma "retração" permanente existe e a cidade corre
um risco que nos deve preocupar fundamentalmente. Ela
poderá converter-se em uma *cidade morta* gigantesca. A única
diferença patente entre os ciclos anteriores da economia bra-

sileira e a situação econômica atual consiste em que dispomos, hoje, de maiores meios e recursos para interferir no curso das forças cegas e destrutivas, que ameaçam perenemente nossa evolução econômica. Daí a necessidade de elevar, à esfera de consciência social e ao campo da ação deliberada, conhecimentos e disposições que ponham o homem a serviço de sua cidade, nas fases críticas em perspectiva do processo de depuração e saneamento de nossa economia industrial e urbana.

Outra questão crucial relaciona-se com a distribuição de sinal da renda. Esse é, como salientam os sociólogos e patologistas sociais norte-americanos, um problema social em todas as sociedades de economia capitalista. Nas sociedades subdesenvolvidas e de economia tropical, não obstante, esse problema social se agrava, em virtude da pesada herança recebida por tais países na esfera do pauperismo e do atraso cultural. Os contrastes sociais são mais drásticos e a diferença entre o "dependente", o "pobre" e o "rico" assume proporções desconhecidas onde o capitalismo enfrentou menores perturbações sócio-culturais. A consequência grave dessa situação possui duas polarizações distintas. De um lado, ela favorece a coexistência do luxo com a miséria nas suas formas mais extremas. De outro, ela reduz, consideravelmente, a influência dinâmica das tensões e conflitos nas relações das classes sociais. Tensões e conflitos perdem muito do seu caráter social construtivo, afetando mais as margens da luta pela subsistência e da sobrevivência, que a reconstrução social e a democratização das formas de participação social da cultura, da riqueza e do poder.

Além disso, existem outros problemas mais sutis. As sociedades subdesenvolvidas e de economia tropical não possuem todos os requisitos estruturais e dinâmicos indispensáveis ao desenvolvimento orgânico de um sistema de produção capitalista. O subaproveitamento crônico dos fatores materiais e humanos da produção contribui para manter concepções obscuras de organização da empresa, de política econômica ou de relações entre o capital e o trabalho. A falta de equilíbrio e de integração orgânica cria insegurança em todos os agentes econômicos, independentemente de sua posição no processo econômico. Ela também engendra a convicção generalizada de que as atividades econômicas devem encontrar compensações imediatas, segundo os níveis mais altos possíveis. Com isso, o próprio agente econômico comporta-se de modo nocivo di-

ante do desenvolvimento do sistema econômico, aumentando prejudicialmente a área de utilização improdutiva dos recursos disponíveis. Em tal clima, a desconfiança na continuidade do desenvolvimento ascendente das empresas e da própria prosperidade geral medra facilmente, estimulando as tendências ao emprego irracional de fatores exploráveis produtivamente. As camadas dominantes, em particular, se desinteressam por reinvenções sucessivas do capital na própria empresa e absterem-se de cooperar com os poderes públicos no controle dos problemas sociais e econômicos. Em consequência, deixam de arcar com a parcela de responsabilidade que lhes cabe na promoção do progresso social, através da participação direta ou indireta nos planos de expansão educacional, de formação de técnicos e de assistência social.

Como se vê, nesta esfera estamos a meio termo de uma revolução social, que está fazendo de São Paulo uma "cidade tentacular" sem a correspondente base econômica. Como ainda hoje é a exportação de produtos agrícolas que fornece recursos excedentes para a industrialização e a urbanização, a solução final de problemas internos nem sempre é acessível. A cidade depende, em projetos dessa ordem, de poderes autônomos externos — como o governo federal ou instituições estrangeiras. Essa realidade é chocante, especialmente numa comunidade ciosa de sua originalidade, independência e vigor econômico. Muitas floções são criadas para distorcê-la, para esconder as condições de heteronomia social da maior metrópole brasileira. Ela não deve impedir, porém, que o homem procure atuar em favor das tendências de desenvolvimento industrial e urbano da cidade. Esta adiantou-se sobre o seu elemento humano. Mas ele não só poderá conquistar o terreno perdido como exercer uma influência construtiva na configuração da economia metropolitana.

4 — *A diferenciação social*

Mais que qualquer outra cidade brasileira, São Paulo é filha da grande revolução social, que se operou no Brasil com a Abolição e a desagregação do regime servil. Província-na e pacata, até os fins do século passado, ela foi, de fato, a primeira cidade autenticamente "burguesa" do Brasil. Muitos dos seus antigos senhores rurais fizeram fortuna em carreiras

mercantis. A luta contra a escravidão e as campanhas republicanas contaram, aqui, com o entusiasmo típico do "homem da cidade" — do operário, do cocheiro, do artesão, do caixeiro, do lojista, do burocrata, do profissional liberal ou do capitalista. Ela também foi uma das cidades em que o estrangeiro conseguiu mais depressa afirmar-se econômica e socialmente. Em conjunto, portanto, São Paulo é a cidade brasileira na qual o desenvolvimento da ordem social de classes abertas tem sido mais intenso, rápido e orgânico no Brasil.

Em suma, a concentração demográfica, a urbanização e a industrialização criaram um mundo social novo em São Paulo. Esse mundo se caracteriza pela extrema diferenciação do sistema de posições sociais da cidade, em comparação com outras comunidades urbanas brasileiras, pelos modelos secularizados ou racionais de comportamento e de organização das instituições e pelo ritmo rápido de mudança, que se manifesta em todas as esferas da vida. Análises clássicas sobre a formação da sociedade de classes, do capitalismo e da civilização tecnológica poderiam ser fundamentadas, empiricamente, com o que agora está acontecendo em São Paulo. A vitalidade social da cidade acentua-se sobretudo nesse plano, pois todos os caminhos estão abertos aos homens ambiciosos e às iniciativas ousadas. O apanágio da cidade como "terra da promessa" tem sofrido alguns golpes. Mas, no panorama social brasileiro, ela ainda é a aglomeração humana na qual existem maiores oportunidades de enriquecimento e de ascensão social.

No entanto, também nesta esfera a cidade enfrenta problemas que resultam da falta de entrosamento entre a sua expansão e a transformação do homem. A primeira foi rápida, por causa da pressão das condições materiais de existência. A segunda tem sido lenta, pois a mudança da natureza humana requer a própria transformação prévia da sociedade e das condições sociais de vida. Em consequência, muitas tensões e conflitos resultaram dessa situação paradoxal. O homem, carregando várias heranças predominantemente rurais, revela-se incapaz de ajustar-se às exigências do estilo urbano de vida. A crise institucional repousa, assim, nas limitações do horizonte cultural do "urbanita" improvisado. Com frequência, ele se mostra incapaz de modificar a estrutura ou o rendimento das instituições herdadas do recente passado rural-urbano. Outras vezes, enfrenta problemas novos através de técnicas tradicionais ou obsoletas, voltando as costas à exploração de técnicas

racionais importáveis ou ao valor do pensamento inventivo na rotina da vida urbana. Enquanto isso, acumulam-se tensões sociais, provocadas por questões mal enfrentadas e pior resolvidas.

A outra dimensão desse drama é impessoal. Como parte de uma sociedade maior, subdesenvolvida, a cidade nem sempre dispõe de condições sócio-culturais favoráveis à expansão de suas funções urbanas e metropolitanas. Exemplo disso são as flutuações que vêm afetando a formação e o desenvolvimento das classes médias. Estas constituem uma condição importante ao equilíbrio de uma sociedade de classes e à estabilidade do regime democrático. Apesar de sua insegurança econômica e de sua labilidade política, as classes médias exercem papel influente nos movimentos de opinião e nas decisões que ponham em choque os valores centrais da ordem estabelecida. Pois bem, as tendências à ampliação das classes médias em São Paulo e à diferenciação dos níveis de vida no seio delas estão sofrendo rudes golpes sob o processo inflacionário. Seus estratos mais baixos tendem a nivelar-se com o proletariado; enquanto os estratos mais altos se encontram na contingência de recorrer ao endividamento para manter um nível de vida conspicuo e salvar as aparências.

Em outras palavras, a diferenciação social esbarra em dois obstáculos principais: o horizonte cultural do homem e as inconsistências de uma economia subdesenvolvida diante do regime de classes sociais. A cidade está passando por uma revolução social. Mas esta não é plenamente percebida, entendida ou desejada por seus habitantes e está longe de encontrar correspondências dinâmicas vitalizadoras no contexto geral da sociedade brasileira. Como a história não se faz em um dia, aí temos mais uma evidência de que o nosso presente é rico de forças que trabalham por um futuro melhor. Os que pensam no Brasil como "país de futuro" têm em vista, naturalmente, cidades como São Paulo, nas quais se está forjando, verdadeiramente, a sociedade brasileira da era científica e tecnológica.

5 — *A evolução institucional*

São Paulo foi, provavelmente, a última cidade provinciana na ao velho estilo colonial brasileiro. Os relatos dos viajantes mostram-nos que, durante o primeiro quartel do século XIX,

os seus moradores ainda se mantinham fiéis ao tipo de vida, aos centros de interesses e ao código ético do homem rústico da *Colônia*, fosse ele "plebeu" ou "nobre". Só tardiamente, com o deslocamento do eixo econômico da Província para o "Oeste Paulista", conheceu a cidade o influxo inovador do intercâmbio com a Europa e com outros núcleos urbanos brasileiros, mais adiantados. Por isso, a integração à economia tropical significou, aqui — ao contrário do que sucedeu com as demais cidades importantes da época — a ruptura com o passado colonial e a libertação da herança cultural que ele acarretava. Quem visitasse São Paulo no fim do mesmo século XIX teria a impressão de estar em um mundo social novo, fundamentalmente diverso e avesso ao que fora poucos anos atrás. Daí a trepidação da vida, a agitação febril que desde logo se associa aos negócios com o café e aos seus desdobramentos, através das atividades comerciais, bancárias e imobiliárias, e a inquietação que assalta todos os espíritos, abertos a novos empreendimentos, a novos ideais e a novos valores. Esse clima de existência perdurará até 1929, quando a crise do café encerra a primeira fase do ciclo da revolução urbana da cidade. Em seu transcorrer se formam: uma mitologia sobre São Paulo, vista como "grande cidade"; e a imagem clássica do *paulista*, como representante típico de uma mentalidade dinâmica, empreendedora e inconformista.

Nesse amplo período, o crescimento demográfico e a urbanização dirigiram as transformações das instituições. Os novos habitantes traziam consigo outros estilos de vida, transplantados de diferentes regiões do Brasil ou de terras estrangeiras. Contudo, os antigos moradores ou grupos leais a seus interesses e a seus valores sociais conseguiram manter as posições dominantes da estrutura de poder. Em consequência, todas as influências que podiam ser mobilizadas de modo consciente concorreriam para preservar as manieiras de pensar, de sentir e de agir encaradas como parte do "patrimônio moral" daqueles moradores e dos seus apaniguados. O sistema institucional se renova sob a interferência persistente de forças conservantistas, que operavam principalmente através da família, da igreja e do governo. No entanto, a proletarianização dos moradores pobres, nativos ou estrangeiros, concorria para intensificar os efeitos da urbanização na desintegração da cultura popular. Os comportamentos tradicionais entravam em declínio e com eles uma das fontes de dominação das parente-

las poderosas. Doutra lado, os imigrantes e seus descendentes não haviam passado por experiências que os compelssem a aceitar como legítimas e respeitáveis todas as formas de acomodação, impostas pela dominação patrimonialista. O influxo conservantista das instituições mencionadas passou a ser contrariado, portanto, pela nova mentalidade em formação. Os jovens acharam encantos na vida que incluíam desobediências e rebeldias, impossíveis na velha família patriarcal, com sua tradição gerontocrática. As criadas cada vez tremiam menos diante das patroas e de tratamentos que visavam confundí-las com as antigas agentes dos trabalhos domésticos, as escravas. Os operários aprenderam, lentamente, que suas obrigações perante os patrões tinham o caráter de um contrato, que não transcendia às relações de trabalho, e temiam cada vez menos a polícia como órgão de repressão. Os púlpitos começaram a perder o prestígio quase ilimitado, de que gozaram no passado, no controle das "consciências". E assim por diante. Dentro em pouco, a transformação gradual das instituições entraria numa fase de precipitação e de rebulhão.

Tal coisa ocorreu durante a reconstrução econômica, após 1930. A industrialização, particularmente depois que a Segunda Grande Guerra criou novas perspectivas de prosperidade econômica, passou a ter influência dominante nos destinos da cidade. O aumento da população e a expansão urbana seguiram, daí por diante, tendências que revelam sua presença positiva. A dominação exercida pelas parentelas tradicionais recuava, largamente, em condições de inércia. As alterações no poder central da República auxiliaram a quebrar essa inércia e a promover a renovação dos quadros humanos na estrutura de poder da cidade. Doutra lado, muitas atitudes, concepções e avaliações obsoletas, ligadas ao recente passado rural ou ao código ético das famílias tradicionais, acabaram encontrando substituição. O patão com tendências patrimonialistas tornou-se antiquado. O temor de degradação vinculado aos "trabalhos mecânicos" entrou em declínio. O medo de imitar o imigrante e de concorrer ou de cooperar com ele também sofreu um colapso. A tendência a depreciar a capacidade de julgamento ou de ação do homem comum conheceu uma reviravolta, que acarretou a substituição do "voto de cabresto" pela "demagogia". E assim por diante. É nesta fase que se inicia a formação dos traços mais marcantes do "estilo urbano de vida" em São Paulo. Embora várias circunstâncias

restringissem, negativamente, a expansão de modos seculares e racionais de pensar, de agir e de sentir, só então o homem tenta defrontar-se com o espaço físico, com as forças econômicas ou políticas e com os dilemas da vida como um urbanita.

Em suma, a mudança na esfera das instituições fez com que a cidade caminhasse na direção do "progresso". Ela proporcionou ao homem a espécie de domínio sobre o meio ambiente, natural ou humano, que a tecnologia moderna definiu entre as chamadas *nações civilizadas*. O principal efeito das alterações ocorridas pode ser apreciado na libertação do homem de uma concepção do mundo estreita, reacionária e sufocante, que se opunha mesmo às inovações prementes, sob o pretexto de defender a "moralidade", as "tradições paulistas" e a "ordem pública". Portanto, a mudança em questão liberou ou produziu atitudes e tendências favoráveis à reconstrução do mundo social ambiente pelo homem, por sua vez modificado parcialmente pela nova situação histórico-social. Esse homem não dispunha, contudo, de uma herança cultural suficientemente rica, variada e plástica para enfrentar com êxito todas as exigências da emergente ordem social urbana. Fal-taram-lhe, ao mesmo tempo, recursos materiais e intelectuais que dessem continuidade e consistência às soluções descobertas para os grandes ou para os pequenos problemas da metrópole.

Isso se evidencia, claramente, quando se examina o destino dado às instituições importadas. As instituições econômicas, as instituições políticas ou as instituições educacionais, ao serem transplantadas da Europa ou dos Estados Unidos, sofreram um processo de reinterpretação que redundou em avilamento de técnicas ou em empobrecimento de valores fundamentais ao funcionamento normal e ao rendimento pleno daquelas instituições. Sabemos que o homem, em si mesmo, não é literalmente "culpado" desse desfecho, imposto por condições e por forças superiores à vontade humana. Nem por isso as consequências são menos desastrosas ou deixam de exigir combate urgente. A eficácia das instituições depende da contribuição que elas dão à seleção das técnicas e dos valores que orientam as ações, as relações e as atividades sociais. Os elementos que interferem, de modo negativo, na interpretação e na reintegração das instituições prejudicam, pois, de duas formas a capacidade de "progresso social" da cidade. Primeiro, porque a tolerância por deformações prejudiciais à reintegra-

ção e ao rendimento normais das instituições faz com que o homem se acomode a um ritmo lento de mudança social e deixe de tirar proveito das oportunidades de correção consistente de efeitos indesejáveis no funcionamento das instituições. Em lugar de intervir na desorganização transitória, provocada pela mudança institucional, com técnicas de atuação apropriadas, o homem contribui, indiretamente, para alargá-la em sua duração e para ampliá-la em suas consequências sociais nocivas. Segundo, porque a falta de polarização positiva de atitudes diante da transformação das instituições conduz a tendências anti-sociais de comportamento e de representação das coisas. Freqüentemente, o indivíduo divorcia seus interesses pessoais dos interesses da comunidade como um todo em assuntos que afetam a segurança, a prosperidade e o desenvolvimento da coletividade. Gera-se, assim, um clima de avulsões intelectuais que estimula quer a formação de atitudes com-pensatórias de depreciação da capacidade de realização do *brasileiro*, quer a revitalização da representações de teor saudosista, voltadas para uma "Idade de Ouro" que, aliás, nunca existiu no passado.

6 — A utilidade da educação e das ciências sociais

A análise precedente procura acentuar os aspectos positivos e as consequências negativas das rápidas transformações por que vem passando a cidade de São Paulo. Frisamos, aqui e ali, que muitas vezes o homem faltou às necessidades de sua cidade. Com isso, não pretendíamos insinuar que ele esteja abaixo da condição humana nem que certas coisas resultem apenas do desamor pela cidade-metrópole. Os homens se equivalem, se descontentamos aquilo que se faz ou deixa de se fazer por causa das impulsões ou das compulsões da sociedade. Queríamos ressaltar, somente, algo que é impessoal e objetivo. A cidade-metrópole configurou-se antes que o homem, que nela vive, tivesse tempo de preparar-se para o seu novo estilo de vida.

Se pudéssemos apelar para o jargão sociológico, diríamos que o homem não foi socializado para viver em um mundo social tão complexo como o que surgiu com o desenvolvimento tumultuoso da cidade de São Paulo. Por isso, se ele foi o agente humano do "progresso" da cidade, falhou em pontos

essenciais, por incapacidade de elevar-se à altura das exigências da nova situação histórico-social. Esse raciocínio precisa, não obstante, ser complementado. O homem que foi capaz de superar o "atraso" que caracterizava o passado recente da cidade também será capaz, presumivelmente, de vencer os obstáculos criados por uma herança sócio-cultural adversa.

Seria importuno ventilar semelhante tema aqui. Mas devemos, para não deixar dúvidas a respeito de nossa posição, lembrar que possuímos recursos e meios suscetíveis de romper com os fatores de inércia do desenvolvimento de nossas cidades. Para nos restringirmos aos que parecem ser condições demais: o modo de preparar a inteligência do homem e a maneira de alargar, em extensão e profundidade, o seu horizonte intelectual.

A educação é, naturalmente, o elemento crucial para o reajustamento do homem a situações sociais que se alteram celeremente, como aconteceu em São Paulo. Em vista de várias instituições, da família ao sindicato e aos partidos, terem se omitido em suas "funções socializadoras", impõe-se confiar às escolas maior parcela de responsabilidade na preparação do homem para a vida. Aqui voltamos ao tópico anterior, segundo o qual se conclui que a transformação das instituições tende a condicionar a revolução urbana de São Paulo. Isso é inevitável. Mas, agora, a questão nos interessa de outro ângulo. Certas instituições atuam uniformemente sobre a média da população e podem contribuir, mais que as outras, para formar o novo tipo de homem que a cidade está necessitando para assegurar-se continuidade de desenvolvimento. Embora estejamos longe de possuir o sistema educacional de que carecemos, é preciso que nos habituemos a pensar na importância dele para o futuro da cidade.

O sucesso alcançado pela cidade de São Paulo, na esfera da educação, foi notável em termos da situação brasileira. Em nenhuma outra comunidade do Brasil o ensino chegou a atingir semelhante grau de diferenciação e de apertefoamento. Além disso, São Paulo representa o marco de referência para as duas grandes revoluções que alteraram o modo de conceber o preparo e as funções do educador na sociedade. A primeira, deu-se na transição do século XIX para o século XX, pondo em evidência o normalista e a importância social de sua missão no ensino primário; a segunda, operou-se logo após a "Revo-

lução Constitucionalista", colocando em evidência o licenciado e os papéis sociais que ele poderá desempenhar na renovação do ensino secundário e normal ou no desenvolvimento de várias especialidades intelectuais em nosso meio. Apesar disso, as escolas não correspondem às necessidades educacionais novas da população. Toda a estrutura do sistema educacional herdada da era pré-industrial revelou-se obsoleta, em todos os níveis do ensino (primário, secundário, profissional e superior). Não se percebeu, em tempo, de que nada adiantaria reformar o edifício velho, em choque com a nova constelação social e cultural em que a educação sistemática deveria operar. Daí resultou uma crise de enormes proporções, cujos efeitos percebidos são menos nocivos que os prejuízos que permanecerem ignorados pelos leigos. Estes viram bem que "muitas crianças ficam sem escolas", que "não temos verdadeiro ensino técnico-profissional" ou que "a capacidade de nossas escolas superiores é pequena". Além dessas deficiências se ocultam outras, mais perigosas para a coletividade. Entre elas se acham a perversão do ensino primário, cuja antiga eficiência acabou sendo desmantelada por medidas de emergência que se perpetuaram; a quase completa deterioração do ensino secundário, provocada pelo crescimento rápido do sistema, pela comercialização e pela falta de padrões realistas de integração desse tipo de ensino à vida social em uma comunidade urbana, industrial e democrática; a insuficiência qualitativa e quantitativa do ensino profissional, cuja organização colide pela base tanto com as necessidades atuais de formação de operários especializados e de técnicos, quanto com o desenvolvimento de nosso parque industrial no futuro; o conservantismo do ensino superior, que se mantém fiel a concepções e padrões de trabalhos obsoletos, que encarecem, improdutivamente, o custo do aluno e impedem o florescimento da mentalidade universitária e comprometem a busca de novos entrosamentos entre os serviços universitários de pesquisa e outras instituições da comunidade. Todas essas deficiências podem ser combatidas. O fruto da reconstrução não seria, aqui, apenas o da reintegração do sistema educacional da cidade, segundo normas e requisitos que o ajustasse, formal e materialmente, às exigências da vida social urbana. Ele seria, acima de tudo, uma condição geral para manter o ritmo de desenvolvimento que conquistamos e para estendermos a nossa capacidade de "progresso social".

Em outro plano, a importância das ciências sociais não é menor. A educação poderá formar o novo homem, capaz de compreender e de utilizar, construtivamente, as forças que gravitam no mundo social urbano e metropolitano. No nível da atuação propriamente dita, porém, o homem carecerá de recursos intelectuais novos para perceber como essas forças se manifestam, para explicar a influência delas na preservação ou na alteração da ordem social, e para agir com eficácia sobre as condições ou os efeitos delas, suscetíveis de serem controlados de forma deliberada e racional. Tais recursos são fornecidos pelas ciências sociais. Daí o interesse que o fomento do ensino e da pesquisa dessas ciências apresenta para o desenvolvimento de uma cidade, que se converteu em metrópole sob o signo da civilização baseada na tecnologia científica.

É claro que não estamos sugerindo que se dê preeminência às ciências sociais, em detrimento de disciplinas como a física, a química, a geologia, a biologia etc., ou à custa da tecnologia científica propriamente dita. Isso seria inútil. O futuro de São Paulo não depende do que se consiga em determinado setor do conhecimento científico, mas da expansão orgânica deste como um todo. Ao suscitarmos a questão, tínhamos em mente apenas que não se deve ignorar o que as ciências sociais podem significar para melhor utilização de recursos em um país subdesenvolvido e que luta com graves problemas sociais. Se conseguirmos, simultaneamente: a) proporcionar meios suficientes para a expansão do ensino e da pesquisa no campo das ciências sociais; b) desenvolver nos cientistas sociais uma mentalidade realista, suscetível de favorecer novas combinações de alvos empíricos, teóricos e práticos na pesquisa científica; c) despertar nos leigos maior interesse pela espécie de colaboração que poderia receber dos cientistas sociais — estaremos em condições de enfrentar melhor os problemas humanos que decorrem do crescimento rápido e da transformação desordenada de uma cidade como São Paulo. É preciso que se encarem processos dessa ordem de uma perspectiva mais alta. Eles não exprimem, somente, certo tipo de desenvolvimento social em nações de economia subdesenvolvida, nas quais as relações entre o rural e o urbano estão sujeitas a certos desequilíbrios. Na situação brasileira, eles significam o que se poderia chamar, impropriamente, de prego do "progresso social". A transplantação da civilização ocidental para zonas tropicais constitui um processo penoso, cheio de dificuldades e de transtor-

nos. A questão, para nós, está em saber se a desejamos no plano mais complexo que ela chegou a atingir no mundo atual e se queremos não apenas copiá-la, mas produzi-la originalmente, através de nosso esforço criador e de nossas energias mentais. Se a resposta for positiva — e parece que ela terá de o ser, fatalmente — então só nos restará o caminho de progredir pelo maior conhecimento e pela melhor utilização das formas de pensamento, das técnicas de ação e dos valores sociais que poderão tornar eficazes semelhantes propósitos. As ciências sociais estão entre esses elementos intelectuais, que dão ao homem domínio sobre as condições e os fatores de evolução da civilização industrial.

APÉNDICE

CAPÍTULO XII

ATTITUDES E MOTIVAÇÕES DESFAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO (*)

Se nos fosse dado escolher o tema do presente trabalho, evitaríamos associar as atitudes e as motivações à discussão sociológica dos problemas de desenvolvimento. Os sociólogos progrediram muito pouco no estudo desses problemas, e ainda não dispomos de conhecimentos comprovados sobre a influência dinâmica dos fatores psico-sociais nos processos de desenvolvimento social. No entanto, a importância científica e prática do assunto é tão grande que justifica os riscos de um debate baseado em implicações teóricas e em presunções de teor conjectural. Ainda que não seja recomendável discutir questões de caráter geral, vimos-nos forçados a situar certos problemas, ligados à conceituação e ao estudo do desenvolvimento social na sociologia. Em seguida, dedicamos maior atenção aos dois temas básicos da presente contribuição: as relações entre atitudes, motivações e desenvolvimento social; os efeitos negativos de atitudes e motivações sobre o desenvolvimento social.

1 — O estudo da mudança social, do desenvolvimento social e da evolução social na sociologia

Os conceitos de mudança social, de desenvolvimento social e de evolução social encontraram largo uso desde o aparecimento da sociologia. A crítica ao organicismo e ao evolucionismo

(*) Comunicação apresentada ao *Seminário sobre Resistências à Mudança: Fatores que Dificulam ou Impedem o Desenvolvimento*, realizado pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, da UNESCO, em 22/10/1959. Publicado inicialmente como introdução à *Mudanças Sociais no Brasil*.

nismo, porém, criou ambiente pouco favorável ao último conceito e às preocupações teóricas que ele estimulava. De outro lado, a crítica às implicações éticas, herdadas pela sociologia da filosofia social, foi desfavorável ao segundo conceito, aparentemente vinculado à noção de "progresso" e às preocupações que ela fomentava.

Em nossos dias, está-se processando ampla revisão de críticas prematuras ou infundadas, que privaram a sociologia, a psicologia social, a antropologia etc., de conceitos, princípios e postulados de evidente valor heurístico e pragmático. Entre outras conseqüências, essa revisão vem reabilitando a importância do conceito de evolução social e das hipóteses que permitam assegurar o seu emprego positivo nas ciências sociais. Interesses econômicos e políticos, por sua vez, deram ao conceito de "desenvolvimento" (e aos problemas correspondentes) um lugar tão relevante, nos círculos leigos, que os cientistas sociais voltaram a preocupar-se pelo assunto. Parece fora de dúvida que existem fundadas razões teóricas e práticas para justificar esta atitude. Para se estabelecer um novo entendimento fecundo, sobre essas coisas, é preciso, todavia, superar certas dificuldades básicas, que continuam a empobrecer o horizonte intelectual dos sociólogos e suas iniciativas, na investigação dos fenômenos de dinâmica social.

A primeira dificuldade a enfrentar relaciona-se com o próprio conceito de "desenvolvimento". Entre os cientistas sociais, só os psicólogos e os economistas conseguiram introduzir alguma clareza e uniformidade em seu uso corrente. Na sociologia, mantêm-se certas confusões elementares, que se prendem ao emprego abusivo e confuso de conceitos como "mudança social" e "evolução social". Em sentido lato, pode definir-se, sociologicamente, desenvolvimento social como "multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhando o desenvolvimento cultural"⁽¹⁾. Trata-se de um conceito inclusivo, que compreende todos os fenômenos de mudança que ocorrem através da diferenciação estrutu-

ral e da reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e de espaço. Por isso, ele abrange os aspectos dinâmicos das alterações da estrutura, da organização e dos mecanismos de controle de dado sistema social em certo lapso de tempo.

A questão básica diz respeito ao modo de distinguir os conceitos de "desenvolvimento social", "mudança social" e "evolução social". A noção de mudança social é mais genérica, aplicando-se a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço. A mudança social pode ser *progressiva* ou *regressiva* ⁽²⁾ e, o que é essencial em nossa apreciação, de sua qualidade é que depende a caracterização do desenvolvimento social. Este se manifesta sempre que determinado sistema social sofre modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ou para o qual tenda de forma irreversível. A noção de evolução social é ainda mais complexa. Ela se aplica aos processos de *mudança progressiva*, que sejam relevantes para a perpetuação ou a transformação dos tipos sociais propriamente ditos, para os quais tenda, de modo variável mas constante, em virtude de seus requisitos estruturais e funcionais, determinado conjunto de sistemas sociais globais. Isso quer dizer, em outras palavras, que os dois conceitos, de desenvolvimento social e de evolução social, descrevem os mesmos fenômenos em níveis diferentes da realidade social. O primeiro abrange os processos de mudança social progressiva no nível histórico, tal como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo. O segundo aprende os processos de mudança social progressiva no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair e analisar os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais.

A segunda dificuldade é de natureza metodológica. Os problemas que se colocam à análise sociológica variam de acordo com a perspectiva de que se encarem os fenômenos de dinâmica social. Grande parte da confusão, que se estabeleceu no uso dos conceitos de mudança social, de desenvolvimento social e de evolução social, provém da negligência de distinções metodológicas fundamentais.

(1) E. Willens, *Dicionário de Sociologia* (Porto Alegre, Editora Globo, 1950), pág. 42; sobre a teoria do desenvolvimento social, veja-se, especialmente, Morris Ginsberg, *Essays in Sociology and Social Philosophy* (Londres, William Heinemann, 1956), vol. II, págs. 29 e seguintes; L. Silberman, *Analysis of Society*, William Hodge and Co. Ltd., Londres, 1951, cap. VIII.

(2) Há, ainda, outra alternativa: a mudança pode ser irrelevante para a transformação do sistema social na direção de dado tipo social ou pode ser descrita sem nenhuma referência a esse fato.

Excepcionalmente os processos sociais recorrentes, com seus efeitos psico-sociais ou sócio-culturais, os demais aspectos dinâmicos da vida social abrangem fenômenos da alteração da estrutura, organização e funcionamento do sistema social. A rigor, todo conhecimento positivo, a respeito deles, cabe no âmbito da teoria da mudança social. Contudo, nem todos os problemas de mudança possuem a mesma natureza. Há conveniência em distingui-los com a precisão possível e, inclusive, em qualificá-los apropriadamente, como acontece com os fenômenos de mudança descritos através dos conceitos de desenvolvimento social e de evolução social.

Há fenômenos de mudança social que podem ser vistos e analisados independentemente da construção e da interpretação de regularidades de seqüência. Estão nessa categoria os fenômenos de alteração da estrutura e do funcionamento do sistema social: 1.º) que podem ser representados como condições dinâmicas instáveis da vida social em geral ou do modelo típico-ideal de dado sistema social; 2.º) que podem ser observados em frações restritas do tempo físico, nas quais se dêem determinadas interações entre indivíduos ou grupos de indivíduos (efeitos do número de agentes na qualidade das relações sociais; vinculações entre o tipo de contato, o caráter e o grau de estabilidade da interação social; os influxos sociais construtivos da competição, da cooperação, do conflito etc.). Os problemas desta natureza caem no campo da sociologia sistêmica e, como muito bem ponderou Max Weber, o conhecimento deles não nos habilita a explicar as transformações da ordem social no tempo como um processo unívoco e contínuo.

Há fenômenos de mudança social que podem ser explicados mediante simples observação e interpretação dos efeitos da alteração do estado de certo sistema social concreto. O investigador parte de uma situação prévia, na qual a condição do equilíbrio do sistema social considerado pode ser atribuída a fatores de influência dinâmica conhecida, e atribui as modificações, caracterizadas por efeitos observáveis empiricamente, a fatores cujo valor funcional se tenha alterado ou (e) a fatores novos. A maioria dos modernos estudos sobre as condições e os efeitos da destribalização, da mecanização do campo, da urbanização, da industrialização, da desorganização da família, da diferenciação do comportamento sociopático etc., obedecem a semelhante procedimento básico. O que importa res-

saltar é que, nesses estudos, o investigador se limita à determinação do significado dinâmico das alterações no âmbito do sistema social concreto considerado. Nesse campo, o sociólogo lida com os problemas de mudança social do ângulo da sociologia descritiva. Por isso, pode dispensar-se de fazer indagações mais complexas, seja sobre a importância das alterações assinaladas para a realização do tipo social correspondente pelo sistema social considerado, seja sobre as questões que elas colocam ao estudo comparado de outros sistemas sociais análogos, que tendem para o mesmo tipo social.

O uso corrente do conceito de mudança social, para referir os problemas sociológicos implícitos nessas modalidades de explicação, justifica-se plenamente. O mesmo não acontece nos casos em que os sociólogos se propõem, desta ou daquela maneira, as referidas questões negligenciadas nas investigações de sociologia descritiva. Quando o investigador se propõe saber qual é a importância dinâmica de dadas alterações para a realização do tipo social correspondente por determinado sistema social, ele está primariamente interessado no estudo dos tipos sociais através de suas manifestações particulares concretas. Os problemas de mudança social a serem enfrentados se colocam no plano da duração histórica, requerendo recursos metodológicos que permitam explicar processos sociais irreversíveis como algo determinado, unívoco e contínuo, através de uniformidades de seqüência. É neste campo, da sociologia diferencial⁽³⁾, que situamos os estudos sobre o desenvolvimento social, nos quais importa sobremaneira determinar a qualidade da mudança e seus influxos na reintegração do sistema social em dada direção.

Quando o investigador se preocupa especificamente com os tipos sociais, ele pode lidar, simultaneamente, com dados relativos aos diferentes sistemas sociais que tendem, de modo mais ou menos variável, para o mesmo tipo. Nesse caso, como nos sugere *De la Division du Travail Social*, são as identidades e as similaridades estruturais ou funcionais que contam em primeiro plano. Os problemas de mudança social que o

(3) Sobre a maneira pela qual o autor entende os diferentes campos da sociologia, mencionados neste trabalho, conforme "Sociologia" (artigo transcrito da *Enciclopédia Delta*), Caderneta de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957, págs. 9-17.

sociólogo tem de resolver caem, aqui, no campo da sociologia comparada. São problemas pertinentes à análise filogenética e classificatória dos tipos sociais, que permitem explicar os fenômenos da evolução social no tempo supra-histórico. A "lei da divisão do trabalho", de Durkheim, ilustra bem esse ponto. A realização do tipo, pelos sistemas sociais globais, depende de requisitos estruturais e funcionais que se podem manifestar, dinamicamente, nas mais variadas condições de tempo e de espaço.

Os fenômenos de mudança social, encarados da perspectiva da sociologia diferencial e da sociologia comparada, têm sido lamentavelmente negligenciados pelos sociólogos modernos. Pode-se dizer que a enorme expansão empírica das investigações sociológicas, após *The Polish Peasant in Europe and America*, se concentrou em áreas nas quais os problemas concernentes à mudança social progressiva, em relação à formação, à duração e à transformação dos tipos sociais, não chegaram a colocar-se. Isso ocorreu em detrimento de duas coisas. Primeiro, da ausência das explanações. Mesmo as investigações mais cuidadosas deixam algo a desejar, pois do ponto de vista científico não basta saber o que ocorre na reintegração do sistema social de "Middletown", de "Yankee City" ou de "Springdale". Também é preciso saber como o que ocorre nessas comunidades se liga a fenômenos mais gerais, que permitem compreender melhor o seu passado e o seu presente, bem como entender melhor o seu futuro próximo ou remoto. Segundo, as mesmas lacunas vêm prejudicando, sensivelmente, a possibilidade de utilizar produtivamente os conhecimentos sociológicos na prática. A extensão da análise sociológica, na direção das duas espécies de problemas, teria importância definida presumível tanto para planos de reconstrução social, quanto para planos de aproveitamento e controle racionais das forças sociais constitutivas de dada ordem social. Ambas as razões, teórica e prática, aconselham que se dê maior atenção aos mencionados problemas na sociologia e segundo as orientações metodológicas que eles exigem.

A terceira dificuldade é de magnitude moral. Ao tratar de problemas relacionados com o desenvolvimento social, o sociólogo não está livre do influxo e do fascínio de atitudes e avaliações extracientíficas. Isso não é, em si mesmo, muito grave. A gravidade de influências desse gênero deriva do teor das presunções, que acabam definindo as próprias diretrizes

das investigações. Por motivos diferentes, os alvos de desenvolvimento social, valorizados tanto nos "países adiantados" (como a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos etc.), quanto nos "países subdesenvolvidos" (da América, da Ásia, da Oceania ou da África), incentivam mudanças diretas ou indiretamente subordinadas aos interesses e aos valores sociais das camadas dominantes na estrutura de poder. Medidas formuladas em nome dos "interesses da Nação" raramente correspondem, de fato, às necessidades vitais da comunidade como um todo. No entanto, tais medidas contam em média, com as pressões abertas ou dissimuladas da propaganda organizada. Além disso, quase sempre se beneficiam de alguma popularidade, em virtude das vantagens inegáveis, que podem assegurar a nações que lutam contra os problemas do após-guerra ou do subdesenvolvimento econômico, político e social.

Em estudos de desenvolvimento social, é óbvio que essa questão possui importância transcendente. Um paralelo é suficiente para esclarecer a questão. Em suas análises, Durkheim toma, como ponto de referência para a caracterização do "estado normal" das sociedades modernas, os requisitos da ordem social capitalista (4). Outros especialistas, como Mannheim e Fromm, por sua vez, partem de caracteres e tendências que nasceram do colapso e reconstrução dessa ordem social (5). Nessas circunstâncias, impõe-se ao sociólogo indagar qual seria o procedimento mais produtivo e correto. Esta indagação às vezes é improfícua. Nos países subdesenvolvidos, em particular, o nacionalismo tolhe ou elimina ponderações dessa natureza.

(4) Cf., especialmente, *Leçons de Sociologie. Physique des Mœurs et du Droit* (Paris, Presses Universitaires de France, 1950). Durkheim salienta que, nas fases de transição, o "único tipo social que se encontra realizado no presente e dado nos fatos é o do passado, não estando portanto em relação com as novas condições de existência" (cf. *Les Règles de la Méthode Sociologique*, 10ª edição, Paris, Presses Universitaires de France, 1947, pág. 60). Todavia, não aplica essa regra na observação e interpretação dos fenômenos nas sociedades modernas, como o atestam as idéias expostas nas *Leçons* e suas conhecidas reações aos efeitos anônimos da divisão do trabalho no presente.

(5) Cf. Karl Mannheim, *Libertad y Planificación Social* (trad. de R. Landa, México, Fondo de Cultura Económica, 1942) e *Freedom, Power, and Democratic Planning* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1950); Erich Fromm, *The Same Society* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1956; e *The Fear of Freedom* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1942).

Mas, resta a pergunta, que nos parece crucial: o sociólogo deve aceitar, passivamente, a condição de apologeta das "tendências de desenvolvimento" que, no fundo, asseguram vantagens certas apenas às camadas que se beneficiam diretamente da ordem social existente? O que interessa a tais camadas, em regra, não é tanto o "progresso social", como a continuidade de sua posição na estrutura de poder em transformação. Por isso, sua ideologia contém um elemento dinâmico invariável: a valorização das técnicas e dos métodos de desenvolvimento social congruentes com a ordem social estabelecida, às vezes de modo mitigado, por causa dos interesses e valores sociais em jogo. Sem identificar-se com semelhantes ideologias, o sociólogo não pode admitir, de antemão, que seja pacífico e universalmente defensável o ideal de reproduzir, nas nações subdesenvolvidas do presente, o passado mais ou menos longínquo dos países adiantados da atualidade. A sociedade, ao contrário do que se supunha em relação à natureza, pode "dar saltos". Portanto, a segunda alternativa pode ter pleno sentido, devendo os especialistas resguardar as possibilidades de opção autônoma.

Segundo pensamos, a saída do impasse pode ser obtida pela análise das próprias tendências de desenvolvimento social, constatáveis objetivamente. O sociólogo não pode impedir que certas camadas sociais capitalizem, durante certo tempo, os benefícios do desenvolvimento social — nem essa é sua função, propriamente entendida. Ele deve, somente, tomar cuidados especiais para não se tornar um gênio porta-voz ou um agente dócil das ideologias das referidas camadas. Um ajustamento intelectual positivo consiste em relacionar as medidas apregoadas como "necessárias", "urgentes" ou "ideais" com a situação de interesses das diversas camadas sociais, com os valores que orientam a sua atuação prática e com as necessidades da coletividade como um todo. Essa *análise funcional* só é inoperante quando a situação investigada requer uma opção dramática entre concepções do mundo em conflito. Então, não resta senão apelar para a ética de responsabilidade, inerente à condição do cientista. Essa ética oferece um conjunto de interesses e de valores que podem orientar o reaproveitamento dos resultados da análise funcional. A expansão orgânica da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica requer, essencialmente, a universalização e o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, a democratiza-

ção da educação e do poder, a divulgação e a consagração de modelos racionais de pensamento e de ação, a valorização e a propagação do planejamento em matérias de interesse público etc. Em cada situação concreta, é possível confrontar os resultados da análise funcional com a viabilidade oferecida a requisitos dessa espécie pelas alternativas em pugna na cena social. Além disso, as opções tomariam em conta, igualmente, as obrigações do sociólogo como "cidadão" e como "cientista". Procurando assegurar-se condições de autonomia intelectual, o sociólogo estaria concorrendo para refinar o alcance teórico e a eficácia prática de suas contribuições.

2 — *Atitudes, motivações e desenvolvimento social*

O enunciado de nosso tema nos coloca diante das polarizações negativas das conexões de atitudes e de valores sociais com o desenvolvimento social. Na verdade, existem outras polarizações, de caráter positivo ou neutro. Como não podemos abordar o tema central de modo completo, tomando em conta todas essas graduações, propomo-nos examinar pelo menos os aspectos que permitem sugerir como, onde e por que o desenvolvimento social se tornou uma condição normal da vida, um fator de continuidade e de sobrevivência de uma civilização e um valor social básico.

O nosso ponto de vista geral leva-nos a encarar as atitudes e as motivações sociais em termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social. Mesmo quando elas se manifestam através de condutas individuais e de processos de interação social de indivíduos, tais condutas e processos constituem parte da estrutura, são reguladas pela organização e variam de acordo com as tendências de diferenciação do sistema social. Desse ponto de vista geral, é possível descrever as relações recíprocas de atitudes e valores sociais com o desenvolvimento social de uma perspectiva sincrônica e de uma perspectiva diacrônica. As contribuições da sociologia sistemática, nas quais diferentes estados da moderna sociedade de classes sociais são focalizados de forma típico-ideal, revelam-nos tais relações da primeira perspectiva. Por meio delas, ficamos sabendo alguma coisa a respeito das atitudes e motivações que se incluem entre os requisitos dinâmicos de uma ordem social, cujo padrão de

equilíbrio interno depende do ritmo e da continuidade da mudança sócio-cultural. As contribuições da sociologia diferencial, nas quais a formação e as tendências de reintegração ou de desagregação da moderna sociedade de classes são focalizadas no plano histórico-social, evidenciam aquelas relações da segunda perspectiva. Por meio delas, ficamos sabendo algo sobre a importância dinâmica de atitudes e motivações sociais para o desenvolvimento social ou seja, como elas chegam a atuar, historicamente, como fatores sociais construtivos.

A manifestação, a exploração e o refinamento de energias e de aptidões criadoras do homem variam de acordo com o grau de diferenciação e o tipo de organização da porção social do meio em que ele vive. Essas duas condições graduan o fluxo do pensamento inventivo e determinam as direções nas quais ele encontrará aplicação inovadora na solução dos variados problemas impostos pelas situações de existência social. A vida social não repousa, apenas, na socialização das emoções e das capacidades perceptivas e cognitivas dos indivíduos. Ela também envolve a socialização das expressões mais sutis, complexas e variáveis dessas qualidades, nos comportamentos "voluntários", "conscientes" e "inteligentes" do homem. Por isso, existe uma relação bem definida entre o grau de diferenciação e o tipo de organização do meio social e o conjunto de elementos da situação, que se elevam à esfera de consciência e de atuação mais ou menos deliberada dos agentes humanos. Essa conexão pode ser comprovada, empiricamente, através das técnicas de diferenciação e reintegração da ordem social da sociedade de classes. No "ponto zero" da formação e emergência dessa ordem social, como nos demonstram principalmente as análises de Weber (6), houve uma autêntica revolução

(6) Max Weber, cf. especialmente: *Historia Económica General* (trad. M. S. Sarto, México, Fondo de Cultura Económica, 1942), cap. IV; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (trad. T. Parson, com introdução de R. H. Tawney, Londres, George Allen & Unwin, 1930). Cf. também: R. H. Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism* (Londres, Penguin Books, 1938); idem, *The Acquisitive Society* (Londres, G. Bell & Sons, 1948); T. Parson, *The Structure of Social Action* (Glencoe, Illinois, The Free Press, 1949), parte III; idem, *Essays in Sociological Theory: Pure and Applied* (Glencoe, Illinois, The Free Press, 1949), cap. V; H. Gerth e C. Wright Mills, introdução a *From Max Weber: Essays in Sociology* (Nova Iorque, Oxford University Press, 1946).

no horizonte cultural do homem médio. Essa revolução possui dois planos distintos, nem sempre devidamente reconhecidos. De um lado, surgiram tendências inconformistas na avaliação dos comportamentos rotineiros e tradicionais, das instituições e dos valores "sagrados" ou intangíveis, que conformavam o presente pelo passado e impediam a renovação econômica, cultural e social das condições de vida. De outro, está o surto de uma mentalidade prática, que levou o homem a refletir sobre os elementos e as forças do meio social ambiente segundo critérios utilitários de teor crescentemente racional. Vários aspectos da vida social são facilmente acessíveis à observação, podendo ser percebidos e explicados por diversas modalidades de conhecimento — do saber proporcionado pelas tradições, pela magia e pela religião ao saber produzido pela teologia ou pela filosofia. O que se poderia chamar de "conhecimento de senso comum", por volta da desagregação da sociedade feudal, era um conhecimento altamente complexo, que combinava as diversas formas de saber pré-científicas a elementos racionais provenientes de interesses práticos (7). Em consequência,

Em nossa discussão, aproveitamos largamente a contribuição dos sociólogos alemães sobre os processos de consciência social e suas influências nos processos macro-sociais. Uma análise dessas contribuições pode ser encontrada em K. Mannheim, "Towards the Sociology of the Mind: an Introduction", in K. Mannheim, *Essays on Sociology of Culture* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1956), págs. 15-89. A respeito das bases perceptivas e cognitivas do comportamento social inteligente, cf. especialmente S. Asch, *Social Psychology* (Nova Iorque, Prentice Hall, 1952), *passim*; sobre os demais aspectos das bases psíquicas e socio-dinâmicas do comportamento coletivo, cf., especialmente: K. Mannheim, *Ideologia e Utopia* (trad. E. Willems, introdução de L. Wirth, Porto Alegre, Editora Globo, 1950); idem, *Libertad y Planificación Social, op. cit.*, especialmente partes I, IV e V; H. Blumer, "Collective Behavior", in R. E. Park, *An Outline of the Principles of Sociology* (Nova Iorque, Barnes & Noble, 1938), parte IV; H. Cantil, *The Psychology of Social Movements* (Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1941), parte I; H. Gerth e C. Wright Mills, *Character and Social Structure* (Nova Iorque, Harcourt, Brace & Co., 1953), especialmente cap. V, no qual se encontra importante ampliação da teoria da motivação de M. Weber, e parte quatro.

(7) Segundo Max Scheler (*Sociología del Saber*, trad. J. Gao, Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1947, págs. 99-164), essa combinação inclusive explicaria o aparecimento da ciência. As análises de Weber demonstram que o processo em questão é anterior à emergência da concepção burguesa do mundo (cf. indicações da nota anterior).

vários aspectos da ordem social existente foram elevados à esfera de consciência social e segundo intentos que merecem ser postos em relevo. A disposição inconformista, de caráter negativo e destrutivo, fundiase a intuítos mais complexos, de pautar a atuação social dos indivíduos e a organização das instituições por modelos que assegurassem, sobretudo, um mínimo de autonomia, de rendimento e de continuidade. Este segundo componente era, por sua vez, positivo e construtivo, estimulando o homem a propor-se o papel de inventor na esfera da transformação da ordem social. Em lugar da ordem social maciçamente *perfeita* e *estática* das utopias medievais, forma-se e difunde-se, nas camadas sociais em que se recruta a burguesia emergente, um novo ideal de aperfeiçoamento gradativo e oportunista das condições sociais de vida. O aumento progressivo da eficácia das normas, das instituições e das técnicas de controle sociais constituía o critério básico desse aperfeiçoamento do meio social pelo próprio homem.

Portanto, abstraindo-se outras questões, de importância secundária nesta discussão, já na fase de sua emergência, a ordem social da sociedade de classes pressupunha: 1.º) a inclusão dos elementos estáticos e dinâmicos fundamentais da ordem social nas esferas de consciência social, o que produziu — antes do aparecimento da ciência e da tecnologia científica — substancial alteração na percepção e no conhecimento do meio social ambiente pelo homem; 2.º) a formação de ideais de vida e de segurança social que criaram aspirações ativas de intervenção do homem na organização das condições de existência social, suscetíveis de alguma forma de controle deliberado; 3.º) a escolha da eficácia (ou do rendimento prático efetivo) como critério de avaliação e de aperfeiçoamento gradual das normas, das instituições e das técnicas de controle sociais, o que conferia à *experiência* o caráter de principal fonte quer da produção do saber, quer da verificação da validade do seu conteúdo ou da consistência de suas aplicações. Esses requisitos não se alteraram com a expansão posterior da sociedade de classes. Ao contrário, como nos sugerem principalmente os resultados das análises de Tönnies e de Sombart (9), sua di-

(8) Incluímos duas fases distintas do desenvolvimento da sociedade de classes na mesma caracterização por causa das limitações de espaço. As caracterizações de Tönnies correspondem à fase de expansão da sociedade de classes, vinculada à Revolução Industrial e aos seus efeitos histórico-sociais; as de Sombart abarcam outras fases,

ferencição progressiva ampliou a área dentro da qual se impunha o controle consciente e ativo de condições e fatores sociais do ambiente pelo homem. O que variou, por conseguinte, foi a maneira de atender, em escala social, as exigências intelectuais inerentes às três polarizações mencionadas.

Vista nessa fase, a ordem social da sociedade de classes evidencia plenamente os efeitos da revolução cultural nas relações do homem com seu meio social. Quanto à primeira polarização, podemos constatar duas coisas essenciais. Primeiro, a qualidade do conhecimento de senso comum, necessário ao ajustamento normal dos indivíduos às condições de vida numa ordem social capitalista, individualista e competitiva. Nela, de acordo com Tönnies, os indivíduos interagem "cada um por si e em estado de tensão em face dos demais". Para agir eficazmente e "tirar proveito" das próprias ações, das relações com outros, da celebração de contratos etc., todo indivíduo precisaria ser apto para discernir interesses sociais mesclados à interação humana e para prever o grau de estabilidade ou de instabilidade de tais interesses durante certo período de tempo. Semelhante conhecimento construía-se na base do aproveitamento da experiência vicária (de outros) ou pessoal, graças às perspectivas abertas pela secularização das atitudes na com-

além dessa, e inclusive a era do "apogeu do capitalismo" (cuja delimitação histórica é inaceitável e precisa ser amplamente corrigida com os modernos estudos de sociologia industrial, do trabalho, da burocratização etc.). As referências seguintes são apenas as essenciais: F. Tönnies, *Communauté et Société* (trad. J. Lefl, Paris, Presses Universitaires de France, 1944); idem, *Principios de Sociología* (trad. V. Llorens, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, especialmente, Livro Quinto) e *Desarrollo de la Questión Social* (trad. M. Reventós, 2ª edição, Barcelona, Editorial Labor, 1933); W. Sombart, *El Borgeise* (trad. H. Fust, Milão, Longanesi, 1950); idem, *El Aporogo del Capitalismo* (trad. J. U. Guerrero e V. Cardad, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 2 volumes); idem, artigo "Capitalism", in *Enciclopedia of Social Sciences*, vol. III, págs. 195-208. Cf. ainda Max Weber, *Economía y Sociedad* (trad. J. M. Echavarría, J. R. Parla, E. G. Maynez e S. F. Mora, México, Fondo de Cultura Económica, 1944), principalmente as condições e os efeitos da racionalização e da burocracia; Graham Wallas, *The Great Society* (Nova Iorque, Macmillan, 1936); R. E. Park, *Human Communities* (Glencoe, Illinois, The Free Press, 1952), capítulos 1, 10, 11, 14 e 15; E. Mayo, *The Social Problems of an Industrial Civilization* (Londres, Routledge & Kegan Paul, Nova Iorque, Macmillan, 1947); A. V. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1955).

preensão do valor das convenções, dos móveis das ações e dos objetivos das instituições sociais que são imediatamente acessíveis à inteligência humana⁽⁹⁾. Segundo, a espécie de conhecimentos que permitiriam tomar consciência e lidar com os problemas mais complexos, relacionados com os mecanismos de alteração da ordem social e com os conflitos sociais ou seus produtos indesejáveis. Aqui, é preciso distinguir três modalidades de conhecimento: um, de natureza prática, voltado para a percepção e a explicação de processos sociais diretamente acessíveis à experiência; outro, de natureza teórica, dirigido para a percepção e a explicação dos aspectos mais profundos e aparentemente ininteligíveis dos processos sociais; por fim, o terceiro, de natureza técnica, especialmente importante nas áreas em que se tornou possível aproveitar, de modo sistemático, as energias humanas, de acordo com esquemas de programação prévia dos fatores da produção ou da administração.

A primeira modalidade de conhecimento revela-se na esfera do político. Ela nos põe diante da forma mais complexa, assumida pelo conhecimento de senso comum em suas aplicações ao controle deliberado das forças sociais pelo homem. Na base dele, não só foram percebidos os fundamentos estáveis para a contínua ampliação das fronteiras da administração, segundo critérios racionais, como puderam ser identificadas e exploradas as polarizações sociais de interesses, ocultos atrás das forças sociais em conflito irreductível na cena histórico-social. A segunda modalidade de conhecimento diz respeito à aplicação do método científico ao estudo dos processos e dos problemas sociais. Apesar de seus intuídos meramente teóricos, ela teve importância prática definida, pois ampliou, consideravelmente, o alcance da percepção e da explicação dos processos de formação e desenvolvimento da ordem social existente. Os conhecimentos derivados desta fonte foram úteis, de modo imediato, em parte no plano do político, em parte na criação de expectativas voltadas para a domesticação, pelo homem, de condições e fatores sociais que operam irracionalmente na sociedade de classes. A terceira modalidade de conhecimento tem sido encarada como a principal agência de controle das forças sociais invertidas no funcionamento das empresas econômicas. Apesar das suas limitações, resultantes

da concepção e manipulação dos fatores humanos da produção ou da administração como parte de "sistemas fechados" (operativamente definidos nos limites das *empresas*, particulares ou estatais), tal conhecimento permitiu larga exploração de modelos racionais de organização de instituições econômicas, políticas, educacionais, recreativas, de assistência etc. Além disso, fomentou novos recursos do pensamento inventivo em assuntos societários, principalmente onde as relações entre meios e fins sociais puderam ser estabelecidas segundo critérios estáveis (como no planejamento urbano, em programas agrícolas etc.)⁽¹⁰⁾.

As outras duas polarizações precisam ser encaradas à luz de semelhantes mecanismos de consciência social e do significado delas para o controle dos elementos da porção social do meio pelo homem. A ordem social da sociedade de classes repousa em um padrão de equilíbrio instável. Um mínimo de instabilidade e de mudança aparece em todos os níveis do comportamento humano socialmente organizado — das ações e das relações dos indivíduos, à estrutura e ao funcionamento das instituições ou à integração de sistemas sociais globais. Não existem alvos sociais fixos e universais nem meios institucionais rígidos e invariáveis, dadas certas condições de integração da ordem social (como na sociedade tribal, na sociedade campestre, na sociedade feudal etc.). As bases societárias da atração dos indivíduos, do funcionamento das instituições ou de integração dos sistemas sociais precisam reajustar-se, dinamicamente, quer a condições incontroláveis de alteração das situações materiais ou sociais de existência, quer à capacidade do homem de introduzir mudanças deliberadas na operação ou nos efeitos de determinados fatores sociais. Em consequência, os mecanismos de consciência social em questão se

(9) Trata-se, naturalmente, dos elementos pertinentes à função manifesta das convenções, das ações e das instituições sociais.

(10) Sobre a importância desses conhecimentos como "técnica social", cf. K. Mannheim, *Libertad y Planificación Social*, *op. cit.*, parte V, o qual fornece ampla bibliografia. A respeito dos demais aspectos do emprego do pensamento racional no planejamento ou das funções sociais deste, cf. esp.: W. Keilhan, *Principles of Private and Public Planning: A Study in Economic Sociology* (Londres, George Allen and Unwin, 1951); M. P. Fogarty, *Economic Control* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1955); E. A. Gurkind, *Revolution of Environment* (Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner, 1946); A. Hillman, *Community Organization and Planning* (Nova Iorque, Macmillan, 1950); Louis Wirth, *Community Life and Social Policy* (Chicago, The University of Chicago Press, 1956).

amoldam a um tipo de ordem social no qual a mudança faz parte do quadro rotineiro da existência humana e constitui uma peça fundamental para o equilíbrio ou a continuidade das condições normais de vida.

Apenas no plano simbólico os ideais de vida e de segurança social da sociedade de classes possuem *universalidade e eternidade*. Na vida social quotidiana, eles sofrem reelaborações interpretativas constantes e ocorrem flutuações contínuas em sua observância, literalmente vinculadas ao grau de domínio ativo alcançado pelo homem sobre as condições reais de existência. Bom exemplo disso são os princípios inerentes aos "Direitos Fundamentais do Homem". A medida que o controle ativo sobre as forças sociais aumenta, diminuem ou desaparecem, paulatinamente, inconsistências associadas ao modo de entender, de praticar e de desfrutar, em escala social, os referidos princípios. Doutra lado, o mesmo exemplo permite situar o caráter assumido pelo uso do critério pragmático de eficácia na avaliação dos móveis das ações e dos objetivos das instituições ou das associações. Ele é manipulado de forma ampla e plástica, de maneira a assegurar a consideração global de diferentes elementos de cada situação, como os interesses sociais, os valores sociais, a participação deles pelo homem etc. Por conseguinte, o critério pode ser explorado tanto na avaliação do "rendimento" de uma instituição como a empresa industrial, quanto na de instituições como o Estado, a Escola, o Hospital etc. Isso faz com que a inovação cultural seja um processo complexo, relacionado com a alteração concomitante de todas as esferas da vida. Em segundo lugar, também faz com que o domínio alcançado pelo homem sobre as forças sociais do ambiente exprima-se, simultaneamente, na transformação de padrões de comportamento, de organização das instituições ou de configuração da ordem social, envolvendo graus variáveis de universalização das garantias sociais, de supressão das fontes sociais de alienação da pessoa humana etc. Em terceiro lugar, pode ser facilmente manipulado por camadas com posições estratégicas na estrutura de poder das instituições ou das associações, o que lhes confere a possibilidade de graduar ou de reter o fluxo das inovações e seus efeitos diretos sobre a reconstrução da ordem social. No conjunto, porém, a mudança produzida pela capacidade do agente humano de lidar com as forças domesticadas do meio social é posta a serviço de ideais coletivos que valorizam o *progresso material, social e moral*

do homem. A mudança converte-se em verdadeira técnica social, inserida no pensamento inventivo como um recurso destinado a introduzir *aperfeiçoamentos progressivos* em todos os campos em que a atividade humana se desenrola de forma socialmente organizada.

A importância da análise sincrônica para os fins que nos interessam, reside no fato de apanhar os fenômenos de mudança social de uma perspectiva ontogenética (11). Como, na interação de indivíduos e grupos de indivíduos ou no funcionamento de instituições sociais e associações, a mudança social pode ser concebida e explorada, socialmente, como uma força sócio-cultural, controlável deliberadamente pelos agentes humanos? Quais são as condições psico-sociais que regulam a utilização eficiente dessa força, em fins escolhidos pelos agentes humanos, na produção de alterações desejáveis da ordem social? Conduzindo a discussão para os problemas específicos, a análise parenteia as seguintes evidências fundamentais: 1.º) que as atitudes e as motivações "favoráveis" ao desenvolvimento social são aquelas que se vinculam a interesses ou a valores sociais iminentes à necessidade de alargar o alcance e de aumentar a eficiência do domínio ativo de elementos estáticos ou dinâmicos do meio social pelo homem; 2.º) que essas atitudes e motivações não emergem ao acaso, pois se ligam, estrutural e logicamente (12), ao horizonte cultural dominante na ordem social da sociedade de classes, e se incorporam, dinamicamente, às condições psico-sociais de organização do comportamento humano nesse tipo de sociedade; 3.º) que a articulação dessas atitudes e motivações com necessidades sociais emergentes não exclui a interferência de fatores irracionais (13), mas envolve um mínimo de integração orgâ-

(11) Sobre a natureza e as implicações da "análise ontogenética" na sociologia, cf. F. Znaniecki, *The Method of Sociology* (Nova Iorque, Farrar & Rinehart, 1934), cap. IV. Quanto à interpretação dos fenômenos sociais sincrônica e diacronicamente, cf. A. R. Radcliffe-Brown, *Method in Social Anthropology* (Chicago, The University of Chicago Press, 1959), especialmente parte II, *passim*.

(12) Cf. especialmente, G. Bateson, *Naven* (Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1958), págs. 23-34.

(13) Um deles, a influência de círculos privilegiados na mudança social progressiva, foi mencionado no texto. Mas existem outros, como a resistência às inovações nas diversas camadas sociais, o mau uso das inovações, o ritmo da mudança etc., que, infelizmente, não podem ser abordados aqui.

nica de diferentes condições, processos e efeitos atuantes na cena social (como se pode verificar pelas diversas modalidades de sincronização nas manifestações da urbanização, da industrialização, da democratização da cultura, da secularização dos modos de conceber o mundo etc., em várias comunidades européias do século XIX e norte-americanas do século XX).

A análise sincrônica revela qual é a natureza, a variedade e as funções dos mecanismos de consciência social e das técnicas sociais de controle na sociedade de classes. Cabe à análise diacrônica evidenciar quais são as influências dinâmicas mais profundas e persistentes dos referidos elementos na preservação e na alteração do padrão de equilíbrio dessa sociedade. Em uma ordem social na qual a distribuição desigual da renda, do poder e do prestígio é regulada por fatores estruturais e organizatórios, aqueles mecanismos e aquelas técnicas acabariam operando, fatalmente, como "fermentos sociais". Privilégios e garantias sociais, compartilhados de forma desigual, não foram defendidos — nem o podiam ser — como regalias exclusivas de determinada camada social. Em consequência, as mencionadas modalidades de exploração do pensamento inventivo encontraram aplicações que transcenderam rapidamente: primeiro, os limites da racionalização do comportamento econômico; em seguida, as tendências ao conservantismo sócio-cultural, operantes em diferentes fases de reintegração da ordem social da sociedade de classes.

Os dois aspectos mais relevantes desse processo histórico-social são bem conhecidos. De um lado, as formas de percepção e de explicação das condições sociais de existência permitiam elevar, à esfera de consciência social, os fatores e os efeitos da desigualdade econômica, social e política. De outro, a avaliação de ambos (os fatores e os efeitos da desigualdade econômica, social e política) segundo critérios pragmáticos e utilitários permitia elevar, à esfera de consciência social, inconsistências no funcionamento das instituições ou na integração da ordem social, suscetíveis de correção mediante inovações apropriadas. O impacto desse processo na mudança social sempre dependeu da posição estratégica das camadas dominantes na estrutura de poder e da capacidade de as camadas dominadas tirarem proveito prático de disposições inconformistas "legítimas". O que importa, em nossa discussão, são três pontos fundamentais: 1.º) a instabilidade da socie-

dade de classes repousa nas incongruências existentes entre os fundamentos morais e a organização social da vida humana nela imperantes; 2.º) a desigualdade econômica, social e política impede a percepção, a explicação e a avaliação homogêneas dessas incongruências, mas favorece a emergência de mecanismos de reintegração da ordem social, pelos quais as diferentes classes tentam manter ou alterar o *status quo*, através de movimentos sociais; 3.º) as reações de classe social às incongruências obedecem a atitudes e motivações calcadas em seus próprios interesses na conjuntura histórico-social, mas as influências dinâmicas delas resultantes, na reintegração da ordem social, tendem a refletir-se positivamente no grau de entrosamento entre os fundamentos morais e a organização social da vida. Em conjunto, pois, à sociedade de classes é inerente um padrão de equilíbrio social instável. A continuidade da ordem social depende de mecanismos de mudança interna, que reajustem as partes do sistema social — estrutural, organizatória e moralmente — à capacidade conquistada pelas diferentes classes de participar (idealmente de modo equitativo) dos direitos e garantias sociais assegurados ao homem pela sociedade de classes.

Esses complexos problemas são ainda mal conhecidos e explicados pelas sociologia, tanto empírica, quanto teoricamente. Não obstante, alguns de seus aspectos atraíram a atenção de investigadores penetrantes e corajosos, como Marx e Engels, no passado, ou Mannheim e Freyer, em nossos dias. Em linhas gerais, a contribuição positiva desses autores pode ser formulada da seguinte maneira: bem ponderadas as coisas, não é a *sociedade que se transforma; são os homens que transformam a sociedade em que vivem, atuando de forma socialmente organizada sobre suas condições materiais e morais de existência coletiva*. Com isso, não pretendem afirmar que a sociedade seja mera expressão do "querer humano" e de "atividades humanas conscientes", pois seus raciocínios partem do pressuposto e da constatação de que ambos são condicionados, em suas funções e em seus conteúdos, pelas situações sociais de existência. Apenas, sublinham que a intervenção do homem no controle da porção social do ambiente faz-se segundo exigências e possibilidades sociais, as quais não excluem diferentes combinações de atitudes e comportamentos variavelmente volitivos, conscientes e inteligentes, apesar de sua natureza social.

Do ângulo que nos interessa aqui, as contribuições de Marx (14) são as primeiras que discutem os problemas de desenvolvimento social como fenômenos histórico-sociológicos. Em raciocínios dessa ordem é que se fundam a escolha da Inglaterra como o país moderno que poderia ilustrar o grau de desenvolvimento extremo, alcançado pelo capitalismo na Europa do século XIX; e a convicção de que outros países, como a França, a Alemanha, os Estados Unidos etc., acabariam passando, mais cedo ou mais tarde, por transformações histórico-sociais que se haviam operado ou estavam em processo na sociedade inglesa. Não obstante, as suas preocupações pelo assunto são de cunho metodológico (15). Só ocasionalmente tentou abstrair e interpretar os fatores que explicam por que o desenvolvimento social assume padrões diferentes em países que tendem, de modo variável mas constante, para o mesmo tipo social. O que apresenta enorme interesse, entre os resultados de sua investigação, é a teoria do conflito como fator de mudança histórico-social na sociedade de classes.

Muitos cientistas sociais, de Kropotkin (16) a Ginsberg (17), accentuam que a cooperação é o principal fator do desenvolvi-

(14) K. Marx, cf. especialmente: *Contribuição à Crítica da Economia Política* (trad. e introdução de F. Fernandes, São Paulo, Editora Flama, 1946); *El Capital* (trad. M. Pedroso, México, Ediciones Fuente Cultural, s. d., 5 volumes); *La Guerre Civile en France* (Paris, Éditions Sociales, 1946); *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte* (Paris, Éditions Sociales, 1945); *Miséria da Filosofia* (trad. M. Macedo, São Paulo, Editora Flama, 1946); em colaboração com F. Engels, *The German Ideology* (editado com um introdução de F. Pascal, Nova Iorque, International Publishers, 1939); *La Sagrada Família* (trad. C. Liacho, Buenos Aires, Editorial Claridad, 1938). F. Engels, *Socialism: Utopian and Scientific* (trad. E. Aveling, Londres, George Allen & Unwin, 1950). Veja-se, ainda, V. Venable, *Human Nature: The Marxist View* (Londres, Dennis Dobson, 1946); R. Schlesinger, *Marx: His Time and Ours* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1950); e o aproveitamento extra-ortodoxo das concepções de Marx e Tomies por H. Freyer, *La Sociología, Ciencia de la Realidad* (trad. F. Ayala, Editorial Losada, Buenos Aires, 1944), especialmente cap. III.

(15) Veja-se, a respeito da significação das preocupações metodológicas de Marx, F. Fernandes, *Os Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959), págs. 103-127.

(16) P. Kropotkin, *Mutual Aid: A Factor of Evolution* (Londres, Penguin Books, 1939).

(17) M. Ginsberg, *Essays in Sociology and Social Philosophy*, *op. cit.*, passim.

mento social e mesmo da evolução social. Seus argumentos são inquestionáveis e verdadeiros em dois pontos. Primeiro, no que diz respeito à cooperação como requisito de qualquer atividade grupal socialmente organizada (18); segundo, são os progressos na área de cooperação que contam, positivamente, ao longo do desenvolvimento dos sistemas sociais globais e da evolução dos tipos sociais, pois são eles que traduzem o aumento do grau de controle conseguido pelo homem sobre as condições materiais, sociais e morais de vida. A importância atribuída por Marx à cooperação no âmbito da empresa econômica, das relações de produção e dos movimentos sociais, revela que ele não ignorava tais coisas. Sua caracterização da estrutura econômica da sociedade de classes permitiu-lhe fazer duas descobertas relevantes. Uma, que a extensão pacífica da cooperação podia-se processar, normalmente, na área da tecnologia e da racionalização do trabalho (19). Contudo, as mudanças ocorridas nessa esfera são descritas por ele como elementos da *estrutura* da economia capitalista e, portanto, como fatores dinâmicos da estabilidade do sistema social correspondente. Outra, que a utilização do conflito como força social constitui uma expressão dinâmica da rede de controles sociais das coletividades humanas. Em outras palavras, o conflito só se manifesta como força disruptiva e desagregadora em situações histórico-culturais nas quais ele não possa ser regulado socialmente. Onde ele se manifesta ordenadamente, o conflito se inclui entre os fatores dinâmicos da ordem social e pode operar construtivamente, tanto na diferenciação da estrutura social, quanto na reintegração do sistema organizatório da sociedade. Em casos dessa natureza, do conflito podem depender, inclusive, mudanças de caráter socialmente progressivo na área da cooperação.

A questão consistiria em saber se a sociedade de classes cai nessa alternativa e como isso se dá. Se o conflito não operasse de modo regular na sociedade de classes, os benefícios do aumento do poder de controle social do homem sobre as condições materiais e morais de existência seriam permanentemente monopolizados pelos membros da classe social dominante. Aqui, há três pontos a ressaltar, todos explorados por Marx. O con-

(18) Deste ângulo, mesmo o conflito depende de formas cooperativas de interação social.

(19) O que se patenteia na sua análise da mais valia e dos fundamentos da mais valia relativa.

flito social não é uma força especificamente construtiva, como acontece com a invenção ou com a cooperação. Mas ele produz resultados construtivos, por incentivar e mesmo produzir as tendências à democratização do saber, das garantias sociais e do poder na sociedade de classes. Em segundo lugar, o uso do conflito em fins sociais construtivos é algo eminentemente estratégico. O principal resultado positivo do conflito consiste em que ele permite introduzir critérios racionais de ajustamento nas áreas onde for utilizado com êxito. Portanto, a existência do conflito é acompanhada de alternativa da diminuição das situações em que ele se faz necessário. Essa evidência foi comprovada por outros investigadores, como Mannheim, e alimenta a esperança de que se reduzirão, na sociedade de classes planificada, as situações que impõem o conflito como saída normal. Por fim, se o conflito é uma força social explorável estrategicamente, ele faz parte dos elementos mais ou menos conscientes do comportamento coletivo. Cada camada social tentará aproveitá-lo seja para defender, seja para alterar, vantajosamente, sua posição na estrutura da sociedade de classes. As suas influências dinâmicas, favoráveis às tendências de perpetuação do *status quo*, far-se-ão sentir através das instituições controladas ideológica e praticamente pela camada dominante. As suas influências dinâmicas, favoráveis à alteração do *status quo*, se farão sentir através das formas mais espontâneas do comportamento coletivo e de instituições que possam patrocinar, de maneira parcial ou total, interesses e valores sociais das camadas subordinadas.

Este último aspecto é de particular interesse em nossa discussão. As atividades dos indivíduos, dos grupos e das instituições sociais, de importância dinâmica para a conservação ou a alteração do *status quo* na sociedade de classes, polarizam-se em torno de atitudes e motivações que relacionam os interesses e os valores sociais de cada classe ao significado parente e aos efeitos presumíveis antecipadamente das tendências à mudança social progressiva. As classes sociais dominantes procuram amparar essas tendências na medida em que elas favoreçam ou não interfiram com seus interesses e valores sociais. Isso quer dizer, em outras palavras, que há ampla margem de atuação construtiva para os representantes dessas camadas sociais nos períodos da formação e de expansão da sociedade de classes. As classes sociais subordinadas apegam-se e fomentam as mesmas tendências segundo móveis sociais mais amplos e íntegros, que chegam a estimular até a emergência de atitu-

des radicais de defesa do desenvolvimento social. Embora nem sempre compreendam, no seu devido alcance, as inovações que redundem em ampliação das técnicas sociais de controle, revelam especial acuidade às aplicações delas que beneficiem a coletividade como um todo. Em consequência, a margem de atuação social construtiva dos seus componentes eleva-se, crecientemente, a partir das fases em que o capitalismo se torna uma condição negativa à expansão da sociedade de classes, limitando ou impedindo a planificação econômica, a democratização do poder e a universalização de uma ética racional igualitária.

As interpretações sociológicas de Marx não permitem conhecer, positivamente, os fatores e os efeitos do desenvolvimento social desigual dos vários sistemas sociais que tendem para o mesmo tipo de sociedade de classes. Mas oferecem uma descrição geral do próprio processo de desenvolvimento social, tal como se desenrola no plano histórico nesses sistemas sociais. Ele não é um processo, por assim dizer, *mechanico* ou *automático* de realização de dadas condições ideais de organização da sociedade; as condições ideais de organização da sociedade elevam-se à esfera da consciência social e do querer coletivo das classes sociais em presença, tornando-se operativas através de interesses e de valores sociais que gradam a importância delas para cada classe. O que conta decisivamente, portanto, são as bases estruturais e dinâmicas do comportamento coletivo. As atitudes e as motivações, que orientam as preferências dos indivíduos em face do desenvolvimento social e de suas consequências reconhecíveis de maneira imediata, prendem-se a mecanismos coletivos de percepção, de explicação e de intervenção na realidade. Por isso, tais atitudes e motivações são altamente instáveis e móveis. Ainda que suas funções na integração do comportamento coletivo permaneçam constantes, as suas influências dinâmicas concretas são variáveis, em virtude de traduzirem estados de equilíbrio nas relações das classes sociais que se alteram de acordo com a conjuntura histórico-social considerada.

Dessas interpretações decorre, claramente, um conceito de *desenvolvimento social* como "categoria histórica". Ele traduz, literalmente, a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da so-

cidade de classes. Daí resulta o sentido objetivo peculiar desse processo, que se apresenta, de modo variável mas universal, como um *valor social*, tanto no comportamento dos indivíduos, quanto nos movimentos sociais.

As contribuições de Freyer e de Mannheim⁽²⁰⁾ ligam-se a outro contexto histórico, no qual o desenvolvimento social é visto em termos de requisitos estruturais e funcionais da própria mudança social progressiva. Encarada como processo histórico-social, esta exige certas condições dinâmicas fundamentais, referentes à organização da personalidade, da sociedade e da cultura, bem como ao grau de integração orgânica deles entre si, ao longo de cadeias de alterações provocadas e coordenadas pelas condições externas de existência social. As análises desses autores evidenciam que o padrão de equilíbrio da sociedade de classes, no presente, é demasiado complexo para ser reajustado às exigências da situação histórico-social mediante a simples operação dos mecanismos de controle social.

Três argumentos principais permitem compreender as transformações ocorridas. Primeiro, várias circunstâncias fizeram com que o conflito social perdesse parte considerável de sua antiga eficácia, como mecanismo automático de ajustamento social. Certas técnicas de formulação e exploração das divergências acabaram se divulgando e generalizando, como aconteceu com a análise ideológica, de desmascaramento dos autoritários. Além disso, surgiram novas técnicas sociais de controle, especialmente na área da propaganda e da coerção política. A manipulação e a conformação da vontade, de indivíduos ou de grupos de indivíduos, por meios externos, alcançaram eficácia desconhecida no passado, facilitando a correção de várias modalidades de condutas inconformistas e de movimentos sociais radicais. Segundo, graças a essas alterações na es-

fera das técnicas sociais de controle, aumentaram as vantagens de personalidades e de camadas ou de grupos sociais, localizados em posições estratégicas na estrutura de poder. Arbitram-se perspectivas de coerção psíquica e institucional que asseguraram a emergência de novas formas autoritárias de mando, de arregimentação em massa e de conciliação imposta de divergências sociais. Tanto nos países "democráticos", quanto nos países "totalitários", essas perspectivas foram amplamente aproveitadas pelas classes sociais dominantes na defesa da estabilidade da ordem social vigente. Terceiro, o ritmo da mudança social durante a chamada "segunda revolução industrial" foi muito rápido, operando-se um sério desajustamento entre o horizonte cultural do homem moderno e as exigências da situação histórico-social. Numa época em que era preciso reeducar o homem segundo técnicas educacionais mais complexas e eficientes e reaparelhar os movimentos sociais com novos recursos técnicos, a educação permaneceu relativamente estagnada e os movimentos sociais ficaram perigosamente divorciados dos conhecimentos e das técnicas de controle fornecidos pela ciência. Em consequência, as camadas sociais subordinadas — as classes médias, em particular — deixaram de corresponder às funções dinamizadoras que lhes cabiam na cena social. Atuando de modo confuso, conformista e irracional (em vista dos interesses e dos valores sociais a que se deveriam apegar racionalmente), deixaram de defender com autonomia, energia e tenacidade as tendências mais profundas de democratização da riqueza, do poder e da cultura⁽²¹⁾.

É claro que essas condições não aboliram o conflito social nem eliminaram sua necessidade, como fermento da mudança social progressiva na sociedade de classes. Apenas tornaram-no mais complicado, de exploração mais difícil e perigosa. O importante, no caso, consiste em que a função social construtiva do conflito social, onde foi suprimida, deformada ou restringida, não encontrou substituto equivalente; eficaz. A alternativa foi, em regra, fornecida pelo conformismo dirigido ou pela arregimentação autoritária, ambos associados à

(20) Hans Freyer, *La Sociología, Ciencia de la Realidad*, op. cit.; idem, *Introducción a la Sociología* (trad. F. G. Vicens, Madrid, Ediciones Nueva Época, 1945), especialmente cap. IV. Karl Mannheim, *Ideología e Utopía*, op. cit.; *Libertad y Planificación Social*, op. cit.; *Freedom, Power, and Democratic Planning*, op. cit.; *Essays on the Sociology of Culture*, op. cit.; *Diagnóstico de Nuestro Tiempo* (trad. J. M. Echavarría, México, Fondo de Cultura Económica, 1944); *Essays on Sociology and Social Psychology* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1953), partes três e quatro; *Essays on the Sociology of Knowledge* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1952), *passim*.

(21) Sobre os dois últimos aspectos, cf. especialmente: C. Wright Mills, *White Collar. The American Middle Class* (Oxford, Oxford University Press, 1956); e *The Power Elite* (Nova Torque, Oxford University Press, 1956). Sobre o conflito e suas funções sociais construtivas, cf. especialmente, L. A. Coser, *The Functions of Social Conflict* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1956).

intensificação das forças de estagnação sócio-cultural. Semelhante consequência representa uma condição negativa, para uma civilização cuja continuidade, enriquecimento e sobrevivência depende de um padrão básico de equilíbrio interno instável.

As conclusões de Freyer situam um elemento positivo para a alteração dessa situação. Fazendo da Sociologia (e de outras ciências afins) uma *técnica de consciência social*, o homem poderia promover uma nova revolução em seu horizonte cultural, reassegurando-se uma percepção e um conhecimento realistas das complexas condições histórico-sociais do presente. Tanto os indivíduos, quanto os movimentos sociais poderiam identificar melhor a natureza dos interesses e dos valores sociais, inerentes à sua vinculação com a estrutura e com a "dialética" da sociedade de classes. Isso ainda não seria a "Política", pois esta começa onde terminam os elementos teóricos que esclarecem dada situação histórico-social e fundamentam as opções socialmente inevitáveis. Mas seria algo muito importante para torná-la possível no plano mais construtivo, em que ela se desenrola como processo pelo qual o homem procura estender o seu controle deliberado sobre as condições e as forças sociais instáveis do meio ambiente.

Portanto, à luz de certas interpretações, que possuem evidente teor prospectivo, por se basearem na análise de tendências sociais emergentes, o conflito poderá adquirir, com o tempo, funções análogas às que desempenhou no passado. A crise contemporânea, na medida em que ela se revela através da perplexidade do homem moderno diante dos graves problemas sociais do presente, seria superada pela gradual absorção das técnicas e das concepções científicas pela educação e pela rotina social. Em cada situação, os membros de dada classe social poderiam estabelecer, com segurança, os alvos e os efeitos da mudança social progressiva favoráveis a seus interesses sociais e comparáveis com seus valores sociais. Em outras palavras, poderiam colocar-se em condições de valorizar positivamente o desenvolvimento social, agora sob o marco da "ação política" e, por conseguinte, da exploração racional do planejamento.

Isso nos põe diante de outro problema essencial. A partir de certa fase de diferenciação e de integração da sociedade de classes, o homem defronta-se com a necessidade de alterar sua estratégia de intervenção na realidade. Nos períodos de for-

mação e de reintegração da sociedade de classes, estudados por Marx, o elemento racional inerente à mudança social espontânea oferecia base apropriada para o controle eficiente das forças sociais domesticadas pelo homem. No presente, isso já não ocorre, porque a rede de intervenção se estendeu e ampliou em todas as direções. Não só se precisa de conhecimentos prévios mais sólidos e profundos sobre a situação, como se torna indispensável saber, de anteaño, quais são as mudanças que se pretendem provocar e como desencadeá-las, tendo-se em vista as condições favoráveis ou desfavoráveis da intervenção. Isto significa que o aumento do controle ativo do homem sobre as condições e as forças do ambiente social exigem novos esquemas intelectuais, nos quais a exploração do elemento racional se subordina a mudanças que são provocadas deliberadamente e segundo planos preestabelecidos. Esse é o problema com que se defronta Mannheim, também na área de explicação sociológica prospectiva.

Para os fins de nossa discussão, basta-nos reter duas conclusões básicas de Mannheim. A primeira diz respeito à crise que a sociedade de classes está atravessando. Suas análises sugerem, através de exemplos tomados simultaneamente de países capitalistas e socialistas, que certos benefícios e garantias sociais de nossa civilização — do nível material de vida aos direitos fundamentais da pessoa humana e à valorização da democracia — da riqueza, da cultura, do poder ou do prestígio — correm, no presente, sérios riscos de colapso. O importante é que não se pode pensar em preservá-los seja pela manutenção do *status quo*, seja pela alteração do *status quo* associada à defesa das antigas técnicas sociais de controle das forças do meio social pelo homem. As próprias técnicas sociais de controle é que precisam ser alteradas, como condição para ajustar o horizonte cultural do homem às exigências de situação — ou seja, à percepção, ao conhecimento e à manipulação racionais dos problemas sociais produzidos pela reintegração da sociedade de classes. O recurso crescente à planificação exemplificada que semelhante substituição se acha em processo. No entanto, em nenhum país chegou a acarretar, até o presente, a formação de um novo padrão de equilíbrio social, que corresponda plenamente aos requisitos dinâmicos e às funções construtivas da mudança social provocada ou dirigida na reintegração da sociedade de classes.

A segunda conclusão levanta as implicações e as consequências mais amplas da difusão e do emprego de técnicas sociais de controle racional no mundo moderno. Onde o planejamento pode ser introduzido e explorado constitutivamente, os assuntos humanos são encarados e resolvidos mediante critérios que procuram abolir tanto os acertos ocasionais, quanto os ajustamentos baseados em soluções estabelecidas por via do antagonismo e do conflito sociais. Isso não quer dizer que as áreas de conflito possam desaparecer totalmente, através da planificação, ou que esta só possa pagar-se em um mundo no qual não existam conflitos. É patente, inclusive, que sua expansão se prende a uma teia de conflitos; vários setores da sociedade de classes temem os efeitos de formação de uma ordem social planificada sobre sua situação de interesses, combatendo-a tenazmente, por todos os meios possíveis. A idéia que está em jogo é outra: a planificação envolve um estilo específico de tratamento e controle prático das condições e fatores do ambiente social. Onde ela se introduz com êxito, os arranjos construtivos podem ser obtidos através de elementos e de forças controláveis, independentemente do recurso sistemático ao conflito. Por isso, ela não só acarreta maior consciência da natureza, dos alvos, dos meios e dos efeitos da mudança social progressiva. A planificação confere caráter positivo e maior eficácia às tentativas de utilização deliberada da mudança social. A luta do homem pelo domínio de condições e fatores instáveis do meio social deixa de ser cega, ou parcialmente inteligente, iluminando-se, em todas as suas fases, por intenções e manipulações calcadas em conhecimentos objetivos técnicos ou científicos.

Este segundo ponto merece ser retido em nossa discussão. Ele indica que as alterações, em processo na sociedade de classes, tendem a oferecer maior relevo à utilização da mudança cultural provocada ou dirigida. D outro lado, fica claro que essa tendência insere a *qualidade da mudança* no âmbito da consciência social e das técnicas sociais de controle racional. Neste nível, é óbvio que as atitudes e as motivações favoráveis (ou desfavoráveis) ao desenvolvimento social adquirem outro sentido. Onde elas puderem suscitar medidas práticas, definem precisamente o que se visa através de determinados projetos de intervenção deliberada na realidade social. Em outras palavras, a "reação societária" ao desenvolvimento assume um caráter específico. As condições e os fatores que criam dese-

quilíbrios palpáveis no funcionamento dos sistemas sociais globais, prejudicando evidentemente sua capacidade normal de "progresso social", são apontados como indesejáveis, expostos a avaliações inconformistas e, se possível, submetidos a tratamentos corretivos.

Em suma, na situação presente, a ordem social da sociedade de classes oferece novos incentivos e oportunidades ao uso deliberado da mudança social progressiva pelo homem. Entre a época estudada por Marx e a época atual, ocorreram transformações que alteraram, profundamente, a natureza das técnicas sociais de controle e o modo de empregá-las na organização das atividades humanas. Em muitas áreas, a reação espontânea do comportamento coletivo aos problemas sociais deixou de ser uma forma satisfatória de estender o domínio do homem sobre as condições e as forças sociais do ambiente. Em outras, o agravamento dos problemas sociais ou as condições de reintegração da ordem social exigem soluções novas, amplamente baseadas em técnicas sociais de controle racional. A consequência geral consiste em que atitudes e motivações de conteúdo estritamente racional deveriam ter decidida predominância numa era em que a mudança social espontânea tende a ser substituída, em várias esferas da vida, pela mudança cultural provocada e dirigida. Tal condição não se realiza, no entanto, quase universalmente. É improvável que isso venha a acontecer independentemente de duas coisas: a) maior expansão da ciência no mundo moderno, que permita entrosar organicamente o "progresso material" ao "progresso moral" do homem; b) eliminação das inconsistências existentes entre os critérios de estratificação social e os fundamentos morais da vida humana na sociedade de classes.

3 — *Efeitos negativos de atitudes e motivações sobre o desenvolvimento social*

A discussão do tema, na parte precedente deste trabalho, comporta algumas conclusões fundamentais. Primeiro, o desenvolvimento social é um processo que afeta a estrutura e a organização do sistema social. Em termos de sua manifestação na sociedade de classes, ele tem sido observado, descrito e interpretado sociologicamente através das condições, dos fatores e dos efeitos histórico-sociais da diferenciação e da reintegração

da ordem social em países como a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Itália, os Estados Unidos etc. Segundo, a regularidade, e mesmo, a "normalidade" do desenvolvimento social, dependem, diretamente, de condições e fatores psico-sociais, que operam tanto no plano perceptivo e cognitivo, quanto no plano voluntário e inteligente de organização do comportamento humano. Esses fatores se articulam às condições materiais e morais de existência social na sociedade de classes, orientando a capacidade de atuação racional dos indivíduos ou dos grupos sociais por interesses ou valores sociais de que eles participam regularmente, através da situação de classes. Terceiro, o que se poderia entender como "atitudes e motivações favoráveis ao desenvolvimento" são atitudes e motivações que se incluem entre os fatores psico-sociais que exercem funções constitutivas na diferenciação e na reintegração da ordem social na sociedade de classes. Em sentido estrito, elas operam positivamente na medida em que correspondem às impulsões coletivas de preservação ou de alteração do *status quo*, inerentes à interação das classes sociais e ao padrão de equilíbrio social instável dela resultante. Quarto, tais atitudes e motivações favoráveis ao desenvolvimento variam, quanto à natureza, ao conteúdo e à forma de manifestação nas ações ou relações de indivíduos e no comportamento coletivo, de uma época histórica para outra. Por isso, seus requisitos dinâmicos, estruturais e organizatórios, não são os mesmos nas fases de formação, de expansão e de crise da sociedade de classes. A importância dinâmica relativa do elemento racional aumentou de forma ascendente e contínua, enquanto diminuiu, em proporções inversas, a possibilidade de combiná-lo frutiferamente a condições e a fatores irracionais. Quinto, parece evidente que não existem atitudes e motivações em si mesmas "desfavoráveis ao desenvolvimento". Em dado estado de diferenciação e de integração da ordem social, atitudes e motivações poderão se tornar *neutras* ou *adversas* ao desenvolvimento social, se lhe faltarem os requisitos dinâmicos (estruturais e organizatórios), que são indispensáveis à sua manifestação normal na sociedade de classes. Essa alternativa ocorreu, concretamente, de várias maneiras, nas três fases mencionadas. Em regra, porém, ela tem conduzido ao solapamento das tendências à mudança social progressiva, graças às influências conservantistas ou particularistas que as classes dominantes podem desencadear, amparando-se em suas posições estratégicas na estrutura de poder.

Estas conclusões oferecem bom ponto de partida para a análise dos efeitos negativos de atitudes e motivações sobre o desenvolvimento social. Em particular, elas indicam que é preciso considerar tais efeitos à luz de duas condições básicas. De um lado, do estado em que se acham os diferentes sistemas sociais globais que tendem, de modo constante, para o padrão de integração da sociedade de classes. De outro, do impacto que a situação histórico-social interna pode exercer, em cada sistema social global, na forma de manifestação e no grau de influência dos fatores psico-sociais. Os fenômenos que se passam nessa esfera são regulados em última instância, por processos macro-sociais, pelos quais se produzem a diferenciação e a reintegração da ordem social. Daí a necessidade de ligá-los, na descrição sociológica, aos mecanismos sociais de organização e de mudança da sociedade de classes.

Encarando-se a questão deste prisma, todos os países, cujo sistema social se organize segundo os padrões estruturais e funcionais da sociedade de classes, enfrentam problemas sociais na área do desenvolvimento social. E, em todos eles, conta entre tais problemas a maneira pela qual as atitudes e as motivações interferem negativamente no desenvolvimento social retardando-o, tumultuando-o ou tornando-o mais oneroso para as coletividades. Em termos teóricos, os efeitos negativos da influência desses fatores psico-sociais no ritmo, na continuidade e nas consequências socialmente constitutivas do desenvolvimento constituem fenômenos de demora cultural. As diferenças relevantes entre os vários países "adiantados" e "subdesenvolvidos", a esse respeito, relacionam-se com as polarizações dinâmicas das atitudes e das motivações socialmente inconsistentes (22).

Nos "países adiantados", as atitudes e motivações tendem a ser dinamicamente inadequadas em virtude de não se ajustarem, de modo orgânico, às exigências da situação histórico-social. Imobilizadas por interesses profundos das camadas dominantes ou por valores conspícuos mas obsoletos, restin-

(22) Na discussão subsequente, não foram consideradas, de modo sistemático, as evidências relativas à Rússia e à China. Já que não seria possível fazer uma análise mais completa e profunda, o autor tentou evitar referências que não poderiam ser elaboradas de modo satisfatório. Ambos os países suscitam problemas essenciais em relação à possibilidade de lutar contra o "subdesenvolvimento" através de técnicas radicais de mudança planificada e dirigida.

gem a capacidade de atuação racional dos homens, limitam o rendimento ou refreiam a renovação das instituições e impedem os avanços necessários na direção da ordem social planejada. Nos "países subdesenvolvidos", as atitudes e motivações tendem a ser inadquadas, quando respondem às exigências da situação histórico-social, por transcendem à capacidade de atuação racional socialmente organizada do homem, de funcionamento normal das instituições e às vezes, até, de crescimento equilibrado das bases ecológicas, demográficas e econômicas da vida social. Assimiladas por via da imitação de "povos adiantados", produzem, simultaneamente, *progresso social* e desorganização social, o que as coloca entre os fatores dinâmicos do subaproveitamento crônico das vantagens asseguradas pelas mudanças sócio-culturais bem sucedidas⁽²³⁾.

Por isso, haveria pouco interesse em fazer um tompanamento analítico das atitudes e motivações aparentemente "desfavoráveis" ao desenvolvimento. O que importa, para a interpretação sociológica, é a espécie de influência que elas chegam a exercer sobre o comportamento social — de indivíduos, de grupos ou de coletividades inteiras. Duas ilustrações simples seriam suficientes para esclarecer a questão. Quando os franceses defendem seus interesses coloniais na Argélia⁽²⁴⁾, é claro que se apegam a comportamentos abertamente ligados a atitudes e a motivações, inconsistentes com os princípios da democracia, com a prosperidade dos "povos coloniais" e com a segurança internacional. Sob muitos aspectos, envolvem-se num *dilema* de natureza econômica, política e social da mesma natureza que os dilemas racial e educacional, estudados pelos sociólogos nos Estados Unidos⁽²⁵⁾. Inconsistências dessa mag-

(23) Alguns aspectos desse processo foram analisados pelo autor no cap. II, pág. 60 e seqs., "Obstáculos Extra-Econômicos à Industrialização no Brasil".

(24) O mesmo se poderia afirmar dos interesses coloniais de outros países europeus. A importância da particularização reside, apenas, no fato de contrastar idealmente os fundamentos "objetivos" e as justificações "morais" dos comportamentos em questão.

(25) Sobre o "dilema racial", cf. especialmente G. Myrdal, com a colaboração de R. Steiner e A. Rose, *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy* (Nova Iorque, Harper & Brothers Publishers, 1944, 2 volumes); sobre o dilema educacional, cf. especialmente, A. B. Hollingshead, *Elitism's Youth, The Impact of Social Classes on Adolescents* (Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1949). Em ambas as obras se encontram indicações bibliográficas sobre o assunto.

nitude geram e se mantêm graças a atitudes e a motivações, francamente desfavoráveis ao desenvolvimento social, pois acarretam perturbações que afetam a organização e a diferenciação da sociedade de classe. No entanto, essas atitudes e motivações atuam positivamente: a) de modo direto, na defesa aberta e consciente da posição da França na estrutura interna-dinâmica de poder; b) de modo indireto, na constituição e na dinamização de uma contra-ideologia, pela qual as populações nativas da Argélia desmascaram a dominação colonial e legitimam, moralmente, o uso da violência organizada contra ela.

Outra ilustração pode ser tomada da estrutura econômica da sociedade brasileira. É sabido que margens demasiado amplas de lucro constituem condições negativas à racionalização do comportamento econômico na empresa capitalista. Elas criam uma situação de interesses que concentram a atenção do empresário na defesa do *status quo*, para garantir vantagens que tendem a ser convertidas em "privilegios"; e estimulam a valorização de uma mentalidade e de técnicas de organização econômicas que transformam o empresário em *simile humano* da ave de rapina. As atitudes e motivações vinculadas à situação de interesses e aos valores sociais em questão caem na categoria dos dilemas econômico-sociais dos "países subdesenvolvidos", interferindo em dois níveis: a) da organização racional da empresa capitalista, variavelmente moldada em padrões pré ou anticapitalistas de vida econômica; b) no agravamento da distribuição desigual da renda, com suas consequências negativas inevitáveis seja para a expansão interna de uma economia de mercado, seja para a formação de condições essenciais à democratização da riqueza, da cultura e do poder. Todavia, nas circunstâncias em que emergem e se mantêm, as mesmas atitudes e motivações inspiram decisões práticas compatíveis com o crescimento econômico em condições extremamente adversas à empresa capitalista. Entre outras coisas, orientam a ação econômica no sentido de transportar os efeitos de vastadores da inflação secular sobre a vitalidade das empresas e de dar continuidade ao processo de capitalização. Portanto, elas também preenchem funções sociais constitutivas, de enorme significação para povos que fizeram do "desenvolvimento econômico" um alvo coletivo.

Os dois exemplos demonstram que as mesmas atitudes e motivações podem produzir, simultaneamente, consequências negativas e positivas. Para discutir, sistematicamente, os dife-

rentes problemas que se colocam à análise, seria preciso dispor de estudos exaustivos sobre as diversas conexões positivas, negativas ou neutras, existentes entre atitudes, motivações e desenvolvimento social. Em vista da falta de conhecimentos positivos sobre tal assunto, pelo menos do ângulo que nos interessa aqui, restringimos nossa atenção a dois temas básicos. O primeiro diz respeito à própria explicação sociológica das atitudes e das motivações que podem ser qualificadas como “desfavoráveis” ao desenvolvimento social, com referência à sociedade de classes. O segundo leva-nos a cuidar das implicações práticas de semelhante explicação.

Quanto ao primeiro tema, é preciso convir que o sociólogo se defronta, no caso, com uma situação empírica deveras complexa. O que se sabe sobre a formação e a transformação da sociedade de classes na Europa e em outras regiões afetadas de uma forma ou de outra pela “expansão da civilização ocidental”⁽²⁶⁾ — permite distinguir quatro possibilidades básicas: 1) a dos países nos quais a sociedade de classes encontrou condições propícias de expansão, aparentemente perturbadas, diminuídas ou ameaçadas no presente, como parece ser o caso dos “países adiantados” da Europa; 2) a dos países em que a formação e a transformação da sociedade de classes faz parte de um processo interno de desenvolvimento, mas nos quais ambos os processos se manifestaram tardiamente, como acontece com os “países subdesenvolvidos” da Europa; 3) a dos países que nasceram da implantação do “estilo ocidental de vida” na América, na África, na Ásia e na Oceania; 4) a dos países nos quais o advento da sociedade de classes prende-se à reação cultural às influências do “estilo ocidental de vida”, como ocorre com o Japão, a Índia ou a China. Apesar das similaridades existentes entre os países englobados nas mesmas categorias, entre eles também se evidenciam diferenças semelhantes básicas. Em particular, os processos macro-sociais, que regulam a formação e a expansão da sociedade de classes, desenrolaram-se em condições extremamente variáveis. Inclui-se o grau de sincronização desses processos e dos seus efeitos

sociais construtivos — o que se pode perceber comparando a manifestação e os produtos da acumulação capitalista, da secularização de atitudes, da racionalização dos modos de conceber o mundo ou de agir, da democratização da cultura, da individualização, da urbanização, da industrialização, da dominação burocrática etc. — tem sido variável mesmo em relação aos países que parecem ter contado com “condições ideais” para o desenvolvimento da sociedade de classes.

Essa gama de variações precisa ser levada em consideração. De um lado, ela sugere que o regime de classes sociais possui grande plasticidade. Embora sua formação seja o produto da “evolução da civilização ocidental”, ele pode ser amplamente propagado pela “expansão” ou pela “difusão” dessa civilização. De outro, porque ela própria indica que certos componentes nucleares da sociedade de classes, entre eles, os de natureza psico-social, são suscetíveis de reelaboração através de heranças sócio-culturais distintas. Eles vingaram a partir da inclusão seja na estrutura da comunidade campesina ou da pequena comunidade urbana, seja na organização da sociedade feudal ou da sociedade de castas. Em todas elas operaram como “fermentos sociais”, precipitando a desintegração da ordem social existente e a emergência de novos estilos de vida social. Atitudes e motivações estão, naturalmente, entre esses ingredientes. A exaltação dos incentivos proporcionados pelo trabalho ou pelo lucro, a justificação moral do entesouramento e da apropriação capitalista, a valorização de concepções secularizadas ou racionais do comportamento humano e da organização das instituições, a legitimação da ação ou da relação baseadas em interesses, a acatitação da figura social do indivíduo como foco dos direitos do homem e das garantias sociais, a busca de segurança individual e social através de controles impessoais e formais etc., encontraram ressonância nos mais diversos sistemas sócio-culturais.

Limitando-nos aos aspectos que nos compete ressaltar, isso demonstra que devemos considerar as atitudes e as motivações “desfavoráveis” ao desenvolvimento social, através de conjuntos não uniformes e instáveis de variáveis psico-sociais e sócio-culturais. Daí resultam complicações que não podem ser subestimadas. Em particular, onde a “ocidentalização” prepara o caminho para a sociedade de classes ou onde a formação desta sociedade se defronta com condições adversas, existem perspectivas para decisões alternativas. Os sistemas sócio-culturais

(26) Cf., especialmente, Gunnar Myrdal, *An International Economy. Problems and Prospects* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1956), onde se encontram uma bibliografia sobre o assunto e enumeração das monografias preparadas sob os auspícios de departamentos especializados da UNESCO.

que sofrem os impactos têm possibilidades próprias de desenvolvimento interno. No entanto, as atitudes e as motivações que redundam em sua defesa acabam se tornando fatores de conservantismo cultural. Na medida em que se opõem às tendências à formação de padrões mais complexos e eficientes de organização social, tais atitudes e motivações se incluem entre os fatores psico-sociais "desfavoráveis" ao desenvolvimento social.

A complicação assinalada é, ao mesmo tempo, "estrutural" e "dinâmica". Ela é *estrutural* porque envolve atitudes e motivações vinculadas a padrões mutuamente exclusivos de desenvolvimento social. Ela é *dinâmica* porque pressupõe o influxo concomitante de padrões exclusivos de desenvolvimento social na configuração do ritmo da mudança social progressiva.

Quando ao primeiro aspecto, é óbvio que se impõe uma distinção preliminar. De um lado, se acham atitudes e motivações herdadas da ordem social preexistente, mais ou menos ativas, repetidas ou persistentes, em função da vitalidade assegurada aos interesses e aos valores tradicionais pelas novas condições de vida social. De outro lado, estão as atitudes e motivações requeridas pela emergência e expansão gradual da sociedade de classes. Independentemente das suas origens, ambas as espécies de atitudes e motivações podem se tornar "desfavoráveis" ao desenvolvimento social. As primeiras são, com frequência, francamente incompatíveis com o padrão de desenvolvimento da sociedade de classes. As vezes elas comportam avanços nesta direção. A introdução de técnicas de organização da empresa capitalista ou de instituições políticas democráticas, por exemplo, nos países subdesenvolvidos que se localizam na órbita da civilização ocidental ou que passam por processos de ocidentalização, prende-se historicamente a iniciativas de círculos senhoriais e aristocráticos. Mas isso sempre se deu sob o intento transparente de acomodar as inovações, de diferentes maneiras, às formas preexistentes de dominação econômica, política ou religiosa. As segundas nascem dos requisitos psico-sociais de ordenação da sociedade de classes. Dadas as condições de sua elaboração pelo contexto sócio-cultural, podem converter-se em elementos mais ou menos adversos ao desenvolvimento da ordem social correspondente. O influxo do nacionalismo oferece boa exemplificação do fenômeno. Em países submetidos à dominação colonial, direta ou indireta, os interesses nacionais fomentam a luta pela auto-

nomia política, pela prosperidade econômica e pelo progresso social. Contudo, eles têm sido amplamente explorados para justificar comportamentos egoísticos das camadas dominantes, prejudiciais ao "desenvolvimento nacional", e têm impedido a cooperação dos "países subdesenvolvidos" em projetos de interesse comum, contribuindo indiretamente para aumentar seu isolamento e dependência diante das grandes potências.

Ainda que os conhecimentos disponíveis não alimentem grandes conclusões gerais, duas ligações provisórias parecem legítimas. A emergência e a manifestação de atitudes e motivações incompatíveis com o regime de classes tende a decretar em função da rapidez com que se constitui uma ordem social inteiramente fundada naquele regime. A medida que esta condição se realiza, também é patente que as inconsistências das atitudes e motivações tendem a depender, crescentemente, das próprias incongruências da sociedade de classes. Seria impossível fundamentar empiricamente ambas as ligações, nos limites da presente discussão. A título de referência, apenas, poderíamos lembrar evidências comprobatórias, tomadas da passagem da sociedade de castas para a sociedade de classes nos Estados Unidos. Um sistema de castas altamente diferenciado e integrado fez com que o Sul dos Estados Unidos oferecesse sérias resistências morais à implantação de ordem social inerente ao regime de classes. Ali perturbaram interesses, concepções e valores sociais que mantiveram até o presente formas de dominação e estilos de vida mais ou menos incompatíveis com o padrão de desenvolvimento da sociedade de classes. No Norte, por sua vez, o ritmo da mudança social progressiva foi mais rápido. Surgiram condições mais favoráveis à manifestação contínua dos processos macro-sociais, que aceleraram a formação e a expansão do sistema de classes. Lá se objetivaram as expressões mais agudas de defesa do "estilo competitivo de vida" e de oposição sistemática à planificação social.

Quanto ao segundo aspecto, é claro que existem diferenças marcantes entre os dois extremos, representados pela coexistência de dois padrões antagonísticos e exclusivos de desenvolvimento social e pela predominância final do padrão de desenvolvimento inerente à sociedade de classes. O que importa assinalar é que a presença simultânea dos dois tipos de atitudes e motivações, em fases histórico-sociais em que ambas atuam como fatores psico-sociais, possui conseqüências dinâmi-

cas próprias. As atitudes e motivações, incompatíveis com a ordem social emergente, não interferem de modo isolado no processo histórico-social. Elas solapam a emergência e a manifestação dos requisitos psicodinâmicos de funcionamento da nova ordem social. Isso pode ser facilmente comprovado através da associação do patrimonialismo e da burocracia na fase de implantação de sociedade de classes, inclusive no Brasil. O resultado de semelhante associação consiste num produto híbrido, em que atitudes racionais correspondem a motivações irracionais ou vice-versa. No plano mais amplo dos mecanismos de reconstrução da sociedade como um todo acontece algo similar. Constitui-se num padrão híbrido de desenvolvimento social, mantido pela confluência de atitudes e motivações contraditórias, que contribui para retardar o ritmo da mudança social progressiva e para aumentar o período de desintegração transitória da vida social organizada. Isso faz com que o "progresso social" se transforme numa forma de devotação de recursos e num sorvedouro de energias.

Esse padrão híbrido de desenvolvimento, onde a construção da sociedade de classes encontra condições favoráveis, está fadado à superação e à substituição por um padrão homogêneo de desenvolvimento social. Mas ele pode perdurar durante períodos mais ou menos longos, como o atestam a história social dos países subdesenvolvidos da Europa, das regiões subdesenvolvidas dos Estados Unidos e dos países subdesenvolvidos da América, da África, da Ásia e da Oceania. Onde o desenvolvimento intenso acaba se convertendo em alvo coletivo, os desequilíbrios daí resultantes são agravados pela tendência à importação prematura ou antecipada de técnicas, instituições e valores sociais. Ela promove inquestionavelmente, vários "progressos", desejados ardentemente por todos os países "pobres" ou "atrasados" do mundo. Mas produzem efeitos reativos imperceptíveis, que desgastam as possibilidades de desenvolvimento social. Nesta área, as atitudes e as motivações mais consistentes estimulam a valorização de ideais de conforto, de segurança e de emprego do ócio que fomentam a dissipação dos recursos, aumentam a improdutividade e aceleram a elevação rápida do nível médio de vida. Só os países que puderam associar esses alvos coletivos à planificação social conseguiram êxito marcante na aceleração do desenvolvimento social. É que, nessas condições, puderam eliminar os efeitos inconsistentes e negativos da mudança cultural antecipada.

Todavia, a formação de um padrão íntegro de desenvolvimento social não elimina as interferências de atitudes e motivações socialmente inadequadas. Ao contrário, os resultados das investigações psicológicas, econômicas e sociológicas salientam que é nessa esfera que se encontram as principais causas do malogro do homem na reconstrução da sociedade de classes. Através das modernas técnicas de propaganda e das oportunidades de manipulação das instituições, as camadas dominantes conseguiram criar e difundir um estado de espírito que converge, largamente, os requisitos psicodinâmicos da ordem social existente em fatores de conformismo e de estabilidade sócio-cultural. Mesmo as reações inconformistas de teor construtivo são sufocadas ou restringidas, como se poderia exemplificar através das barreiras opostas à democratização da cultura, à expansão da educação baseada na ciência e à exploração da planificação social em assuntos de interesse coletivo. Nenhum tipo de sociedade confere ao homem poder para controlar, racionalmente, todas as condições e fatores irracionais conhecidos do ambiente social. O drama peculiar da sociedade de classes, onde ela se apresenta mais desenvolvida, consiste na falta de entrosamento entre as bases perceptivas e cognitivas da vida e os conhecimentos técnicos ou científicos "especializados". Estes já comportam uma nova revolução do horizonte cultural, de profundas conseqüências para um domínio racional sem precedentes das forças materiais ou morais do meio social pelo homem. Contudo, ela não se produz, em grande parte porque atitudes e motivações irracionais valorizam a preservação de critérios obsoletos de comportamento, de organização das instituições sociais e de intervenção na realidade.

Do ângulo em que nos colocamos, em suma, aparecem como "desfavoráveis" ao desenvolvimento social as atitudes e as motivações: 1.º) que não proporcionem, estrutural e dinamicamente, os ajustamentos requeridos pelas situações histórico-sociais emergentes; 2.º) ou que não assegurem suficiente plasticidade à renovação contínua e à substituição progressiva dos ajustamentos cuja eficácia social tenha declinado ou desaparecido. Na vida quotidiana, tanto a primeira condição, quanto as alternativas da segunda condição ocorrem combinadamente. Em qualquer das hipóteses, elas se refletem no conteúdo e na configuração do horizonte cultural do homem, inibindo ou anulando sua capacidade de usar, coletivamente, o comportamento inteligente em fins sociais construtivos.

O segundo tema, referente às implicações práticas da exploração sociológica das atitudes e motivações "desfavoráveis" ao desenvolvimento social, mal pode ser mencionado aqui. A discussão foi demasiado ligeira e superficial, para comportar reflexões pragmáticas de certo alcance. No entanto, algumas coisas parecem evidentes, sendo oportuno pelo menos enumerá-las.

A primeira implicação relevante diz respeito à importância atribuída pelo conhecimento de senso comum aos conteúdos das atitudes e motivações. Nossa análise sugere que há certo exagero nessa tendência. Os conteúdos das atitudes e motivações possuem significação "operacional", mas eles são insuficientes para determinar o que acontecerá, em dada situação histórico-social, em certos ajustamentos. Se isso não fosse verdadeiro, a expansão da sociedade de classes no mundo moderno teria sido mais homogênea e os influxos negativos psico-sociais e sócio-culturais pelo menos produziriam efeitos similares.

A segunda implicação relaciona-se com a determinação da influência dinâmica das atitudes e motivações sobre o desenvolvimento social. O impacto do contexto sócio-cultural parece merecer mais atenção que os argumentos fundados na *racionalidade* ou *irracionalidade* dos conteúdos das atitudes e motivações. Pelo menos, é patente que os efeitos negativos dela sobre o desenvolvimento social não se explicam de forma exclusivamente intelectualista. Deve-se considerar, de um lado, a elaboração dos conteúdos das atitudes e motivações pelo contexto sócio-cultural; de outro, a qualidade da influência resultante sobre o comportamento social. O que vem acontecendo com a implantação de instituições políticas democráticas na América Latina, no Brasil inclusive, ilustra ambos os pontos. Portanto, seria aconselhável dar maior revelação a reflexões práticas que levassem em conta as perspectivas de reduzir e, se possível, evitar os malogros devidos às condições de manifestação de atitudes e das motivações.

Por fim, a terceira implicação afeta o cerne do nosso trabalho. Neste plano, lidar em conjunto com os conteúdos das atitudes e motivações, as elaborações sofridas por elas nos contextos sócio-culturais e a qualidade das influências que elas assim adquirem parece constituir um requisito de qualquer manipulação prática. Os efeitos negativos das atitudes e motivações, "desfavoráveis" ao desenvolvimento social, não são nem fortuitos nem inoperantes. Eles são regulares e reper-

tem claramente nos padrões de configuração da ordem social na sociedade de classes. Por isso, é preciso apanhá-las, nas manipulações práticas, nas fases em que elas se manifestam como fatores psico-sociais propriamente ditos. Tal resultado pode ser conseguido mediante o conhecimento de como a qualidade das influências negativas das atitudes e motivações pode ser alterada ou eliminada, através de arranjos nas condições reguladoras da elaboração dos conteúdos delas pelo contexto sócio-cultural.

Neste nível, a questão não é, apenas, substituir umas atitudes e motivações por outras, como se pensa vulgarmente. Trata-se de obter controle sobre efeitos negativos, sobre criações de atitudes e motivações, estrutural e dinamicamente integradas à vida social normal. Em síntese, trata-se de intervir deliberadamente em fatores psico-sociais, que operam com regularidade, interferindo na configuração do padrão e na determinação do ritmo do desenvolvimento social. Pragmaticamente, portanto, o essencial seria a eliminação de interferências de componentes psico-sociais do comportamento humano na dinâmica da vida social organizada. Essa espécie de controle tem enorme importância na sociedade de classes. Ela representa um dos pólos em torno dos quais vem girando o aumento do poder ativo do homem sobre as condições e os fatores do ambiente social — a domesticação e a racionalização dos comportamentos do próprio agente humano. Além disso, o que se poderia chamar de *capacidade de desenvolvimento* de um país moderno, em nossos dias, compreende, entre outras coisas, o sucesso por ele alcançado no controle de semelhantes interferências. Daí o significado especial que a última implicação prática adquire. Ela nos põe diante das perspectivas mais promissoras de ampliação do campo de intervenção racional do homem neste setor, com base em conhecimentos ou em técnicas sociais de origem científica.

Em conjunto, as três implicações mencionadas sugerem que não se pode intervir racionalmente nas atitudes e motivações "desfavoráveis" ao desenvolvimento social mediante as técnicas sociais de controle tradicionais. Tais atitudes e motivações se ligam a emoções, a interesses e a valores sociais que afetam áreas profundas do comportamento e prendem-se a mecanismos sociais que não se alteram facilmente. As próprias flutuações nas emoções, nos interesses e nos valores sociais com freqüência se refletem de várias maneiras seja na perpetuação

delas, seja no agravamento de seus efeitos socialmente negativos. É verdade que existe, em alguns países, a convicção de que se poderia alterá-las ou eliminá-las através da propaganda focalizada. Ainda que o uso adequado da propaganda seja um instrumento de eficiência reconhecida, é duvidoso que ela contribua, positivamente, para provocar as mudanças do horizonte cultural do homem, que se fazem necessárias. As modificações que se impõem requerem a conjugação, em sentido amplo e construtivo, da reeducação à reconstrução social. Por isso, seria preciso pensar em planos ao mesmo tempo mais ambiciosos e seguros, que ponham maior ênfase no aproveitamento sistemático das contribuições teóricas e práticas, que os cientistas sociais já se acham em condições de prestar.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PRÉFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I — <i>As Mudanças Sociais no Brasil</i>	19
Porque Estudamos a Mudança Social?	23
Quais são as características da mudança social no Brasil?	34
Há relações entre o controle da mudança e o poder político?	49
PARTE I	
ASPECTOS DA SITUAÇÃO CULTURAL DO BRASIL	
CAPÍTULO II — <i>Obstáculos Extra-econômicos à Industrialização no Brasil</i>	61
1. — Introdução	61
2. — A industrialização na sociedade brasileira	63
3. — Industrialização e subdesenvolvimento	71
4. — Os fatores negligenciados da industrialização	89
CAPÍTULO III — <i>Existe uma Crise da Democracia no Brasil?</i>	93
1. — A formação do regime democrático no Brasil	94
2. — O papel do Estado e dos Partidos na organização da vida política brasileira	101
3. — A educação como fator de integração política	108
4. — Conclusões	114
CAPÍTULO IV — <i>Um Retrato do Brasil</i>	117
1. — Portugueses e brasileiros	117
2. — "Litoral versus sertão"	123

3. — A vida no sertão	127
4. — A educação no interior do Brasil	131
5. — O estado sanitário do interior	137
6. — "Medicina científica" X "medicina popular"	142
7. — As condições de trabalho	147
8. — As cidades e os movimentos migratórios	152
9. — Os contatos raciais e culturais	156
10. — Conclusões	160

CAPÍTULO V — *Relações Culturais entre o Brasil e a Europa* 165

CAPÍTULO VI — <i>Relações Culturais entre o Brasil, o Ocidente e o Oriente</i>	177
1. — Introdução	177
2. — O Brasil e o Ocidente	179
3. — O intercâmbio cultural do Brasil com o Oriente	185
4. — Conclusões	189

PARTE II

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO

CAPÍTULO VII — *Caracteres Rurais e Urbanos na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo*

1. — São Paulo no século XVI	193
2. — São Paulo no presente	194
3. — O "continuum" rural-urbano em São Paulo	199
4. — Conclusões	206
5. — Indicações Bibliográficas	209

CAPÍTULO VIII — *Aspectos do Povoamento de São Paulo no Século XVI*

1. — Análise demográfica e análise morfológica	223
2. — Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI	224
3. — Sugestões e problemas para pesquisas ..	231
4. — <i>Apêndices</i> : Fatores econômicos da colonização de São Paulo	242
.....	249

CAPÍTULO IX — *A Sombra da Ilade de Ouro*

<i>Apêndices</i> : O Café na Evolução de São Paulo	258
.....	270

CAPÍTULO X — *Uma Evocação da Revolução Constitucionalista* 275

CAPÍTULO XI — <i>O Homem e a Cidade-Metrópole</i>	292
1. — O cenário ecológico	293
2. — O crescimento demográfico	295
3. — O desenvolvimento econômico	298
4. — A diferenciação social	301
5. — A evolução institucional	303
6. — A utilidade da educação e das ciências sociais	307

APÊNDICE

CAPÍTULO XII — <i>Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento</i>	315
1. — O estudo da mudança social, do desenvolvimento social e da evolução social na sociologia	315
2. — Atitudes, motivações e desenvolvimento social	323
3. — Efeitos negativos de atitudes e motivações sobre o desenvolvimento social	343